Armor Pires Mota

Oliveira do Bairro

# Em Busca da História Perdida

bibRIA

1997

Armor Pires Mota

# Em Busca da História Perdida

bibRIA

1997

bibRIA

## Ficha Técnica

*Título:* Oliveira do Bairro – Em Busca da História Perdida

*Autor:* Armor Pires Mota

*Copyright:* Armor Pires Mota

*Capa:* Armor Pires Mota/Incograf

*Edição:* Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

*Tiragem:* 1.000 exemplares

*Data:* Setembro de 1997

*Execução gráfica:*

Artipol – Artes Tipográficas, Lda.
Barrosinhas – Mourisca do Vouga
3750 Águeda
Telef. (034) 644435

*Depósito Legal:* 116.027/97

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

# NOTA JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal, ao patrocinar a publicação deste Livro "Oliveira do Bairro - Em Busca da História Perdida", fá-lo em honra de gerações de "Homens Bons" a quem estiveram confiados os destinos do nosso Concelho desde 1820 até aos nossos dias.

As diferentes épocas e diversas e polémicas circunstâncias em que o Concelho foi gerido, a partir de 1820, com mais ou menos autonomia, com mais ou menos capacidade financeira, correspondem às diferentes épocas político-administrativas por que passou Portugal a partir de 1820, às quais me permito, de uma maneira rápida, fazer uma curta incursão histórica, explicativa das razões que, ao longo dos tempos, levaram aos diferentes avanços e recuos do Municipalismo.

bibRIA

Assim, com as invasões francesas e a fuga de D. João VI para o Brasil, os Municípios foram despojados de alguns poderes e vergados à crise política e social que se abatera sobre Portugal.

Em consequência da referida crise, os Municípios Portugueses, nos primeiros anos do século XIX, mantiveram-se sem dar sinais de vida, agravando-se a letargia em que já se encontravam mergulhados desde os séculos XVII e XVIII.

A revolução liberal de 24 de Agosto de 1820, que marca o fim do período que é comum ser designado como "Antigo Regime", surgiu no quadro de quase vazio político-institucional, então existente em Portugal, em que, na sociedade portuguesa, fundamentalmente rural, tudo ficava longe de tudo e de todos, com os povos, os lugares, as vilas e as próprias cidades sem

poderem comunicar entre si e num contexto da presença dominadora do poder britânico.

Os liberais, uma vez instalados no poder, iniciaram então uma vasta acção tendente a levantar o País do caos em que tinha caído, promulgando a Constituição de 1822 que consagrou a primeira reforma dos Municípios do século XIX.

Esta "Constituição" previa a existência de Câmaras, compostas por Vereadores em número a designar por lei, por um Procurador e um Escrivão, em todos os povos onde conviesse o "Bem Público".

A construção do "Estado Moderno", permitido pelo Regime Liberal, foi, contudo, um processo lento, num País que, durante as duas primeiras décadas de "Constitucionalismo Monárquico", sofreu graves crises financeiras, num período marcado por lutas contínuas e por vezes violentas, entre as variadas facções.

Entretanto, no período de 1828 a 1834, ocorreu a maior Reforma Administrativa Portuguesa de autoria de "Mouzinho da Silveira" que elaborou, pela primeira vez, um conjunto de diplomas definidores, de dois grandes princípios de "Administração Pública Portuguesa", a saber:

bibRIA

1º Separação entre a Administração e a Justiça e correspondente separação entre os Orgãos Administrativos e os Tribunais.

2º Absentismo do Estado nas áreas económica, cultural e social, de acordo com as ideias do Liberalismo que se pretendia implantar no País

A referida Reforma da Administração Local feita pelo Decreto nº 23 de 10 de Maio de 1832 tinha por base a organização Administrativa Napoleónica, estando por isso imbuída de princípios centralizadores, a ponto de reduzir as Câmaras Municipais a pouco mais que meros Orgãos Consultivos do Governo Central.

O Reino dividia-se em Províncias, Comarcas e Concelhos. As Províncias eram administradas por um Chefe com o nome de Prefeito, existindo um Sub-Prefeito na Comarca onde não existisse Prefeito e os Concelhos eram administrados por um Provedor, sendo todas estas Autoridades Administrativas nomeadas pelo Rei.

Não obstante os clamores e protestos vindos de todo o País, o regime, consagrado no Decreto de 1832, manteve-se em vigor até 31 de

Dezembro de 1836, data em que foi aprovado o novo Código Administrativo que ficou conhecido por "Código de Passos Manuel" e que adoptou um Sistema Administrativo de pronunciada tendência descentralizadora, tendo assim sido reforçada a autonomia dos Municípios.

Decorridos sete anos, foi publicado um novo Código Administrativo (1842), de índole marcadamente centralizadora que registou uma nova fase da organização administrativa. O sentido centralizador deste Código de 1842, conhecido por "Código de Costa Cabral", encontra-se essencialmente, na figura do Administrador do Concelho que era um representante do Poder Central junto da Administração Local e na ampliação dos poderes de tutela do Poder Central sobre os Municípios.

Este Código trouxe como novidade a criação do Conselho Municipal, constituído por contribuintes eleitores cujo voto favorável devia concorrer com o da Câmara nas deliberações que assumissem maior relevância para as funções dos Municípios.

Entre 1854 e 1870, foram ensaiadas várias Reformas Administrativas, todas fracassadas, não pelo seu desmérito, mas pela instabilidade político-social existente, verificando-se então a supressão de grande número de Municípios.

bibRIA

Com a publicação do Código Administrativo de 1878, consagra-se, mediante um apreciável esforço de clareza e simplificação, o respeito pelas tradições históricas e seculares de Portugal, na manutenção de autonomia e foros Municipais.

Todavia, a acesa disputa a que se assistiu entre os dois Partidos que alternavam no poder "(Partido Regenerador e Partido Progressista)", levou a que a Autonomia dos Municípios tivesse sofrido sucessivos avanços e recuos até ao fim da Monarquia.

Se, no período da República, a Administração Pública Portuguesa passou a ser enformada por princípios descentralizadores e de Autonomia, merecendo especial referência as eleições dos órgãos locais, durante o regime político que ditou os destinos dos Portugueses, no período de 28 de Maio de 1926 a 24 de Abril de 1974, os Municípios foram asfixiados política, administrativa e financeiramente, pelo Governo.

Apesar das vicissitudes porque os Municípios passaram, Teixeira de Pascoaes, no seu Livro "A Arte de Ser Português" afirma: "Foi por intermédio da vida Municipal que, entre nós, a família começou a existir politicamente", acrescentando que "Os Municípios devem ser o ponto de contacto entre a família e a pátria, dimanando o Estado directamente daqueles", para concluir que "o Estado derivaria da própria organização Municipalista".

Só com a mudança do Regime Político, verificada em 25 de Abril de 1974, que restituiu a Liberdade Política aos Portugueses e fez a rotura completa, política e administrativamente, foram restaurados os princípios da Autonomia das Autarquias Locais e da descentralização democrática da Administração Pública, conquistando aquelas também novas atribuições e competências próprias e exclusivas e assumindo ainda, por essa via, novas responsabilidades.

A Autonomia do Poder Local foi concerteza uma das maiores conquistas que as populações viram consagradas na Constituição da República Portuguesa de 1976, sendo os anos de 1976 e 1977 determinantes para a fixação do actual regime de organização e funcionamento do Poder Local.

bibRIA

Foi, pois, no contexto político-administrativo, de 1820 até aos nossos dias, que "Homens Bons" geriram os destinos do nosso Concelho e do País, conforme o autor deste livro tão bem relata e descreve.

O caminho percorrido pela Administração Local, nestes anos de democracia, é garantia de que o Poder Local Democrático tem virtualidades para assumir o futuro do País, bastando para tal que as mesmas sejam aprofundadas.

A publicação deste livro é mais um trabalho de investigação cuidada que fica a dever-se ao Escritor Armor Pires Mota.

Foi com particular satisfação que vi ser aceite pelo autor o desafio que lhe fiz de acrescentar ao trabalho que ele já tinha em mente a identificação dos nomes de todos os "Homens Bons" que geriram os destinos do nosso Concelho, no período em análise.

Visando prestar-lhes merecida e perene homenagem, as fotografias cuja a recuperação foi possível fazer de alguns desses "Homens Bons" e

lápides evocativas dos restante, serão descerradas no salão de Reuniões da Câmara, em sessão solene, no dia da apresentação pública deste livro.

A Câmara, ao relembrar a memória dos "Homens Bons" que serviram o Concelho, muitas vezes sem nada ganharem ou mesmo sofrendo com o arremesso das pedras da incompreensão, pretende, como afirma o autor do livro, trazê-los de volta ao seu povo e terra.

A Câmara Municipal e o seu Presidente em particular, ficam a dever ao Escritor Armor Pires Mota esta valiosa obra, cuja leitura atenta permitirá reavivar alguns valores da nossa "memória colectiva", contribuindo assim para um melhor conhecimento histórico da realidade contemporânea e das nossas raízes.

Paços do Concelho de Oliveira do Bairro, Setembro de 1997

O Presidente da Câmara,

*Acílio Domingues Gala*

bibRIA

bibRIA

## DUAS PALAVRAS

Sempre nos entristecemos muito, quando, dando os primeiros passos numa área nova para nós, a investigação de carácter histórico ou etnográfico, para meter ombros a uma tão agradável quão difícil e complicada tarefa, que era a de escrever a Monografia da nossa freguesia (Oiã), verificávamos como era pobre a Bairrada em estudos de âmbito monográfico ou histórico, com especial realce para o concelho de Oliveira do Bairro. Então, era uma pobreza franciscana, confrangedora mesmo.

bibRIA

Interrogávamo-nos amiúde: Por quê todo este silêncio da escrita? Como se interrogava no "Ideal", de 26/9/1909, o maior vulto literário do concelho, justamente Padre Acúrsio Correia da Silva: "Podera tel-a em exiguos retalhos pelo po das velhas bibliotecas, mas quem os procurou já, quem os procura?".

Neste texto mostrava-se efectivamente preocupado com a história perdida de Oliveira do Bairro: "pouco sei delle: mas alguns senis alcaçares que ainda por hai ha entre silveiras e heras, de paredes cheias de musgo e grandes portas roidas pela acção do tempo, dizem-me que foi brilhante. Os velhinhos que eu interrogo a respeito dos velhos tempos descrevem-mo um tanto ou quanto commovidos do último período de esplendôr da terra que a eles e a nos foi berço..." Mas concluía: "Chronica escrita não a tem que eu saiba".

Não tinha e não tem.

Nesse aspecto, terra por demais pobre, Oliveira do Bairro! Embora fosse projecto dos elementos da Plêiade Bairradina, nascida em 1919,

escrever monografias das terras, fazer recolhas de ordem etnográfica, pouco ou nada foi feito. Talvez a morte prematura do poeta de Cercal Verde tenha contribuído para tal situação: o silêncio continuar a pairar pesado sobre a história do concelho e das suas terras, como pó sacudido apenas de vez em quando por umas penadas. Foi o que veio a acontecer, uns anos mais tarde, com Dr. Miguel de França Martins que foi debitando nas suas crónicas para "Correio do Cértima" ou "Jornal da Bairrada" uma ou outra informação de carácter histórico, sobre a *"Capis Ulvaria"* (Cabeço de Oliveira) dos romanos. Consta mesmo que dispunha de um sério acervo de fotocópias de documentos da Torre do Tombo, com a intenção de escrever o livro que faltava, o livro que ainda falta.

Com a sua morte, foi transferida "a papelada", que ocupava só um cesto canastro, para casa de Francisco Cruz, no Cercal... e, não se sabe por quê, acabou cesto e documentação por ir à fogueira e ser cinza. Muitas horas de busca deitadas assim a perder!

Deste confronto com outras terras, mais documentadas, até na questão de suas personagens, sobrou-nos o estímulo e tomámos por desafio poder ir desvendando as terras e as gentes, trazê-las à ribalta histórica.

bibRIA

Por isso, este volume *"Oliveira do Bairro: Em busca da História Perdida"* não é mais do que o cumprir de uma promessa, quase secreta, feita a nós próprios com medo de encontrar muros instransponíveis, mas também com a satisfação que nos dá catar o pó dos arquivos e encontrar hoje uma informação preciosa, amanhã apenas páginas roídas pelo tempo e bichos, para, no cair da tarde seguinte, acabar de montar um puzzle que trazíamos adiado entre as mãos.

Como o será proximamente, se não nos falecer a vontade, também outro volume, de carácter monográfico, sobre a freguesia e cabeça do concelho "Oliveira do Bairro: Alma e Memória". Um e outro se completarão certamente.

Entretanto, Em busca da História Perdida" ganhou avanço sobre o outro, porque de abordagem mais facilitada, com documentos mais recentes e mais ao pé da porta. Mas nem por isso menos complicado e talvez polémico. Outras razões pesaram de certo modo para este avanço: no dia 13 de Fevereiro do próximo ano ocorre o centenário restauro do concelho de Oliveira do Bairro, data tão importante que até já chegou a ser feriado municipal; por

outro lado, o poder local faz, este ano, vinte anos. Conciliámos assim estes dois acontecimentos, a que juntámos mais tarde um desejo do presidente da Câmara de Oliveira do Bairro, o de descerrar, no Salão Nobre dos novos Paços, as fotografias de todos os presidentes da Câmara, o que nos obrigou a um esforço suplementar, concorrendo, no entanto, tudo para que o livro seja mais completo.

Ao procurar abordar um tempo que vai de 1820 aos nossos dias, tinha dois caminhos, duas posturas: o resumo, quase imperceptível, o quase soletrar da história política e administrativa ou ampliar a visão, tão perfeita e correcta quanto possível, no compulsar e contar das páginas.

Optámos pela segunda, conscientes das dificuldades e dos esforçados trabalhos que eram o de trazer à ribalta dos tempos que correm "os homens bons" do concelho, que o serviram em diferentes épocas e em diversas e por vezes polémicas circunstâncias.

"A bailia Administrativa do concelho", criado e extinto por duas vezes e restaurado outras tantas, com lágrimas de muitos na partida e no regresso (as tentações por Águeda e Aveiro foram sempre muito mais fortes e perigosas do que por Anadia); "Os últimos anos da Monarquia, os primeiros da República", em que Oliveira do Bairro teve importância na consolidação do regime, com a participação na Traulitânia, facto que nunca vimos relevado como tal; "Ao ritmo do tempo", onde aparece o sonho da formação da Comarca de Oliveira do Bairro, no último quartel do século XIX; "Carris e Caminhos de Progresso", mais curtos ou mais longos, sobretudo, a partir do tempo em que no chão do concelho foram pousados os carris de caminho de ferro que exigiram outras estradas e acessos e "A Galeria dos Homens Bons", os que, sem nada ganharem e por vezes muito sofrerem com o arremesso das pedras da incompreensão - são alguns dos capítulos que procuram apanhar os fios com que se tece a história local.

Não foi um trabalho fácil porque olhos e dedos tiveram de percorrer milhares e milhares de páginas e a mente observar muitos mais factos, uns de insignificância comprovada, a este tempo de distância, outros de interesse ainda hoje, vistos na perspectiva de caminhos e portas abertas ao progresso, que não é um acontecimento deste tempo que vivemos, mas começou em boa medida umas boas décadas e até séculos atrás, à medida dos tempos e necessidades.

biblRIA

Logo se vê assim, entre milhentos factos e realizações, quão difícil é, sob qualquer ponto de vista, mesmo histórico, querer arrancar tudo aos sótãos da memória e assoalhá-los ao sol da história.

Acabamos, assim, por trazer, por um lado, tudo o que de grande, à medida de cada época, foi sonhado e realizado nos mais diversos aspectos, - tudo sob o nosso ponto de vista.

Ainda que exaustivo o trabalho, não esgotou o filão da história política local, longe disso. No entanto, fica-nos a sensação que, para além do dever cumprido em milhentas horas de trabalho, acrescidas às nossas obrigações quotidianas, ou roubadas ao nosso merecido descando e subtraídas naturalmente às obrigações familiares, ir além disto seria excessivo, talvez fastidioso, se é que já não o seja. Por outro lado, não esquecemos de registar, para que fiquem mais à tona dos dias, algumas particularidades, interessantíssimas, vistas do outro lado da esquina do tempo, sobretudo, relacionadas com as posturas municipais, com as tarefas múltiplas de que eram acometidas as Câmaras e, especialmente no tempo da Monarquia e primeiros anos da República, as quais ficam a constituir, de algum modo, também o retrato, ainda que incompleto, dos nosso avós.

bibRIA

Se é agradável trazer ao sabor da mesa da escrita a história do concelho, é isso que, no fundo e de algum modo, nos vem compensar do trabalho ciclópico, mas nem por isso menos aconselhável. Tudo o que for feito para ir ao encontro das nossa raízes, ao encontro dos tempos dos que nos precederam na história ou na simples tarefa de desbravar terrenos para a implantação do vinho e, depois, das praias de arroz, não será tempo perdido, a não ser que tudo fique outra vez no incómodo silêncio das gavetas.

Algumas das dificuldades prendiam-se (e prendem-se para outros que ousem vir na nossa peugada, oxalá que sim), com a falta de alguns dos livros da Câmara (só existem a partir de 1856 e nem todos, embora um pequeno concelho medieval). Outros tinham a ver com as primeiras figuras do concelho, no campo político, ao longo dos tempos.

Maior dificuldade era abordar a história local com alguns interpretes ainda vivos e que gozam de boa saúde. Isso era com efeito demasiado temerário, mas, apesar disso, quisemos correr esse risco, seguindo os mesmos critérios utilizados para os últimos. Mas aqui talvez seja menos história do que um simples registo ou, se quiserem, uma coisa e outra. Deixá-los de

fora, no entanto, não parecia correcto na medida em que o livro abrange os 20 anos de poder local.

Lembrados os vivos e sufragados os mortos com estas páginas que os trazem de volta ao seu povo e à sua terra, eles que, com os seus sonhos, grandezas e alguma misérias, ao serviço da comunidade, e fixados nos umbrais da história recente os nomes dos vivos - damo-nos verdadeiramente por satisfeitos, embora conscientes sempre de sermos incompletos (e uma ou outra vez inconclusos?) pelas razões já aduzidas e não por outras que alguém possa malevolamente suspeitar. As intenções são boas e não quisemos deixar perder uma oportunidade e os dias que Deus nos concedeu para este projecto.

Com eles viajámos nos tempo e foram eles mèsmos, "os homens bons", que nos ensinaram que outrora os lobos desciam ao povoado e era necessário então fazer montarias e ficámos a saber quando se propagou, nos vales do Cértima e Levira, o arroz que, associado ao vinho, constituía um bom razoável rendimento. Por vezes, há actas que constituem mesmo pequenas ou grandes achegas aos costumes de antanho.

Levaram-nos às novas ruas e caminhos, rasgados a muito custo, porque as finanças eram sempre escassas - o concelho não era pródigo em boas receitas. Deambulámos com eles ao lado, ou na frente, pelos mercados e feiras de antigamente, onde tivemos a sorte de ver de onde vinham os comerciantes e o que vendiam. Aí está por inteiro e feira e mercado de Oliveira do Bairro que eram muito concorridos. Dessentámos a nossa sede em muitas fontes e apreciámos lavadouros onde a roupa hoje raro é posta a corar. Dois marcos de desenvolvimento que, por vezes, eram os únicos investimentos a fazer pela Câmara em muitas terras e por largos anos.

bibRIA

No entanto, se em alguma coisa errámos e fomos maus intérpretes da história que a memória "dos homens bons" do concelho nos absolva e os outros que sejam benevolentes tanto quanto um autor, que ousa invadir os sótãos da história antiga ou alçar às janelas de história mais recente, merece.

Apreciámos a primeira lição na Escola de Conde Ferreira, o primeiro edifício, construído de raíz, no sítio do Paço, em Oliveira do Bairro, e que foi mote para outras edificações, embora só passados muitos anos.

Vimos o sorriso espantado e quase incrédulo das gentes quando a primeira lâmpada chegou à vila. E quedámo-nos na esquina do tempo a observar, estupefactos, o motim da avenida Abílio Pereira Pinto ou uns anos

atrás (1892) o motim programado pelo aferidor João Tomás Nunes, de Fermentelos, de que saíram alguns feridos.

Tudo isto e muito mais vem à mesa da história concelhia para que conste e sirva o futuro que não faz sentido sem o cordão umbilical ao presente e ao passado. A história é sequência de factos e acontecimentos, umas vezes insignificantes, outras permanecendo como marcos a apontar realidades.

A realidade do concelho de Oliveira do Bairro no campo político administrativo está aqui, ainda que, em muitos casos, em pinceladas breves.

Poderíamos ter ido mais além? Talvez. Mas pensamos que este elenco de subsídios históricos aguçará por certo a curiosidade de outros.

*Armor Pires Mota*

bibRIA

# GALERIA
# DOS "HOMENS BONS"

bibRIA

bibRIA

## VIDA MUNICIPAL

A vida municipal até ao século XIX decorre tutelada pelo poder central. Os corregedores, também designados por juízes de fora parte, eram os mais altos representantes da Coroa junto das comarcas ou correições.

Em 1822, com a queda do Absolutismo, os municípios sofrem um sopro de renovação, quando a sua pouca força já era evidente. Esta vitalidade passaria pela eleição dos orgãos a nível local, sendo, no entanto, o administrador, figura criada por Rodrigo da Fonseca, com a reforma de 1835, de nomeação régia. Todavia, aquelas reformas foram suspensas com a contra-revolução de 1823. Entretanto, a reforma administrativa de 1832, elaborada por Mouzinho da Silveira, designava para presidir aos destinos da Câmara um provedor, mas a sua escolha dependia sempre da Coroa. A figura de provedor viria a ser substituída pela de administrador [1].

biblRIA

A reforma administrativa de Passos Manuel, que assumia claramente um carácter democrático e descentralizador, substituia em 1836 a de Mouzinho da Silveira que era centralizadora, seguindo o figurino francês e vinha arejar assim o poder central, concedendo-se alguma autonomia. Porém, a legislação de Costa Cabral (Código Administrativo de 1842) fez regressar tudo a 1832. Os administradores dos concelhos voltavam a ser nomeados pelo Governo. Eram de sua escolha, pura e simplesmente.

Foi com o advento da República que a Constituição de 1911 aumentou

---

[1] *"O Poder Concelhio das origens às cortes constituintes", Maria Helena Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães.*

as atribuições do poder local, mas, em 1928, o novo regime voltou a cercear a autonomia dos órgãos municipais. Tanto o Código de 1936 como o de 1940 ordenavam a centralização.

Entre 1914 e 3 de Julho de 1926, os candidatos a vereadores eram sujeitos ao respectivo acto eleitoral popular. Depois, nos primeiros dias de Janeiro, realizava-se uma primeira reunião dos vogais a fim de serem escolhidos o presidente da Câmara, vice-Presidente, secretário e vice-secretário bem como o elenco de uma Comissão Executiva.

O vereador mais velho, e nessa qualidade, assumia a presidência, convidando os vogais presentes a procederem dentro das formalidades legais à eleição por escrutínio secreto dos vereadores para esse ano.

Eleitos o presidente, vice presidente, secretário e vice-secretário, que tomavam os respectivos lugares (por vezes, também aparece a designação de "eleita a mesa"), acto contínuo, era realizada a eleição para a constituição da Comissão Executiva do município.

Embora ocupando cargos em orgãos diferentes tanto os elementos que compunham a Câmara como a Comissão Executiva eram vereadores.

bibRIA

Com a ditadura, se havia eleições (sempre muito polémicas por vezes, chapeladas de votos à mistura, quando não com algumas picardias no final) para as juntas de freguesia, já os presidentes da Câmara, a partir de 1937, e os regedores das freguesias, bem como os administradores, eram de nomeação do governador civil, enquanto os vereadores ou vogais eram eleitos a partir dos elementos que constituíam o Conselho Municipal: representantes dos maiores contribuintes da contribuição industrial do grupo C, três maiores contribuintes da contribuição predial rústica e quatro representantes das juntas de freguesia e ainda o representante da Misericórdia. Em 1938 eram, respectivamente: António Joaquim de Carvalho, Oliveira do Bairro; Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Vila Verde; José Luís Pires, Perrães; Manuel Ferreira Rebolo, Palhaça; Manuel da Silva Cravo, Mamarrosa; Manuel Caldeira Albuquerque, Oiã; Manuel Simões Micaelo Júnior, Bustos, e Manuel Caetano da Rosa Júnior, de Vila Verde.

A criação da figura do Conselho Municipal surgiu com a publicação do Código Administrativo de Costa Cabral (1842), de índole vincadamente centralizadora, e por isso é sufragada e mantida a figura do administrador.

O presidente da Câmara era também o presidente do Conselho Mu-

nicipal, que era quem, por regra, escolhia os seus pares, dentro das regras estabelecidas.

Reconhecidos "bons os poderes" de cada um dos elementos e formada a Mesa do Conselho, procedia-se à eleição do primeiro e segundo secretários e dos vereadores, "por escrutínio secreto, com as formalidades legaes" [2], mediante uma lista que continha os candidatos ao lugar.

Os últimos conselheiros, antes do 25 de Abril, eleitos na reunião de 2 de Dezembro de 1971, foram: António dos Santos Timóteo, Daniel da Silva Cravo Júnior, Professor Honorato Pinto Ribeiro e Silvério Francisco Pedreiras, representantes, respectivamente, das freguesias de Oiã, Mamarrosa, Troviscal e Bustos; Manuel Bernardo Ferreira de Sousa, representante do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros; Manuel Batista Oliveira, representante do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Cerâmica; João José de Almeida Soares, representante da Santa Casa da Misericórdia; Manuel dos Santos Vieira, representante dos Contribuintes da Contribuição Predial; professor Joaquim Granjeia Seabra, representante do Grémio da Lavoura de Oliveira do Bairro; António Gomes da Cunha, representante dos Contribuintes do Grupo C e Dr. Heitor Baptista Ferreira, representante da Ordem dos Médicos.

bibRIA

Ainda aqui nesta data, constituído o Conselho Municipal, se realizava a eleição dos secretários, seguindo-se a dos vereadores da Câmara Municipal para o quadriénio 1972 a 1975.

As atribuições do Conselho Municipal, que reunia poucas vezes, não eram muito grandes nem significativas para o desenvolvimento do concelho. Tinham um carácter formal. Cabia-lhes apreciar os orçamentos, as deliberações tomadas nas reuniões de Câmara, nomeadamente contracções de empréstimos, aumentos de pessoal e alargamento do seu quadro, as percentagens nos impostos indirectos, interferência na fixação do número de partidos médicos no concelho, apreciação das contas de gerência e até a definição das bases do Orçamento e Plano de Actividades. No entanto, sobretudo, com professor Caetano da Rosa à frente da Câmara e simultaneamente na presidência do Conselho Municipal, ganhou de forma dinâmica.

Ao Conselho Municipal também competia apresentar sugestões à

[2] *Acta do Conselho Municipal, de 25/11/1937.*

Câmara como aconteceu na questão dos partidos médicos em 1942, quando manifestou "o desejo de que lhe interessa principalmente assegurar a existência do Hospital da Misericórdia e por isso acha que à Câmara compete criar ao mesmo hospital condições que lhe permitam contratar médicos para o seu serviço" [3], assim acontecendo em milhentos casos. Ou mesmo deliberar "solicitar dos poderes públicos a passagem para o Estado das estradas municipais da Murta a esta vila, d'esta villa a Bustos e a de Fermentelos a Amoreira da Gandara" [4]. Limitava-se, no fundo, a aprovar o que a Câmara já tinha aprovado. Era uma espécie de órgão de tutela. De resto, aparece muitas vezes nas actas a referência à "aprovação tutelar".

Seja como for, este órgão teve alguma força na décadas de trinta, quarenta e cinquenta, mas depois foi perdendo o papel tutelar, de tal modo que nos anos que antecedem o 25 de Abril, as reuniões são muito menos e frequentes as ausências de alguns elementos.

O último Conselho Municipal (constituído em 1980) era composto por Prof. Henrique Santiago Tomás, presidente; 1° secretário, Victor Fernando Martins Silva e 2ª secretária, Drª. Rosalina Filipe. A lista fora elaborada a partir dos diversos sectores de actividade, mas a sua importância era nula e a função nenhuma de tal modo que não já havia reuniões.

bibRIA

Com o derrube do Estado Novo, em 1974, dá-se uma verdadeira descentralização, verificando-se então um reforço do poder local que começa pela eleição dos seus órgãos.

Quem aborda a história política do concelho de Oliveira do Bairro começa por ficar um pouco confuso relativamente às funções dos órgãos que constituíam a Câmara no tempo da primeira República e primeiros anos da segunda: Câmara, Comissão Executiva e a figura do Administrador, quando não era a Comissão Administrativa. É que todas se completam, de alguma forma, e a Câmara poderia confundir-se com Comissão Executiva. Mas uma leitura mais atenta, leva-nos a concluir que se trata de órgãos com funções específicas diferentes.

Enquanto a Câmara era um órgão deliberativo, a Comissão Executiva,

---

[3] *Acta do Conselho Municipal, de 11/6/1942.*
[4] *Idem, de 15/3/1937.*

no fundo, é quem fazia andar e progredir o concelho, embora as deliberações fossem tomadas de um modo geral em consenso. Até acontece que, num ou outro caso, o mesmo vereador ou vogal tinha assento na Câmara e na Comissão Executiva. Por sua vez, o administrador que tinha a assessorá-lo sempre um secretário, tinha, sobretudo, tarefas ligadas à segurança pública e consequentemente de ordem policial.

Era nomeado pelo governador civil e não era obrigatoriamente cidadão do concelho. Muitos que desempenharam esta funçao eram de fora, especialmente do concelho de Águeda.

As Comissões Executivas e Administrativas, regra geral, surgem em tempos politicamente mais conturbados. As primeiras coabitam com a Câmara, entre 1914 e 1926. Por sua vez, as Comissões Administrativas assumem por inteiro o governo do Município, como aconteceu aquando da implantação da República, mas também em 1919, na sequência da proclamação da "Monarquia do Norte" e até no ano anterior. Ou também entre 1926 e 1937, na sequência dos acontecimentos que deram origem ao Estado Novo.

bibRIA

Entretanto, a Comissão Administrativa acabou também por desaparecer e a última Comissão extinguiu-se na reunião de 29/12/1937, dando lugar à Câmara Municipal nos termos do artigo 3800 do Código Administrativo que, com o 25 de Abril, ganhou outro órgão (fiscalizador), a Assembleia Municipal, após as primeiras eleições livres, de que foi primeiro presidente Manuel Alberto da Silva Ferreira, da Palhaça. Mas entre Maio de 1974, após o 25 de Abril, que marcou uma profunda viragem histórica, e as primeiras eleições livres, esteve igualmente à frente do Município uma Comissão Administrativa.

Uma coisa que ressalta na governação do concelho tanto na Monarquia, como também nos primeiros anos da República, é uma certa "dinastia" de cidadãos ou famílias que, pelo seu estatuto social ou de poderio económico, dominavam os cargos a que tinham acesso com relativa facilidade.

Os status social e económico contava. Eram as figuras dominantes, os que sabiam ler, os que tinham bastantes terras ou negócios. Todavia, também entre 1822 e 1836, é notória a presença de cavaleiros da Casa Real ou figuras de nobreza. É o caso do fidalgo cavaleiro da Casa Real, Manuel

Gouveia Pereira Corte Real, que é presidente da Câmara no período de 1826/1828, enquanto, em 1831, é presidente Francisco Maria de Sousa Brandão e Meneses, uma das últimas figuras fidalgas do concelho.

Normalmente, eram sempre as mesmas pessoas ou as mesmas casas que andavam na órbita do poder, no topo do mando ou nos patamares de acesso como vereadores, administradores, conselheiros municipais, muitas vezes saídos do Grupo dos quarenta maiores contribuintes ou proprietários do concelho.

Uma das famílias que "reinou" no concelho foi a de Pinto Basto, do Silveiro, nomeadamente através do fidalgo cavaleiro da Casa Real, Augusto Ferreira Pinto Basto (1856/1857, 1862/1863, 1868/1869) e seu filho, Henrique Ferreira Pinto Basto (1882/1883).

A família Sereno, de Bustos, foi outra das que comandou os destinos do concelho: primeiro, Joaquim Duarte Sereno (1870/1871 e 1872/1873), como presidente da Câmara, lugar que, uns anos mais tarde, foi ocupado pelo seu filho, o visconde de Bustos, António Duarte Sereno (1890/1892).

No entanto, a que mais tempo ocupou o poder foi a família Tavares de Castro, não só no tempo da Monarquia, como no tempo da República. Em 1864 ocupava a presidência da Câmara António José Tavares de Castro. No entanto, o elemento preponderante da família na política local foi, sem dúvida, António Tavares de Araújo e Castro, que foi presidente da Câmara nos períodos de 1899/1901, 1902/1904, 1915/1917 e 1938/1941 e administrador do concelho por várias vezes.

Outras famílias preponderantes na "governação" do concelho: a de Joaquim de Carvalho (Bernardino Joaquim de Carvalho, o filho, Prof. António Joaquim de Carvalho e o genro Manuel dos Santos Ferreira) e a de Caetano da Rosa, primeiro, os irmãos Manuel e António Caetano da Rosa, depois, o filho do primeiro: Prof. Manuel Gabriel Caetano da Rosa, de Vila Verde.

biblRIA

# PRESIDENTES DA CÂMARA NO TEMPO DA MONARQUIA

## 1822

Presidente e Juiz de fora, Manuel Joaquim Francisco de Carvalho; vereador mais velho, Caetano Luís Ferreira Tavares Pereira e Silva; vereador imediato, Joaquim José de Oliveira e vereador mais novo, António da Cruz Ferreira dos Reis.

Procurador, Manuel da Cruz Francisco Carriço [1] e [2].

bibRIA

[1] *Em reunião da Câmara, de 4 de Agosto de 1822, (Documento da Torre de Tombo, Maço 531-D6, Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos), o executivo deliberou enviar ao Rei carta de agradecimento pela implementação de melhores condições para a agricultura, num tempo em que a terra era de poucos (os senhores) mas trabalhada por muitos, de renda, (os foreiros):*

*"Depois de se congratularem com o mais vivo prazer e de terem dado ao céu as devidas graças pela feliz descoberta da perfida conspiração tramada contra o governo constitucional e contra a liberdade da Casa Patria, elles por si e em nome do povo que representao com todo o respeito (...) agradecem a V. Mage. o grande incomparavel benefício que lhes resulta do sabio Decreto de 3 de Junho do corrente anno, que reduzio da sua actual importância as raçoens e quotas incertas, bem como os foros e pensoens certas estabelecidas por forais, dando outras providencias tao acertadas e favoraveis a agricultura que em breve ella sera elevada ao grao da perfeição de que hé susceptivel (...) Aquele Decreto Senhor tem conciliado entre os povos deste destricto hum decidido afecto ao Sistema Constitucional".*

*Assinaram este documento, além dos elementos da Câmara, padre José Salgado, o bacharel Francisco Maria de Sousa, o bacharel António de Menezes Brandão e Sousa, o prior José Gomes Lourenço, Manuel Rodrigues Rola, Manuel Joaquim de Almeida Vicente, José Roberto de Sá e Mello, João António de Almeida Valente, Manuel Ferreira Rodrigues Álvares Salgado, António Ferreira Rodrigues Álvares Salgado e José Homem da Silva e Sousa.*

[2] *É-nos possível elencar os executivos entre 1822 e 1836, mercê dos autos de juramento à Carta Constitucional ou cartas de aclamação, o que já não acontece num período de vinte anos, entre 1836 a 1856, por falta de livros de actas da Câmara.*

*As tarefas do juíz de fora e presidente da Câmara centravam-se por vezes numa pessoa*

**1823**

Presidente, Manuel da Cruz Francisco Carriço; vereadores: Caetano Luís Ferreira Tavares Pereira e Silva (o mais velho), Joaquim Ferreira de Oliveira, o vereador imediato e António da Cruz Ferreira dos Reis (o mais novo).

Era capitão-mor António de Almeida Valente.

**1826**

Presidente e Juiz de fora, Manuel Gouveia Pereira Corte Real (fidalgo e cavaleiro da Casa Real de sua Magestade) que foi substituido como juíz de fora na sua ausência, em Vale da Mó, por Caetano Luís Ferreira Tavares Pereira e Silva, (o vereador mais velho). Vereadores: Joaquim da Cruz Francisco dos Reis (o mais novo) e Joaquim José de Oliveira (o vereador imediato).Procurador do concelho, João da Cruz Ferreira Fresco, e escrivão, José Marcelino Quaresma. [3]

**1828**

Juiz de fora e presidente da Câmara, Manuel Cardoso Gouveia Corte Real; vereador mais velho, António Ferreira Rodrigues Álvares Salgado; vereador mais novo, António José Louro e vereador imediato, José Homem de Carvalho e Sousa.

biblRIA

Procurador do concelho, João de Oliveira Margalho e Escrivão, José Marcelino Quaresma.

**1831**

Juíz de fora e presidente, Francisco Maria de Sousa Brandão e Meneses; vereadores, Joaquim José Moreira (o mais velho), Manuel Francisco Vidal, vereador imediato e Joaquim José dos Santos (o mais novo). Era procurador do concelho Joaquim da Cruz Ferreira Reis.

---

*que nem sempre era pessoa do concelho, mas sempre de algum prestígio e até fidalguia.*

*Outra figura do poder era a do procurador que, em 1835 (essa é a data que conferimos) dava lugar à de administrador.*

*[3] Além destes, juraram ainda a Carta de Lei de 29/4/1825 o Prior da freguesia de Oliveira do Bairro, José Gomes Lourenço e o sargento-mor comandante das Ordenanças do "destricto", Manuel José Ferreira Rola.*

*Este "destricto" compreendia a vila de S. Lourenço do Bairro e seu termo. Jurou também o sagento-mor, Joaquim José de Figueiredo, bem como os sargentos, Manuel João Pessoa e António Rodrigues e cabos.*

**1836**

Presidente, António Batista; vereador fiscal, Manuel José Ferreira Rola; vereadores, Joaquim José Pires Ferreira, Manuel Pires Alves e José Simões.

Eram comissários de paróquia das três freguesias que compunham o concelho: Manuel José Ferreira Rola Salgado Rolim, Oliveira do Bairro, António Simões Areias, Oiã, e Manuel Rodrigues de Oliveira Santos Pato, Sangalhos.

**1856 (Março) - 1857**

Presidente, Augusto Ferreira Pinto Basto; vereadores: José Pedro Nolasco, de Perrães; José Filipe Marreca, da Amoreira do Repolão, Oliveira do Bairro, Urbano Dias, de Fermentelos, Joaquim Manuel de Albuquerque, Oliveira do Bairro [4] e Francisco Martins Ribeiro, Águas Boas.

Administrador do concelho, Dr. Mateus Correia de Oliveira Almeida.

*Augusto Ferreira Pinto Basto*

bibRIA

**1858 - 1859**

Presidente, Manuel José Ferreira Salgado Rolim, de Oliveira do Bairro; Vereadores: José de Oliveira Vela, do Furadouro, Silveiro, Manuel Rodrigues Areeiro, de Perrães, João Gonçalves

---

[4] *Joaquim Manuel Albuquerque era "oriundo de uma das mais illustres famílias d'esta boa terra", "coração cheio de bondade". Apesar do seu poder, promovia em sua casa grandes jantaradas pelo Carnaval, onde não faltavam os pobres. Segundo crónica do Padre Abel da Conceição e Silva em "Echos do Vouga", de 10/09/1910, ainda era "attencioso, serviçal e prestimoso", virtudes herdadas do avô, Joaquim António de Carvalho, antigo major de milícias e era proprietário abastado e tinha herdado do avô uma espada monumental, digna de figurar em Museu e que exigia a colaboração das duas mãos para seu manejo. O seu destino foi acabar por fazer na casa de Clemente Soares da Maia o trabalho que fazia uma simples podoa ou pouco mais.*

*O major que vivia no Regatinho possuía casa alta com adega por baixo e pelo carnaval servia filhozes feitas de abóbora menina e castanhas assadas.*

*Joaquim Manuel Albuquerque tinha 4 irmãos, três raparigas - Maria, Ana e Conceição e um rapaz, o José. Desempenhou também o cargo de escrivão da Câmara durante vários mandatos.*

da Graça, da Mamarrosa, e João Francisco Duarte. Administrador, Dr. Adelino Pinto Tavares Ferrão [5].

*Manuel Rodrigues Areeiro*

**1860 (23/5) - 1861**

Presidente, Manuel Rodrigues Areeiro; Vereadores: Joaquim Pires Duarte, Agostinho Ribeiro, António Martins Ribeiro, de Oliveira do Bairro, Manuel Simões Rato, da Póvoa do Forno, e José Ferreira Rodrigues.

Administrador, José Ferreira Salgado Rolim. A partir de 13 de Outubro, Dr. José de Mello Freitas Pinto.

**1862 - 1863**

Presidente, Augusto Ferreira Pinto Basto, do Silveiro; Vereadores: José Joaquim Ferreira, Dâmaso José Pedro Nolasco, de Fermentelos e casado na vila de Oliveira do Bairro, Bernardino Vieira de Carvalho, de Nariz, e António Martins Ribeiro, de Oliveira do Bairro. Administrador: Dr. José de Melo Freitas Pinto [6] e Dr. Albino Ferreira Coelho em 1863.

biblRIA

**1864 - 1865**

Presidente, António José Tavares e Castro; Vereadores: Manuel Joaquim Batista Cardote (que, em Março de 1865, foi substituido por José Joaquim Ferreira), Manuel Pires Alves, Francisco Tomás Nunes, de Fermentelos; Manuel Simões Rato e Zacarias Ferreira da Cruz.

---

[5] *Na sessão da Câmara, de 27 de Junho de 1859, o administrador "dice que se deveria fazer uma postura acerca dos Serões para prevenir dezordens e imoralidades que de taes reuniões costumao seguirse, o que ouvido pela Câmara foi esta do parecer nao tinha logar a postura requerida por ser de polícia".*

[6] *Na reunião, de 18 de Novembro de 1863, foi requerido ao administrador se providenciasse "uma montaria para afugentar ou matar os lobos que aparecem neste concelho".*

*Augusto Ferreira Pinto Basto (ou Augusto Valério Ferreira Pinto Basto), senhor da Quinta do Silveiro, nasceu em 16/11/1807, na freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, e faleceu no Silveiro em 1902. Liberal, teve de ausentar-se de Portugal para França onde em Sévres, estudou Cerâmica, o que concorreu para que fosse nomeado gerente da Fábrica da Vista Alegre, entre 1824 e 1838. Foi cavaleiro da Casa Real.*

Era administrador Dr. Albino Ferreira Coelho [7], da Piedade, Águeda, que foi substituido, por nomeação régia, em 14/6/1868, por João Saraiva de Mello (um dos quarenta maiores contribuintes de fora do concelho - vivia na cidade de Aveiro).

Dr. António de Meneses Brandão e Sousa completou o elenco camarário, a partir da sessão de 19/4/1865) [8].

Era tesoureiro do concelho Joaquim Francisco Figueiredo e carcereiro Joaquim Pereira de Almeida.

*António José Tavares e Castro*

*[7] Sobre o Dr. Albino Ferreira Coelho deixou António Barbeiro registado no seu Diário, que foi recuperado por Artur Vidal nas suas "Lembranças" 1951, página 19, a seguinte nota: " Nos fins de Julho deste ano (1868) culparam a Câmara do concelho de Oliveira do Bairro e o administrador que é o doutor da Piedade, por eles encobrirem 80 recrutas e roubarem ao estado este dinheiro e dizem que não têm fiança". Presos, saíram da cadeia a 21 de Janeiro de 1869, como refere noutra nota.*

*António Barbeiro reportando-se à extinção do concelho em 1867, menciona no mesmo diário que "foi abaixo o concelho de Oliveira do Bairro, mas foi por pouco tempo". Situa-se esta nota em 26 de Setembro.*

*[8] Na sessão, de 19/4/1865, integrou o elenco da vereação Dr. António de Meneses Brandão e Sousa que tinha interposto "recurso de livramento", recusando-se servir. No entanto, nessa altura, afirmou que, não obstante o recurso, estava "pronto a tomar assento e prestar juramento e deliberação, jurando obediência ao Rei e à Carta Constitucional e leis do Reino".*

*Fazia parte do número dos 40 maiores proprietários do concelho. A Quinta das Malvasias, situada no Bairro do Mogo, pertencia-lhes.*

*Em Agosto daquele mesmo ano, e ocupando interinamente a cadeira da presidência propôs que, não tendo o concelho "casa de açougue e porque era uma obra de pouca monta e de pouca despesa", mas "de muita utilidade", se construísse o açougue no Curral do Concelho. Era simples, quadrada, de 4.50 m cada lado e com a altura de 3.25m. Foi assim esta casa de açougue o primeiro matadouro municipal. E, como havia necessidade de se construir a obra quanto antes, foi posta imediatamente à arrematação.*

*Construida ou não, a verdade é que, em 1874, a casa do matadouro era propriedade de Salvador José Tavares de Castro, farmacêutico, que, natural de Mosteiro, Castelões, se estabalecera com "botica" à beira da estrada de Oliveira do Bairro - Aveiro, na zona do Paço, e fornecia medicamentos para os expostos, presos, pobres e doentes.*

*António de Meneses Brandão e Sousa, que foi presidente por troca com António José Tavares de Castro entre 11/2/1864 e 22/6/1864, era filho de Manuel Joaquim Brandão Pereira da Silva que em 1798 casara com Joana Rita de Meneses e Sousa, natural de Fataunços (fundindo-se aqui a família dos Meneses e dos Melos).*

*Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu em 1800 e morreu solteiro em 1885, tendo sido sepultado no jazigo de família que existia no adro da igreja matriz. Era irmão de Francisco Maria de Sousa Brandão.*

biblRIA

**1866 - 1867**

Presidente, Dr. Albino Ferreira Coelho; Vereadores: Manuel Pires Alves, de Perrães, José Joaquim Ferreira, Manuel Ferreira Figueiredo, João Fernandes dos Reis, Geraldo Francisco Samagaio, da Palhaça, e Manuel Ferreira dos Brózios [9], da Mamarrosa.

Era administrador do concelho Basílio Cabral de Lima Botelho de Lacerda. Em Fevereiro de 1866, era João Saraiva Pereira de Melo.

**1868 - 1869**

Presidente, Augusto Ferreira Pinto Basto; Vice, Joaquim Almeida Neves, de Oliveira do Bairro; fiscal, JoãoTomás Dias Antão, de Fermentelos; vereadores: Francisco José Martins Ribeiro, de Águas Boas; Teotónio Batista Ferreira dos Reis, de Malhapão; José Filipe Marreca, Amoreira do Repolão e José de Oliveira Novo. Era administrador Dr. Basílio Cabral de Lima Botelho de Lacerda [10]. Em Janeiro de 1869 era o bacharel Manuel Barbosa de Quadros.

bibRIA

*Joaquim Duarte Sereno*

**1870 - 1871**

Presidente, Joaquim Duarte Sereno, tendo como vice José Ferreira Rodrigues; fiscal, Manuel Ferreira Esperanço Loureiro; vereadores: José Roque da Rosa, de Fermentelos; António Ferreira Rebolo, Palhaça; João Francisco Pedreiras, Bustos, e José da Silva Ferreira. Tomaram posse em 3 de Fevereiro de 1870.

Era administrador o bacharel Manuel Barbosa de Quadros. Em 29 de Maio de 1870 era Alexandre Joaquim da Silva Carreira.

---

[9] *O executivo que continou à frente dos destinos do concelho, depois da extinção e restauro do mesmo, teve a sua última reunião em 11 de Março de 1868.*

[10] *Esta Câmara tomou posse apenas em 4 de Abril de 1868, na sequência do atraso com que foram realizadas as respectivas eleições, (em 2 de Fevereiro de 1868), depois de restaurado o concelho.*

**1872 - 1873**

Presidente, Joaquim Duarte Sereno, de Bustos; Francisco José Martins Ribeiro, fiscal; vereadores: José Simões Neto de Carvalho, de Águas Boas, José da Silva Ferreira e José Pires Alves, de Perrães.

**1874 - 1875**

Presidente, Dr. José Pais dos Santos Graça, de Fermentelos [11]; vereadores: Manuel Francisco Simões, José Joaquim Ferreira, João Simões Ribeiro e Joaquim da Cruz.

Administrador, Dr. Alfredo Balduino de Seabra.

**1876 - 1877**

Presidente, Dr. José Pais dos Santos Graça; vice, José Joaquim Ferreira; vereadores: Joaquim da Cruz, António Simões Pereira e Manuel Ferreira Nunes, Administrador, Dr. Alfredo Balduino de Seabra.

**1878 (até 13 de Outubro)**

Presidente, Dr. José Pais da Graça, vice-presidente, José Joaquim Ferreira; fiscal, José Pedro Nolasco; vereadores, Manuel da Silva Pires, da Silveira, e António dos Santos Barroco, do Sobreiro.

Administrador, Dr. Alfredo Balduino de Seabra.

bibRIA

---

[11] *Dr. José Pais dos Santos Graça que nascera em Vagos (10/8/1845) e casara em Fermentelos com abastada proprietária, Amélia Carolina de Brandão Queiroz, marcou a sua passagem por esta terra, não só como cidadão empenhado, mas também como presidente da Câmara de Oliveira do Bairro, com visão larga.*

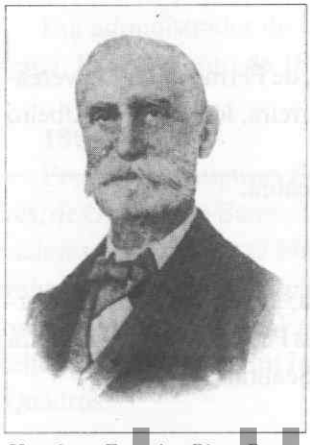
*Como cidadão e filho de proprietários que era, ensinou aos lavradores de Fermentelos um processo (novo para eles), de irrigação, através de estanca-rios.*

*Como presidente da edilidade, mandou melhorar a estrada de Fermentelos ao Silveiro e abrir a das Agras à Pateira. Nesse tempo, Fermentelos vivia um grande isolamento, com a lagoa a servir de grande via. Ali vinham os moliceiros que levavam as suas gentes até Aveiro, de onde alguns partiam rumo a Lisboa ou mesmo Brasil. A estação de caminho de ferro de Oliveira do Bairro não ficava assim tão à mão, porque o acesso à estrada real não era o melhor.*

*Dr. José Pais mandou ainda fazer o estudo para a construção de uma estrada de ligação de Fermentelos a Aveiro, sem passar por Oiã, antes por Monte Grande. Começaram mesmo os trabalhos. Só que, com a queda do governo, que ele apoiava, logo os da oposição fizeram guerra ao traçado da estrada e alteraram-no. Desgostoso, regressou à terra de origem, vindo a falecer na Praia da Barra (3/11/1913). ("Lembranças", pág. 54 e 55, 1951, de Artur Vidal).*

**1878 (13 de Outubro) - 1881**

Presidente, José Pedro Nolasco; vice, António dos Santos Barroco; vereadores: Manuel da Silva Pires, João Francisco António das Neves, Manuel Lourenço de Oliveira, Joaquim da Cruz e José Joaquim Ferreira.



*Henrique Ferreira Pinto Basto*

**1882 - 1883**

Presidente, Henrique Ferreira Pinto Basto, de Águas Boas [12], tendo como vice José Joaquim Ferreira; vereadores: António Santos Barroco, Leonel Aires dos Santos Maia, Manuel de Oliveira Novo, Joaquim da Cruz e João Francisco António das Neves.

**1885 - 1886**

Presidente, Leonel Aires dos Santos Maia; vice, António Francisco Pedreiras; vereadores: João Fernandes das Neves, de Oliveira do Bairro, Joaquim Ferreira Fresco, da Caneira, de Vila Verde, e Manuel de Oliveira Novo (vogais eleitos por sufrágio popular de 1/11/1886), Manuel da Silva Pires, da Silveira, Manuel dos Santos Pato, do Troviscal [13] e Manuel Francisco Coelho [14], do Rego.

biblRIA

---

*[12] Nasceu em 2/2/1841 no Silveiro e faleceu em Águas Boas em 21/1/1924, onde comprara a Quinta do Salão em 1873, a seu tio, Duarte Ferreira Pinto Basto. Estudou em Oiã e cursou Matemática e Contabilidade em Londres. Era um homem bom, a quem recorriam muitas pessoas, dado o seu relacionamento com figuras do tempo, sobretudo, em assuntos de engenharia. Muitas das estradas que temos por esta região devem-se à sua proficiência e estudo. Nomeadamente, a de Perrães à Palhaça. Acompanhou também a construção de linhas férreas. O apeadeiro de Oiã foi também criado a seu pedido, de parceria com Padre Abel, e com a bênção do conde de Águeda.*

*Foi funcionário superior na repartição das Obras Públicas do distrito de Aveiro.*

*Era irmão do Engº. Gustavo e pai de Nuno e Henrique Pinto Basto e tio de Dr. Egas Pinto Basto, à altura, lente na Universidade de Coimbra.*

*[13] Manuel dos Santos Pato figurava, em 1903, no número dos 10 maiores contribuintes da contribuição predial do concelho, os mais ricos, ao lado de José Batista Ferreira dos Reis, de Malhapão; Dr. Joaquim Tavares de Araújo e Castro, de Oliveira do Bairro; José Pedro Nolasco, de Perrães; José Joaquim de Oliveira, de Oliveira do Bairro; Francisco José Martins Ribeiro, de Águas Boas e João Simões Capão, da Mamarrosa.*

*[14] No ano de 1886, Manuel José de Oliveira levava anos de "bom e efectivo serviço" na escola de Oiã, enquanto, Júlio Gomes da Conceição e Silva, irmão do padre Abel, leccionava*

**1887 - 1889**

Presidente, Leonel Aires dos Santos Maia; Vereadores: João Fernandes das Neves, Manuel dos Santos Pato, do Troviscal, Manuel da Silva Pires e António Duarte Sereno.

Administrador, bacharel Bernardo Faria de Magalhães.

*António Duarte Sereno*

**1890 - 1892**

Presidente, António Duarte Sereno [15]; vereadores; José Simões de Sousa, industrial de fornos de cal de Vila Verde; Manuel Francisco Coelho, de Perrães; Gabriel Nunes da Rosa, de Fermentelos e Manuel dos Santos Pato.

Administrador, Bernardo Faria de Magalhães.

**1893 - 1895**

Presidente, José Baptista Ferreira dos Reis, de Malhapão [16]; vice, Gabriel Nunes da

bibRIA

*em Perrães, ainda que temporariamente. E o professor João Tomás Antão, de Fermentelos, colocava um problema à Câmara: como apareciam alunos com idade superior a doze anos e como a lei só era obrigatória até aos doze anos, como proceder... A Câmara deliberou ficar ao professor "o direito de admitir ou deixar de admitir na sua escola alunos de idade superior. (Acta de 9/9/86).*

*[15] António Duarte Sereno foi agraciado com o título de Visconde, em Julho de 1908. Em 4 de Junho de 1905, lançava a primeira pedra do Palacete de Bustos. Era filho de Joaquim Duarte Sereno que se estabeleceu nesta localidade no ano de 1853, ali montando um pequeno ramo de comércio. Casou com Carolina de Almeida. Em 1858, nascia do casal o primeiro filho, de nome João, que foi Juíz de Direito na Comarca de Albergaria-a-Velha. Em 1859 nasceu o segundo filho, António, que , abandonando os estudos, se fez sócio do pai, passando a sociedade a designar-se J.D. Sereno & Filho "um dos primeiros no comércio tanto em Portugal como no Estrangeiro", assinala "O Nauta". É este mesmo semanário que informa do nascimento do terceiro filho, o Luís, que foi Juíz de Direito na Comarca de Ponte de Sôr, onde casou com Palmira Correia Leitão.*

*[16] Natural de Malhapão, era um dos quarenta maiores proprietários do concelho. Homem alto, quando se transportava na burra que possuía, arrastava os pés pelo chão.*

*Era sogro de outro grande proprietário, Francisco José Martins Ribeiro, o Quartel-mestre, de Águas Boas, casado com Maria Baptista Ferreira dos Reis, o qual tendo herdado, por morte do sogro, o sobreiro que ainda hoje se perfila, centenário, no arraial de Santo Amaro, em Malhapão, o ofereceu, "de livre vontade" ao venerável Santo Amaro, por declaração de 11 de Janeiro de 1884.*

Rosa; vereadores, José Simões de Sousa, de Vila Verde, e Bernardino Joaquim de Carvalho, da Póvoa do Forno; Manuel Francisco Ferreira, da Mamarrosa (que em 1895 passava a vice-presidente) e João Francisco Pedreiras, de Bustos [17] e [18].

Administrador, bacharel Bernardo Faria de Magalhães.

*Manuel de Almeida Sobreiro*

**1898**

Comissão Administrativa, nomeada por despacho de 24 de Janeiro de 1898 para gerir os destinos do Município após o restauro do concelho e constituída por: Presidente, Manuel de Almeida Sobreiro (que foi pároco e presidente da Junta de Paróquia da Mamarrosa) e vice, Miguel Pinto de França; vereadores: José de Oliveira, Bernardino Joaquim de Carvalho e Manuel da Silva Martins.

Administrador interino, José Maria de Couto Brandão.

bibRIA

[17] *Na sessão de 14 de Março de 1895, a Câmara deliberou representar ao governo "para que este concelho seja classificado de segunda ordem, demonstrando que está ao abrigo da lei e nas condições que ella estabelece para assim ser considerado".*

*Esta petição não foi considerada, antes forjava-se já a extinção do concelho.*

[18] *De 1891 a 1895, pouca coisa de monta a Câmara conseguiu realizar. Deferia requerimentos pedindo alinhamentos, construção de muros e casas, solicitando demarcação de prédios e até da Pateira de Fermentelos. Primeiro, em 25 de Agosto, entre Fermentelos e Requeixo, por meio de estacas, servindo de marcas. Uma foi colocada no sítio das Ínsuas, a poente, e "daqui partindo em linha recta em direcção ao nascente foi colocada uma segunda estaca na esquina da motta que devide os campos de Ois da Ribeira e Requeixo ou o esteiro". Feito este serviço, "foram depois espetadas no centro, a distancias iguais e sempre na mesma linha recta, mais duas estacas..." (Acta de 30 de Agosto de 1894).*

*Na sessão de 15 de Novembro do mesmo ano, uma comissão de Fermentelos, composta pelos padres João Roque Ferreira e José Dias Urbano e outros cidadãos como João Tomás Nunes, João Fernandes dos Reis Júnior, João Rodrigues Nunes, Joãc Nunes Condeço, João Francisco António das Neves, Francisco Lourenço Dias e Gabriel Nunes da Rosa, pedia se procedesse à divisão e demarcação da Pateira de Fermentelos relativamente a Ois da Ribeira e Espinhel.*

*Para além da Câmara nomear louvados para as matrizes e Junta Fiscal de Matrizes, comissões de recenseamento, (as sortes eram realizadas na Câmara com a presença do regedor e pároco de cada freguesia), louvados para a divisão de águas de regas ou das próprias fontes, quando fazia obras, como fontes ou lavadouros, nomeava "homens bons" do lugar, onde eram construídas, para darem o seu parecer quanto aos acabamentos.*

**1899 - 1901**

Presidente, António Tavares Araújo e Castro; vice, Domingos Ferreira da Silva, da Palhaça; vereadores: José Joaquim de Oliveira, (da Serena), Manuel de Oliveira Mota, da Feiteira, e João da Cruz.

Foi administrador do concelho António Duarte Sereno (que ganhava como tal trezentos mil reis), bem como João Marques Pires Miranda,(1900).

**1902 - 1904**

Presidente, António Tavares de Araújo e Castro; vice, Padre João Francisco Moreira, da Palhaça; vereadores: Professor António Joaquim de Carvalho, de Oliveira do Bairro, Manuel dos Santos Ferreira, da Póvoa do Forno e João da Cruz, de Bustos.

Era administrador Paulo Ramalho da Cunha Vasconcelos [19].

**1905 - 1907**

Presidente, Dr. Abílio Pereira Pinto, natural de Barrô; vice, padre Abel Gomes da Conceição e Silva, Pároco de Oiã; vereadores: João dos Santos Pato, Manuel Francisco Ferreira e Manuel Martins Esgueira, de Malhapão.

biblRIA

Era administrador António Tavares de Araújo e Castro.

**1908 (de 8 de Janeiro a 20 de Fevereiro)**

Presidente, José Joaquim de Oliveira; vice, José Filipe dos Reis; vogais: Manuel dos Santos Pato, Manuel Joaquim de Carvalho e José Ermelindo Pinto de Miranda.

Era administrador o industrial de grés (cerâmica Rocha, Lda) Abílio de Oliveira Rocha.

---

[19] Ao administrador competia a segurança do concelho e zelar pela saúde pública, gerir a polícia. Por isso e no exercício das suas funções, recomendava em 1903 Paulo Ramalho da Cunha Vasconcelos, "a grande necessidade que há dela fazer observar a mais rigorosa fiscalização sanitaria nas carnes porcinas, verdes e salgadas, fumadas ou por qualquer outro modo preparadas" (Sessão da Câmara de 31/1/1903).

**1908 (de 20 de Fevereiro a 30 de Novembro)**

Dr. Abílio Pereira Pinto, que continuava a ter como vice padre Abel da Conceição e Silva; vereadores: João dos Santos Pato, Agostinho Francisco da Graça, Manuel Martins Esgueira e Manuel Francisco Ferreira.

**1908 (30/11) - 1910 (10/10)**

Presidente José Filipe dos Reis, de Oliveira do Bairro; vice, Manuel de Oliveira Mota; vereadores: Joaquim Manuel de Albuquerque, José Maria Nunes e António Rodrigues Capucho, da Mamarrosa.

Administrador, António Tavares de Araújo e Castro.

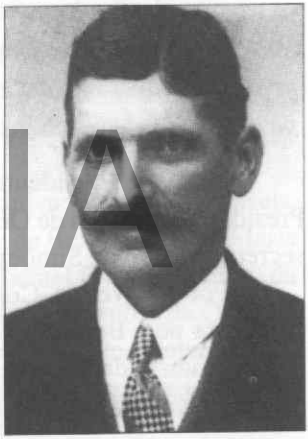
*António Tavares Araújo e Castro*

bibRIA

# PRESIDENTES DA CÂMARA NO TEMPO DA REPÚBLICA

## 1910 (15/10) a 1913

Presidente da Comissão Administrativa, Manuel dos Santos Ferreira; vice, Manuel de Oliveira Mota, da Feiteira; vereadores: Joaquim da Silva Pires, da Silveira, Jacinto Simões dos Louros, de Bustos, Manuel Rodrigues Simões de Sousa, João dos Santos Pato e Manuel de Melo, da Palhaça (nomeados por alvará do governador civil de 8 de Outubro de 1910 vogais efectivos da Comissão Municipal Republicana do concelho de Oliveira do Bairro).



*Manuel dos Santos Ferreira*

Administrador, bacharel Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, (substituído interinamente por vezes por Manuel dos Santos Ferreira).

bibRIA

## 1914

Câmara: Presidente, Abílio de Oliveira Rocha e vice-presidente, Jacinto Simões dos Louros; vereadores efectivos: José Joaquim de Oliveira, Manuel dos Santos Ferreira, Joaquim da Silva Pires, José Martins da Rosa Graça e Agostinho Francisco da Graça (eleitos para o triénio de 1914/1919. Desiderato que não chegou a concretizar-se, muito longe disso. Em Abril de 1914, tomavam posse, proclamados por acordão do Supremo Tribunal Administrativo, de 4 de Março, António Tavares de Araújo e Castro,

presidente, vice, Joaquim de Oliveira Vela, secretário, Joaquim Luís Duarte Maia e vice-secretário, Manuel Caetano da Rosa, de Malhapão).

*Abílio de Oliveira Rocha*

A Comissão Executiva eleita era, a partir de 18/4/1914, composta por: Bernardino Joaquim de Carvalho, António da Silva Ventura, José da Silva Pires, Manuel Simões Tribuna, de Bustos, António Pedro de Almeida, José Simões Loureiro, José Maria Rodrigues Réu, António de Oliveira das Neves, Manuel Rebolo e António de Oliveira Campos Moreira. (Antes daquela data, era constituída por: José Joaquim de Oliveira, presidente, Agostinho Francisco da Graça (vice), José Martins da Rosa Graça e Manuel dos Santos Ferreira (vogais).

Administrador do concelho, Francisco Ferreira da Encarnação.

**1915**

Câmara: Presidente, António Tavares de Araújo e Castro; Vice-Presidente, Joaquim de Oliveira Vela; secretário, José da Silva Pires e vice-secretário, Manuel Simões Tribuna.

bibRIA

Por sua vez, a Comissão Executiva, eleita em 2 de Janeiro, era composta por: Bernardino Joaquim de Carvalho, Presidente; António da Silva Ventura, da Palhaça, vice; vogais efectivos: José Simões Loureiro, Manuel Caetano da Rosa e Joaquim Luís Duarte Maia, de Oiã.

**1916**

Câmara: Presidente, António Tavares de Araújo e Castro; vice, José da Silva Pires, Secretário, Joaquim Luís Duarte Maia e vice-secretário, Manuel Simões Tribuna.

A Comissão Executiva foi eleita por aclamação e ficou assim constituída: Bernardino Joaquim de Carvalho, Manuel Caetano da Rosa, Joaquim de Oliveira Vela, José Simões Loureiro e Manuel Simões Rebolo, da Palhaça.

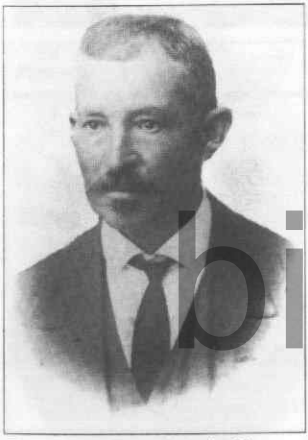
Administrador do concelho, Manuel dos Santos Ferreira.

## 1917

Câmara: Presidente, António Tavares de Araújo e Castro; vice, Joaquim de Oliveira Vela, secretário, Joaquim Luís Duarte Maia e vice-secretário, Manuel Simões Tribuna.

Comissão Executiva (eleita por aclamação): Bernardino Joaquim de Carvalho, Manuel Caetano da Rosa, José Simões Loureiro, Manuel Simões Rebolo e José da Silva Pires.

Administrador Interino, Dr. António da Costa Ferreira (que foi demitido de cargo de médico municipal em 24/2/1917, sendo substituído pelo Dr. Alberto Tavares de Castro).



*Domingos Ferreira da Silva*

## 1918

Câmara: Presidente, Domingos Ferreira da Silva, da Palhaça; vice, José Pires Cardoso; secretário, Armando Simões Gapo, da Mamarrosa, e vice-secretário, Manuel Caetano da Rosa (eleitos por unanimidade e aclamação em 2/1/1918).

Comissão Executiva: José Filipe dos Reis, Manuel de Matos Ala, de Bustos, Manuel Maria Nunes, da Feiteira, Manuel Francisco Cura, da Tojeira – Palhaça e Manuel Simões da Cruz, de Malhapão, que passa a Comissão Administrativa a partir de 2 de Fevereiro de 1918, caindo assim a Câmara, presidida por Domingos Ferreira da Silva.

Administrador: Albano Ferreira da Cruz.

## 1919

Ano bastante conturbado por factos políticos, nomeadamente pela proclamação da monarquia do Norte e, bem perto de nós em Águeda, o deflagar da Traulitânia que opôs couceiristas a republicanos nas Barreiras, são vários os órgãos gerentes do Município.

Comissão Administrativa: eleitos por unanimidade em 4 de Janeiro – Manuel de Matos Ala, presidente; Manuel Caetano da Rosa, vice-presidente; Manuel Maria Nunes, secretário e Manuel Simões da Cruz, vice-secretário.

biblRIA

Em 8 de Fevereiro, nomeados pelo governador do distrito de Aveiro, reuniam novos vogais efectivos da nova Comissão Administrativa. Feita a eleição, ficou assim constituída: presidente, Joaquim Francisco de Figueiredo; Manuel de Oliveira Mota, vice-presidente; vogais: Manuel Francisco Rei, João Ferreira de Matos e José Martins da Rosa Graça.

Esta mesma Comissão Administrativa passa a Comissão Executiva na reunião da Câmara, em 12 de Agosto de 1919. Nesta data tomou posse a Câmara cujos vogais haviam sido eleitos no dia 25 de Maio. Era assim formada: António Simões Barata, presidente; José Maria Rodrigues Réu, vice-presidente e José Martins da Rosa Graça, secretário.

Administrador, Manuel dos Santos Ferreira.

**1920**

Câmara: António Simões Barata, presidente; José Maria Rodrigues Réu, vice-presidente; Manuel Simões de Carvalho, secretário, e João Martins Ribeiro, vice-secretário (eleitos por escrutínio secreto) [1].

Comissão Executiva: Joaquim Francisco Figueiredo, presidente; Manuel de Oliveira Mota, vice-presidente; José Martins da Rosa da Graça, secretário, e João Ferreira de Matos Júnior, da Giesta, vice-secretário.

*António Simões Barata*

biblRIA

**1921**

Câmara: Presidente, Joaquim Francisco de Figueiredo; Alberto dos Santos Pato, vice-presidente; Secretário, José Maria Rodrigues Réu e vice-secretário, Manuel Simões de Carvalho.

Comissão Executiva: António Simões Barata, presidente; Manuel de Oliveira Mota, vice: Manuel Francisco Rei, secretário, e Joaquim Daniel

---

[1] *Na sessão de 4 de Setembro de 1920, a Câmara deliberou adquirir à Sociedade Eléctrica-Industrial do Norte dez lâmpadas para serem colocadas na vila. Aquela empresa oferecia, em ofício, a instalação de lâmpadas no concelho, "limitando esta ao encargo do pagamento da iluminação na razão de cerca de nove escudos anuais por cada lâmpada (...) nada tendo esta Câmara a pagar pelas instalações".*

*Chegava a luz eléctrica ao concelho, embora muito devagarinho.*

*Joaquim Francisco de Figueiredo*

Simões dos Santos, da Póvoa, Bustos, vice-secretário, e Manuel da Silva Cardoso, de Oiã, vogal.

**1922**

Câmara: Manuel de Oliveira Mota, presidente; Joaquim Francisco Figueiredo, vice; João Ferreira de Matos Júnior, secretário, e Alberto dos Santos Pato, vice-secretário.

*Manuel de Oliveira Mota*

Comissão Executiva: José Maria Rodrigues Réu, presidente; João Ferreira de Matos Júnior, vice-presidente; Manuel de Oliveira Mota, secretário; Manuel Francisco Rei, vice-presidente, e João Martins Ribeiro, vogal.

biblRIA

**1923**

Câmara: Presidente, António Joaquim de Carvalho; vice presidente, Domingos Ferreira da Silva; secretário, Manuel Reis Pedreiras e vice-secretário, António Ferreira Vela.

*António Joaquim de Carvalho*

Comissão Executiva: Dr. Manuel dos Santos Pato, do Sobreiro, presidente; João Ferreira de Matos Júnior, vice-presidente; secretário, José de Oliveira da Silva Briosa, do Troviscal; vogais: António Joaquim de Carvalho e António Simões dos Santos.

**1924**

Câmara: Presidente, António Joaquim de Carvalho; vice-presidente, Domingos Ferreira

da Silva; secretário, Manuel Reis Pedreiras e vice-secretário, António Ferreira Vela.

Comissão executiva: presidente, Dr. Manuel dos Santos Pato; vice, Manuel Martins Pereira, das Cruzes, Oiã; secretário, António Simões dos Santos; vogais: José de Oliveira da Silva Briosa, António Simões dos Santos, do Forno, António Rodrigues Réu e Avelino Ferreira Pinhal.

**1925**

Câmara: Presidente, António Joaquim de Carvalho; vice, Manuel Martins Pereira; Secretário, José de Oliveira da Silva Briosa e vice-secretário, Avelino Ferreira Pinhal [2].

Comissão Executiva: Dr. Manuel dos Santos Pato, presidente; secretário, António Rodrigues Réu; António Simões dos Santos e Domingos Ferreira da Silva, vogais.

**1926 (11 de Janeiro a 17 de Julho/1926)**

Câmara: Presidente, Manuel dos Santos Ferreira; vice, Manuel Maria Martins Duarte; secretário, António Simões dos Santos; vice-secretário, José Martins de Oliveira Júnior e vogal, António Ferreira Fresco de Almeida, de Vila Verde.

bibRIA

Comissão Executiva: Dr. Manuel dos Santos Pato, Presidente; Manuel dos Santos Pereira (vice) e António Ferreira Fresco de Almeida, secretário; vogais: Manuel Martins Capitão-mor, da Palhaça, José Nunes Cardoso, José Francisco Martins Frazão e Duarte Nunes Cipriano (todos eleitos com 581 votos nas eleições realizadas em 29 de Novembro de 1925).

---

[2] *Na reunião da Câmara de 06/06/1925, foi deliberado tomar a iniciativa da construção de um monumento aos mortos da grande guerra, nomeando para isso uma comissão competente que, 'além dos vogais da Câmara (Domingos Ferreira da Silva e António Rodrigues Réu), incluía os presidentes das Juntas de Freguesia, representante da Imprensa do concelho e oficiais e sargentos combatentes da Grande Guerra, naturais do concelho, "devendo reunir no edifício desta Câmara no dia treze do corrente..".*

*Nessa sessão, ficou deliberado comunicar o levantamento da obra. Apareceram muitos dos convidados e foi deliberado abrir-se uma subscrição pública, o mais ampla possível, e consultar os escultores conhecidos a apresentar plantas e orçamentos respectivos.*

*A Comissão foi assim constituída: Dr. Manuel dos Santos Pato; Dr. Alberto Tavares Ferreira de Castro (pelos combatentes da Grande Guerra) e Manuel Martins Duarte, pelas JF; Manuel Rodrigues Simões de Sousa e, pela imprensa, Tiago Augusto Ribeiro, director da "Alma Popular".*

*tenente Armando Esteves*

**1926 (31/7) a 1928 (25/2)**

Presidente, tenente Armando Esteves; vogais: Joaquim Daniel Simões dos Santos e José da Silva Pires (nomeados por alvará do governador civil de Aveiro de 22/7/1926 para constituírem a Comissão Administrativa da Câmara [3].)

Administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro (que ocupou este cargo até 1938).

**1928 (6/3) - 1932**

Presidente da Comissão Administrativa (CA), António de França Martins; vogais: António Tavares de Araújo e Castro, José Simões Loureiro e Joaquim de Oliveira Vela.

*António França Martins*

bibRIA

**1933 (22/10) - 1934 (4/7)**

Presidente da C.A., António França Martins; vogais: António Tavares de Araújo e Castro, José Simões Loureiro e José Lopes Dias, de Oiã, a partir de 22/4/1933.

---

[3] *Foi no tempo de Armando Esteves que se procedeu à aquisição amigável, e também por expropriação, de que cuidou o advogado Joaquim Simões Peixinho, de terrenos para a construção da rua do Cascão em Oiã. Também, por proposta do seu vice, José da Silva Pires, foi construída a estrada entre Silveira, (de onde era natural) e Vila Verde.*

*A Câmara viu-se confrontada, em Outubro de 1927, com o pedido da Câmara de Vagos para extinguir a feira dos 8 que então tinha realização na Palhaça. Eram assim ao tempo três as feiras que ali tinham lugar: 8, 12 e 29 de cada mês.*

*O ofício pedia que a Câmara oliveirense providenciasse no sentido de impedir a realização daquela feira, em virtude de prejudicar a do lugar de Salgueiro, daquele concelho, que se costumava efectuar no mesmo dia oito (Acta de 9/10/1927).*

*A edilidade não tomou qualquer deliberação, antes mandou comparecer a Comissão Administrativa da Palhaça "para se proceder como melhor lhe convenha para os interesses daquela freguesia como deste concelho".*

**1934 (4/7) - 1937 (23/9)**

Presidente da C.A., Dr. Miguel França Martins; vogais: José Lopes Dias e José Simões Loureiro. Administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro.

**1938 - 1941**

Presidente, António Tavares de Araújo e Castro [4]; vereadores: António Domingues Novo, de Malhapão, e José Simões Loureiro.

*Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa*

**5/4/1941 - 1945**

Presidente, Professor Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa; vice, Manuel dos Santos Pereira; vogais: Manuel Caldeira Albuquerque e João de Deus Simões Vieira.

**1946 - 1949**

Presidente, Prof. Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa, de Vila Verde; vice, Manuel dos Santos Pereira, da Feiteira; vereadores: Manuel Caldeira Albuquerque, de Oiã, e João de Deus Simões Vieira, da Picada, Bustos.

biblRIA

**1950 - 1951 (26/06/51)**

Presidente, Professor Manuel Gabriel Caetano da Rosa; vice, Manuel dos Santos Pereira e vereadores: António Cândido Martins, da Palhaça, e João de Deus Simões Vieira.

**1951 (10/7/51) - 1959**

Presidente, Manuel dos Santos Pereira; vice, Bernardo Manuel Ferreira de Sousa e vereadores: professor Joaquim Granjeia Seabra e Manuel dos Santos Vieira.

---

[4] *É substituído na presidência pelo Dr. Miguel França Martins, no período entre 27 de Abril e 26/10 de 1940; volta a abandonar as funções em 5/4/1941, sendo então substituído pelo Professor Manuel Gabriel Caetano da Rosa ou Manuel Caetano da Rosa Júnior.*

**1960 - 1965**

Manuel dos Santos Pereira, presidente; Manuel dos Santos Vieira, de Perrães (que assumiu, por nomeação do governador civil, a presidência entre 14/11/1903 e 25/2/1964) e António Martins Pereira, das Cruzes, de Oiã (vogais, eleitos na reunião do Concelho Municipal de 2/12/1959).

*Manuel dos Santos Pereira*

**14/12/1965 - 1967**

Presidente, Francisco Ferreira da Cruz, vice, Dr. José Marcelino de Sousa Moura e vereadores: António Martins Pereira e Manuel dos Santos Vieira.

*Francisco Ferreira da Cruz*

bibRIA

**10/5/1967 - 1969**

Presidente, Dr. José Marcelino Sousa Moura que substituiu Francisco Cruz, desde 8/2/1967, por falecimento daquele, tendo como vereadores Professor Amílcar Martins Branco, de Oiã, e Horácio Ferreira dos Reis, da Murta. A partir de 31/7/1968, teve como vice, Professor Orlando de Oliveira Pato.

*Dr. José Marcelino Sousa Moura*

**1969 - Abril de 1974**

Presidente, Manuel dos Santos Pereira; vice, a partir de 27/7/72, Professor João Duarte Silvano; vereadores: prof. Amílcar M. Branco e Horácio Ferreira dos Reis.

Conselho Municipal: António dos Santos Timóteo, Daniel da Silva Cravo Júnior, Honorato Pinto Ribeiro, Silvério Francisco Pereira, Manuel Batista de Oliveira, João José Almeida Soares,

*Manuel dos Santos Pato*

Manuel dos Santos Vieira, Manuel Bernardo Ferreira de Sousa, António Gomes de Cunha, prof. Joaquim Granjeia Seabra e Dr. Heitor Batista Ferreira. Foi eleito procurador ao Conselho de Distrito prof. Amílcar M. Branco.

**5/5/1974 - 1975 (12/5)**

Comissão Administrativa: Presidente, Dr. Manuel dos Santos Pato; vice, Dr. Fernando Peixinho Pires Fernandes; vereadores: Dr. Assis Francisco Correia e Amaral Simões dos Reis Pedreiras.

**19/6/1975-1976**

Drª. Maria Fernanda Navega de Barros Soeiro e Matos Fernandes, presidente; vereadores: Dr. Assis Francisco Rei e Dr. Fernando Peixinho Pires Fernandes.

bibRIA

*Maria Fernanda Navega de Barros Soeiro*

**1977 - 1979**

Presidente da Câmara, Alípio da Assunção Sol, de Vila Verde (PSD); vereadores: Maria Orendina dos Santos Louceiro da Silva, da Palhaça, e Carlos Esteves de Sá, de Oiã, todos do PSD; Engº. António Miguel Martins de Carvalho e Costa, Professores Élio Martins Ferreira, do Silveiro, e Ante-ro Lopes Moreira, Oiã (CDS) e Drª. Maria Fernanda Navega de Barros Soeiro Matos Fernandes (PS), de Oliveira do Bairro (na sequência das primeiras eleições livres).

*Alípio da Assunção Sol*

**1980 - 1982**

Presidente, Alípio da Assunção Sol; vereadores: Manuel Alberto da Silva Ferreira, da Palhaça, Manuel Viegas Martins dos Santos, de Malhapão, e Dr. José Moreira Coelho, de Barata, de Vila Verde, Professor Élio Martins Ferreira e Maria da Luz dos Santos Cunha Coelho, de Oliveira do Bairro, CDS [5].

**1983 - 1985**

Presidente, Alípio da Assunção Sol; vereadores: Manuel Alberto da Silva Ferreira e Dr. Amílcar Simões Pereira, de Carris, Oiã e Dr. José Maria Coelho, PSD; Dr. Manuel da Fonseca Martins, da Mamarrosa, Alberto de Jesus Claro, do Troviscal, e Engº Manuel dos Campos Silvestre, do Repolão, CDS [6].

**1986 - 1989**

Presidente, Alípio da Assunção Sol; vereadores do PSD: António Augusto Marques Mota, da Palhaça; Fernando dos Santos Pereira, do Troviscal, e Eng. Victor Areias Mota, de Malhapão; do CDS: Dr. Álvaro Pires dos Santos, de Oliveira do Bairro, Dr. Manuel da Fonseca Martins e Elísio Mário Albuquerque Batista Martins, de Bustos.

bibRIA

*Acílio Domingues Gala*

**1990 - 1993**

Presidente da Câmara, Dr. Acílio Domingues Gala, da Póvoa do Carreiro - Troviscal; vereadores do CDS/PP: Elísio Mário de Albuquerque Batista, Manuel Pires de Oliveira, dos Carris, Oiã, e Armando Carlos de Almeida, de Oliveira do Bairro; vereadores do PSD: Alípio

---

[5] *Em 18 de Abril de 1985 tomaram assento, como vereadores, Mário da Silva Cravo, em substituição de Dr. José Maria Coelho, e professor João Duarte Silvano, em substituição de Engº. Manuel dos Campos Silvestre, que retomou o lugar em 8 de Junho de 1985.*

[6] *Maria da Luz dos Santos Cunha Coelho foi substituída até ao fim do mandato por Manuel da Silva Cravo.*

da Assunção Sol, Dr. Mário Rui dos Reis Mota, de Bustos, e Carlos Manuel dos Santos Réu, de Oiã.

**1994 - 1997**

Presidente, Dr. Acílio Domingues Gala; vereadores do CSD/PP: Elísio de Albuquerque Batista Martins e professor Victor Manuel de Oliveira Bastos, do Silveiro; vereadores do PSD: Eng. António Manuel Dias Cardoso, de Oliveira do Bairro e Eng. Benjamim Ferreira Pires, do Silveiro.

bibRIA

---

*A Câmara passa a ter pela primeira vez um vereador em regime de permanência, Manuel Alberto da Silva Ferreira.*

# BAILIA ADMINISTRATIVA

bibRIA

bibRIA

# QUANDO SANGALHOS PERTENCEU AO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

O concelho de Oliveira do Bairro, envolvendo apenas as freguesias de Oliveira e Oiã, foi criado pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836. Este Decreto extinguia nada menos de 498 concelhos, minúsculo, e criava duas dezenas de outros, constituindo uma das reformas administrativas mais profundas, alguma vez efectivada em Portugal. A reforma de Passos Manuel baixava o número de concelhos de 828 para 330. Fixando-se em 351, com os 21 então criados, número que se aproxima dos que existem hoje (305). De resto, já Mouzinho da Silveira, autor da reforma administrativa de 1832, reconhecia que "existem vilas e câmaras insignificantíssimas e em grande número, as quais repugna que se conservem assim. Haviam de ser os Setembristas a dar cabo desta "manta de retalhos".

bibRIA

No entanto, ele já era de há largos tempos um pequeno concelho, vila que era em termo e significado medieval, verdade asseverada por Joaquim da Silveira - "toda a área desta freguesia, de natureza reguenga, constituída, por outro lado e desde os tempos da dinastia afonsina, um dos minúsculos concelhos que enxameavam então pelo centro e norte de Portugal"- [1].

Se isso é verdade, igualmente é verdade que Oiã, freguesia que andava dividida pela Câmara e Comarca de Aveiro (lugares de Oiã e Perrães) e de Esgueira (lugares de Águas Boas e Oiã) já formava concelho com Oliveira do Bairro, quando foi publicado esse Decreto. Mas o menos recordado ou

---

[1] *"Arquivo do Distrito de Aveiro, volume XXXI, nº 124, pág. 261.*

nunca salientado é que Sangalhos também o integrou, tendo passado para o de Anadia em Novembro de 1836. Como é comprovado por autos de juramentos e autos de aclamação.

Um deles é lavrado, de resto como os outros, em "Oliveira do Bairro em Câmara de Julho de 1823". Era procurador do concelho, que era composto por Oliveira do Bairro, Sangalhos e Oiã, Manuel Francisco Carriço e vereadores: Caetano Luis Ferreira da Cruz Tavares Pereira e Silva, Joaquim Ferreira de Oliveira (?), António Ferreira dos Reis e escrivão José Marcelino Quaresma.

Regressara do Brasil (24/4/1821) e ao trono D. João VI e era necessário mostrar contentamento pelo acontecido ou jurar a Carta.

"Acabando agora mesmo de reassumir as insígnias dos cargos que largamos em Outubro do anno próximo passado, assentamos unanimemente que o primeiro paso que devemos dar he levar ao conhecimento de V.M. os mais puros affectos de prazer e alegria e os mais sinceros sentimentos de júbilo e regozijo de que se deixão possuir geralmente os habitantes deste concelho logo que a elle chegou o dia sinco de Junho a faustissima nova dos prodigiosos acontecimentos...".

bibRIA

Nesse documento que assinala a existência do concelho, ainda verberam os signatários "huma facção anarquica e desergonizadora" (a Vilafrancada, Maio de 1823) que espoliara o Trono e referem-se a um "governo revolucionário que não cumpria as promessas" e a "detestável constituição que não podia existir sem a ignominia do Trono e da Dinastia Augusta". E não deixavam de lamentar ainda os factos que haviam ocorrido entre 4 de Agosto de 1820 e 31 de Maio de 1823 [2].

Júbilo mostraram o clero, a nobreza e o povo (é assim que falam os documentos deste género, sinal que havia gente nobre na sede do concelho), também com o regresso de D. Pedro IV ao trono de Portugal, abdicando do Trono do Império do Brasil em favor do seu filho.

Assim:

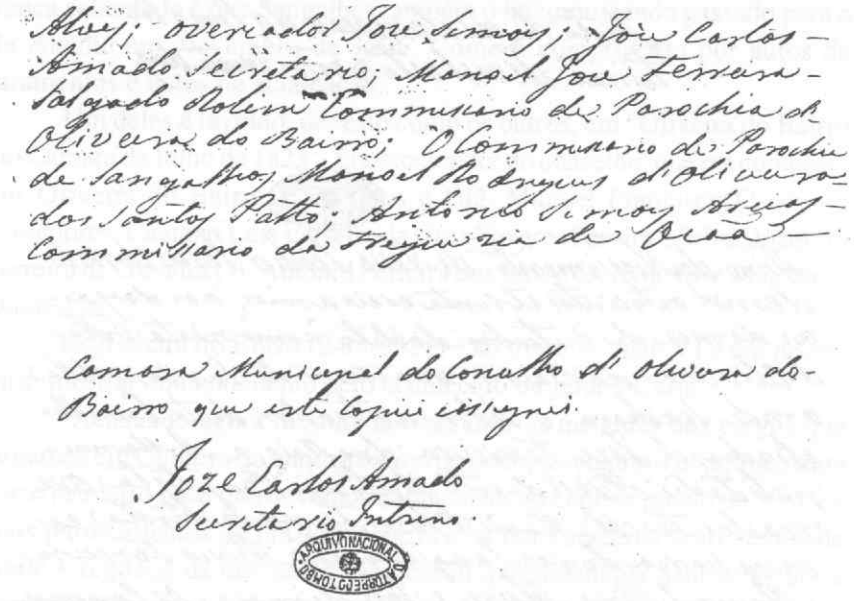
"A Câmara d'esta villa d'Oliveira do Bairro, apenas recebeo a faustissima notícia e aventurosa ha muito apetecida chegada de Vossa Alteza a este Reino e vendo em hum tão grande acontecimento asegurada a

[2] *Documento da Torre do Tombo, 7553*

Auto de acclamação da Constituição de mil oito centos e vinte dois

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus christo de mil oitocentos e trinta e seis annos, aos dois dias do mez de outubro do dito anno nesta villa d'Oliveira do Bairro, e nas cazas da Camara della aonde se achava o Administrador deste Concelho o Bacharel Joze Ferreira dos Reis, e A Municipalidade o Presidente Antonio Baptista, Overiador Fiscal Manoel Joze Ferreira Rôlla, e os mais veriadores Joaquim Joze Pires Ferreira, Manoel Pires Alves, e Joze Simoes; Os Commissarios de Parochia das trez Freguezias deste Concelho com os seus Cabos de Policia, Manoel Joze Ferreira Rôlla Salgado Rolim, Manoel Rodrigues d'Oliveira dos Santos Patto, Antonio Simoes Areias, e a mais Nobreza e povo abaixo assignados, e todos protestarão manter a constituição ja Jurada em mil oitocentos e vinte dois annos observando todas as Leis e Regulamentos do Governo. Editado para constar mandou a Municipalidade e Administrador fazer este auto que assignarão com os abaixo assignados. Eu Joze Carlos Amado Secretario da Camara que o escrevi com elles assignei = Joze Ferreira dos Reis Administrador; o Presidente Antonio Baptista; overiador Manoel Joze Ferreira Rolla; Overiador Joaquim Joze Pires Ferreira; overiador Manoel Pires

bibRIA



Auto de Aclamação da Constituição de 1822, onde vem expresso que Sangalhos e Oiã integravam o pequeno Concelho de Oliveira do Bairro.

biblRIA

felecidade de toda a Nação Portuguesa", fez cantar na igreja paroquial "hum Te Deum que não só assistio este Camera, mas espontaneamente todo o clero, nobreza e povo desta mesma vila e seu termo "(Oiã e Sangalhos). E no fim lá vinha: "em Camera de Fevereiro de 28 de 1828".

Assinaram o auto de aclamação o juiz de fora, Manuel Cardoso de Gouveia Pereira Corte Real, os vereadores - António Ferreira Rodrigues Álvares Salgado (o mais velho) e António Francisco Louro (o mais novo) e ainda um terceiro vereador, José Homem de Carvalho Silva e Sousa; o procurador do concelho, João de Oliveira Margalho (?) e o escrivão da Câmara, José Marcelino Quaresma (Documento da Torre do Tombo 4582).

O auto de juramento à Carta Constitucional, realizado em 3/8/1826, sendo Rei D. Pedro IV, contém também referências às festas realizadas na vila a propósito de tal evento: um "Te Deum com a solenidade possível a que concorrerão as autoridades eclesiasticas, civis e militares da terra, concluindo-se e iluminando-se as ruas e frontespicios das casas desta mesma villa e

juntamente em contínuos e sucessivos repiques de sinos e vivas a S.M. Fidelissima".

Juraram a Carta Constitucional o procurador do concelho, então João Ferreira Fresco, Caetano Luis Ferreira Tavares Pereira, que servia de juiz de fora, na ausência do fidalgo cavaleiro da Casa Real, doutor Manuel Cardoso Gouveia Pereira Corte Real, e os vereadores - Joaquim José de Oliveira e Joaquim Francisco dos Reis e também clero e povo. Juraram ainda o prior José Lourenço, o sargento-mor, comandante das ordenanças do "destricto de Oliveira do Bairro" e José Ferreira Rola [3]. Assinaram este auto ainda os padres José Salgado e Manuel Pires Ferreira, o padre Cura, José Alves de Mariz; o brigadeiro reformado, Manuel Joaquim de Mello Brandão Ferreira e Sá; o prior encomendado Manuel Jorge Vieira; o capitão-mor António Ferreira Rodrigues Álvares Salgado; o Sargento-mor Manuel José Ferreira Rola. E ainda Manuel José Salgado Rolim, António Vicente de Almeida, Domingos Pinto Ferreira de Vasconcelos e José da Cruz Ferreira dos Reis Páscoa.

Neste mesmo ano e no dia 24 de Agosto, nesta freguesia de Oiã e "nas moradas da residencia do reverendo Francisco Tavares da Silva, vigario da ditta freguezia annexa e filial de Espinhel" fizeram o juramento da Carta Constitucional, dada e decretada por El-Rey Nosso Senhor o Senhor Dom Pedro quarto" padre Francisco Tavares da Silva, padre Sebastião Paulo da Maia, dos Carris, padre Manuel Porfírio da Maia, padre Manuel Anastácio de Oliveira Cordeiro, Padre Manuel Francisco Coelho, padre José António das Neves, padre José Carlos e padre Manuel José de Brito, coadjutor de Oiã.

É, todavia, no auto de aclamação da Carta Constitucional de 1822, verificada "na Camera de Oliveira do Bairro" em 2/10/1836 que vem claramente mencionada a existência do concelho e as freguesias que o compunham:

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e seis annos, aos dois dias do mez de Outubro do dito anno nesta villa d' Oliveira do Bairro, e nas cazas da Camara d'ella aonde se achava o Administrador deste concelho, o Bacharel José Ferreira dos Reis e a

[3] *"Arquivo do Distrito de Aveiro", volume XXXI, nº 124, página 262*

bibRIA

Municipalidade o Presidente António Baptista o vereador fiscal Manoel José Ferreira Rolla e os mais vereadores Joaquim Joze Pires Ferreira, Manoel Pires Alves e Joze Simões: os commisarios de Parochia das trez freguesias deste Concelho com os seus cabos de polícia... Manoel José Ferreira Rolla Salgado Rolim, Manoel Rodrigues de Oliveira dos Santos Patto, António Simões Areias e a mais nobreza e povo...".

Este documento vem assim acrescentar algo de novo ao que se sabia. De resto, Joaquim da Silveira, apesar de ser da Fogueira, freguesia de Sangalhos, no seu pequeno trabalho sobre o concelho de Oliveira do Bairro, respeitante a 1836, limita-se a afirmar que "as freguesias inteiras de Oiã e Oliveira do Bairro ficaram a formar o novo concelho" [4], não afirmando sequer que o concelho de Oliveira do Bairro perdia a freguesia de Sangalhos.

No fim do documento são mencionados os comissários: Manuel José Ferreira Salgado Rolim, de Oliveira do Bairro: de Sangalhos, Manuel Rodrigues d'Oliveira dos Santos Pato e, de Oiã, António Simões Areias. Depois, vinham os cabos de polícia, etc. [5].

Isto vem contradizer o que Baptista de Lima escreveu em "Terras Portuguesas I Volume, 1932, pp. 144-145 - e António Capão refere in "A Carta Foral de Oliveira do Bairro", página 20 - ou seja a freguesia de Oiã que era do concelho de Aveiro, passou a integrar em 1842, o concelho de Oliveira do Bairro. Já lhe pertencia antes de 1836.

bibRIA

Acrescente-se que neste ano (1836) por aquele decreto de 6 de Novembro, a Mamarrosa, que tinha sido um pequeno concelho, entre 1792 e 1836[6] foi parar ao concelho de Mira, enquanto a da Palhaça, que pertencia ao concelho de Esgueira, compreendendo Vila Nova, (mas o Albergue era do concelho de Aveiro), foi integrada no concelho de Soza e a do Troviscal, que era do concelho de Recardães, no de S. Lourenço do Bairro.

O documento do género que envolve mais assinaturas tem a data de 17/9/1831 e trata-se de mais um juramento à Carta Constitucional com o regresso de D. Pedro IV a Portugal. Reza assim o documento:

"Nesta ocasião pois em que os verdadeiros sentimentos, vontade e

---

[4] *Autos de Aclamação à Carta Constitucional - Documento da Torre do Tombo nº 6562*
[5] *Autos de Aclamação à Carta Constitucional, Idem, Doc. 164*
[6] *"Mamarrosa Milenária", de Amor Pires Mota, página, 49*

decisão do Povo Português devem constar o mais confirmado e reiteradamente possível a todo o Mundo para que cavilozamente não possa alegar em favor de infaustas pertensões qualquer equivoco nos mesmos sentimentos da Nação, a Camera de Oliveira do Bairro exprimindo os desejos dos habitantes de todo o seu destricto que representa, vem (...) protestar na presença de V.Mag. da Nação e de todo o Mundo contra quaisquer pertensões inniquas e de todo o coração offerecem e poem à disposição do Governo de S. Mag. as suas pessoas, os bens e faculdades sem a mínima reserva para tão honrados como justos fins da independência nacional e sustentação das legítimas decisões das Cortes".

Assinaram-no entre muitos (foram nada menos do que 184 pessoas a fazê-lo) Francisco Maria de Sousa Brandão e Menezes, nascido de linha nobre, que então era o juiz de fora e presidente; os vereadores: José Joaquim Moreira, Manuel Francisco Vidal, Joaquim José dos Santos e Joaquim Ferreira Reis, que era o procurador do concelho, padre José Salgado, padre Manuel Pires Ferreira, e o 3º cura, José Alves Maia, o brigadeiro reformado Manuel Joaquim de Mello Brandão Ferreira e Sá, o prior encomendado, Manuel Jorge Videira, o capitão-mor António Ferreira Rodrigues Álvares Salgado e o sargento-mor, Manuel José Ferreira Rola.

bibria

Seguem-se muitas dezenas de assinaturas de muitissimos cabos de polícia e outros cidadãos, com algumas curiosidades a nível de apelidos, que ainda hoje existem: Santos Bouça, Reis Páscoa, Arrulo, Miguéis, Peniche, Cardoso, Camaco, Vasconcelos, Salgado, Reis, Rato, Carvalho, Batista Reis, Carrete, etc.. O último a assinar foi o tabelião José Marcelino Quaresma que reconheceu todas as assinaturas *in fide veritatis*, [7].

Efectivamente nos autos de aclamação, realizados na Câmara de Oliveira do Bairro, surgem informações preciosas, mas algumas a suscitar acesas dúvidas que espicaçam alguma investigação mais profunda.

É o caso do termo de juramento de fidelidade ao Rei D. Pedro IV, realizado em 31 de Junho de 1826, onde se pode verificar que S Lourenço do Bairro e seu termo pertencia ao "destricto" de Oliveira do Bairro a nível de segurança militar e simultaneamente civica.

"Nesta villa d' Oliveira do Bairro e cazas da camera aonde estava o

[7] *Autos de Juramento à Carta Constitucional, Documento da Torre do Tombo 5180*

sargento-mor commandante das ordenanças deste destricto que compreende a villa de São Lourenço do Bairro e seu termo...". O sargento-mor era Manuel José Ferreira Rola.

Outro documento que espicaça a curiosidade é o da aclamação, datado de 6 de Maio de 1838, onde surgem a fazer juramento o pároco José Gomes Lourenço que fora exactamente nomeado para "deferir aos reverendos párocos e demais empregados das freguezias do Troviscal, Oiã, Espinhel, Sangalhos e Ancas".

O livro dos Evangelhos foi-lhes apresentados pelo padre mais antigo, Manuel Joaquim Ramos. Assinaram os párocos encomendados, Padre José Alberto de Magalhães, José Fernandes da Cruz, José Marques de Santa Maria, o coadjutor de Sangalhos, Manuel Tavares de Melo e o secretário, Joaquim Soares da Silva Vasconcelos.

Que tinham a ver, administrativa ou religiosamente, as freguesias de Ancas e Espinhel com Oliveira do Bairro?

Da velha ligação administrativa de Sangalhos a Oliveira do do Bairro resultaram naturalmente relações estreitas de ordem social e económica.

As gentes de Sangalhos sempre se sentiam mais próximas de Oliveira do Bairro do que de Anadia. Concorrendo aos seus mercados desde o século passado ou mandando os seus filhos estudar nos seus antigos colégios e actuais escolas. Forjaram-se, assim, por via da aproximação geográfica, mas também por força administrativa, laços sentimentais entre um e outro povo que ainda hoje perduram, sublinhados pela tentação de alguns defenderem a inclusão de Sangalhos no concelho oliveirense. De um e de outro lado. Hoje como ontem.

Em 1867, o pároco de Oiã, padre Joaquim Rosa, defendia essa ideia. Dando cumprimento a determinação do Ministério do Reino que consultava as paróquias sobre a organização das novas paróquias civis, fora deliberado, em reunião de 8 de Agosto, que as seis freguesia que então constituíam o concelho fossem reduzidas apenas a quatro, com a anexação da freguesia de Nariz, que tinha 196 fogos, à da Palhaça que tinha 254 fogos a que se juntava ainda a do Troviscal com 332 fogos. Nem a de Fermentelos escapava. Apesar do presidente da Junta de Freguesia e pároco de Oiã ser dali natural, devia ser anexada à de Oiã, que tinha nesse ano 753 fogos. Por sua vez,

bibRIA

manter-se-iam como estavam as de Oliveira do Bairro, com 601 fogos e a de Mamarrosa com 619.

A Junta de Freguesia de Oiã defendia esta nova organização, levando em conta "as distâncias de umas às outras (...) e atendendo outrossim ao número de fogos de cada uma, a facilidade de comunicações e a comodidade dos povos". Dentro deste filosofia, foram os responsáveis mais longe e, mediante consulta feita, deram o parecer de que Sangalhos que tinha então 800 fogos, devia constituir a 5ª freguesia civil do concelho, mas realçam outros argumentos: "pela proximidade em que está d' Oliveira do Bairo (...)" "para augmento do pessoal para os cargos do municipio e da receita para saptisfazerem os encargos".

Desse documento avulso extraem-se ainda algumas conclusões quanto às comunicações: a ligação com Águeda tinha alguns problemas, pois havia de permeio o rio "com transito difficil" (na Murta) mas também em Perrães, onde a ponte era de pau, - "transito difficil por accasiao das enchentes". Mais fácil era o trânsito dentro do concelho, nomeadamente na freguesia de Oiã, pela estrada real e através da "boa ponte do Silveiro" sobre o rio Levira, que, no entanto, em Vila Verde causava alguns problemas na ligação com as freguesias de Troviscal, Mamarrosa, Palhaça e Nariz, mais nos invernos pesados.

bibRIA

Entretanto, as justificações apresentadas pela Câmara não diferiam muito das dinamanadas do clero [8].

"Que este concelho attendendo a sua área, posição topographica, relações tradicionais e comerciais, igualdade das especialidades agrícolas e industriais, divisões naturais do seu solo e faceis vias de comunicação que possue e que por certo o tornam nas melhores condições economicas e comodas aos povos, finalmente porque tem um número de fogos superior a tres mil, devia desistir...". Além disso, sugeriam que "elle se dividissem duas paroquias civis...", etc, ao mesmo tempo que se dividisse em dois distritos de paz (Oiã e Palhaça). No entanto, não avançam ao ponto de sugerirem, como o fez padre Joaquim Duarte Rosa, o regresso de Sangalhos ao concelho.

Apesar desta sugestão, que não deixava de ter alguns fundamentos reais, não só não foi raptada a freguesia de Sangalhos ao grande concelho

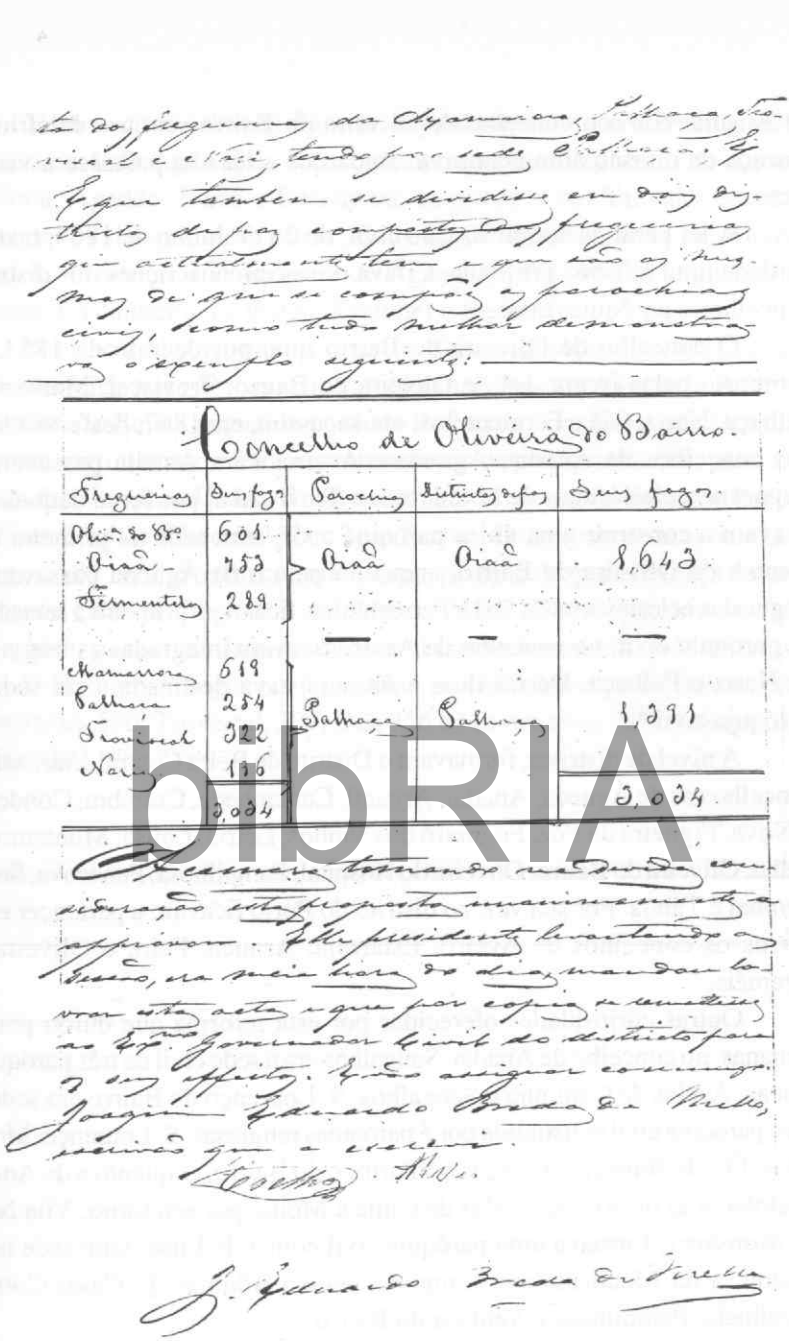
[8] *Acta da Câmara, de 14/8/1967.*

Sessão de 14 d'agosto de 1867

Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos sessenta e sete, aos quatorze dias do mez d'agosto n'esta villa d'Oliveira do Bairro e paços do concelho, estando presentes o presidente da camara Municipal o bacharel Albino Ferreira Coelho e os vereadores Manuel Pires Alves, José Joaquim Ferreira, João Fernandes dos Reis e Geraldo Francisco Samagaio, o dito presidente dando por aberta a sessão, ás onze horas do dia, declarou á camara que tendo esta, em cumprimento do Ministerio do Reino de onze e do Ministerio da Justiça de vinte e seis de julho ultimo e das circulares do Ex.mo Governador civil numeros quatro e cinco de desesseis e trinta do mesmo mez, de consultar sobre a melhor forma da divisão do concelho, parochias civis e districtos de paz, em harmonia com as novas leis d'administração civil e da extincção dos juizos ordinarios, propunha que essa divisão fosse feita nos termos seguintes: Que este concelho, attendendo á sua area, posição topographica, relações tradiccionaes e commerciaes, igualdade das especialidades agricolas e industriaes, divisões naturaes do seu solo e faceis vias de communicação que possue, e que por certo o tornam nas melhores condições economicas e comodas aos povos e, finalmente por que tem um numero de fogos superior a tres mil, devia subsistir: E assim que elle se dividisse em duas parochias civis — uma composta das freguezias ao nascente e a outra composta das freguezias ao poente, a saber — aquella das freguezias d'Oliveira do Bairro, Oiãa e Fermentellos, tendo por sede Oiãa, e es-

bibRIA

ta das freguesias da Mamarroza, Palhaça, Trovisal e Nariz, tendo por sede Palhaça. E que tambem se dividisse em dois districtos de paz compostos das freguesias que actualmente tem e que são as mesmas de que se compõe as parochias civis, como tudo melhor demonstrava o exemplo seguinte:



Concelho de Oliveira do Bairro.

| Freguesias | Seus fogos | Parochias | Districtos de paz | Seus fogos |
|---|---|---|---|---|
| Oliv.ª do B.º | 601 | | | |
| Oiaã | 753 | Oiaã | Oiaã | 1,643 |
| Fermentelos | 289 | | | |
| | | — | — | — |
| Mamarroza | 619 | | | |
| Palhaça | 254 | Palhaça | Palhaça | 1,391 |
| Trovisal | 322 | | | |
| Nariz | 196 | | | |
| | 3,034 | | | 3,034 |

A Camara tomando na devida consideração esta proposta unanimemente a approvou. Elle presidente levantando a sessão, era meia hora do dia, mandou lavrar esta acta e que por copia se remettesse ao Ex.mo Governador Civil do districto para os seus effeitos. E vão assignar commigo. Joaquim Eduardo Breda de Mello, escrivão que a escrevi.

Coelho Alves

J. Eduardo Breda de Mello

Acta da Câmara, de 14 de Agosto de 1867, com propostas da divisão do concelho em freguesias civis e Distritos de Paz.

bibRIA

de Anadia, como o concelho de Oliveira do Bairro sentiu o calafrio e a ameaça da divisão administrativa, ainda que a lei não passasse a vias de facto.

A lei geral de administração civil, de 26 de Junho de 1867, fazia na verdade uma reforma profunda. Criava novas circunscrições dos distritos, concelhos e paróquias civis.

O concelho de Oliveira do Bairro que, por decreto de 1853, era composto pelas freguesias de Oliveira do Bairro, Troviscal, Mamarrosa, Palhaça, Nariz, Oiã e Fermentelos, via-se, assim, em 1867, desfeito a favor dos concelhos de Anadia, Águeda e Aveiro. Para Anadia passavam as freguesias eclesiásticas de Mamarrosa e Troviscal e, por força daquela lei, ficavam a construir uma única paróquia civil, com sede na primeira bem como a de Oliveira do Bairro, enquanto para o de Águeda passavam as freguesias eclesiásticas de Oiã e Fermentelos, ficando a primeira a ser cabeça de paróquia civil; no concelho de Aveiro ficavam integradas as freguesias de Nariz e Palhaça. Destas duas a última estava destinada a ser sede de paróquia civil [9].

biblRIA

A nível de distritos, formavam o Distrito de Beira Central, entre outros concelhos os de Águeda, Anadia, Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Fogueiró dos Vinhos, Leiria, Lousã, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa, Penacova, Soure, Pombal e Tábua. Por sua vez, ao distrito do Porto ficavam a pertencer entre outros os concelhos de Aveiro, Estarreja, Arouca, Feira e Oliveira de Azeméis.

Outras curiosidades oferecidas por esta reforma que durou poucas semanas, no concelho de Anadia: Sangalhos era a sede civil de três paróquias: Ancas, Avelãs de Caminho e Sangalhos; S. Lourenço do Bairro era sede de uma paróquia civil constituída por 5 paróquias religiosas: S. Lourenço, Mogofores, Óis do Bairro, Tamengos e Vilarinho do Bairro, enquanto a de Anadia englobava as de Arcos, Avelãs de Cima e Moita; por seu turno, Vila Nova de Monsarros formava uma paróquia civil com a do Luso, com sede nesta última; a da Mealhada era composta pelas paróquias de Casal Comba, Mealhada, Pampilhosa e Ventosa do Bairro.

---

[9] *Collecção Official de Legislação Portuguesa anno de 1867*

Então, no concelho de Águeda, as paróquias civis envolviam grandes territórios. A de Aguada de Baixo, compreendia as freguesias de Aguada de Cima, Agadão, Barrô e Belazaima, enquanto a das Talhadas envolvia nada menos de que meia dúzia: Cedrim, Destriz, Macieira de Alcoba, Paradela, Préstimo e Talhadas; à de Águeda pertenciam as freguesias de Águeda, Castanheira do Vouga, Espinhel e Recardães.

A criação das paróquias civis foi feita seguindo os resultados das consultas feitas aos párocos e, no caso do concelho de Oliveira do Bairro, o Ministério do Reino, presidido por João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, seguiu quase à letra a recomendação da paróquia de Oiã, presidida pelo padre, Joaquim Duarte Rosa, que tinha como vogais Teotónio Batista dos Reis, José de Oliveira Vela e José Roque. O documento tem data de 8 de Agosto de 1867. Só não consideraram a posição de que a Palhaça deveria ser a sede civil das freguesias da Palhaça, Nariz e Troviscal, uma vez que esta acabou por ser civilmente anexada temporariamente à da Mamarrosa.

O Número de fogos em Novembro de 1867: Oliveira do Bairro, 605; Mamarrosa, 590; Troviscal, 307; Oiã, 756 e Fermentelos 297; Palhaça, 277 e Nariz, 231. [10].

bibRIA

bibRIA

## AS TENTAÇÕES POR AVEIRO E ÁGUEDA

Em 1872 voltou a reforma administrativa a fazer estragos no debilitado território do concelho de Oliveira do Bairro. Umas vezes, por estratégia superior, outras por interesses das freguesias, quando não dos próprios partidos.

Em 1872, cruzavam-se os pedidos quase simultâneos, mas contrários, das gentes de Palhaça, Nariz e Fermentelos: uns a quererem mudar de concelho - Palhaça e Nariz para o de Aveiro e Fermentelos para o de Águeda; outros a desejarem que o concelho de Oliveira do Bairro se mantivesse intacto, sem qualquer amputação.

bibRIA

No caso de Fermentelos, os que defendiam a desanexação partiam com alguma desvantagem - não era pedida por dois terços de eleitores. Além disso, as distâncias entre a vila ribeirinha e Águeda ou Oliveira do Bairro equivaliam-se. No entanto, a Câmara oliveirense emitia a opinião de que "para esta vila tem Fermentellos as mais faceis comunicações enquanto que se acha completamente isolada de Águeda pelos pantanos que o cercam por norte e nascente e onde se não pode passar se não de barco" [1].

O mesmo argumento das distâncias e vias de comunicação servia também para defender a não separação das freguesias de Nariz e Palhaça. Concediam os vereadores da Câmara que "Aveiro é uma cidade e por isso é maior consumidor de lenhas e cal do que esta villa que he uma pequena povoação, mas não é debaixo de um ponto de vista que se formão as

---

[1] *Acta da Câmara, de 31/1/1872*

agregações concelhias". Também contava, sim, "a comunidade de interesses e de habitos" e estes não eram certamente maiores entre a cidade dos canais e estas freguesias do que entre estas e a vila de Oliveira do Bairro. Outro argumento que aduziam é que "Aveiro é já hum grande concelho ao passo que o de Oliveira do Bairro pode comprometer a sua existencia indo por diante estas desanexações".

Porém, de nada valeu à Câmara esgrimir razões: a separação da Palhaça e Nariz do concelho de Oliveira do Bairro concretizava-se por sete anos.

Aquelas freguesias passaram assim para o concelho de Aveiro, mas outra amputação esteve à vista, quando, em 1875, se gerou um movimento na da Mamarrosa, encabeçado pelo próprio regedor, que via com bons olhos a passagem desta freguesia também para Aveiro. Houve até uma representação ao governo. Todavia, outro movimento de sinal contrário fez abortar as ideias do regedor e companhia, apresentando uma representação ao próprio Rei. E na sessão da Câmara de 4/12/1872 alguns cidadãos eleitores da freguesia "declararão que desejam continuar a pertencer ao concelho de Oliveira do Bairro enquanto este concelho existir e só pela sua extinção é que desejam pertencer ao concelho Aveiro".

biblRIA

Estes iam ainda mais além nas suas reivindicações: desejavam continuar igualmente pertencer ao Julgado de Oliveira do Bairro, enquanto ele existisse, e, se se formasse uma Comarca com a sua sede em Oliveira do Bairro, era a esta que faziam questão de pertencer. Assinavam esta representação: José dos Santos Caroça, Manuel Dias Gapo Barreiro, António Lourenço da Silva da Manca, Custódio Francisco da Pata, João Domingues, Manuel dos Santos Figueiredo, Francisco Ouvera, todos da Mamarrosa; Alexandre Simões Margaça, João Nunes Mota, Joaquim Simões Carriço, Joaquim António Couvelha, Domingos Simão e António Ferreira, do Sobreiro; Joaquim dos Santos e Manuel dos Santos, Sebastião Martins, João Moreira e Joaquim Simões do Pedro, da Azurveira; Agostinho Ferreira, José Simões da Costa, Sebastião Francisco Pedreiras, da Quinta Nova; João Simões Feijão e Gaudêncio da Graça, da Caneira; André Martinho Russo, Manuel Francisco Louceiro, Simão Domingues Peralta, Salvador da Silva Campolargo, Sebastião Pedreiras e José dos Santos, da Póvoa; José Nunes Mota e Miguel Francisco, da Picada; Joaquim dos Santos Figueiredo, Fran-

cisco Cagarote, Manuel Nunes Cipriano e Januário Simões Capão, de Bustos; Manuel Martins e Teodoro Francisco, da Barreira e João Pereira, do Cabeço.

Da primeira petição, liderada pelo regedor e dirigida ao Governo em que se pedia a anexação da Mamarrosa ao concelho e comarca de Aveiro, alheou-se a Câmara, pelo que foi intimada pelo concelho de Distrito a dar uma resposta. A Câmara negou então ser "obrigada a obedecer-lhe sem primeiro ter ouvido os povos e colhido as necessarias informações". Além disso, invocavam o facto de pensarem estar suspenso o Decreto de 19 de Abril de 1869 até à completa divisão comarcã. Além disso, havia "trabalhos de maior importancia que reclamavam os seus (da Câmara) cuidados" [2].

No entender do presidente, Dr. José Pais dos Santos Graça e vereadores, José Joaquim Ferreira, José Martins Ribeiro e Manuel Simões Francisco Simões, pouco havia de resto a dizer: que "ninguém ignorava que esta representação não representava a verdadeira vontade do povo, mas, sim, as ameaças do actual regedor da freguesia, concluindo que "em verdade o pedido que se faz na representação sobre que temos a informar, é absurda", porque a Mamarrosa estava muito mais perto de Oliveira do Bairro que de Aveiro e "não tem para milhores e mais faceis comunicações do que para aqui".

bibRIA

Relativamente à comarca de Anadia, o argumento das distâncias era igual.

Este desejo, não concretizado em tempo algum, repetia-se em 1874. Uma representação de alguns cidadãos da freguesia pedia ao Governador a sua desanexação do concelho, a fim de ser integrada no concelho e Comarca de Aveiro. Na reunião de 30 de Dezembro desse mesmo ano, o presidente da Câmara dava a conhecer um acordo do conselho do Distrito em que era mandado ouvir as duas Câmaras, devendo a resposta ser dada no prazo de oito dias.

A resposta da Câmara oliveirense foi esta:

"esta Câmara considerando que grande parte das assinaturas são a rogo e por isso sem segura garantia de representarem a vontade dos eleitores e constando-lhe mesmo terem sido iludidos alguns dos signatarios pelos promotores da representação e tomando ainda em consideração o facto de

---

[2] *Acta da Câmara, de 4/12/1875.*

serem evidentemente falsas algumas das razões alegadas na dita representação, deliberou convocar todos os signatarios da representação à sua presença para manifestarem a sua vontade reduzindo a um auto as suas declarações e que desta deliberação se enviassem copia ao Exmº. Governador Civil".

Em 1887 é abordado novamente esta pretensão, mas se as relações comerciais eram grandes com a cidade de Aveiro por causa da cal e das lenhas, a verdade é que "uma grande parte dos signatarios daquela representação foi completamente iludida pela maneira cavilosa por que ela se acha redigida pois que no seu anexo parece pedir-se a anexação incondicionalmente e no fim pede-se apenas no caso de ser extinto o julgado do concelho de Oliveira do Bairro. Estava assim talhada para satisfazer todos. A uma parte dos signatários lia-se-lhes o princípio, aos outros lia-se-lhes o fim..." [3].

Em Dezembro de 1879, estava em curso o estudo e revisão da circunscrição comarcã. Aí a Câmara aproveitou para sensibilizar o poder no sentido de Nariz e Palhaça passarem a fazer novamente parte da comarca de Anadia, porque freguesias que "ali pertenceram durante muitos anos e ao concelho de Oliveira do Bairro e que se separaram sem motivo plausivel do concelho e comarca para Aveiro havera sete anos" [4].

BIBRIA

Era um regresso mais do que desejado. Por outro lado, no que se referia às freguesias que compunham então o concelho (Oiã, Fermentelos, Mamarrosa, Troviscal e Oliveira), não fazia sentido que, fazendo parte do concelho, pertencessem a outra comarca que não fosse a de Anadia. As ligações estavam facilitadas por estradas, "umas construídas outras em construção". Além disso, as freguesias tinham "interesses agricolas comuns, porque a sua agricultura acha-se em condições analogas".

Defendiam ainda os políticos oliveirenses que não era conveniente haver no concelho "mais do que um districto de juiz de paz com a sua sede na do concelho e abrangendo todas as suas freguesias e as da Palhaça e de

---

[3] *Acta da Câmara, de 4/12/1887*
[4] *Idem, de 17/2/1879*

Nariz" que deviam assim passar a integrar não só o concelho como o julgado de Oliveira do Bairro.

Quem não gostou nada desta decisão governamental que determinava o regresso da Palhaça ao concelho de Oliveira do Bairro foi Aveiro. Gerou-se grande contenda entre os progressistas que advogavam a passagem e os regeneradores que batalhavam contra a desanexação. A imprensa da época fez amplo eco de toda esta situação. Nomeadamente "Campeão das Provincias", de Aveiro, ou "Soberania do Povo", de Águeda. Houve comícios, verdadeira agitação política. Uma reunião de protesto contra a desanexação da Palhaça do concelho de Aveiro, assinado "por vários cavalheiros de todas as cores políticas da cabeça, do distrito", mesmo entre apoiantes e curiosos, umas seiscentas pessoas, era o eco da revolta.

Os regeneradores aproveitaram para "desancar" no governador civil, Albano de Mello (progressista, de Águeda). Jaime Magalhães Lima foi um dos oradores, ele que havia pedido no Parlamento para Ílhavo ser desanexado do concelho de Aveiro. Daí que a "Soberania do Povo" achasse, ao tempo, estranho que ele se incomodasse "tanto por lhe tirarem a Palhaça que é uma freguesia insignificante comparada com a de Ilhavo que sozinha constitui uma concelho" (escrevia Júlio da Conceição, irmão do padre Abel Gomes da Conceição e Silva, na SP).

bibRIA

Tomaram a defesa da manutenção da Palhaça no concelho de Aveiro ainda outras figuras públicas como Dr. Jaime Duarte Silva e visconde da Silva Melo e Dr. Lourenço Peixinho que "foi violento, muito violento, com o sr. Albano de Mello, faltando em tudo à verdade", tendo-se deixado "acorrentar uma vez à ralé, à escumalha da gente de Aveiro, aos firminos, que aproveitaram a questão da Palhaça unica e exclusivamente para desabafar, para não morrerem de asphyxia com a nomeação do Sr. Albano de Melo para governador civil que trazem atravessado nas guellas" [5].

Do outro lado, Albano de Melo não atribuía culpas nenhumas sobre a desanexação da Palhaça a Barbosa de Magalhães, antes tomava sobre si toda a responsabilidade do caso como delegado do Ministro do reino. Barbosa de Magalhães Lima fora um dos políticos que concorreu para a reintegração

[5] *Soberania do Povo, 16/1/1892.*

do concelho de Oliveira, ele que muito lutou a favor dos concelhos suprimidos, verdade que o próprio "Campeão das Provincias" não negava.

Albano Melo, ao fim e ao cabo, tinha tanta responsabilidade na desanexação da Palhaça, de Aveiro, como de Oiã e das Talhadas "freguezias que eram do concelho d' Águeda e que nos agora vimos partir com olhos de magua..."

Era a guerra das forças políticas e Júlio da Conceição criticava os regeneradores que, então, eram contra a desanexação da Palhaça, mas haviam "arrancado à comarca de Aveiro o concelho de Vagos e ao concelho e comarca (de Aveiro) a freguesia de Angeja...".

Seja como for, destas lutas entre progressistas e regeneradores, o concelho que mais ficou a perder foi o de Oliveira do Bairro. Perdia nesta "guerra" administrativa para a qual realmente não dispunha de muitos trunfos, nem de ordem geográfica nem de ordem política. Se reaveu em 1897 as freguesias de Palhaça, desanexada do concelho de Aveiro, e Oiã do concelho de Águeda, perdia definitivamente outras tantas: Nariz a favor do primeiro e Fermentelos a favor do segundo, ainda que muitos considerem tal situação contra natura no aspecto geográfico, com as gentes de Fermentelos a terem que pisar solo da freguesia de Oiã, portanto, concelho de Oliveira do Bairro, para qualquer parte que queiram ir, pela existência de elementos naturais - o rio Cértima e a Pateira a marcar-lhes uma certa interioridade.

biblRIA

Talvez por isso mesmo, tenha ficado, umas vezes mais vincado, outras menos, o desejo do regresso ao concelho de Oliveira do Bairro. Desejo que manifestou ainda em 1938. Na sessão da Câmara de 2 de Abril compareceu nos Paços do Concelho uma Comissão de Fermentelenses, composta por Abílio Matias Condesso, Bernardo Marques da Costa, Francisco Nunes Geraldo, João Simões Nolasco, Dionísio Raínho Dias e João Nunes Condesso Júnior, que se afirmaram como representantes do povo daquela freguesia. Por eles ali foi dito que noventa e cinco por cento dos chefes de família eleitores da sua freguesia manifestavam a vontade de passarem para o concelho de Oliveira do Bairro e estavam ali para saber se "a Câmara estava disposta a aceitá-los...".

A resposta da Câmara foi: "atendendo que o nosso concelho beneficiaria grandemente com mais essa freguesia, atendendo a que Fermentelos já pertenceu até 1895 a Oliveira do Bairro, vê com satisfação

que os limites do nosso concelho retomem a forma primitiva com o regresso ao lar daquela sua antiga freguesia que o golpe indefeso daquele referido ano transferiu para o concelho de Águeda" [6]. No entanto, usando de alguma cautela e comprometendo-se a acompanhar o povo daquela freguesia na sua justa pretensão", exigia-lhes que o pedido fosse passado a escrito e também lhes fosse enviada posteriormente a certidão da Acta da Junta da Freguesia "donde conste a deliberação tomada por esta entidade de apoiar esta pretensão...".

Passados dez anos, a população de Fermentelos voltava a insistir na desanexação da freguesia do concelho de Águeda. Segundo a Acta da Câmara de 29/4/1948, uma comissão de habitantes em que figuravam João Pires da Rosa, Artur Nunes Dias, João Simões, Octávio de Jesus, João Martins Pereira, João de Figueiredo Urbano, Joaquim Cardoso do Reis, Manuel da Maia Nolasco, António Roque da Rosa, José Simões da Fonte, José Roque das Neves, Joaquim Fernandes dos Reis e Joaquim Duarte dos Reis, entregava uma petição assinada por centenas de chefes de família daquela freguesia a solicitar a desanexação desta localidade do concelho de Águeda, devendo ser integrada no de Oliveira. Pedia a Comissão ainda que a petição fosse enviada pela Câmara oliveirense à Junta de Província da Beira Litoral. A Câmara deliberou dar o seguimento legal à pretensão que não só chegou a ter luz verde porque o secretário da Câmara de Oliveira do Bairro, de acordo com as instruções do Conde de Águeda, que era contra tal transferência, guardou o processo na gaveta, vindo assim a falecer a ideia da mudança que ainda hoje é aflorada de vez em quando e teve nos último anos, como defensor mais acérrimo, Ismael Timóteo.

Desta luta e com a passagem da Palhaça novamente para o concelho de Oliveira do Bairro, prejudicado era também o erário público. A Câmara bairradina teve de indemnizar a de Aveiro pela dívida contraída para a construção do Quartel de Cavalaria 10. Como fora desanexado... A amortização relativa aos anos de 1900 e 1901 era de cento e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta reis.

biblRIA

[6] *Acta da Câmara, de 02/04/1938*

bibRIA

# A PRIMEIRA EXTINÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Oliveira do Bairro, mercê do Decreto de 31 de Dezembro de 1853, que extinguiu imensos concelhos, os mais pequenos, não só não foi vítima desse rude golpe, como viu aumentar em léguas o seu diminuto território. Ficaram a pertencer-lhe as freguesias de Nariz e Fermentelos que, em 1836, tinham sido integrados no concelho de Eixo e as freguesias da Palhaça, Mamarrosa e Troviscal, que integravam os concelhos de Soza, Mira e S. Lourenço do Bairro, atingindo, então, no aspecto da área geográfica, o apogeu. Mas esta situação foi de escassa duração, já que outro Decreto, este datado de 4/12/1872, havia de roubar-lhe duas freguesias - Nariz e Palhaça que regressaram a Aveiro. Mas o primeiro grande revés acontecia, passados apenas catorze anos. Embora poucos mencionem esse facto, a verdade é que ele tem de fazer parte da sua história.

bibRIA

Esta notícia é dada pelo prof. Nunes Vidal no seu livro "Fermentelos", página 27. Ainda que vaga, a nota tem fundamento. O concelho foi mesmo extinto por lei mas não (totalmente) na prática, entre Setembro de 1867 e 10 de Dezembro de 1868.

Esta situção é contrariada, no entanto, por Joaquim da Silveira num trabalho publicado no "Arquivo do Distrito de Aveiro (nº 124, página 262) que diz assim (mas, erradamente, dizemos nós):

"Já em 10-12.1867 pela reforma administrativa de Carvalho Martins estivera lavrada a pior setença - a extinção pura e simples (do concelho de Oliveira do Bairro). Não vingou tal medida porque o governo caiu perante a

revolução popular da *Janeirinha*, mas a ideia exterminadora não morrera e o decreto de 2.XI.1895 eliminou dum golpe o indefeso município..." (Aqui há uma certa discordância quanto à data do Decreto. Dr. Joaquim da Silveira aponta a data de 2 enquanto as Actas da Câmara de Anadia colocam-na um pouco mais tarde, 21/11/1895. Diga-se que esta última é a que está correcta, a que vem referida no *Diário*.

O mau augúrio desta ainda que breve extinção ocorre em Agosto de 1867, quando o governador civil enviou circular à Câmara para que esta se pronunciasse sobre "a melhor forma da divisão do concelho, parochias civis e districtos de paz, em harmonia com as novas leis administrativas civil e da extinção dos juízes ordinarios". Em face disso, o presidente da Câmara, o Dr. Albino Ferreira Coelho propôs (o que foi aceite por todos os vereadores) que essa divisão fosse feita nos seguintes termos:

"Que este concelho attendendo a sua área, posição topographica, relações tradicionais e commerciais, igualdade das especialidades agrícolas e industriais, divisões naturais do seu solo e faceis vias de comunicações commodas aos povos e finalmente porque tem um numero de fogos superior a tres mil devia subsistir".

biblRIA

Já quanto às freguesias civis, o presidente da Câmara, na sessão de 14 de Agosto de 1867, propôs que fossem formadas duas paróquias civis, a saber: uma com sede em Oiã, abrangendo as paráquias de Oliveira e Fermentelos, enquanto as paróquias de Troviscal, Mamarrosa e Nariz formariam a segunda, com sede na Palhaça. Ao mesmo tempo, estas duas paróquias civis formariam os respectivos distritos de paz.

Não foi atendido pelo governo a proposta da manutenção do concelho e muitos menos foi levada por diante a divisão das freguesias, já que a supressão se verificava pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1867.

Compulsado o livro das Actas da Câmara de Oliveira do Bairro, compreendidas entre Setembro de 1867 e o início do ano seguinte, não há qualquer referência explícita ao caso: pelo contrário, são registadas algumas sessões da Câmara, embora algumas sem a comparência dos vereadores, o que sucedia naquele ano com muita frequência. Eram presidente e vice-presidente, respectivamente, Bacharel Albino Fernandes Coelho e Manuel Pires Alves e vereadores: José Joaquim Ferreira, João Fernandes dos Reis e Manuel Francisco dos Brózios e Geraldo Francisco Samagaio.

O que se verifica é um hiato na elaboração das actas desde 11 de Dezembro de 1867 (ano em que o concelho tinha 10.019 habitantes) e 2 de Março de 1868, mas, a propósito, a acta desta data já levanta um pouco o véu. Refere concretamente que "tendo-se escripto sinco sessões em um caderno de papel ordinário por não ter aparecido n'esta Secretaria o livro corrente das sessões em virtude de ter ido para o concelho de Anadia, em harmonia com a reforma administrativa decretada pelo governo transacto..."

O teor do documento deixa antever assim que alguma coisa houve, pelo menos relativamente ao exercício do poder na Câmara.

O véu do mistério continua a ser levantado com a recuperação das actas do "caderno", nomeadamente a de 24 de Janeiro de 1868, em que a Câmara, deliberou oficiar à Câmara de Anadia:

"Para lhe fazer a entrega dos fundos que no cofre daquele concelho se achão e pertencem a esta municipalidade a fim de se fazer o pagamento as amas dos expostos e aos empregados deste concelho pelo tempo que se servirão no último trimestre findo em Dezembro último" [1]. De resto, os empregados estavam sem receber desde 30 de Setembro de 1867 "mas como o dinheiro está afecto no cofre de Anadia esperam que elle volte, então imediatamente se pagará".

bibRIA

Da acta de 24 de Janeiro, uma das que haviam ido para Anadia, uma se transcreve: "que o vice-presidente lembrou que esta era a primeira sessão em que o Decreto (?) de catorze do corrente restituía a Câmara os seus antigos lugares e deles assumião a sua autoridade e que por isso n'esta sessão tinham de tratar de fazer avisar por meio de cartas os quarenta maiores contribuintes para a reunião no dia vinte e sete do corrente e então se proceder a eleição dos vogais da Comissão de recenseamento eleitoral e ainda editais para a realização das eleições da Câmara Municipal para o biénio de 1868 - 1869".

O decreto de 10 de Dezembro de 1867 que anexava ao concelho de Anadia todas as freguesias do concelho da Mealhada à excepção da freguesia de Barcouço, e ao de Oliveira do Bairro as freguesias de Oliveira, Troviscal e Mamarrosa, foi assim praticamente letra morta. Primeiro, porque, em face da instabilidade política reinante, os políticos oliveirenses tentaram ganhar

---

[1] *Acta da Câmara, de 24 de Janeiro de 1868.*

tempo com a não entrega da documentação e arquivo. Por outro lado, a revolta da *Janeirinha* triunfava na cidade do Porto e a nova divisão administrativa, anunciada em Junho de 1867, ia por água abaixo. Tomava a presidência do governo o Conde Alva. Assim é que, em face desta resistência e dúvidas quanto à sua consecução, em 24 de Agosto desse mesmo ano, a Câmara de Anadia queixava-se do facto: que a Câmara de Oliveira do Bairro, (em consonância com a da Mealhada), não tinha entregue até ao dia 19 qualquer documentação e então fora deliberado que se oficiasse "a estes para que os mesmos entreguem os archivos até ao dia 21 e ao governador civil de Aveiro para que providenciasse a aludida entrega..."

Para além da entrega do inventário e do arquivo, intimavam ainda para "os thesoureiros dellas aqui virem apresentar as suas contas". Nem assim, de nada valendo até a interferência do governador civil, Luis Pereira do Vale. Apenas o tesoureiro, que era Sebastião Rodrigues Breda, fez a entrega da importância de oitocentos mil reis nos cofres da Câmara anadiense, que, entretanto, tinha necessidade de tributar os lavradores pelas décimas e convocou para consulta os 40 maiores contribuintes do concelho, então criado e enormemente engrandecido à custa dos de Oliveira do Bairro e Mealhada. De Oliveira do Bairro foram considerados neste número dos quarenta maiores Dr. António de Meneses Brandão e Sousa e José da Fonseca Dias.

bibRIA

Apesar da lentidão com que se processava a necessária transferência de papelada, para se ganhar tempo, mesmo assim ali se apresentaram alguns guardas rurais para trabalharem sob as ordens da nova autarquia. Por pouco tempo. Afinal, tiveram o presidente e a vereação oliveirense razão para esperarem: em 18 de Janeiro de 1868, "o governador civil em carta sob o número 444 dava conta de que se acha suspensa a lei da reforma administrativa de 26 de Junho e consequente divisão territorial e que se restitua às Câmaras dos concelhos que houverem sido anexados a este os papeis que dos mesmos houvessem sido recebidos", mandando ainda enviar à Câmara de Oliveira do Bairro os respectivos mapas de recenseamento eleitoral [2].

---

[2] *Acta da C.M. de Anadia, de 18/1/1868.*

Nesta data era presidente da Câmara de Anadia Agostinho Rodrigues Soares, que tinha como vereadores: Manuel Rodrigues Cosme, Manuel Martins de Almeida, António Alves Cerveira, Manuel Joaquim dos Santos Pato e Manuel Ferreira Lebre e, como escrivão, António Rodrigues do Vale.

Recomposto o concelho, as eleições, para o biénio de 1868/1869, realizadas em 2 de Fevereiro, tiveram duas assembleias de voto, na igreja matriz de Oliveira do Bairro e abrangendo as freguesias de Oiã, Fermentelos e Troviscal e outra na Palhaça para os eleitores das freguesias da Palhaça, Nariz e Mamarrosa.

Em 4 de Abril de 1868 tomavam posse, jurando sobre os Santos Evangelhos, os elementos da nova Câmara: Augusto Ferreira Pinto Basto, presidente, que tinha como vice Joaquim Ferreira das Neves; o vereador fiscal era João Tomás Dias, de Fermentelos. Os vogais: Francisco José Martins Ribeiro, de Águas Boas, Teotónio Batista Ferreira dos Reis, de Malhapão, José Filipe Marreca e João de Oliveira Novo, de Oliveira do Bairro. O administrador era Dr. Basílio Cabral de Lima Botelho de Lacerda.

Uma das primeiras deliberações tomadas pelo executivo, foi proceder à eleição dos vogais da "comissão de recenseamento militar" e afixar editais em todas as freguesias a "declarar o dia" em que há-de ter a eleição da Câmara Municipal deste concelho para o biénio 1868/1869". [3]

Pelo facto do concelho ter sido extinto, as eleições não se haviam realizado e assim é que Dr. Albino Ferreira Coelho ainda continuava em exercício no início de 1868.

Outra deliberação foi oficiar à Câmara de Anadia "para lhe fazer a entrega dos fundos que no coffre daquelle concelho se achão e pertencem a esta municipalidade a fim de se fazer o pagamento as amas dos expostos e aos empregados d'este concelho pelo tempo que servirão no último trimestre findo em Dezembro último".

[3] *Acta da C.M. de Anadia, de 24 de Janeiro de 1868.*

bibRIA

# O MOTIM

Naquele ano de 1892, houve eleições municipais, com realização no dia 6 de Novembro. O acto em muitas vilas decorreu sob o signo da agitação e da violência entre regeneradores e progressistas. Era presidente da Câmara António Duarte Sereno que tinha como vogais: José Simões de Sousa, Manuel Francisco Coelho, Gabriel Nunes da Rosa e Manuel dos Santos Pato.

bibRIA

Onde estas ganharam foros de escândalo foi exactamente na sede do concelho de Oliveira do Bairro, saldando-se por um ferido e pela urna destroçada. E podia mesmo acabar em larga sangueira, não fora a pronta e corajosa intervenção do Dr. João Duarte Sereno, advogado da Comarca de Águeda, mas natural de Bustos.

Houve quem da família do presidente do Conselho, José Luciano de Castro (dois cunhados refere a "Soberania do Povo") instigasse "os caceteiros faccionoras que na assembleia d' esta villa, provocaram as desordens".

Quando tudo corria normal na assembleia de voto que funcionava na mesa das sessões da Câmara e, quando se preparavam para votar os eleitores da freguesia de Oiã, "em que a lista progressista tinha grande maioria, eis que de repente se armou uma grande confusao". Tudo começou quando foi subtraída a lista a um dos votantes na altura em que a entregava ao presidente da Mesa da Assembleia. Foi então que, depois de um grande alarido, um homem de Fermentelos ("um tal Rei") "conhecido por ter commetido outros crimes, arrancou de uma navalha sobre alguns eleitores progresistas".

Para evitar o pior Dr. João Sereno meteu as mãos ao agressor, com a intenção de arrancar-lhe a navalha, o que conseguiu, e, com um impulso vigoroso fez mesmo estatelar-se "o terrivel adversario", acabando, no entanto, na luta por ferir-se. Nessa ocasião saltou-lhe outro companheiro do primeiro, dando-lhe uma facada numa perna. Seguiu-se naturalmente tumulto e desordem geral, em que a urna, depois de roubada pelo regedor, foi quebrada, assim como as mesas, cadeiras e "tudo que os vândalos encontravam deante de si! Desapareceu tudo num momento, incluindo livros e papéis".

Incitara a esta revolta um panfleto, profusamente espalhado na véspera onde os autores se insurgiam contra "a vossa exclusao do recenseamento eleitoral d' esta concelho neste anno. Reuni-vos pois, todos, no próximo dia 6 do corrente - dia em que ha de ter logar a eleiçao camararia - junto dos Paços do Concelho d'esta villa e protestae..." Era o rastilho que continuava ainda mais aceso neste apelo: "cidadãos! Breve virá o dia da vossa ressurreiçao. Sim ressurreiçao, porque os sicarios vos consideram mortos. E entao mostrae a esses que sabeis castigar os seus erros".

Um dos erros estava naturalmente na elaboração dos cadernos eleitorais, onde a viciação era já um acto de rotina. Nesse caso, dos maiores quarenta proprietários do concelho só dois votavam, esquecendo-se os políticos que era gente de peso e de influência no meio. Eram os "riscados".

BIBRIA

Naquele ano esta força quis fazer uma manifestação de descontentamento que acabou por gerar este tumulto. Com este sinal de protesto, esteve de acordo Henrique Ferreira Pinto Basto que, de propósito, havia de enviar carta datada de Águas Boas, 12-11-92, para a "Soberania do Povo" e onde dizia: "parecia-me que eles tinham razao, e ainda hoje estou da mesma opiniao".

Henrique Ferreira Pinto Basto nesse ano votava pela primeira vez (embora tivesse ocupado cargos na Câmara em anos anteriores). Depois do que viu, tirou esta conclusão: "Finalmente, foi esta a primeira vez que votei e que de perto presenciei uma eleição. Fez-me o ensemble lembrar uma casa de batota havendo até ao centro da mesa varios macinhos de listas que pareciam pequenos baralhos de cartas, os quais quem presidia à mesa passava aos seus amigos".

Se não gostou desta "batota", menos gostou do motim com homens armados de faca e revólveres. Acabou por ser acusado mesmo de ter

abandonado o local sem intervir energicamente. No entanto, escreveu que "so retirei do gabinete onde eu estive quasi sempre, quando ouvi algazarra e me disseram que dentro havia pancada. Retirei juntamente com alguns cidadãos que ali estavam e fil-o quasi voluntariamente pois sentia curiosidade de saber o que tinha dado origem ao motim".

Os jornais da época comentaram esta revolta que, no entender dos elementos da Câmara, tivera como fautor o professor João Tomás Nunes, de Fermentelos: "Dizem de Anadia que a Casa da Câmara onde se faz a Assembleia e onde acabou de se fazer exame, ficou como se lá entrasse quadrilha de salteadores e pouco menos foi" [1].

Depois, lá vinha a culpabilização a propósito do acto eleitoral. "Os regeneradores meteram-se na igreja logo de manha e expulsaram de lá os progressistas com o presidente legal à frente" (isto em Vagos): mas "em Oliveira do Bairro a urna foi despejada pelos amigos do Governo", os regeneradores, que, de resto, com aquela barafunda, acabaram por ganhar na sede do concelho de Oliveira do Bairro onde, dizia SP, "o sangue corre abundantemente".

Vítima fora o advogado João D. Sereno que veio de Águeda até Oliveira para ver o andamento do acto eleitoral. Pertencia ao Partido Progressista. Estava ele num gabinete da Câmara e, quando pressentiu que "havia barulho veio fora e vio um homem de Fermentellos empunhando uma grande navalha com que tentava esfaquear o medico facultativo Dr. Luis António Ribeiro Dias". Ao presenciar aquela cena, o advogado não se teve e lançou-se ao revoltoso: "aparou o golpe, feria-se n'uma das mãos subjuga-o e desarma-o".

"Soberania do Povo", de 13 de Novembro , no fundo, culpava José Dias Ferreira de "mandar tropas para as assembleias públicas, prender os presidentes d'essas assembleias como aconteceu em Vagos e deixar quebrar as urnas e esfaquear os adversários como aconteceu em Oliveira do Bairro". Sem alguma desordem, correra a assembleia de voto da Mamarrosa onde votaram as freguesias da Palhaça e de Nariz.

[1] *"Soberania do Povo", de 10/11/1892*

biblRIA

Não há dúvida que neste motim estiveram em evidência dois homens armados de Fermentelos, o que foi salientado pelos jornais. No entanto, há um fermentelense que pela Câmara foi considerado o seu mentor e principal responsável, o aferidor e professor primário, João Tomás Nunes, (autor da "Cartilha Infantil" e "Quadros de Leitura", livros que eram utilizados em muitas escolas para ensinar a ler), conforme acta da Câmara de 10 de Novembro de 1892 que reza assim:

"Tendo-se praticado em seis do corrente um desacato e desordem na sala das sessões d'esta Câmara Municipal, quebrando-se e estragando-se cadeiras, mezas, secretarias e outros mais utensilios assim como roubado livros e mais papeis pertencentes ao archivo da secretaria e procedendo-se judicialmente contra os desordeiros e malfeitores, delibera esta Câmara protestar contra este acto de vandalos e ladrões e encarrega o seu presidente com todos os poderes para ser parte do processo, requerendo tudo o que julgar conveniente, e protestar energicamente contra os malfeitores a quem pedirá indeminização por perdas e dannos". E mais adiante: "A Câmara tendo conhecimento que o Aferidor João Tomás Nunes, no dia seis do corrente, quando se procedia n'esta sala das sessões da Câmara à eleição municipal onde se deu um grave tumulto no qual tomou um lugar importante como desordeiro e tendo previamente abusado do lugar de empregado d'esta câmara, fornecendo a casa da aferição para arsenal de armas de todos os desordeiros..." Considerando este facto, a Câmara deliberava demiti-lo das suas funções de aferidor que, de resto, não cumpria com pontualidade e zelo. Aliás, para esta decisão, invocaram os vogais da Câmara a incompatibilidade pelo facto de ser ainda professor na escola primária de Fermentelos, tarefa que exerceu com alguma dificuldade, pois qua a Câmara deixou de arrendar-lhe casa para habitação, como era de lei. Em 1895 exigia à Câmara o pagamento de três anos. Era a guerra aberta com a Câmara de Oliveira do Bairro que corria agora noutro sentido.

Escaramuças já as tinha havido antes, quando a Câmara lhe extinguiu o lugar de professor na Escola na Mamarrosa, mas ele, sempre de grande teimosia e coragem, não desarmou, agarrou na mobília e começou a leccionar num pequeno largo ao ar livre. Seguidamente processou a Câmara que acabou por perder a acção. Ali fora professor entre Abril de 1884 e Janeiro de 1886, data em que tomou conta da Escola de Fermentelos.

bibRIA

Ganha a acção, a casa da Escola foi-lhe novamente entregue [2] mas começava aqui naturalmente uma larga desavença que o levou a armar o motim e a pugnar pela mudança de Fermentelos para Águeda.

bibRIA

[2] *"Fermentelos", página 290, de Artur Nunes Vidal.*

bibRIA

# O GRANDE GOLPE

No dia 21 de Novembro de 1995 fez cem anos que foi extinto o concelho de Oliveira do Bairro, integrando-se a freguesia sede no de Anadia, e arrastando consigo as de Troviscal e Mamarrosa. Se esta vila (que no sentido medieval "envolvia ordinariamente a ideia de freguesia", no dizer e saber do filólogo fogueirense, Joaquim da Silveira), Oliveira do Bairro foi, desde os tempos da dinastia afonsina, um dos minúsculos concelhos que pululavam no centro e norte do país. Periclitante, umas vezes, outras mais seguro, lá foi sobrevivendo às danças administrativas

biblRIA

Todavia, a partir de 1872, por Decreto de 4 de Dezembro, com a fuga das freguesias da Palhaça e Nariz para o concelho de Aveiro, a pedido das populações, sentiu o flagelo das amputações. Mas como concelho lá ia escapando às reformas e novas divisões administrativas, como aconteceu em 1867. Na altura, escapou ao golpe administrativo que visava a sua eliminação, pura e simples, do mapa dos municípios portugueses. Porém, não decorreram muitas décadas para que tal viesse a acontecer. Por decreto de 21 de Novembro de 1895, não só era extinto como concelho como Oliveira do Bairro passava a pertencer ao de Anadia, enquanto as freguesias de Oiã e de Fermentelos passavam para o de Águeda. De nada valera a representação da Câmara ao Governo de sua magestade, pedindo para que o concelho fosse classificado de segunda ordem, "demonstrando que está ao abrigo da Lei e nas condições que ella estabelece para assim ser considerado" [1].

---

[1] *Acta da Câmara de Oliveira do Bairro, de 14/3/1895*

Quem sofreu mais com esta bailação foi a população da sede do concelho. "Em Oliveira do Bairro fez dolorosa impressão a extinção d'aquelle concelho. Quando alli chegaram os primeiros soldados, que iam manter a ordem que se receiava fosse alterada, o sr. Miguel Pinto de França, que constitui no Brazil a sua fortuna e acabava de construir uma bella casa de habitação onde tencionava passar os seus dias, sofreu uma comoção tão profunda que teve uma sincope e ainda se conserva doente. O seu sentimento é tão vivo que resolveu abandonar a sua pátria e regressar ao Brazil" - escrevia a "Soberania do Povo", na sua edição de 28 de Novembro de 1895.

Não era caso único. A revolta lavrou alta pelo que acrescenta essa notícia que "um velho lavrador quando vio que os seus archivos (da Câmara) eram levados para Anadia em carros de bois, exclamou em alta voz: Eu so queria ser Deus uma hora para matar estas gentes, se recusasse a restituir-nos o nosso concelho".

Porém, outra foi a postura das gentes de Oiã e de Fermentelos que concorreram para esta amputação: "festejaram ruidosamente a sua passagem para Águeda" e os de Águeda ofereceram mesmo um jantar aos de Oiã, onde esteve presente Gabriel Nunes da Rosa.

bibRIA

As populações de Oiã e Fermentelos desde 1885 que vinham pedindo esta passagem e para o efeito fizeram três representações ao Governo. Era uma espécie de revolta contra os poderes constituídos na sede do concelho. Um dos argumentos era de que em Oliveira do Bairro "não ha homem prestigioso que nos atraia, que nos arraste, que nos seduza pela sua alta individualidade, pelo seus serviços prestantes, pelos seus obsequios inolvidáveis", comentou Gelasio Maria (versus Padre Abel da Conceição e Silva que, sendo natural de Barrô, era pároco de Oiã há três anos e puxava a maior freguesia do concelho de Oliveira do Bairro para o concelho de Águeda).

Considerava que Oliveira do Bairro era pobre, escasso de meios e não havia quem tivesse poder político, o que também era verdade. Além disso, a Câmara não poupava os lavradores na décima e que em Águeda iam os lavradores pagar menos. Ele escrevia em 1 de Julho de 1897 na "Soberania do Povo" que "não fizemos mais do que acompanhar o movimento de forte simpatia por Águeda" e lá vinha o contraste, o ferrete: "não ha em

todo o extinto concelho de Oliveira do Bairro um bacharel formado em Direito: não ha gente à altura de formar uma vereação".

As populações destas freguesias estavam tão desencantadas com Oliveira do Bairro que, quando começou a correr o rumor de que iam regressar (o que se veio a concretizar em Janeiro de 1898) recusavam tal situação. Preferiam mesmo que a sede do concelho fosse "em Oiã, na Mamarrosa, ou Palhaça, onde já se tentou criar uma Comarca".

Outras razões de ordem cívica e política terão pesado na deliberação governamental. Os actos eleitorais não corriam de forma pacífica. Em muitas partes, eram os dias sublinhados com cenas de tiroteio e facada e o menos castigador era o amaciar dos costados com rijos marmeleiros e na base desta desordem estava todo o género de trapacice e de embustes fomentados pelas forças em presença. Não faltavam inclusivamente as "chapeladas". Além disso, havia a legião "dos riscados". Em 1892, os Regeneradores perdiam a favor dos Progressistas que tinham na região como bandeira o jovem Conde de Águeda, mas, apesar disso, perdiam as eleições na sede. Se não fossem a Mamarrosa e Oiã, perdiam a nível do concelho.

biblRIA

Neste mesmo ano (1892), a 6 de Novembro, houve mesmo desordem na sala das sessões dos Paços do Concelho, quando se procedia à eleição da Câmara. Foram quebradas cadeias, mesas, secretárias e outros utensílios; foram roubados livros e mais papéis pertencentes ao arquivo da secretaria. À cabeça do tumulto estava o aferidor João Tomás Nunes, de Fermentelos, que era empregado da Câmara e, nessa condição foi fazendo da sala de aferições um grande arsenal de armas... [2].

É de crer que todos estes factores terão contribuído para a extinção do concelho de Oliveira do Bairro, que nesta guerra havia de perder para sempre a freguesia de Fermentelos.

Quando Oiã e Fermentelos passaram para Águeda, era presidente da Câmara de Águeda quem, mais tarde, em 1907, havia de ser presidente da Câmara de Oliveira do Bairro, Dr. Abílio Pereira Pinto, o responsável pelo projecto e início dos trabalhos da avenida que ganhou inicialmente o título de Avenida Cândido dos Reis, vindo este a ser substituido, em 1926, a

[2] *Acta da Câmara, de 10/11/1892.*

favor de Abílio Pereira Pinto por unanimidade de toda a Comissão Administrativa, presidida pelo tenente Armando Esteves, de Oiã, que foi o autor da proposta.

Realizada esta transferência para Águeda, que também lhes foi sede da Comarca, o primeiro acto cívico a que tiveram acesso foram as eleições para a Câmara, acto que teve lugar em 8 de Dezembro de 1895. Das três Assembleias (Capela de Arrancada, Igreja de Aguada de Cima e Igreja de Águeda), os eleitores de Oiã e Fermentelos tiveram de deslocar-se à igreja de Águeda, onde, de resto, voltaram a comparecer em 24 do mesmo mês para eleição dos vogais e substitutos das Juntas de Paróquia.

Oliveira do Bairro era um concelho pequeno, de parcos recursos. "Neste concelho não há foros, censos, pensões e direitos dominicais de valor algum, que pudessem ser vendidos" - invocava a vereação camarária na sessão de 31 de Março de 1880, a braços com dificuldades múltiplas nos seus magros orçamentos.

Além disso, estava encravado entre dois concelhos, que tinham figuras de proa, a nível nacional. Conselheiro José Luciano de Castro e José Cancella de Abreu pontificando em Anadia e Lisboa e os Mellos de Águeda, tendo semelhante peso político e grandes influências na capital, enquanto o de Oliveira do Bairro que era governado e administrado, algumas vezes, por pessoas de fora da municipalidade, sobretudo, do concelho de Águeda, estava a pagar um alto preço por ser o que era e um pouco em consequência das lutas entre os partidos (Regenerador e Progressista), já que as decisões de ordem administrativa andavam um pouco ao sabor das marés.

Expedidos que foram a mobília e o arquivo e outros papéis para a Câmara de Anadia, não foram, porém, remetidos documentos importantes, tais como o orçamento de despesas e receitas do extinto município, o que logo levantou alguns embaraços àquela Câmara, liderada pelo Barão do Cruzeiro, que tinha como vereadores Dr. Joaquim Lino Ferreira e Dr. José Xavier Cerveira e Sousa.

Tinha assim a Câmara de Anadia que fazer um novo orçamento "de acordo com a sua nova circunscripção", mas "como, entre a papelada recebida não se encontra os livros de receitas e despesas, o orçamento vigente do extinto concelho e ainda não foi transferido o saldo em dinheiro

bibRIA

existente", não tinha aquela autarquia elementos para "poder confeccionar o novo orçamento".

Também por deliberação tomada na reunião de 9 de Dezembro de 1895, deviam ser postos em arrematação a renda das contribuições indirecta e o fornecimento das carnes verdes do concelho para o ano seguinte, mas também a renda devia ser modificada em consequência da anexação das freguesias de Oliveira do Bairro, Troviscal e Mamarrosa.

Em face destas faltas, decidiu a Câmara oficiar ao Governador Civil, "expondo-lhe as faltas encontradas e pedindo-lhe se digne ordenar providencias que julgar convenientes, porque, de contrário, não pode esta Câmara dar cumprimento ao ordenado pelo artigo 95 do Código Administrativo". Além disso, decidiram que a arrematação das contribuições indirectas ficasse adiada para discussão e votação na reunião de 8 de Dezembro. [3]

Refira-se que na arrematação do fornecimento de carnes verdes, foram contemplados dois talhos: um em Anadia e outro em Oliveira do Bairro, devendo o fornecimento ser feito aos sábados.

Só em 30 de Novembro começaram a chegar, mesmo assim pouco a pouco, fazendo, de zangados, alguma resistência à deliberação administrativa, atrasando quanto possível a entrega da documentação, por que ansiava a Câmara de Anadia. Alexandre Ferreira Dinis, tesoureiro da Câmara de Oliveira do Bairro, foi quem fez a entrega dos documentos de despesas e receitas e o saldo, em dinheiro, de três mil e quinhentos e quarenta reis, que era realmente uma insignificância, mas era o saldo à data da extinção, mas não soube dizer se "respeitava à conta de viação ou à contabilidade geral do Município". Fez ainda a entrega, de que se lavrou o respectivo auto, de documentos de cobrança da contribuição municipal directa na importância de duzentos e dezassete mil quinhentos e trinta e três reis, respectivamente dos anos 1883 a 1888.

Por sua vez, o secretário da Câmara, que era Alípio Ferreira Dinis, também entregou em Anadia documentos e papéis e o saldo do orçamento ordinário de oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reis, mas escudava-se que "o saldo não pode precisar n'esta ocasião qual a

[3] *Acta da Câmara de Anadia, de 30/11/1895*

parte que pertence ao cofre da viação e qual é que pertence ao cofre do Município". Quanto ao Diário que não entregou, afirmava que se teria extraviado por ocasião da transferência do arquivo.

No fim de Janeiro, chegava ofício da Comissão Municipal de Anadia, dando relação das crianças desvalidas, expostas e abandonadas e das mães naturais que recebiam subsídio de lactação, pertencentes às freguesias de Mamarrosa, Troviscal e Oliveira do Bairro. Enquanto em Fevereiro a Câmara de Oliveira pedia à de Anadia cópia do auto de arrematação dos impostos indirectos respeitantes àquelas freguesias. O mesmo acontecia relativamente às Câmaras de Águeda e Aveiro, no que tocava às freguesias de Oiã e da Palhaça que regressavam.

Porém, os impostos indirectos já haviam sido arrematados pelos concelhos de Anadia e de Águeda e esse facto criava dificuldades de tesouraria no de Oliveira, gerando precária gestão autárquica. Para obviar este mal, deliberou a Câmara pedir-lhes brevidade na cobrança a fim de fazer entrar no cofre do Município e "em tempo competente" o resultado daquelas operações. Enquanto isso, também era solicitado à Comissão Distrital permissão para continuar a adoptar provisoriamente o código de posturas municipais do concelho que estavam em pleno vigor antes da sua extinção [4]. Documentos que eram elaborados com a presença do Conselho Municipal, juntas de paróquia, regedores, professores de instrução primária e maiores contribuintes e alguns lavradores.

bibRIA

Onde não existe qualquer referência à extinção ou reconstrução do concelho de Oliveira do Bairro é nas actas da Câmara que precedem ou sucedem a esta "expoliação". Nem uma palavra. Realizou-se uma última união em 14 de Novembro onde todo o expediente foi normalíssimo. Era presidente da edilidade José Batista Ferreira dos Reis e vogais: Gabriel Nunes da Rosa, Bernardino Joaquim de Carvalho, Manuel Francisco Ferreira e João Francisco Pedreiras.

Curiosa é a divisão do património do extinto concelho de Oliveira do Bairro. Se Anadia e Águeda foram os concelhos beneficiados com a resolução ministerial, para o que terá concorrido a vontade dos povos de Fermentelos e de Oiã na mudança para o concelho de Águeda, de resto,

[4] *Acta da Câmara de Anadia, de 26/2/1898*

aspiração que vinha de trás, também eles vieram a dividir entre si o património e os recursos humanos, lucros e despesas, não sem algumas reticências.

A Câmara de Anadia, por exemplo, não se mostrou receptiva a receber todos os funcionários e argumentava que só necessitava de um secretário e de um oficial para a Secretaria e assim foram exonerados, de imediato, os três cantoneiros que ali se apresentaram. O médico de partido, Dr. Manuel José Pinhal, teve mais sorte, foi aceite. Nenhuma sorte tiveram outros funcionários embora apresentando "os respectivos direitos de mercê". Como foram os casos de Alexandre Ferreira Dinis, Alípio Ferreira Dinis e Manuel Luis Duarte Maia, aferidor interino, que compareceu em Anadia com os talões e recibos dos afilamentos que importavam em vinte mil trezentos e cinquenta reis. Além disso, apresentou apenas uma escada e uma caixa de pesos mínimos, alegando que os restantes utensílios se encontravam na casa que lhe servia de oficina, mas prometendo entregar.

Igual tratamento tiveram Manuel Joaquim Filipe, oficial da Câmara, José Filipe dos Reis, oficial da Administração e Manuel da Costa, carcereiro. Quanto ao secretário da Administração, não compareceu.

Para a divisão dos "despojos" do concelho, (a divisão de bens estava consignada no Decreto de 23 e Portaria de 24/1/1896) deslocou-se aos Paços do Concelho de Anadia o Secretário da Câmara de Águeda, António Gomes Correia, comissionado, para a de Anadia "estudar o destino a dar aos bens, valores e rendimentos do extinto concelho" [5].

Em face do consenso encontrado para a partilha amigável, foi concordado que ao município de Anadia ficariam a pertencer os Paços do Concelho oliveirenses e a casa que servia de cadeia pelo facto de se encontrarem na sede da freguesia que passara para Anadia; que os valores e rendimentos fossem divididos proporcionalmente, servindo de base o rendimento colectável das matrizes da contribuição predial; que o município de Águeda receberia algum pessoal - o secretário e o oficial da administração e para o exercício de clínica Dr. Luis António Ribeiro Dias, que em Anadia não apresentara qualquer diploma. Era cirurgião-mor do Exército, formado pela Escola do Porto, residente em Oliveira do Bairro, facultativo municipal, com o ordenado de duzentos mil reis e "pulso livre".

---

[5] *Acta da Câmara de Anadia, de 28/12/1895*

Quanto ao tesoureiro e ao carcereiro "parece-me indiferente que ella seja addido a uma ou outro concelho" [6].

Um outro acordo relacionava-se com as despesas com o pessoal, tendo ambas as partes chegado à conclusão que "as despesas com pessoal devem ser divididas e pagas proporcionalmente pelas duas Câmaras" ou fosse: a Câmara de Anadia suportaria seiscentos e dezoito mil reis e a de Águeda quatrocentos e catorze mil reis que era quanto importavam os funcionários.

Outras obrigações da Câmara de Anadia que havia "raptado" três freguesias: pagar as despesas obrigatórias, os vencimentos dos empregados, as despesas dos expostos, os subsídios de lactação, as despesas com a viação e outras e que o saldo fosse dividido, depois de feitos todos estes pagamentos.

Feita a partilha entre Anadia e Águeda, políticos do extinto concelho de Oliveira do Bairro houve que integraram as equipas das respectivas Câmaras. Por exemplo, no dia 7 de Janeiro de 1895, Henrique Ferreira Pinto Basto era eleito vice-presidente da Câmara de Águeda, recusando aceitar a presidência, depois de muito instado, mesmo pertinazmente, "para o que recomendavam as suas aptidões", lugar que foi ocupado por Albano de Mello. De novo, houve festa e foguetes.

bibRIA

As eleições haviam tido realização a 8 de Dezembro de 1895 e as populações de Oiã e Fermentelos deslocaram-se para votar a uma das três Mesas de Assembleia, concretamente na igreja de Águeda, onde votaram também as de Águeda, Espinhel, Óis da Ribeira, Recardães e Travassô.

Em 22 do mesmo mês eram realizadas as eleições para os vogais das Juntas de Paróquia.

"Foi um bello dia o dia 7 de Janeiro. Não houve uma nota discordante. Os cidadãos de Fermentellos e Oyã que vieram na terça-feira à sede do concelho não deviam ficar desagradados do acolhimento que aqui receberam de toda a gente" [7].

Ao tomar assento a nova Câmara, saída das eleições, realizadas por

---

[6] *Acta da C.M. de Anadia, de 28/12/1895*

[7] *"Soberania do Povo", de 9/1/1896.*

virtude da "bailia administrativa", como diz o historiador António Simões Capão, a Filarmónica de Fermentelos e a de Águeda tocaram o hino da Carta e "subiram ao ar n'essa occasiao e durante todo o dia numerosas girandolas de foguetes". As músicas tocaram em diferentes locais e, à noite, houve iluminação na Praça do concelho e danças populares. Na Praça do Município, durante esse dia, muitas pessoas de Oiã e Fermentelos que ali foram haviam sido esperadas pelas Filarmónicas.

Por sua vez, em Anadia era eleito para vereador João Filipe dos Reis Grilo, em representação das freguesias de Oliveira, Troviscal e Mamarrosa, fazendo elenco com Dr. António José Vieira, vice, Manuel Feliciano de Castilho, Manuel da Silva Martins e Henrique Marques Moura. O presidente era o barão do Cruzeiro. Outro homem do extinto concelho, António Duarte Sereno, de Bustos, tinha assento na Comissão Distrital, juntamente com o Dr. João Xavier Cerveira e Sousa.

Apesar das distâncias, as populações de Oliveira, Troviscal, Mamarrosa não tinham outro remédio senão deslocar-se a Anadia para tratar de requerimentos e obtenção de licenças para construção de casas, tapagens, aquedutos e outros ou por via de assuntos no Tribunal.

biblRIA

Quanto aos processos judiciais que diziam respeito a cidadãos de Oiã e Fermentelos foram transferidos para a Comarca de Águeda e encarregaram-se do seu inventário os escrivãos e tabeliães Virgílio de Abreu e Augusto Breda de Mello - trabalho que deram por concluído em Janeiro de 1896.

Contudo, quanto a obras a realizar pelo orçamento de 1896 da Câmara de Anadia este era bem omisso, nem uma para amostra em qualquer das três freguesias. De resto, "só na reuniao de 25 de Abril de 1896, a Câmara de Anadia apreciava os orçamentos, cadernos e mais papeis e documentos comparativos das referidas contas e mapas das contas" que apresentavam "um saldo positivo e real" de oitocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reis, quando o tesoureiro apenas entregara trezentos e trinta e três mil quinhentos e seis reis, faltando assim quinhentos e cinquenta e três mil novecentos e seis reis.

Paços vazios, logo a direcção dos serviços Telegráfricos e Postais, propôs à Câmara de Anadia a cedência de parte do edifício municipal do

extinto concelho. Era necessário para a instalação da estação Telégrafo-Postal de Oliveira do Bairro. Em face deste pedido e achando a Câmara anadiense que a instalação do correio "é um melhoramento importante e considerável elemento de progresso, deliberou "aceitar aquella cedencia nas condições expostas no citado officio". No entanto, salvaguardavam que era uma deliberação provisória, por isso, fora submetida à apreciação da Comissão Distrital que acabou por aprovar o negócio. E parte do edifício dos Paços do Concelho passava assim a ser a sede do correio na vila.

Estava assim o acto consumado. Com algum vitupério para a população de Oliveira do Bairro que foi quem mais sofreu com esta amputação do concelho.

bibRIA

# O REGRESSO

Os rumores da reconstrução do concelho de Oliveira do Bairro começaram logo quase um ano antes desse facto de tornar público. No mês de Março de 1897, recomeçava assim a guerra entre os que defendiam o regresso ao anterior estatuto e os povos de Fermentelos e de Oiã que queriam ficar onde estavam, no concelho de Águeda.

De um lado, uma facção menor, encabeçada por quem já tinha sido presidente da Câmara e administrador do extinto concelho - António Tavares de Araújo de Castro; do outro lado, figuras como Padre Abel e o engenheiro Henrique Ferreira Pinto Basto que ocupava nessa altura a vice-presidência da Câmara de Águeda.

bibRIA

Em Junho de 1897 continuavam muito activos os defensores da permanência de Oiã e Fermentelos no concelho de Águeda, freguesias que tinham como arautos dessa ideia firme e que parecia inexpugnável os seus párocos, respectivamente, padre Abel da Conceição Gomes e Silva o mais acérrimo defensor da permanência desta freguesia no concelho de além Cértima e o Padre João Roque Ferreira, de Fermentelos.

Em 22 de Junho desse mesmo ano, uma nova representação esteve em Lisboa com o Presidente do Conselho e "outros cavalheiros", manifestando o desejo "da quase totalidade dos seus moradores de continuarem a pertencer ao concelho e Comarca de Águeda" [1]. A comissão era encabeçada por Henrique Ferreira Pinto Basto, antigo presidente da Câmara de

[1] *"Soberania do Povo", de 24/6/1897.*

Oliveira do Bairro e então vice presidente da Câmara de Águeda, e foram recebidos "com a benevolência estremada".

Henrique Ferreira Pinto Basto encabeçou nada menos de que 3 representações das freguesias de Fermentelos e Oiã ao Ministro do Reino e, na opinião do padre Abel Gomes da Conceição e Silva, tanto ele como as pessoas que o acompanharam "cumpriram sómente um dever indeclinavel, indo a Lisboa representar as freguesias de Oyã e Fermentellos na quasi totalidade dos seus habitantes que não desejam de forma alguma separar-se do concelho e comarca d' Águeda, onde estao muito bem, porque teem ali quem advogue com sollicitude os seus interesses". (Carta que fez publicar na "Soberania do Povo", em Julho de 1897).

Segundo o Padre Abel, estiveram sempre em força em Lisboa as representações das Juntas de paróquia: "a de Oyã assignada por todos os vogais, e a de Fermentellos por todos menos um, e as representações do povo das duas freguesias com sete centos e tantos nomes, muito perto de oito centos, o que falla bem alto e demonstra a vontade dos mesmos povos" (...). Além disso, a Comissão que representava a vontade da maioria, "da quasi totalidade dos habitantes de Oyã e Fermentellos", ainda segundo a referida carta, era composta pelos párocos, pela maioria dos vogais das juntas de paróquias e "de alguns cavalheiros importantes das duas referidas freguesias".

bibRIA

Em contrapartida e a avaliar pela informação veiculada no "Correio da Noite" pela pena de António Tavares de Araújo de Castro apenas haviam firmado a representação a favor da reconstituição do concelho de Oliveira do Bairro duas centenas de assinaturas. E nesse número, segundo padre Abel, figuravam ausentes, mesmo mendigos, assinaturas falsificadas, o que levava o pároco de Oiã a escrever, em resposta a António Tavares de Araújo de Castro, que "veja bem o valor político do extincto concelho de Oliveira do Bairro! Avalie bem a seriedade de carácter de que se socorreram d'estes meios pouco dignos". Houve "engajadores de votos de taberna" a prometer em Oiã mundos e fundos por uma assinatura e até a Manuel Luis Duarte Maia falsificaram a sua.

Porém, do outro lado, e das bandas de Oliveira, corriam outros rumores: que a Oiã vinham os grandes de Águeda, coisa que, no entender do padre Abel da Conceição, não era preciso, porque, mercê de três

representações "pedindo a sua passagem para Águeda", era mais do que prova clara da "sua sympatia por Águeda". Enfim, não queriam regressar a Oliveira do Bairro, que o comércio de Águeda abonava o dinheiro para as despesas das comissões que foram a Lisboa (era o comércio de Águeda a alargar os horizontes e naturalmente a praça...).

"Não queremos calcar as vossas aspirações; respeitamolas. Restaurem o vosso concelho, se podem mas deixem-nos ficar onde estamos, porque assim o queremos. Respeitem as nossas aspirações, se querem que respeitemos as vossas. Digo mais: Oyã tem mais direito a ser respeitada por Oliveira do Bairro porque é a força" - aconselhava, ainda que irónica e asperamente o pároco da maior freguesia do extinto concelho de Oliveira do Bairro que ia mais além do desafio aberto à outra facção (...): "com que direito se nos querem impôr? com o da força? Temol-a nós. Com o da justiça? Temol-a ainda. Queremos estar em Águeda: é a nossa vontade" (...) "é a vontade que o povo quer estar em Águeda".

A luta era assim acérrima por parte de Fermentelos e de Oiã e a "Soberania" chamava-lhe "desgraçada questão".

Escrevia ainda padre Abel da Conceição, com data de 12 de Março de 1897, na "Soberania do Povo", que as duas freguesias "não querem aceitar o jugo que os de Oliveira do Bairro querem impôr-lhes. Mas nos luctamos pelo nosso bem estar, pela nossa felicidade, pelos nossos interesses, pelas nossas commodidades, enquanto que os de Oliveira do Bairro trabalham prodomu sua, tendo em mira sómente nos lucros materiais que podem aquecer-lhes as algibeiras".

Nessa mesma carta explica os motivos da rebeldia:

"Pela alma, pelo coração, nós jámais seremos de Oliveira do Bairro. Oliveira do Bairro morreu para nós. Não podemos sentir affecto algum por uma freguesia que não se sabe impor nem pela sympatia dos homens nem pela administração dos negocios públicos".

"Pode no extincto concelho de Oliveira do Bairro haver homens de importancia, e ha-os: mas é alli, na sede do concelho, que ellas deviam estar. Enfim, a importância era tão pouca que até nas eleições o Partido Progressista que tinha como líder António Tavares de Araújo e Castro as perdera na terra onde residia, acrescentava o pároco de Oiã.

Os defensores da permanência em Águeda aceitavam até um concelho

biblRIA

em Oiã, na Mamarrosa ou até na Palhaça, contanto que não fosse em Oliveira do Bairro... "Para Oliveira do Bairro nada. So a guerra, a abstenção completa. Mostrem primeiro que teem valor e prestigio e depois fallaremos". Em Águeda, sim, pois "todos estavam contentes com a administração dos negocios publicos". E estes passavam por uma coisa que era muito sensível para os agricultores, o pagamento das décimas que em Águeda eram muito mais baixas.

No entanto, o Grupo de António Tavares de Araújo e Castro não desistia dos seus bairrísticos intentos e algumas antigas autoridades do extinto concelho não deixavam de fazer a sua campanha por terras de Oiã e Fermentelos, convencendo os cidadãos a assinarem a representação para voltarem a pertencer ao concelho de Oliveira do Bairro, dizendo que isso era um facto inevitável e que ficariam mal se não assinassem, prometendo que no dia em que se verificasse a desanexação "elles virao com musica e foguetes e vinho visitar aquelles que assinarem".

Para o autor, "um Amigo dos Povos", isto era uma forma de intimidação e comentava nesse mesmo número do Jornal que "essa asseveraçao do que fatalmente haode estas freguezias passar para Oliveira faz-lhes uma grande impressão e ficam tristes e desanimados".

Padre Abel ainda avisava que, a acontecer a reconstituição do concelho, isso semearia a desunião "numa freguezia onde todos teem hoje a mesma vontade".

Efectivamente, vontade grande de não partir de regresso ao concelho de Oliveira do Bairro, era a do Pároco de Oiã que lançava maus augúrios sobre a possibilidade da mudança: "fique certo que o governo que, se assim o nao fizer, immediatamente acabará a paz e sossego que n'estas duas freguezias havia, ficando responsavel pela guerra que imprudentemente, injustamente, n'ellas accendeu. Respeite a nossa vontade, o que é de toda a justiça, para que nos continuemos a viver como bons irmãos como amigos affectuosos".

Contudo, o seu gesto de revolta não foi escutado em Lisboa, nem bem mais perto, em Águeda, e foram exactamente as figuras grandes de Águeda em que Padre Abel da Conceiçção e Silva tanto se revia que haviam de reconstruir o concelho de Oliveira do Bairro. Mais precisamente, Albano de Mello, quando desempenhava as funções de Governador Civil de Aveiro,

bibRIA

de resto, grande responsável, bem como Barbosa de Magalhães pela desanexação tanto da freguesia da Palhaça do concelho de Aveiro, caso que gerou outra guerra igual, como da freguesia de Oiã do concelho de Águeda.

O regresso causou natural júbilo em Oliveira do Bairro e um dos que mais saltou de alegria foi Leonardo de Sousa Maia que tinha sido secretário da Câmara, porque também fora dos que mais sofrera com a extinção. Dele traçava alguém em carta para Dr. Manuel França, em 26/4/1944, este retrato, bem irónico: "Bom homem, mas muito porco. Mãos sempre sujas, as unhas permanentemente de luto, a cara luzidia devido ao líquido segregado pelos poros e que não era eliminado pelas lavagens... camisas salpicadas dos desacatos nocturnos das pulgas, vestuário exterior igualmente sujo (...) sapatos cambados e quantas vezes aparecendo os dedos dos pés à janela". Para concluir: "calcula tu o juizo que da terra fazia um forasteiro a quem, por acaso, se dissesse que aquele sujeito era o secretário da edilidade concelhia".

Tão grande foi o seu regozijo que, no dia da festa da restauração do concelho, Leonardo de Sousa Maia apareceu lavado, camisa limpa e fato novo. Estava um assombro. E não deixou de fazer o seu discurso, por muita insistência da "rapaziada". A multidão era enorme. Na frente dos Paços de Concelho, na praça e largo da feira.

bibRIA

Para que a população o visse, lembraram a solução de um banco, mas logo viram que era insuficiente. Ficava ainda muito baixo. Acabaram por optar por um escadote que por acaso estava a um canto do átrio da Câmara. E foi de lá que disse da sua enorme satisfação.

Os elementos da Comissão Administrativa, nomeados por despacho régio de 24 de Janeiro, publicado no Diário de Governo, número 18, de 25 de Janeiro, era composta por Manuel Almeida Sobreiro, Miguel Pinto de França, José de Oliveira, Bernardino Joaquim de Carvalho e Manuel da Silva Martins, que prestaram juramento, na forma do costume (sobre os santos Evangelhos) e tomaram posse no dia 29 de Janeiro, na presença do administrador interino, José Maria de Couto Brandão. Depois, feito o escrutínio secreto para elegerem entre si o presidente e vice presidente, os lugares couberam, respectivamente, a Manuel de Almeida Sobreiro, da Mamarrosa, e Miguel Pinto de França, de Oliveira do Bairro.

Era posto assim o ponto final nesta bailação administrativa de que foi vítima o concelho de Oliveira do Bairro sem que tenha usufruído qualquer ganho.

Uma das primeiras deliberações que a Comissão tomou foi oficiar às Comissões Municipais de Anadia, Águeda e Aveiro, a pedir-lhes cópias do auto de arrematação dos impostos indirectos respeitantes a 1898, relativamente às freguesias Oliveira do Bairro, Mamarrosa e Troviscal, Oiã e Palhaça (Nariz ficava em Aveiro e Fermentelos em Águeda).

Os impostos das freguesias de Oliveira do Bairro, Mamarrosa e Troviscal foram arrematados em hasta pública pela quantia de quatrocentos mil reis, enquanto os de Oiã haviam sido arrematados por cento e trinta mil reis [2]. Já o imposto indirecto sobre as carnes verdes relativamente à Palhaça fora arrematado pela Câmara Municipal de Aveiro por quarenta mil reis.

bibRIA

[2] *Acta da Câmara, de 26 de Fevereiro de 1898*

Adriano de Mello, do Conselho de Sua Magestade, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e Governador Civil do Districto d'Aveiro, etc.

Tendo sido por decreto de 13 de janeiro ultimo, publicado no "Diario do Governo" n.º 13 de 18 do referido mez, restaurados os concelhos de Ilhavo, Macieira de Cambra, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga e modificados os concelhos de Agueda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, e Oliveira d'Azemeis, em conformidade com o mappa annexo ao mesmo decreto, e tendo sido dissolvidas as respectivas Camaras Municipaes; — Nos termos do artigo 204 e do § 2.º do artigo 17 do codigo administrativo e do artigo 3.º do citado decreto convoco as assembleias eleitoraes dos indicados concelhos para no dia 27 do corrente, pelas nove horas da manhã, procederem á eleição das Commissões que hão de assumir a respectiva gerencia municipal até ao fim do presente triennio.

Os administradores dos alludidos concelhos darão cumprimento a este alvará, fazendo affixar o edital de que trata o artigo 206 e § do codigo administrativo, e participarão sem perda de tempo para os devidos effeitos legaes aos presidentes das Commissões de Recenseamento qual o dia designado para a mencionada eleição.

Dado e passado n'este Governo Civil d'Aveiro, sob o séllo do mesmo, aos 12 de fevereiro de 1898.

GOVERNO CIVIL DE AVEIRO

biblRIA

Convocatória para a eleição da Câmara de O. do Bairro, após o restauro do concelho.

# Sessão preparatoria

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos noventa e oito aos vinte nove dias do mez de Janeiro, n'esta Villa d'Oliveira do Bairro e paços do Concelho, compareceram os vagaes da Commissão os Snrs Manoel de Almeida Sobreiro, Miguel Pinto de França Joze Joaquim d'Oliveira Bernardino Joaquim de Carvalho e Manoel da Silva Martins que tendo prestado juramento e tomado posse vão entre si por escrutinio secreto designar o Presidente e Vice-presidente.

Em seguida e em resultado do escrutinio secreto verificou-se entrarem na urna dez listas sendo quatro com o nome do Exmo Manoel d'Almeida Sobreiro para presidente e quatro com o nome do Exmo Miguel Pinto de França para Vice-presidente e as duas restantes brancas.

Em acto continuo a commissão deliberou que as suas sessões tivessem logar aos sabbados de cada semana pelas dez horas da manhã.

bibRIA

Deliberou mais nomear para fazer parte da Commissão do recenseamento militar os seguintes individuos. Joze Lamoes de Souza Antonio Joze Tavares e Castro Joze Ferreira Rodrigues e Joze Filippe dos Reis = E mais deliberou sob proposta do Exmo presidente e que foi unanimemente approvada nomear a Commissão do recenseamento eleitoral que é composta dos seguintes individuos. Joze Joaquim d'Oliveira como effectivo e Manoel da Silva Martins como substituto.

Em seguida ordenou-se que se desse conhecimento aos nomeados lembrando-lhes que no dia cinco de Fevereiro proximo ha de ter logar a instalação desta Commissão.

E para constar se lavrou a presente acta que vai ser assignada pelos membros da Commissão, sendo-lhes em primeiro lida por mim Alipio Ferreira Diniz secretario da Camara que a escrevi.

Manuel d'Almeida Sobreiro
Miguel Pinto de França
José Joaquim d'Oliveira
Bernardino Joaquim de Carvalho
Manoel da Silva Martins

bibRIA

# Termo de posse

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus christo de mil oitocentos noventa e oito aos vinte e nove dias do mez de Janeiro, n'esta Villa d'Oliveira do Bairro e paços do Concelho e salla das sessões da Camara Municipal do Concelho do mesmo nome compareceram os Snrs Manoel d'Almeida Tobreiro, Miguel Pinto da França, Joze Joaquim d'Oliveira, Bernardino Joaquim de Carvalho e Manoel d'Silva Martins, nomeados vogaes da Commissão administrativa deste Concelho por despacho de vinte quatro do corrente mez, publicado no Diario do Governo numero dezoito do dia vinte cinco, os quaes tendo prestado juramento pela forma legal prestado pelo administrador interino d'este Concelho digo legal pelo administrador interino d'este Concelho o Exmo Joze Maria Pereira de Couto Brandão conforme o termo lavrado n'esta data pelo secretario da administração; e lhes confere a posse dos seus cargos e

bibRIA

os convida a constituirem-se provi-
soriamente para entre si por escru-
tinio secreto escolherem presidente
e Vice-presidente.
E para constar se lavrou o presente ter-
mo que vai ser assignado pelo referido
administrador do Concelho e pelos vogaes
effectivos presentes, depois de lido por
mim Alipio Ferreira Diniz secreta-
rio da Camara que o escrevi.
José Maria Pereira do Couto Amado
Manuel d'Almeida Sobreiro
Miguel Pinto de França
José Joaquim d'Oliveira
Bernardino Joaquim de Carvalho
Manoel da Silva Martins

bibRIA

bibRIA

# AO RITMO DO TEMPO

bibRIA

bibRIA

# CELEIRO DOS DUQUES DE LAFÕES TRANSFORMADO EM PAÇOS DO CONCELHO

O anterior edifício dos Paços do Concelho, perfilando-se no extremo sul da avenida Abílio Pereira Pinto, nasceu térreo, de duas águas, com a frente para o então Jardim do Município, hoje Praça da República, da adaptação do velho celeiro dos Duques de Lafões.

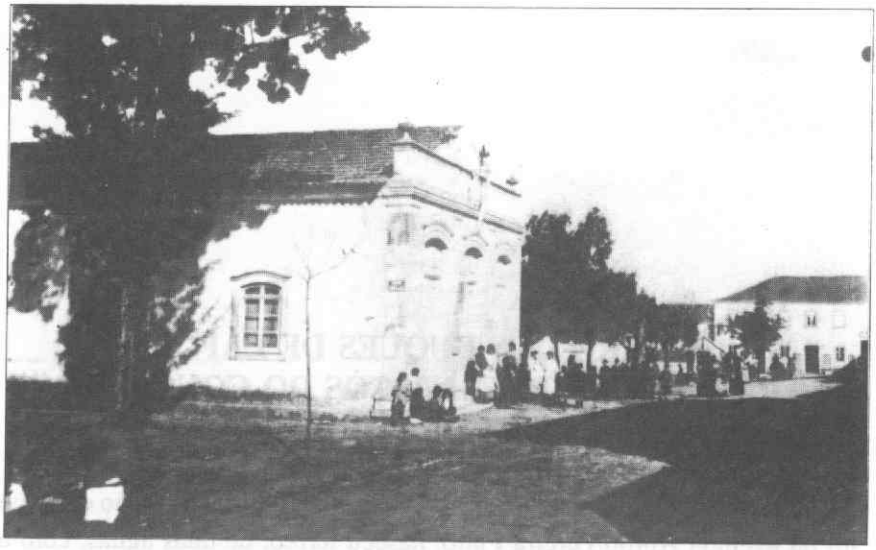
A falta do espaço para a instalação cómoda dos serviços da Câmara e até do próprio Tribunal Municipal, (e de outros que andavam dispersos por várias casas da vila) era notória nos meados do século XIX, pois havia que servir convenientemente os povos, como então se dizia.

Se é que assim se lhe podia chamar, dos mais velhos Paços do Concelho que se conhecem, o edifício ainda existe e fica exactamente no ângulo que faz hoje a Rua Cândido dos Reis e EN 235. Ai funcionavam, em precárias condições, por cima da cadeia, a sala das sessões e ainda a "antiga sala do juízo ordinário". Em baixo, uma cadeia ("a enxovia" como diziam ao tempo) e em cima outra.

Do outro lado, a norte, o Celeiro dos Duques de Lafões com sua Coroa Real de pedra trabalhada em relevo e na memória das gentes a vaga lembrança do antigo paço senhorial dos grandes senhores das terras de Oliveira, que se postava mais para cima.

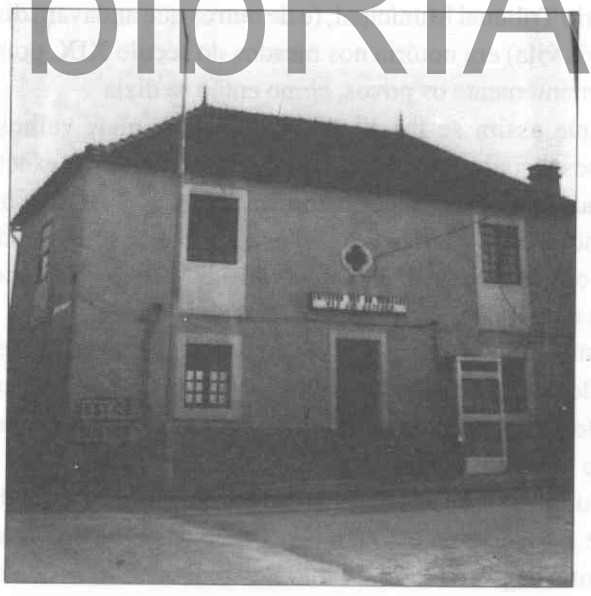
O assunto da construção dos novos Paços do Concelho foi pela primeira vez à reunião da Câmara em 5 de Agosto de 1857, apresentado pelo presidente Augusto Ferreira Pinto Basto. Então, foi deliberado que "se tratasse de saber se ao Duque de Lafões convinha em aforar o celeiro que

bibRIA



Antigos Paços do Concelho, construídos a partir do Celeiro de Duque de Lafões

bibRIA



Antigo edifício da Câmara de Oliveira do Bairro que, vago, ficou a ser cadeia

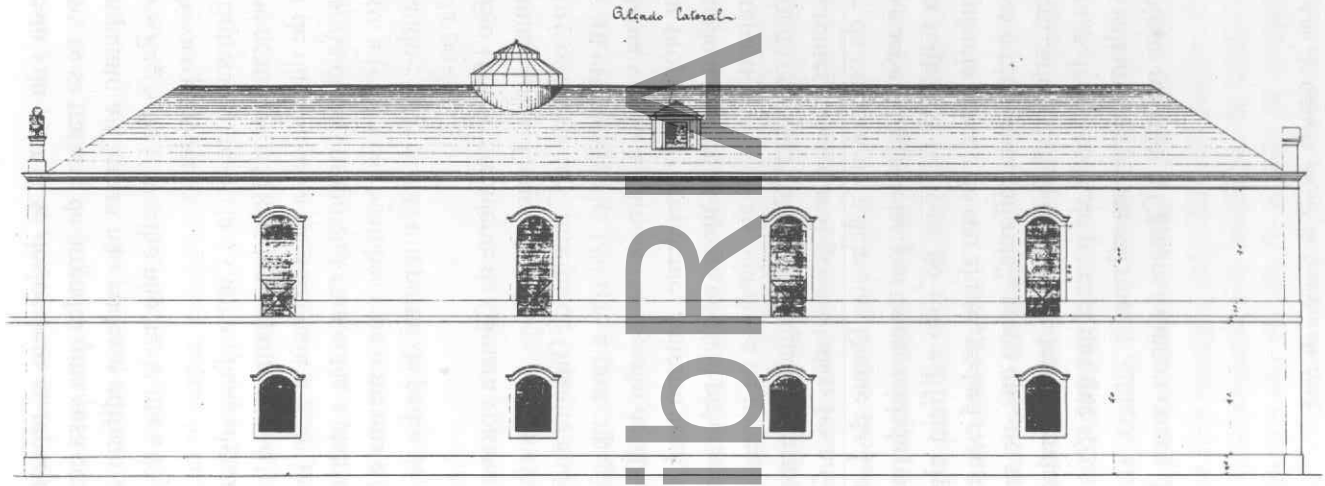
biblRIA

Viseu, Aveiro, 18 30/3 70.
O 1.º eng.º do Districto,
A. Alves Ribeiro.

Alçado principal.

O 2º Engº. Antonio Ferrª. d'Araujo e Silva
Projectou e desenhou

bibRIA




biblRIA

A transformação do Celeiro dos Duques de Lafões a Paços do Concelho não foi aquela que se desejava e chegou a ser projecto da autoria do 2º engenheiro António Ferreira de Araújo e Silva, projecto que teve o visto do engenheiro do distrito, Álvares Ribeiro, em 30 de Março de 1870. As finanças eram curtas. Era uma obra arrojada de dois pisos (acabou por ficar térreo).
No rés-do-chão ficariam o vestíbulo, os cartórios, a recebedoria, as conservatórias, a Secretaria da Fazenda e arquivo e Administração. Por sua vez, o 1º andar comportaria a sala da Câmara, idêntica em espaço à sala de Administração, o gabinete do presidente, a secretaria e arquivo. Neste piso situar-se-ia ainda o Tribunal (7.80 x 1100 metros), sala para testemunhas, gabinete do juiz e sala para jurados.

tem nesta vila para aí se deslocarem as repartições e, quando ele não o aforasse, se se tratasse de arrendar uma casa com as proporções para esse fim, enquanto a Câmara não pudesse edificar casa para isso", já que na casa dos Paços do Concelho não havia mais do que sala para as reuniões, sublinhava o presidente.

Entretanto, resolvia a Câmara fazer algumas reparações e pequenas obras no acanhado edifício que de pomposo só tinha o nome, pois dispunha apenas de duas salas, a de audiência e a do júri, albergando ainda duas cadeias. As obras compreenderam então a abertura de portas para a cadeia de baixo, a feitura das tarimbas para a mesma e "abrir nelas uma cloaca" e "colocando-se nas portas um portal de pedra de granito para melhor segurança da prisão" [1].

Em 1862, o presidente da Câmara voltava a comprometer-se a tratar do assunto com o Duque de Lafões. O concelho sentia algum desenvolvimento e os Paços do Concelho de Oliveira do Bairro já não eram consentâneo com esta realidade. Daí que a preocupação era constante e assim é que o tema voltou à Câmara (na sessão de 20 de Julho) em 1864. Desta vez, por proposta do presidente, António José Tavares de Castro: "... que em atenção a não ter a Câmara edifício próprio para acomodação das diferentes repartições públicas, vendo-se na necessidade de pagar anualmente o melhor de quarenta mil reis de aluguéis e mesmo assim com as repartições em diferentes casas e mal acomodadas, foi a Câmara do parecer que se tratasse da compra do celeiro do Duque de Lafões para ser aplicado ao serviço e acomodação delas, por ter capacidade própria e ser bem construído, embora tenha de fazer-se no dito edifício algumas obras e tendo em consequência tratado do seu ajuste, poderá este efectuar-se pela quantia de duzentos e cinquenta mil reis", preço que, no seu entender, era de grande vantagem para o município, pois que, tendo mandado proceder à sua avaliação por peritos, foram estes do parecer que que só os materiais de construção e terreno valiam quinhentos mil reis.

Nesta reunião, a Câmara avançou com a deliberação de se comprar

bibRIA

---

[1] *Acta da Câmara, de 24 de Outubro de 1858*

o edifício e o terreno, já que "este edifício tem as proporcões precisas para a acomodação das diferentes repartições e poder, desde já, servir, logo que se lhe mandem fazer os solhos, forros e divisões, deixando por enquanto de levantar-se outro andar, que a Câmara poderá fazer, quando puder dispôr de melhor meios", - andar que só surgiu, passados 70 anos, (em 1934), dadas as aflições de ordem financeira por banda do município oliveirense.

Por sua vez, o Conselho do Distrito aprovava a deliberação da Câmara de negociar o celeiro ainda naquele mesmo ano.

Era assim posta definitivamente de lado a ideia que chegou a ser ventilada da construção de uma casa que se destinasse exclusivamente às repartições públicas porque, por um lado, não podia a Câmara continuar a viver em espaço tão limitado e, por outro, não havia edifícios para alugar.

Depois, praticamente caiu em ponto morto a decisão da construção. Só em Junho de 1868 a Câmara decidiu se requisitasse um engenheiro para estudar e fazer a planta (assim como estudar o ramal da estrada do Silveiro a Vila Verde, passando pela Bunheira). E em 1 de Setembro em reunião na Câmara, os 40 maiores contribuintes do concelho concordavam em autorizar a Câmara a promover as obras.

bibRIA

Todavia, os responsáveis, contando os parcos recursos, pediam "a reforma da planta, já que resolviam optar, "por enquanto", pela construção das casas do Tribunal Judicial, casa para a Câmara e respectivos archivos" (efectivamente, a planta era soberda e vistosa incluindo primeiro andar, mas foi posta de lado). De tal modo o processo seguia lento que só, em 11 de Agosto, foi proposto se afixassem editais para a arrematação dos Paços do Concelho, ao mesmo tempo que o anúncio era lançado no Jornal "Campeão da Província" que se publicava em Aveiro.

O negócio concretizava-se, entretanto, e, no ano de 1870, sendo presidente Joaquim Duarte Sereno, de Bustos, a obra avançava normalmente, arrematada que fora por José Pereira da Silva, que teve como fiador Manuel Martins Duarte, da vila de Anadia. Em Dezembro desse mesmo ano, a Câmara pedia "a examinação das obras, se estão a ser feitas conforme a planta ou não", planta que fora entregue pelo chefe do distrito. Uma das alterações conseguidas relativamente aos materiais de cantaria foi a substituição de uma pedra que não era tão do agrado da vereação pela "pedra da Gândara de Outil" (conhecida mais por pedra de Ançã), no entanto,

deveria ser examinada antes de ser colocada pelo engenheiro responsável. Assim a fachada (voltada para sul, registe-se) ficaria mais vistosa [2].

O Governador Civil acabou por concordar com a sugestão e não houve problema com o arrematante na medida em que "aceita e se compromete a fazer a obra em cantaria de Outil e pelo mesmo preço da arrematação", de resto, a condição que lhe foi imposta pela Câmara.

As obras, porém, não seguiam o ritmo desejado, verificando-se atrasos e, em Maio de 1871 (ano em que se dão alguns passos no sentido de ser construída a estrada Mogofores-Vagos, passando pela Mamarrosa e Bustos, cujas populações eram bastante beneficiadas com tal melhoramento, pois que "para o porto do Boco levam cales e madeira e dali trazem estrumes da Ria para os seus prédios", o mesmo acontecendo com as de Vilarinho do Bairro e Covões [3] o fiador do arrematante, Manuel Martins Duarte, pedia "a exoneração de fiador" pelo facto de ter expirado o prazo para a feitura da obra.

Efectivamente, em Maio de 1872, ainda o chefe do distrito estava a remeter para a Câmara o desenho das dobradiças a utilizar nas portas e janelas, enquanto o soalho da repartição municipal ainda não havia começado e a Câmara sugeria a utilização de tijolo, porque era de mais duração.

bibRIA

As obras corriam assim com certa lentidão, mas, em 1874, ano em que a varíola fez muitos estragos no concelho, achava-se concluída" a casa dos Paços do Concelho", pelo que, em 14 de Janeiro, a Câmara mandou oficiar ao senhorio das casas ocupadas pelas repartições públicas a fim de tomarem conta delas a partir do primeiro dia de Fevereiro, ao mesmo tempo que fez o mesmo relativamente aos funcionários que trabalhavam em casas de renda (a administração funcionava na casa de Joaquim Basílio e a repartição da Fazenda na de José da Fonseca Dias) no sentido de mudarem as suas repartições para os Paços do Concelho até ao dia 30 de Janeiro.

O edifício, um sonho antigo, estava concretizado. Espaço havia e a sala de sessões da Câmara, bem como as da administração do concelho e do Juízo, comportavam 40 cadeiras simples, seis cadeiras de encosto, também uma mesa para a primeira e uma secretária para cada um dos gabinetes da

---

[2] *Acta da Câmara, de 9/2/1871*
[3] *Idem, de 23/8/71*

Câmara e da administração. Nos vestíbulos, mobília mais em conta - alguns bancos.

Estava assim efectuada a adaptação do Celeiro dos Duques de Lafões aos novos Paços do Concelho. Com algumas alterações, incluindo no respeitante à frontaria que foi derrubada de modo que o edifício ficasse um pouco mais recuado em relação ao espaço do Jardim Municipal onde se realizava a feita dominical.

Do velho celeiro dos Duques de Lafões sobrava a Coroa Real, por baixo da qual fora escrito: "Paços do Concelho"... inscrição que fora atribuída a Filipe dos Reis e era feira em letras de barro cerâmico.

Era então presidente da Câmara Dr. José Paes dos Santos Graça, de Fermentelos, pessoa a que, competia saber português. O caso deu que falar e os que sabiam escrever correctamente logo afiaram a veia satírica e toca de fazer versos a propósito de Concelho com cedilha.

"Ó rapazes de Oliveira,
aquele Cê parece um nabo.
Vejam lá de que maneira
se lhe há-de arrancar o rabo..."

bibRIA

O erro acabou por ser emendado. Com um cinzel foi cortada a cedilha. Mas o erro que não teve mais remédio foi o facto de alguns (no fogo aceso da política) terem destroçado, a poder de martelo, a Coroa Real "de pedra em relevo, trabalhada com belos recortes de arquivoltas elegantes, que saía, magestosa e imponente, da cantaria em volta" que "foi um dia partida à martelada, no meio de uma risota imbecil de meia dúzia de sectários, por um funileiro irresponsável a quem os seus chefes chamavam gloriosamente, "o Sincero", segundo crónica de Dr. Manuel França [4].

Alguns bocados da pedra talhada ainda foram guardados como relíquias que, todavia o tempo acabou por atirar para algum local esconso.

---

[4] *"Jornal da Bairrada", edição de 30/8/59*

bibRIA

## JULGADO E SONHO DE COMARCA

Oliveira do Bairro foi sede de Julgado que abrangia exactamente as freguesias que compunham então o concelho (Oliveira do Bairro, Oiã, Troviscal, Fermentelos e Mamarrosa), criado pela Lei de 16 de Abril de 1874. Naturalmente em novos moldes, [1] pois tinha anterior existência. Efectivamente, ele já existia antes, conforme notícia colhida nas actas da Câmara, mas fora extinta por falta de salas de audiências e repartições judiciais. Exactamente, em Janeiro de 1870, o Governo civil deixava nova ameaça e respondia-lhe a Câmara que ia construir o novo edifício dos Paços do Concelho, cuja planta "estava quase pronta", bem como para as casas para audiências e repartições judiciais e cadeias, sublinhando que "a falta do julgado era prejudicial ao povo do concelho".

A acta da Câmara com data de 26/7/1871 dava como delegado deste organismo Judicial António José Tavares de Castro, sendo proposto para subdelegado Alexandre Ferreira Dinis, invocando para isso a vereação a sua experiência, não só como escrivão da fazenda e recebedor do concelho, mas também a muita prática de serviço público e as habilitações necessárias.

Todavia, o julgado não era conquista ou benesse real que agradasse totalmente, naturalmente por não satisfazer as necessidades e aspirações

[1] *Acta da Câmara, de 25/5/1874*

biblRIA

das populações, porque ornado de poucas atribuições. E assim é que a Câmara, presidida por Dr. José Pais da Graça, deliberou, na sua reunião de 9/2/1876, que "se representasse à Câmara de Deputados da Nação, pedindo--lhe a revogação da lei de dezasseis de Abril ou que ela fosse corrigida por forma a darem mais atribuições aos juízes ordinários ou finalmente que neste concelho se criasse uma Comarca".

Era neste ano escrivão e tabelião do julgado Luís de Mello Pinto Leitão, que não era pessoa de merecer grande crédito. Fora várias vezes suspenso do exercício das suas funções pelos diversos juízes e até preso por ter falsificado algumas assinaturas. Também a nomeação do professor João Tomás Dias Antão, de Fermentelos, para juíz ordinário do Julgado, levantou alguma polémica, tendo a Câmara oficiado ao Governo a mostrar que "inconveniente é a nomeação" [2].

Se, em 1876, havia uma certa preocupação nos elementos da Câmara pelo facto de, nas suas atribuições, o Julgado já não corresponder às necessidades e perpectivas das populações, dois anos antes, isso não era líquido. Quando o presidente da Câmara, Dr. José Pais da Graça, e respectiva vereação, se debruçaram sobre a alteração das Comarcas de Anadia e Águeda, a fim de apresentarem as suas razões e sugestões, imploraram a criação da comarca oliveirense, mas, se não fosse possível, que se mantivesse, ao menos, o Julgado, mas com território mais alargado.

bibRIA

A Câmara de Oliveira do Bairro (era administrador do concelho Augusto Maria de Mello Gouveia) fez mesmo sentir que não havia necessidade de sair da Comarca de Anadia, mas os autarcas sempre foram dizendo que "attendendo ainda a Lettra da Lei as comodidades dos povos e a circunstância de haver aqui um tribunal que nada deixa a desejar parecenos acertado que Oliveira do Bairro na hypotese de se não altterar a actual circonscripção comarcã, continue sendo a cabeça de um julgado criado pela Lei de desasseis de abril ultimo". (1874)

Mas, como para a formação de novas comarcas, contavam as facilidades de trânsito, as relações comerciais e a comodidade dos povos, a importância das terras, "então sejanos dado dizer que difficilmente se encontrara uma terra que pela sua posição central para um grande número

---

[2] *Acta da Câmara, de 12/4/76*

de povos esteja em milhores circunstancias para cabeça d'uma comarca a que pertençam esses povos do que Oliveira do Bairro". (Tinha o concelho então 2.655 fogos).

A ser criada, a Comarca de Oliveira do Bairro abrangeria também as freguesias de Nariz e Palhaça "ainda a pouco pertencentes a este concelho, mas que a paixão política, em luta aberta com o bom senso e comodidades dos povos, arrastou para o concelho e comarca d'Aveiro", ainda que não distassem da sede do concelho de Oliveira do Bairro apenas cinco kilómetros, quando para Aveiro eram mais de dez. Mas iam mais longe, sacrificando a Comarca de Águeda. Roubavam-lhe para a de Oliveira do Bairro as freguesias de Espinhel, Aguada de Baixo, Aguada de Cima e Barrô, o que, tudo somado, em termos de fogos, daria aproximadamente seis mil, que era o número exigido para vingar uma ideia destas. Além da distância ser escassa, invocavam ainda que as relações comerciais destes povos "são todas para aqui, ainda que a dificuldade do trânsito fosse notória."

O que abonava ainda a pretensão da Câmara era o facto desta "ter esgotado quasi todos os recursos n'estes ultimos anos na construção de um tribunal que merece ser invejado por muitas comarcas".

bibRIA

Não deixamos ainda de trazer à liça um outro objectivo que, de resto, aqui e ali, vinha à baila. Sangalhos também deveria ser anexado ao concelho de Oliveira do Bairro e por todas as razões: "facilidade de transito, relações commerciais dos povos" e finalmente "a distância que torna Sangalhos mais parecido com arrebalde d'Oliveira do Bairro que com uma freguesia à parte".

Um outro argumento que julgavam de peso era, de facto, a construção do Tribunal: "é sabido ter este concelho nos ultimos annos feito bastante sacrificio para hoje possuir um edificio commo é aquelle em que existe um tribunal judicial excellente e onde se acommodam alem d'este a administração do Concelho, Repartição da Câmara e Fazenda". E questionavam bairristicamente: "Ficarao tantos sacrificios enutilizados, tanto dinheiro perdido, tantas commodidades esquecidas?" E rematavam optimistas: "A nossa consciência diz-nos que não e tanto mais quanto foi com auctorização dos poderes superiores que tudo se fez; e confiamos que n'elles deve existir prudencia necessaria para não auctorizarem sacrifícios inuteis dos povos. O zelo e patriotismo dos povos deste concelho e das vereações transactas veriam arredondar em prejuízo dos mesmos povos no caso de se inutilizarem

os sacrificios pecuniarios, quando consideramos que esses sacrificios podiam ter sido dirigidos no sentido de por em pratica outros melhoramentos uteis tais como os de viação" [3].

Mas Oliveira do Bairro não só não conseguiu ver criada a Comarca, como via a de Anadia a perder algumas freguesias, como Nariz e Palhaça, a favor de Aveiro, enquanto as de Oiã e Fermentelos passavam para a de Águeda, em 1895. No entanto, ainda em 1935, houve um movimento a favor da passagem da freguesia de Oiã para esta última, mas alguns inconvenientes e o empenhamento de forças contrárias obstaram a este desiderato. Inconveniente: a falta de meios de transporte para Águeda enquanto para Anadia havia os comboios e uma carreira diária de camionetas. Além disso, havia as inundações do Rio Cértima que "todos os anos interrompem o trânsito sobre a ponte que liga esta freguesia ao concelho de Águeda, ficando assim os contribuintes muitos mais inibidos de irem àquela vila [4]. Por outro lado, Águeda não estava muito interessada em alargar a Comarca a Oiã, sabendo que podia perder outros territórios, a nascente, Sever do Vouga e, a norte, Albergaria-a-Velha.

Este movimento voltou a repetir-se em 1953.

bibRIA

Em 1912 voltou a haver novo projecto de remodelação das comarcas de Águeda, Anadia e Albergaria-a-Velha. Oiã estava previsto passasse para a Comarca de Águeda, todavia a Águeda não lhe interessava Oiã, porque os seus 2000 habitantes não compensavam a perda de 7000 de que se compõe a freguesia de Sever do Vouga que lhe pretende arrebatar para Albergaria. Por sua vez, Anadia protestava contra a passagem para Águeda, enquanto "Albergaria berra, clamando em altos gritos por Server do Vouga como as crianças pela emulsão de Scott. Afinal, Oiã não quer pertencer à Comarca d' Águeda nem Sever do Vouga à de Albergaria" e o "Ideal" [5] concluía que o melhor era ficar tudo como estava.

Entretanto, a ideia da criação da Comarca foi esmorecendo e, em Dezembro de 1879, quando o Governo inquiria sobre a revisão da actual

---

[3] *Acta da Câmara, de 20/4/1874*
[4] *"Alma Popular", de 18/10/1935*
[5] *"O Ideal", de 6/1/1912*

circunscrição comarcã, aí a Câmara, liderada por José Pedro Nolasco, e sendo vereadores Manuel da Silva Pires, Joaquim Ferreira, Manuel Lourenço de Oliveira e António de Sousa Barroco (vice-presidente), João Francisco, António das Neves e Joaquim da Cruz - ficou-se pela defesa da Comarca de Anadia e que mais nenhuma freguesia que fazia parte do concelho de Oliveira do Bairro deveria sair. Por terem interesses agrícolas comuns, invocavam, entre outras razões. Sugeriam, entretanto, que se conservasse o actual Julgado, "adicionando-lhe as freguesias da Palhaça e Nariz" (devendo também passar para a Comarca de Anadia) e mais: que era conveniente que o Julgado correspondesse ao distrito de Juíz de Paz.

Pelos documentos compulsados, é de concluir que a existência do julgado andava um pouco ao sabor dos tempos e das políticas. Ora era extinto ora era criado. Por exemplo, na reunião da Câmara de 1886, é novamente deliberado por unanimidade apresentar ao Governo de sua Magestade "pedindo a criação dum julgado municipal neste concelho", invocando o facto "d'estar mais de metade deste concelho a mais de quinze kilómetros de distancia do Tribunal da cabeça de Comarca", sinal de que, entretanto, fora extinto. Depois, lá vinha a razão de haver "um bom tribunal" e "bem assim cadeia em bom estado". Só não percebemos é que na mesma acta se escrevera que no tribunal exercia as suas funções "o juíz ordinário deste julgado"... Parece uma contradição.

bibRIA

Em 1875 eram juizes substitutos Joaquim Pires Duarte, José Pedro Nolasco, enquanto Alípio Ferreira Dinis era o subdelegado. Do mesmo tribunal eram escrivão e tabelião, respectivamente, Luis de Mello Pinto Leitão e António Pinheiro Estêvao.

Na vila haviam assentado escritório os advogados António Marques dos Santos e António de Meneses Brandão e Sousa, que possuía a Quinta das Malvasias, à ilharga do Bairro do Mogo, e era descendente dos antigos donos de Oliveira.

Como quer que seja, em 1889, uma das actas da Câmara (9/10/1889) dava como extinto "o lugar de tabelião do antigo Julgado deste concelho", com a demissão de João Marques Pires de Miranda, sendo, então criados, por decreto de Outubro de 1899, dois tabelionatos: um com sede em Oliveira do Bairro, abrangendo as freguesias de Oliveira do Bairro, Oiã e Fermentelos,

na altura da Comarca de Águeda, e o outro, em Bustos, destinado a servir as freguesias de Mamarrosa, Palhaça e Troviscal.

No entanto e segundo documentação existente no "Arquivo Distrital de Aveiro", o Julgado Municipal, com altos e baixos, sobreviveu à implantação da República e abrangeu um período de cerca de um século, entre 1835 a 1926 (18.7.1835 a 25.11.1926). Curiosamente, enquanto no tempo da Monarquia, aparecem bastantes autos de conciliação, não conciliação e revelias, a partir de 1910, sugem julgamentos de acções de despejo, autos de apelação, autos de exame e corpo delito, autos de execução de sentenças, protocolos das audiências, protocolos de entrada e saída de processos, registos dos articulados e sentenças, transgressões a posturas municipais que sempre eram julgadas no tribunal municipal e acções ordinárias.

A freguesia que entre 1849 e 1893 (15/5/18439 a 28/10/1893) mais trabalho deu ao Julgado foi a da Mamarrosa, abrangendo diversos autos de conciliação, não conciliação e revelias, participação de coimas, protocolos de audiências, registos dos articulados e sentenças.

A documentação existentes relativa à freguesia de Oiã abrange o período entre 1835 e 1875, enquanto a da Palhaça, muito pouca, vai de 4/5/1863 a 28/8/1873. Porém, se a do Troviscal tem início em 8/10/1843 e vai também apenas a 8/7/1875, a de Bustos abrange um período posterior (entre 12/7/1895 a 8/8/1896). Igualmente curto período é o de Nariz (de 17/10/1862 a 22/8/1871).

bibRIA

## CÂMARA PREVIDÊNCIA

A Câmara tinha uma função social de quase previdência. Socorria os pobres de várias maneiras: atribuía-lhes algumas verbas para sobreviverem ou encaminhava-os quando doentes para os hospitais.

Uma outra tarefa era a de pagar a lactação dos filhos de mulheres carenciadas e ainda uma outra de maior despesa: a de pagar às amas dos expostos – (crianças que nasciam e eram abandonadas acabando por ser entregues pela câmara a amas, que deviam ser "cotadas de muitos bons costumes, honestas e com teres" [1].

bibRIA

As despesas com as amas não eram assim tão minguadas. Pelo menos é o que deduz de uma acta da Câmara datada de 12 de Março de 1856: "No concelho há poucos meios para lhes fazer face em atenção de achar-se permanentemente sobrecarregado com a quota dos expostos".

Naquele ano fazia pressão o Governo Civil para receber os valores que já não eram pagos pela câmara desde 1843, o que revela os limitados recursos financeiros da autarquia e do próprio concelho de Oliveira do Bairro.

Outra despesa, de certo vulto, estendia-se a inúmera gente pobre cujas relações eram elaboradas, freguesia a freguesia, pelos respectivos párocos que por esse tempo, davam à Câmara as tais relações de "suplicantes desgraçados".

Só para que se possa avaliar as despesas com a lactação e quotas dos expostos, deixamos aqui alguns valores do Orçamento da Câmara

---

[1] *Acta da Câmara, de 26/12/1914*

respeitante a 1874/1875. Enquanto a Câmara tinha como receita três mil reis do aluguer das barracas da feira, dez mil reis do arrendamento dos assentos da feira, sete mil e quinhentos reis da passagem das barcas em Fermentelos – gastava, por exemplo, na lactação dos filhos de gente menos que remediada sessenta mil reis, enquanto a quota para a sustentação dos expostos (para a criação e pagamento às amas) era de cento e oitenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco reis.

A verba, destinada à aquisição da mobília para os Paços do Concelho, era a que mais se aproximava – cento e cinquenta mil reis. Bastante mais baixa era a verba destinada à construção de uma "retrete" junto aos Paços, que estava calculada custar trinta mil reis.

Havia casos em que a Câmara ficava com as crianças nos braços, isto é tinha que resolver alguns casos graves, quando as mães tinham de baixar aos hospitais e não havia família que se responsabilizasse. Tinha então que arranjar uma ama e entregar-lhe a criança cujo trato tinha que suportar, mais a "soldada" da ama. Dos hospitais caíam na mesa da Câmara também relações de "doentes miseráveis" do concelho que lá iam receber tratamento. Eram, umas vezes, enviados para o Hospital da Misericórdia de Coimbra, outras para o Hospital Real de S. José em Lisboa e, mais tarde, para o Hospital da Universidade de Coimbra.

bibRIA

Este panorama não melhorou com a entrada no século vinte. Em 1900 a Câmara contribuía com uma quota de dez mil reis para o tratamento de doentes pobres no Hospital de S. José, em Lisboa, enquanto, por outro lado, continuava a suportar as despesas com as amas dos expostos e "crianças desvalidas e abandonadas".

A lactação nesse ano iria custar aos cofres da autarquia tanto como oitenta mil reis. Do orçamento deste ano constavam como verbas maiores: uma de duzentos e trinta c cinco mil trezentos e oitenta reis para as despesas do Fundo de Instrução Primária, segundo o Decreto de 17 de Maio de 1900, e 195 mil reis destinados compra de "candeeiros e petróleo" para iluminação das ruas da vila.

Às funções sociais da Câmara, nomeadamente no campo de saúde, juntava-se uma outra que se prendia com a defesa dos bens ou seja a defesa civil.

O nº 7 dos Acordãos, datados de 26 de Março de 1858, rezava assim:

"Quando se manifestar algum incêndio dentro de qualquer povoação são obrigados a accudir a elle todos os moradores que poderem prestar algum serviço sob pena de mil reis de multa".

Já na reforma dos mesmos em 1869, esta postura é mais concisa:

"Quando se manifestar algum incêndio dentro de qualquer povoação são obrigados a accudir todos os moradores que poderem prestar algum serviço e levarao vasilhas para agua sob pena de mil reis de multa".

A notícia do incêndio era dado pelo toque do sino a rebate na igreja da povoação onde se declarava ou na capela.

Mas as atribuições da Câmara abrangiam também as áreas de higiene e salubridade (em 1929 era criada a Comissão de Higiene constituída por Dr António Simões da Costa e professor António Joaquim de Carvalho, ambos da vila), mas a área de saúde era a de maior preocupação e envolvência.

A Câmara no seu orçamento lançava mesmo uma verba destinada à consulta e tratamento das prostitutas. Tinha também de decretar trabalhos de prevenção, como no caso da ameaça da cólera em 1910, que grassava na Rússia, Áustria, Alemanha E Itália. Então o governador civil recomendava que a Câmara instalasse o serviço municipal de desinfecção pública e concorresse para a prevenção e combate da epidemia. Mas com quê? Esse era o verdadeiro problema. E como não havia "aparelhos próprios e desinfectantes" [2], a Câmara deliberou incluir no Orçamento Suplementar uma verba para acorrer a essas despesas: a aquisição, de um pulverizador e um formulador, instrumentos que eram muito necessários. Na delegação de saúde (era delegado Dr. Manuel José Pinhal) não havia nenhum instrumento de desinfecção.

Esta foi a última deliberação da Câmara presidida por José Filipe dos Reis (24 de Setembro de 1910).

As Câmaras no tempo da Monarquia e por muitos anos da República raro era tomarem deliberações de vulto. No tempo da monarquia, o trabalho era escasso e prendia-se com coisas que hoje são impensáveis. Todavia, ao

[2] *Acta da Câmara, de 4/9/1910*

bibRIA

tempo, eram importantes, porque, de certo modo, a Câmara desempenhava funções de carácter económico, social, agrícola e cultural (escolas).

Muitas das reuniões passavam-se a deferir requerimentos (escritos ou verbais), pedindo demarcação de terrenos, para o que eram nomeados louvados o requerimentos para a construção de aquedutos.

No aspecto agrícola, competia-lhe nomear louvados para "a divisão de águas das represas, como da Brigeira, no limite de Perrães, lançar pregões a marcar os dias para a limpeza dos rios do Porto da Moita, Levira e Cértima, sobretudo entre a Murta e o Porto das Galinheiras, limpeza da presa de Aragonte e caminho de Ortigal, limpeza dos Portos do Barroco e das Galinheiras.

Algumas curiosidades sobre a limpeza do caminho do Ortigal e também do Rio Cértima: Todos os que fossem avisados eram obrigados a proceder à limpeza de Caminho do Ortigal "como é de uso e costume" e, se não o fizessem, incorriam na pena de trezentos reis".

Quanto à limpeza da presa de Aragonte, no rio Cértima, era feita "na forma de antigo costume" e para a reconstrução eram obrigados apenas os interessados "os quais concorrerão com as costumadas achegas" e o "que faltar tendo sido competentemente avisado, pagara a multa de seiscentos reis" – era o que igualmente constava dos Acordos (posturas da Câmara de 1858). Pena ligeiramente inferior era aplicada aos habitantes das freguesias de Oliveira do Bairro e Oiã, responsáveis pela limpeza do Rio Levira, que "não concorressem nos dias pela Câmara determinados" o que faltasse incorria na multa de quatrocentos reis cada um".

Certamente mais difícil de fazer era a limpeza do campo de Perrães especialmente no sítio da Machuqueira, por onde "se faz desde tempos remotos serviço de condução dos seus produtos por meio de barcos ou bateiras até chagarem aos respectivos portos, que sempre estiveram abertos e desembaraçados a passagem para eles", mas este trabalho era precioso para que as transacções se fizessem. Em Julho de 1884, aqueles terrenos estavam cobertos de água. E assim sendo, foram intimados todos os confinantes para limparem as respectivas valas, debaixo da inspecção da Câmara de que era presidente Leonel Aires dos Santos Maia.

As valas constituíam "uma servidão pública" para que de futuro não surgissem dificuldades foi "deliberado demarcar essas passagens por

biblRIA

estacas", tal qual se fez na divisão da Pateira, entre Fermentelos, Óis e Espinhel. Assinavam a petição para que a Câmara assim procedesse homens abastados de Perrães como José: Alves, João Diogo de Carvalho, José Duarte da Fonte, José Pedro Nolasco Júnior, José Pedro Nolasco, Manuel Pires Alves, padre João Rodrigues Areeiro, Manuel Joaquim Marques e José Pires Cardoso.

Ainda relativamente à agricultura, de modo que fosse protegida e salvaguardados os investimentos dos agricultores, a Câmara ordenava lançar pregões contra os pássaros, como a deliberação de 27 de Julho de 1870, em tempos de amadurecimento dos cereais:

"Foi mais deliberado se lançasse hum pregao cm todas as freguesias para que no dia domingo sete do corrente em todas as freguesias se entregue ao juiz eleito da respectiva freguesia uma série de cabeças de pássaros", menos na freguesia de Oliveira do Bairro, onde as cabeças das aves depredadoras seriam entregues nos Paços do Concelho ao empregado municipal. Quem não o fizesse estava sujeito a multa conforme decretado nas posturas municipais. No entanto, nas freguesias onde houvesse um vereador, este poderia ser o recebedor. Esta tradição (neste caso e ano, um pouco alterada quanto ao local de entrega), naturalmente nascida da necessidade de proteger a agricultura de tão poucos recursos, muito trabalho e pouco proveitos, da praga de certo passaredo que atacava sobretudo as searas como os pardais, gaios, pegas e cotovias, vinha já de trás. Consta mesmo do artigo 18°, do capítulo dedicado à agricultura, das Posturas Municipais de 1858.

bibRIA

Rezava assim esse artigo:

"Todos chefes de família sao obrigados a entregar todos os annos na sessao que a Câmara designar huma duzia de cabeças de passaros damninhos que sao pardais gaios, pegas e cotovias: o que nao cumprir pagara a multa de sem reis".

Outra das atribuições da Câmara era ainda proceder ao sorteamento (no tempo da Monarquia) dos mancebos para a vida militar, na presença dos párocos e regedores de cada freguesia, mediante os livros de registo de nascimentos. Poucos rapazes iam à tropa. Desses tempos ficou a expressão "ir às sortes". Pregões havia também para a arrematação dos sobejos das

águas das fontes para a roça dos matos dos baldios e até dos cemitérios e corte de árvores.

A Câmara superintendia ainda nos horários de funcionamento das escolas. Não deixa de ser até curioso o ofício da Junta de Paróquia de Oiã a solicitar a alteração do horário, de modo que fosse possível as crianças ajudarem mais os pais nas lides dos campos!

"Como a maior parte dos indivíduos residentes naquela freguesia são lavradores e como os filhos destes compreendidos na idade escolar lhes prestam já muitos serviços, convinha-lhes a mudança da hora da escola" que devia funcionar entre as oito e as doze horas da manhã.

A Câmara da presidência de Leonel Aires dos Santos Maia [3] deferiu a petição.

À Câmara competia ainda emitir atestados de bom comportamento moral e religioso dos cidadãos, que o solicitassem, arranjar amas para os expostos (e pagar-lhes, etc. )

O orçamento era peça mais importante e complicada e para a sua discussão e votação tinham de estar presentes os membros do Conselho Municipal e ainda o 40 contribuintes, agrícolas e industriais, na proporção de 50%.

biblRIA

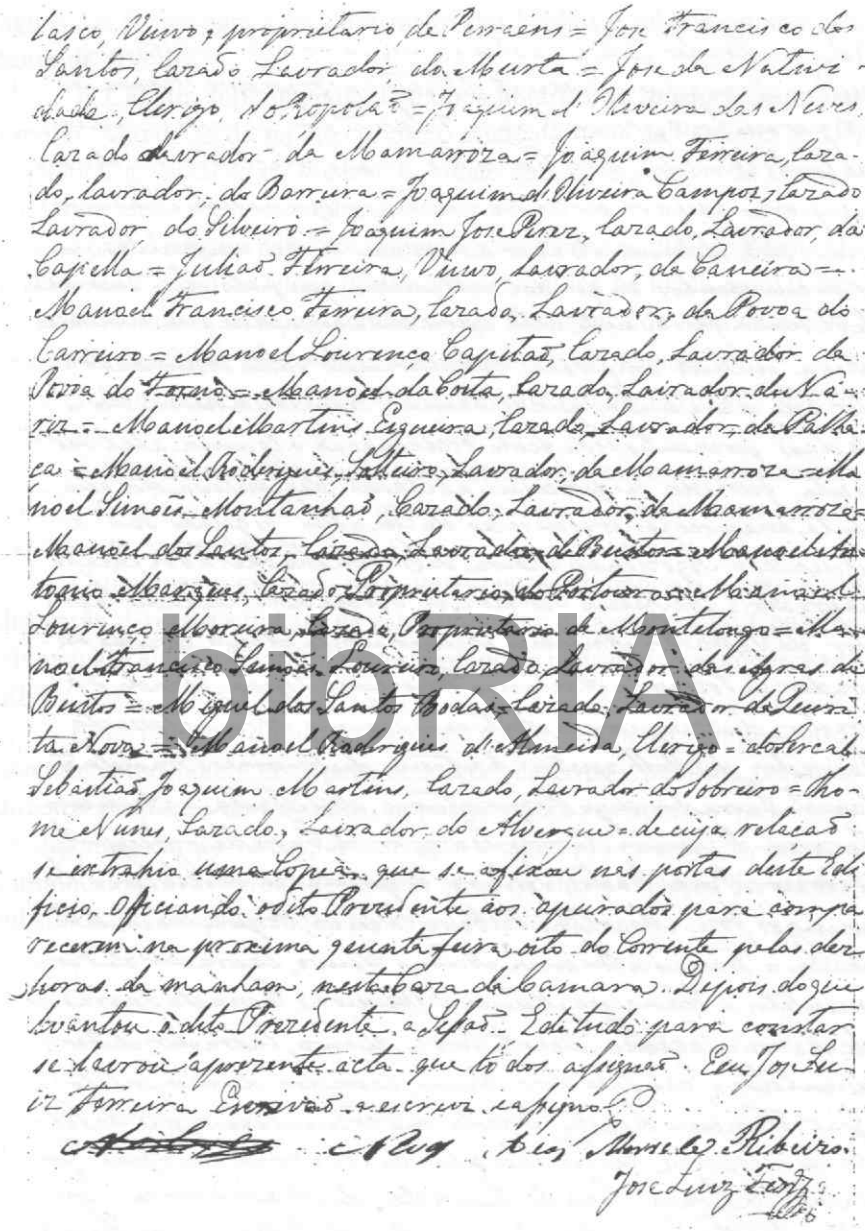
Estes tinham o direito de dar o seu parecer ainda para muitos outros assuntos como multas, taxas pelas ocupações de terrenos públicos, impostos directos prestação de trabalhos, impostos indirectos sobre o vinho e as aguardentes, carnes verdes, conservação e reparação de estradas, fontes e caminhos, aprovar verbas destinadas aos expostos e crianças desvalidas, subsídios de lactação, rendas das casas de aula, etc.

---

[3] *Idem, de 8/3/1884*

Administrador, Lado [illegible] a [illegible] [illegible]
[illegible] com a [illegible] Escrivão de Fazenda Francisco Pereira de
tas por este foi apresentada a Relação dos quarenta maio-
res Contribuintes deste Concelho mais colectados na decima
emposto annexos no anno anterior, e passando a Camara
com o dito Administrador ao exame della confrontada com
os documentos de que foi extrahida, que pelo dito Escrivão
de Fazenda a foraõ neste acto apresentados, achou que a mesma
estava emtudo conforme, e declarando o dito Administra-
dor que nada tinha que reclamar, nem nenhum dos ci-
dadaõs presentes, tudo feito reclamação alguma a tal res-
peito, por isso se procedeu a relação definitiva dos qua-
renta maiores Contribuintes do Concelho os quaes saõ os
seguintes = Agostinho Vieira de Carvalho, de Navir, Casado
Lavrador, = Antonio Ferreira do Fernando, Casado, Lavra-
dor, da Palhaça = Antonio Nunes Maia Norte Casado, La-
vrador do Soleiro = Antonio Francisco Lopes, Casado, La-
vrador, de Struveira = Antonio Soares Arcias, Casado
Lavrador, de Molhapaõ = Antonio de Menezes Brandaõ
Casado Lavrador diga Proprietario, dita Villa = Antonio
Joaquim de Oliveira, Casado, Lavrador, da Capella = Augusto
Ferreira Pinto Bastos, Solteiro, Proprietario do Soleiro = Do-
mingos Jose Martins Ribeiro, Viuvo, Proprietario, da Pa-
lhaça = Francisco Thomar Nunes, Viuvo, Lavrador de Fer-
mentelos = Francisco Nunes de Oliveira, Casado, Lavrador
de Navir = Jacinto Doarte Roza, Viuvo, Labrador, de Fer-
mentelos = Joaõ Theodoro, Viuvo, Lavrador de Fermentelos =
Joaõ Francisco Doarte, Casado, de Fermentelos = Joaõ da Sil-
va de Mauca, Casado Lavrador da Mamarroza = Joaõ Gon
calves da Graça, Casado, Lavrador, de Mamarroza = Jose
Martins Lameiro, Casado, Lavrador, da Palhaça = Jose Simoens
da Cruz Netto, Solteiro Lavrador d'Aguieiras = Jose Pedro No-

biblRIA



Os quarenta maiores contribuintes do concelho em 1857 (Acta da Câmara, de 4/11/1857)

# EM LOUVOR DO VINHO E DO ARROZ

Naturalmente como todas as outras, a Câmara de Oliveira do Bairro, desde os remotos tempos da Monarquia, e ainda nas primeiras décadas da República, era uma Câmara previdência, um pouco de sindicato, e ainda tinha funções de orientação na agricultura - com a introdução de novas culturas (por exemplo, o arroz) ou velando pela qualidade das já existentes, caso do vinho.

bibRIA

Uma das novas culturas foi a do arroz para cuja implantação nos terrenos húmidos de beira-Cértima, que se prolongavam entre a Murta e Perrães, também depois nos terrenos baixos junto do Levira, nos pântanos do Pano e, mais tarde, em tudo quanto era sítio, tocado por uma vala foreira, muito contribuiu o cavaleiro fidalo da Casa Real, Augusto Ferreira Pinto Basto, que viu uma solução para a rentabilização dos terrenos alagadiços entre a Bunheira e os velhos moinhos do Silveiro, mais para nascente.

Foi pela sugestão e mão deste político que chegou o arroz em força ao concelho de Oliveira do Bairro.

Era presidente da Câmara, quando, na reunião de 22 de Janeiro de 1862 "propôs a necessidade de se representar a Câmara Lagislativa, se permite neste concelho a cultura do arroz, visto que esta produção é indispensável aos povos, atenta a falta de vinho e não serem as terras que o produzem próprias para outra produção".

O ano de 1862 fora um ano desastrado para as vinhas. O oídio destruíra quase a totalidade dos vinhedos e o desânimo era grande. A fome ameaçava muitos lares com a falta de trabalho. No entanto, a Câmara arborizava a

Feira do gado e era abordada a dificuldade em construir a estrada da estação do caminho de ferro até ao Boco "por falta de pedra por britar".

1862 é a data documentada pela acta da Câmara, a pedir autorização para o plantio do arroz nas margens dos rios Cértima e Levira, no entanto, Dr. Miguel França [1] aponta o ano de 1852 para a introdução (à revelia do Governo?) do arroz que "durante muitos anos, na nossa região, cor escura como a terra, é actualmente graças às sementes importadas branco como o de Saigão, Sião ou Setúbal".

Entretanto, "o Diário do António Barbeiro" aposta num ano intermédio, pelo menos relativamente aos pântanos que ladeavam Fermentelos. "Já neste ano (1857) se começou a semear arroz. Os de Fermentelos venceram o que queriam". [2] Conseguiram convencer o governo civil que havia anulado a partilha efectuada em 1854?

Em Setúbal aprenderam as levas dos trabalhadores do concelho, que ciclicamente para ali imigravam para as comportas (plantação de arroz), os novos processos de plantio que acabaram por revolucionar o negócio desta gramínea. E assim surgiram as marinhas alourando o Alorio, o Muga e a Ponta Preta.

bibRIA

Curiosamente, Marques Gomes, autor do livro "Distrito de Aveiro", edição de 1877), indica também o ano de 1852 para o início deste cultura: "Cercam-na (O. do Bairro) extensos arrozaes, cuja cultura principiou em 1852".

Como quer que seja, é indubitável o valor comercial da gramínea que rendia mais do que as próprias vinhas. E assim se explica que, decorridos 25 anos, se atendermos a esta referência ou passados apenas 16 anos, se levarmos em conta a deliberação da Câmara em solicitar ao Governo a permissão do cultivo, em 1877, os terrenos ocupados na cultura do arroz se estendiam, no vale do Cértima por uma extensão de "7 kilómetros de comprido por um de largo". (Neste ano, tinha a freguesia de Oliveira do Bairro 664 fogos e 1825 habitantes").

Passados vinte anos, o arroz era já considerado "uma das fontes de receita deste concelho", mas logo tratava o Governo de aproveitar a fartura

---

[1] *"Jornal da Bairrada", de 4/4/1951.*

[2] *"Lembranças de Fermentelos", pág. 12, 1951, Artur Vidal.*

e algum lucro para sobrecarregar a produção com impostos, o que levou a Câmara de Oliveira do Bairro a protestar. [3]

A Câmara reuniu mesmo extraordinariamente para debruçar-se sobre a questão e levantar a voz contra a iniciativa do Governo em fazer "despudoradamente tributar a cultura do arroz". Despudoradamente, porque a tributação anunciada era de quarenta mil reis por cada hectare de terreno cultivado. Ora tal medida para os políticos locais "era decretar a pobreza de muitas famílias que se acham de posse de terras insusceptíveis de outra cultura, decretar a falta de trabalho para outras que nelas se empregam uma parte do ano, decretar que os pântanos volvam ao primeiro estado, abandonadas a si mesma, sem a manipulação que atenua seus efeitos, enfim, a ruína quase de um povo". E questionavam: "que cultura poderia substituir a do arroz e quantos contos de reis entravam anualmente nas bolsas dos lavradores?"

Desta acta foi lavrada uma cópia para ser remetida ao Parlamento.

Neste ano (1883) era presidente da Câmara o engenheiro Henrique Ferreira Pinto Basto, irmão do presidente que tivera a iniciativa de pedir ao Governo a licença para o cultivo do arroz, também ele com terras pantanosas na zona baixa do rio Levira, no Silveiro.

biblRIA

Relacionados com a cultura deste gramínea, havia toda uma série de trabalhos, também das preocupações da Câmara: construção de presas, ao longo dos rios e riachos, e a construção de poços, que logo aparecem com esta finalidade, a partir de 1862. Além disso, havia divisão de águas que nem era coisa pacífica, e regras a cumprir: "Aqueles que deitar uma presa de água abaixo ou a cortar no rego a quem anda regando sem que esta lhe pertença, sera multado em três mil reis, e na mesma pena incorrem os que cortarem a água que a tiver destrinçada da direcção da rega, segundo a destrinça" - era deliberado em sessão da Câmara de 14 de Junho de 1858.

A exiguidade dos recursos da Câmara era, nesse ano, gritante. Queixavam-se os elementos que a compunham que as receitas mal chegavam para ocorrer às despesas obrigatórias do Município e outras que vinham sendo decretadas por lei, de tal modo que chegara a recusar a nomeação de um amanuense para trabalhar nos serviços de administração do concelho.

---

[3] *Acta da Câmara, de 10/3/1883.*

A Câmara de Oliveira do Bairro era, no entanto, dona e senhora de baldios, maiores ou mais pequenos, que eram logradouros comuns, que podia alienar, vendendo-os para realizar receitas ou simplesmente aforar ou ainda fazer a sua partilha pelos interessados.

A maior operação deste género aconteceu com o baldio do Pano (ou já ao tempo também nominado Ribeiro da Palha). Maior operação, porque também supõe uma enorme área, por sinal inculta.

Ao tempo em que foi realizada a partilha estava a ser divulgada a plantação de arroz no concelho. E terá sido esse facto que muito pesou nas exigências das populações de Águas Boas, Nariz e Ramalheiro. Natural era, portanto, que esta área nessa altura fosse cobiçada por muitos e diversos proprietários que viam ali assim alguma fonte de receita, não só como fornecedora de pasto para o gado, bunho e tabua para as esteiras, fenos para as camas do gado, mas, sobretudo, para a plantação do arroz.Toda a zona do Pano constituiu-se assim, a partir daí, num verdadeiro celeiro deste produto.

Quem primeiro requereu a partilha do Ribeiro da Palha foram os povos de Águas Boas e Pousios, que estiveram presentes na reunião da Câmara de 9 de Junho de 1858, onde apresentaram um requerimento pedindo "a divisão do baldio do Pano, da freguesia de Oyaã, pertencente ao logradouro daquelles povos..." A decisão ficou adiada, para a sessão seguinte. Então foram mandados "passar editais para conhecer da maioria". Nesse tempo era "proibido apanhar estrumes no Ribeiro do Pano de Águas Boas sem que a Câmara designe por pregão o seu corte e nesse tempo ninguém poderá entrar a apanhalo antes do nascimento e depois do occaso do sol, o transgressor sera multado em quinhentos reis" [4]. Aos moradores de fora do concelho era proibido ali pastorearem os seus gados.

A partilha do Pano, a nascente, tinha sido efectuada nos meados de 1854 mas havia sido anulada por acordão do concelho de distrito "para evitar rixas entre os povos das freguesias de Requeixo, Mamodeiro, Fermentelos e Oyaã".

No entanto, "a 12 de Agosto deste ano (1857) se demarcaram os maninhos entre Fermentelos, Mamodeiro, Carregal, Requeixo, Óis da Ribeira,

[4] *Acta da Câmara, de 14/7/1858*

bibRIA

estando presentes as camaras de Oliveira do Bairro, Águeda e Aveiro, dividiram-se pelo tombo" - é outra informação, constante do "Diário de António Barbeiro", incluindo em "Lembranças de Fermentelos", página 18, de Artur Vidal, 1951.

É natural assim que tenha havido mais do que uma partilha.

Não sabemos o que se passou de concreto, quanto às exigências do povo de Águas Boas (o mesmo que relativamente às pretensões de Fermentelos), mas o que registamos é que não desistiram da luta pela posse dos terrenos incultos e voltavam à Câmara em 1865.

A Câmara mandava, entretanto, fosse comprovada a posse dos logradouros. Verificada esta, seria feita a desejada partilha. Depois, em 26 de Abril de 1865, foram apresentados na Câmara também vários requerimentos de proprietários do Cabeço de Ereira, Nariz, que também punham ali o seu interesse.

Quando parecia que só os povos de Águas Boas e Nariz iam usufruir da partilha do Baldio do Pano, em 10 de Maio, do mesmo ano, acontecia o mesmo com o povo do Ramalheiro, de Oiã que requeria, para que pudesse ser contemplado na partilha. A Câmara concordou "por acharem que eram justamente estes que tinham mais direito". (A aldeia, com algum movimento postava-se mesmo no extremo poente do baldio e pertencia então ao ramo de Águas Boas).

bibRIA

Nesse mesmo dia apareceram na reunião da Câmara "alguns individuos dos lugares de Águas Boas e Nariz e requererão que tendo findado o prazo marcado nos editais para a reclamação sobre a partilha do Baldio do Pano, fosse efectuada a operação".

Nessa altura, a Câmara deliberou constituir comissões de homens para proceder aos trabalhos, tanto no lugar de Águas Boas como no de Nariz, escolhidos entre as pessoas "mais capazes", as quais deveriam confeccionar "uma relação de todas as pessoas que tem direito à referida partilha, sendo praticada por fogos ou casais ou meios casais".

A Comissão do ramo de Águas Boas era composta por Francisco Martins Ribeiro, Joaquim António Alves, José Ferreira das Neves, Manuel Martins de Oliveira e Albino Martins Ribeiro, enquanto os louvados eram: Inácio Martins dos Reis, Gabriel Simões de Oliveira e Francisco António Nicolau.

A Comissão da freguesia de Nariz era constituída por Bernardino Vieira da Carvalho, Francisco de Oliveira, Manuel Vieira Eusébio e Manuel de Pinho. Louvados: Tomé Nunes, do Albergue, Domingos Francisco Mateus e Manuel Simões.

Contudo, nem tudo foi pacífico nesta partilha.

Se não foi pacífica a partilha, a conta apresentada pela Câmara motivou alguns protestos. Além das quezílias normais nestas situações, algumas pessoas de Águas Boas acharam exagerada a verba apresentada pelos custos do processo de partilha e pleito, que foi de 178.190 reis, pedindo à Câmara lhe fosse apresentada uma conta corrente das despesas... "para ser rateado por cada um dos interessados".

A partilha fora por sorteamento. Todavia, o Baldio do Pano, não fora totalmente partilhado em 1865. Assim é que, em 20 de Fevereiro de 1867, de novo, se apresentaram pessoas de Águas Boas a solicitarem a partilha "do resto do baldio do Pano no sítio da Bracinha", por cima do poço limpo, pertencentes ao ramo de Águas Boas.

Havia então dez interessados e foram escolhidos outros tantos louvados que dividiram o sítio da Bracinha em 10 talhões que couberam a Maria Martins, Teresa dos Santos, António Martins Ferreira, Maria Ferreira de Jesus, Manuel Amorósio dos Santos, Teresa Casimira Tavares, Ana Maria dos Santos, Manuel dos Santos, Joaquim Tamanqueiro e Carolina da Silva. Naturalmente que não eram proprietários, mas gente que precisava do seu bocado de terreno.

biblRIA

Uma outra boa fonte de rendimento era a viticultura, só ultrapassado pelo do arroz e era também a Câmara que, velando pela qualidade e levando em conta a pouca preparação técnica da maior parte dos agricultures, determinava o início das próprias vindimas. Isso consta de um artigo da Reforma dos acordos da Câmara de 26 de Março de 1858, o primeiro, que diz textualmente:

"Fica prohibido o começar a vindimar, sem que uma commisao de % louvados, nomeados e juramentados pela Câmara Municipal d'este concelho designe o dia que sera publicado por edital e pregao. O contraventor pagara por cada dia de vindima antes designado dois mil e quinhentos reis".

Daí que, uma vez ou outra, lavradores se dirigissem à Câmara a dar

notícias do estado de maturação das uvas. Por exemplo, na sessão de 11 de Setembro de 1879, dirigiam-se à Câmara vários lavradores da freguesia do Troviscal e "juntos com esta Câmara accordaram que no dia 25 do corrente mês tivessem começo as vindimas naquela freguesia".

Para que a Câmara tomasse uma decisão, a publicitar por editais e pregões, eram convocados os maiores lavradores do concelho e só depois era tomada a decisão quanto ao início das vindimas.

Por representar uma cultura de bom rendimento, a Câmara "legisla no sentido de proteger a vinha e o artigo 32º dos Acordaos, aprovados e assinados em 1858, é bem explícito:

"Todas as vinhas do concelho são coimeiras todo o anno para pastoreamento de gados e por isso todo o gado que n'ellas for encontrado digo gado alheio que n'ellas foi encontrado sera o seu donno condennado em seiscentos reis por cabeça de gado grande e sem reis do miudo salvo andando com licença do seu donno".

Coimeiras eram também as terras lavradias, os cerrados tapados e as terras dos milhos.

A produção de vinhos de qualidade era já então efectivamente uma das preocupações da Câmara "e com o objectivo de eliminar erros", em 1875, elaborava ou corrigia as posturas municipais anteriores, depois de consultadas "as principais pessoas do concelho, por algumas vezes", a fim de, em seguida, a submeter ao "Concelho do Distrito". Estavam cientes os seus autores que elas seriam aprovadas pois se cingiam "a vontade e necessidade dos povos, as necessidades públicas, as determinações da lei e mais ainda, aos codigos de postura aprovados anteriormente pelo mesmo concelho de destricto"[5].

Embora as disposições oficiais sobre as vindimas pudessem "parecer a alguém um pouco atentatórias do direito de propriedade", isso não se verificava, porque era prática comum entre outros concelhos vizinhos e, além disso, tendiam "a melhorar a qualidade de um produto que já é talvez a principal riqueza agrícola do pais e que promette concorrer poderosamente para elevar a nossa riqueza pública".

Se o vinho já era uma riqueza e uma excelente fonte de receitas para os lavradores, certo era que também a produção poderia ser melhorada no concelho, onde havia "bastante erros a corrigir no que diz respeito a vindimas"

bibRIA

E um dos erros a corrigir estava exactamente relacionado com a colheita, no tocante à conveniente maturação. Por isso, elogiavam e justificavam as posturas "não só pelas vantagens practicas que d' ellas devem provir para a boa qualidade do produto a que se referem, que actualmente é má por nao se achar completa a maturação na ocasiao das vindimas...".

Dentro ainda das atribuições da Câmara no que respeitava ao fomento da qualidade do vinho, o artigo 12º dos Acordões rezava que: "Hé prohibido vender vinho novo novo ainda mesmo misturado com velho do dia quinze de Novembro de cada anno sob penna de mil reis de multa e na mesma penna inncorrem os que venderem generos em corrupção".

Nesta linha, a Câmara de Oliveira do Bairro, alertada pela de Anadia, que dava conhecimento que "pessoas pouco escrupulosas se dedicam à falsificação de vinho e de que vários comerciantes recebem vinho do sul que depois despacham como sendo vinho da Bairrada, o que representa uma afronta aos vinicultores desta região", conforme consta da Acta de 23/10/1926, decidiu oficiar ao Ministério da Agricultura, protestando contra esta situação.

bibRIA

Anos antes, em 1914, a Câmara apoiou uma outra posição da Câmara da Mealhada que pedia ajuda no sentido de uma "adesão à iniciativa tomada por uma comissão que aquela vereação nomeou de produzir um movimento de defesa dos interesses da região vinícola da Bairrada e ainda da dos concelhos do Mondego contra a atitude da Câmara Municipal do Porto que pretende efectuar, com direitos proibitivos, a entrada dos nossos vinhos em Gaia e no Porto" [6]. Foi nomeado o presidente da Câmara, António Tavares de Araújo e Castro, a participar nesta manifestação de protesto, que se realizou na vila da Mealhada, em 31 de Maio daquele mesmo ano.

A Câmara tinha assim funções de supervisão agrícola e, ligada ao sector como estava, eram os autarcas que estipulavam não só os dias de descanso, mas até as horas de trabalho.

Na sessão de 8 de Junho de 1864, foi mesmo deliberado que "todo o jornaleiro ou jornaleira que ganhar o seu jornal por dia a casa de qualquer pessoa que o convide, devera aparecer ao serviço ao nascer do sol e despegar

---

[5] *Acta da Câmara, de 11/9/1879.*
[6] *Idem, de 21/5/1914.*

depois do ocaso", sob pena de 500 reis de multa. Esta decisão fora tomada a pedido de alguns proprietários que reconheciam "a necessidade de se providenciar acerca das horas de trabalho dos jornaleiros que abusando do seu dever iam para o trabalho pelas oito horas da manhã, perdendo o seu melhor quartel do dia...". Assim, o hábito do povo andar nas suas fainas desde o romper do sol até depois do sol pôr, era provenientes de dois factores: a necessidade de fazer pela vida e, por outro, o exemplo (obrigatório) dos que tinham necessidade de andar à jorna.

No entanto, havia o reverso da medalha. O artigo nº 2 dos Acordaos, de 26 de Março de 1858, obrigava as pessoas ao descanso, abrindo excepção em tempos de colheitas:

"He prohibido o trabalho nos domingos, e dias Santos não abolidos e tao somente se permite aquelle cuja necessidade o justifique e o que se costuma fazer no tempo dos recolhimentos, o que transgridir sera multado em quinhentos reis".

bibRIA

bibRIA

## OS GUARDAS RURAIS

A Câmara Municipal dispunha da sua polícia própria. Eram os guardas rurais. Ou os guardas campestres, como também eram conhecidos. Cabia-lhes fazer cumprir as posturas municipais, através de todo o espaço do concelho, zelar pelo bom cumprimento dos deveres dos cidadãos. Por isso, também eram chamados zeladores e eram nomeados pela Câmara, depois de feitos e anunciados os respectivos concursos.

bibRIA

Acompanhavam-nos sempre uma cópia das posturas e competia-lhes mais latamente: vigiar pelo cumprimento das leis municipais "quer nos círculos que lhe forem designados quer em outra qualquer parte do concelho", denunciar perante a Secretaria da Câmara as transgressões das posturas em vigor, o que deveriam fazer sempre dentro de quinze dias, no caso de não ter sido satisfeita a multa.

Aos zeladores ou guardas rurais cabia um terço da importância das multas, ficando, todavia, sujeitos ao pagamento das custas daquelas, quando, demandadas no juízo competente, se julgassem improcedentes. No entanto, era-lhes taxativamente proibido receber a importância de qualquer coima aplicada, ainda mesmo que a pretexto de entrega no cofre municipal, sob pena de três mil reis de multa e ao dobro e demissão do cargo, caso fosse zelador reincidente.

Os guardas rurais tinham um largo campo de actuação e autuação [1]:

Quando as reses destinadas ao consumo, não fossem "sadias e gordas" e, mesmo assim, fossem mortas sem serem inspeccionadas pela Câmara ou por pessoa "por ella commissionada";

Quando alguém fosse apanhado a vender vinho novo, ainda que misturado com o velho, antes do dia 15 de Novembro de cada ano (a pena era de mil reis) e do mesmo valor era a pena para os que vendessem "géneros em corrupção";

Quando pelas estradas macadamizadas e caminhos do concelho os munícipes passassem com "carros cuja pregadura for notavelmente saliente da chapa respectiva e que esta não tenha de largura pelo menos duas polegadas" (a multa era de quinhentos reis);

Quando as valetas ou rampas das estradas macadamizadas, fora dos sítios de passagem, fossem atravessados com bestas ou carros;

Quando alguém fosse apanhado a colher bolota ou castanhas dos sobreiros ou carvalhos e castanheiros alheios, a multa era de cento e vinte reis;

bibRIA

Quando alguém fosse encontrado a tirar cavacos ou a ferir pinheiros alheios para lhe extrair o breu (se o transgressor fosse de fora do concelho, eram-lhe apreendidos os animais e as alfaias até que satisfizesse a multa);

Quando as lojas, tavernas, açougues, moinhos e estalagens não tivessem a devida limpeza, a multa era de quinhentos reis;

Quando entre o primeiro dia de Agosto e o último de Setembro os cães andassem à solta, quando deviam estar presos ou fechados (multa de quinhentos reis);

Quando alguém fosse encontrado a pastorear gado, entre o dia 1 de Março e o último dia de Outubro, "junto de touceiras de castanho que tenhao sido cortados a menos de três annos";

Quando eram feitas estrumeiras ou alguém trazia gado debaixo das oliveiras "desde que o fructo é aproveitável athe que se colher";

Quando cavalgaduras e bois andassem soltos pelas ruas, o contraventor pagava uma multa de 500 reis por cada cabeça;

---

[1] *Acta da Câmara, de 14/7/1858.*

Quando alguém amarrava cavalgaduras "a qualquer as árvores das que se achão na praça da villa e outras que a Câmara tenha mandado por";

Quando os comerciantes ou munícipes estacionavam os carros e cavalgadura nas ruas públicas a não ser o tempo necessário para entrar ou sair gente, carregar ou descarregar, mesmo assim, nesta excepção, não podiam tê-los atravessados;

Quando lavradores sangravam bois ou cavalgaduras nas ruas públicas;

Quando deitavam comida a bois, bestas ou porcos nas ruas estreitas e "ahi conservados presos ou soltos";

Quando fosse alguém de fora da freguesia de Oiã encontrado a arrancar cepos ou tronchos de pinheiros aos moradores "aonde existentes", excepto os donos que tivessem propriedades na dita freguesia (o contraventor pagava uma multa de mil reis).

Curiosa é esta postura relativamente às gentes desta freguesia: "he porem permitido aos moradores da freguesia apanhar cepos nos pinhais alheios, ficando porém obrigados a tapar as covas que ficarem e isto só durante um anno depois de cortado o pinheiro", de contrário, pagaria uma multa de mil réis.

bibRIA

Quando alguém era encontrado a apanhar agulhas (caruma) nos pinhais de outrem, entre 15 de Julho e 15 de Novembro;

Quando os moleiros não tinham varridas as casas dos moinhos, paredes limpas e "grades nas bocas dos tubos";

Quando alguém fosse apanhado a vender milho e outros cereais, bem como aves e carnes, aos negociantes, antes do público se abastecer, não podendo aqueles colocar à venda qualquer quantidade destes géneros antes das 10 horas da manhã no Verão e 12.00 horas no inverno, sob pena de multa de cinco mil reis pela primeira vez e o dobro por reincidência (esta foi uma postura de 28 de Junho de 1902, quando apareceram no meio da crise agrícola os inevitáveis açambarcadores);

Quando aqueles que fossem avisados para limpar o caminho do Ortigal (em O. do Bairro) "como é de uso e costume" e não comparecessem, como eram também obrigados os povos de Oiã e Oliveira do Bairro a concorrerem nos dias determinados pela Câmara para a limpeza do Rio Levira (o que faltasse incorria numa multa de quatro mil reis);

Multado era o que fosse encontrada a apanhar o estrume da feira da

Palhaça com a enxada e não apenas com a vassoura e a pá;

Multado era também o que fizesse estrumeiras na rua que ia da capela de S. Sebastião até à capela do Senhor dos Aflitos;

Multado quem se aventurasse a transitar gado de qualquer espécie no caminho da igreja que dava para a Póvoa do Forno, etc,. exactamente no sítio dos Ribeiros de Areia;

Multado era aquele que fosse encontrado a apanhar estrumes no Ribeiro do Pano de Águas Boas, sem que a Câmara designasse por pregão o seu corte e nesse tempo ninguém poderia entrar a apanhá-lo antes do nascimento e depois do "ocaso do sol", assim como era proibido ali trazer gados a pastar de fora ou da terra (multa de 500 reis).

Multado era o talhante que (em 1859 por exemplo) vendesse carnes antes das nove horas, no inverno e, antes das 7 horas, se fosse verão - neste ano, havia apenas um talho no concelho, na sede, porquanto o arrematante das carnes verdes não ficava obrigado a fornecer o da Palhaça, "por não haver ali quem gastasse a carne e por isso não poder subsistir semelhante talho" [2].

bibRIA

Constituíam assim as leis municipais um código que procurava proteger o cidadão de possíveis abusos e abrangia uma série de situações como se vê. Envolvia nada menos do que cinquenta e nove artigos que os guardas rurais procuravam fazer cumprir, não sem que, por vezes, cometessem, eles próprios, abusos e arbitrariedades. Não são raros os casos em que alguns eram chamados à ordem ou mesmo destituídos dos seus cargos. A acta da sessão da Câmara, de 2 de Janeiro de 1858, em que era presidente Manuel José Ferreira Salgado Rolim e vereadores José Oliveira Vela, Manuel Rodrigues Areeiro e João Francisco Duarte, dá conta desses mesmos abusos, "havendo queixas dos actuais zeladores da Câmara que pelos excessos que têm cometido se tem tornado odiosos aos povos e prejudiciais aos interesses do Município". Assim sendo, não houve outra alternativa senão demiti-los de imediato.

Mas já, aperfeiçoando o sistema, a revisão de 1869 abrangia 79 artigos distribuidos por oito capítulos.

Como todas as leis, as posturas nem sempre eram cumpridas: havia

---

[2] *Acta da Câmara, de 15/1/1859.*

sempre os transgressores e alguns renitentes no pagamento das coimas aplicadas. E assim é que, em 17 de Outubro de 1917, a Câmara de Oliveira do Bairro deliberou oficiar ao delegado de Procuradoria da República na Comarca de Anadia, dando-lhe conhecimento que "o juiz de paz do distrito de Oliveira do Bairro não tem submetido a julgamento várias participações de muitas relaxadas pelos guardas campestres deste concelho e pedindo-lhe para que se digne providenciar como julgar conveneniente".

Junto do Julgado de Paz funcionava o chamado Tribunal de Polícia, para julgar estas transgressões.

Os guardas rurais não existiram apenas no tempo da Monarquia, eles continuaram a exercer essas tarefas depois na República e, em 1925, ainda Manuel dos Santos Pato, propôs a "nomeação de guardas rurais, caso houvesse indivíduos em boas condições morais que o quisessem ser sem qualquer remuneração...". Embora em menor número, ainda existiam na década de cinquenta [3].

A guarda rural ainda tinha outras atribuições como as de vigiar e fiscalizar a limpeza das valas foreiras e a partilha de água de consortes ("aquele que deitar uma presa de água abaixo ou a cortar no rego quem andar regando sem que esta lhe pertença, será multado em três mil reis..." [4].

bibRIA

[3] *Acta da Câmara, de 7/2/1925.*
[4] *Idem, de 14/7/1859.*

bibRIA

## DAS FEIRAS E MERCADOS DE ONTEM

A Feira (ou a Praça, como vulgarmente se denomina) que ainda hoje se realiza ao fundo do Passal, depois de ter passado por alguns outros locais, nomeadamente pela Avenida da República Avenida Cândido dos Reis (hoje Abílio Pereira Pinto) vem de tempos remotos.

Não se sabe quando teve início, mas sabe-se que foi antes de 1856, ano em que a Câmara Municipal propôs o conserto dos telhados e madeiramento das barracas que "se achavam em estado de ruína", queixando-se então "os negociantes de fazendas brancas de prejuizos". Chovia.[1].Todavia e com toda a certeza não tinha realização antes de 1758, segundo o Inquérito Paroquial que, além de informar para o Ministério do Reino que Oliveira do Bairro não tinha feira, também não tinha correio.

Era presidente da Câmara o fidalgo cavaleiro da Corte, Augusto Ferreira Pinto Basto, do Silveiro mas a residir em Lisboa e vereadores: José Pedro Nolasco (vice), José Filipe Marreca, Urbano Dias e Francisco Martins Ribeiro. Era administrador do concelho, Dr. Mateus Correia de Oliveira Almeida.

Em 1856, a feira continuava a ter realização apesar do péssimo ano agrícola. Este foi um ano de todas as desgraças (más colheitas, agravadas com a erupção da cólera morbus).

Efectivamente, no ano de 1856, a agricultura sofria um duro revés. Perderam-se as sementeiras da batata por falta de chuva e o aparecimento

---

[1] *Acta da Câmara, de 11/12/1856*

Comparação dos pezos e medidas do Concelho, com os do Sistema metrico decimal

| | | |
|---|---|---|
| Vara tem metros | | 1,109 |
| Covado | " | 0,670 |
| Alqueire dos padrões do Conº tem litros, | | 14,422 |
| Meio algr | " | 7,265 |
| Quarta | " | 3,65 |
| 1/8 ou Selami | " | 1,84 |
| 1/16 ou Maquia | " | 0,908 |
| 1/32 ou meia Maquia | " | 0,445 |
| Almude | " | 17,67 |
| Canada | " | 1,76 |
| Meia Canada | " | 0,88 |
| Quartilho | " | 0,458 |
| Meio quartilho | " | 0,23 |
| 8 lbr tem kilogramas | | 3,675 |
| 4 lbr | " | 1,8365 |
| 2 lbr | " | 0,9135 |
| 1 lbr | " | 0,4614 |
| 1/2 lbr | " | 0,2287 |
| 1/4 lbr | " | 0,1144 |
| Algr da Palhaça | | 15,385 |
| Dº d'Oyaã | | 13,83 |
| Almdª de Nariz e Fermentos | | 19,77 |
| Dito da Palhaça e Mamarroza | | 20,95 |

Sessão de 2 de Janeiro de 1859

bibRIA

de moléstia. De moléstia foram atacadas também as vinhas. O desânimo era total. Por outro lado, a cólera morbus teve grande surto no concelho, tendo sido criada para acorrer às situações mais graves Comissões de Socorros que teriam a tarefa de atender os doentes, sobretudo, os pobres, mas "quando os não pudessem socorrer... os socorressem por conta da Câmara a quem darão parte para por ela ser remetido o dinheiro necessário para tão justo fim...". A Câmara [2] deliberava ainda que os cirurgiões enviassem "as receitas à botica da vila dos coléricos pobres e ao boticário dela para aviar todas as receitas por conta da Câmara."

A agricultura passava no concelho por uma grande crise. A frouxa produção dos cereais não bastava para o consumo. Anunciava-se a fome. Isto está bem patente nestes números: os lavradores produziam 650 alqueires de trigo, 540 de cevada e 890 de aveia e gastavam-se na circunscrição concelhia 5960 alqueires de trigo para consumo e 660 para sementeiras de centeio e aveia. Eram, no entanto, necessárias "somente as sementes por não estar em uso o consumo deste género e que estas não serão nada menos do quatro mil quinhentos e sessenta alqueires", incluindo "as que se semeiam para os verdes do gado".

bibRIA

Quanto à cevada, eram necessários para as sementeiras 2.160 alqueires. Além disso, não havia reservas destes cereais e, quando não os havia, vinham de Vale de Besteiros e "das serras daí até Viseu", sendo o milho "importado" da praça de Aveiro e das povoações de S.Bernardo, Mamodeiro, Soza e do mercado de Cantanhede.

Curiosamente, os números não indicam a produção do milho, o que sugere que o seu cultivo não deveria ainda estar muito desenvolvido entre nós, ao contrário do trigo. A acta da Câmara de 16/7/1856 refere, porém, dois dados: a importação e a dificuldade do seu cultivo, explicando que "as terras são pela maior parte secas, não pode ser pior, havendo já terras onde o milho tem secado com a falta de chuva e outras estão a isso muito próximas".

No respeitante à batata, "as sementeiras" haviam sido atacadas "pela moléstia que as costuma atacar", o mesmo acontecendo com os legumes, "pois que o feijão se perdia pela mesma razão que o milho".

---

[2] *Acta da Câmara, de 2/9/1856*

O panorama era, de facto, desolador a anunciar meses de fome e de muitas privações.

Estas eram as conclusões saídas da reunião da Câmara, onde estiveram presentes o administrador do concelho, Mateus Correia de Oliveira Almeida, e os regedores de todas as freguesias, a fim de ficarem habilitados a darem resposta a uma série de requisitos constantes de uma circular dimanada do governo civil de Aveiro. Acompanhava-a a cópia da Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

No documento não há qualquer alusão à produção de arroz, o que significa que ou não estava introduzido ainda na região ou pouco se cultivava. Sabe-se que a sua produção foi introduzida ou incentivada com a proposta de Augusto Ferreira Pinto Basto, que frisou, na reunião de 22 de Janeiro de 1862, "a necessidade de se representar a Câmara Legislativa, se permitia neste concelho a cultura do arroz, visto que esta produção é indispensável aos povos, atenta a falta de vinho e não sejam as terras que o produzem próprias para outra produção".

Valera a pena a sugestão e o pedido de autorização que fora aceite. A partir de 1871, aparecem na Câmara pedidos de autorização para a abertura de poços, para a rega das praias de arroz, no Porto Chão, por exemplo, e, em Julho de 1872, pedia-se à Câmara que fosse vistoriado um "atravessadouro público no sítio da Carvalheira, limite do campo de Perrães, que se acha prejudicado e embaraçando as sementeiras e a criação dos arrozais" dos lavradores dos dois lugares (Perrães e Rego) [3].

Como quer que seja, com a autorização, esta cultura desenvolveu-se bastante nesta freguesia de Oliveira do Bairro (e também no concelho), sobretudo, nas terras baixas banhadas pelos Rios Levira e Cértima. Murta e Cercal constituíam dois verdadeiros celeiros desta gramínea, dado que era uma cultura mais rentável até do que o próprio vinho.

Tinha razão o cavaleiro fidalgo da corte Augusto Ferreira Pinto Basto.

A feira realizava-se então todos os segundos Domingos de cada mês e tinha lugar, em 1870, junto dos antigos Paços do Concelho. Para aqui fora

[3] *Acta da Câmara, de 3/7/1872.*

bibRIA

mudada, mercê de um pedido feito à Junta Geral do Distrito pela Câmara. O pedido vincava a necessidade da sua mudança "para outro local mais apropriado e contíguo à estrada de Aveiro, obrigando os donos de bois a concorrerem à feira". Entendiam assim o presidente da Câmara e vereadores que, entretanto, o negócio deveria estender-se ao gado cavalar e suíno.

Se em 1870 a feira já estava a funcionar de novo junto dos Paços do Concelho, entretanto, já tinha passado por outros locais.

Em Maio de 1865 a Câmara recebia muitas queixas e até exigências de mudança do Vale da Cilha, onde se realizava "para o local aonde ela teve o seu princípio" [4], o que foi aceite por todos. Contudo, os grandes proprietários de Oiã e Fermentelos mostraram-se contra a mudança, devendo a feira manter-se no mesmo sítio, onde havia a casa da Câmara, para as reuniões em dia de feira e ainda uma fonte. Perante este diferendo foi remetido o caso para a Junta Geral do Distrito [5]. Era administrador do concelho João Saraiva Pereira de Melo que substituía Dr. Albino Ferreira Coelho.

Aqui, em Vale de Cilha, devia ter lugar a feira, pois que, neste mesmo ano de 1865, chegavam ao governo civil muitas queixas relativamente ao mau estado dos cobertos da feira que se realizava mensalmente naquele baldio junto à vila, propondo que se arranjassem meios para a sua reparação, já que "d'ali provêem rendimentos para o Município e a commodidade dos povos" [6].

bibRIA

Não se conhece o teor da decisão do Governador Civil, mas sabe-se que, em 1870, o local da feira era ainda na gândara e baldio da Bunheira, para o que terá concorrido naturalmente a influência da família Pinto Basto. É que a mudança do local da feira que se realizava junto da vila (vale de Cilha) para a gândara e baldio da Bunheira, entre esta vila e o Silveiro, no entender do vereador José Ferreira Rodrigues, fora "huma calamidade, porque aquelle citio é sem abrigo algum e muito distante d'esta mesma villa", do que resultou a feira ir perdendo "a sua antiga importancia" profetizando que "vira certamente a acabar" [7]. Ao mesmo tempo propunha a mudança para

---

[4] *Acta da Câmara, de 10/5/1865*
[5] *Idem, de 24/5/1865*
[6] *Idem, de 11/10/1865*
[7] *Idem, de 5/10/1870*

perto da vila. E foi assim que regressou à área que envolvia os Paços do Concelho.

Antes, a feira do gado realizava-se, (não se conseguiu descortinar concretamente onde) mas sabe-se que era também "junto desta vila" [8]. Mas em 1862 já estava a funcionar junto dos Paços do Concelho local. Entretanto, a Câmara mandara arborizar, verificando-se até um crescimento rápido, de tal modo que, em 1884, "os povos reclamavam que o local escolhido é extremamente pequeno", pelo que o presidente da Câmara propôs fosse mudada para o sítio do Sobreiral (Vale do Pocinho) "por ser aquele local mais apropriado para desafrontadamente se efectuar a respectiva feira." A Câmara concordou com a proposta e foram afixados os editais "nos locais de estilo" a anunciar a mudança [9].

Curiosamente em 1884 a Câmara deliberara criar uma feira mensal de gado também no lugar do Silveiro. Por proposta da Junta Paroquial de Oiã, que remeteu à Câmara um ofício nesse sentido, datado de 2 de Maio, acompanhado da cópia de dois ofícios da mesma Junta em que pediam informação acerca da criação "de uma feira ou mercado mensal para gado, cereais e outros géneros de consumo habitual do povo do Silveiro, do lugar desta freguesia", devendo ter lugar no dia 11 de cada mês no largo (ou rossio) de que a Junta era senhora e dona. A Câmara concordou, mas com a recomendação de que se deveria antecipar um dia se calhasse ao domingo ou então se realizasse no dia imediato.

bibRIA

Todavia e embora tenha sido criada, não nos chegam ecos da memória do povo quanto à sua realização.

Com as feiras a serem frequentadas cada vez mais pelas gentes do concelho e terras vizinhas, em múltiplas transacções, a população da vila de Oliveira do Bairro começava a debater-se com um novo problema - o da poluição sonora, provocada pela chiadeira dos carros de bois. Para pôr termo à situação, a Câmara deliberou "proibir nesta vila a chiadeira dos carros que por ela transitem, fazendo-se-lhes aplicar aos seus donos a multa consignada

[8] *Acta da Câmara, de 26/8/1862*
[9] *Idem, de 2/8/1884*

no mesmo artigo" [10]. Era no tempo em que os carros de bois, com rodas de cambas, usavam chapa no rodado fixada por cavilhas.

Era então presidente da Câmara Henrique Ferreira Pinto Basto, de Águas Boas e administrador do concelho Dr. Bernardo Faria de Magalhães.

Na Feira de Oliveira do Bairro, que se realizava no segundo domingo de cada mês, de resto, como na da Palhaça, mercadejava-se por esses remotos anos cereais (milho, trigo, feijão, centeio, aveia, cevada), pagando os vendedores de contribuição indirecta à Câmara "dez reis por cada um alqueire", ao passo que se vendessem azevém e "sarradella" pagavam apenas cinco reis.

Vendia-se, afinal, de tudo, até isto: barcos de moinha, arcos de tonel, canastras, gamelas, panos de linho, etc.

Deixamos aqui, por curiosiodade económica e mesmo histórica e etnográfica, a relação das contribuições com que eram sobrecarregadas as mercadorias que iam aos mercados do concelho, segundo postura municipal de 1858 (Acta de 8/2). (Era presidente da Câmara Manuel José Ferreira Salgado Rolim e vereadores - José de Oliveira Vela e João Francisco Duarte. Do Conselho Municipal faziam parte: António Vicente de Almeida, Francisco Tomaz Nunes e Luis de Mello Pinto Leitão).

bibRIA

" Que toda a pessoa que vender milho, trigo, feijão, centeio, aveia, cevada, pagara dez reis por cada um alqueire, e os que venderem azevem e sarradella, cinco reis. Por cada hum arratel de linho e estopa em rama e por cada uma vara de pano de linho, estopa e pano cru e serguilha que se vender nas feiras e mercados deste concelho, pagara o vendedor cinco reis. Por cada um porco sevado que se vender nas feiras e mercados deste concelho pagara o vendedor quarenta reis por cada um dos de corda vinte reis, são exceptuados os de leite.Por cada uma canastra que se vender nas feira e mercados deste concelho, pagara o vendedor nos ditos mercados e feiras cinco reis. Por cada uma caixa e gamela que se vender nos ditos mercados e feiras pagara o vendedor vinte reis e sendo gamelas das pequenas redondas cinco reis. Por cada barco de moinha que se vender nos limites deste concelho pagara o vendedor duzentos e quarenta reis. Por cada uma carneirada que

[10] *Acta de 21/1/1882*

entrar neste concelho pagara o dono seis mil reis. Por cada um cobertor que se vender nas feiras e mercados deste concelho pagara o vendedor quarenta reis. Todo o negociante de caldeiras, tachos e bacias que vender nas feiras e mercados deste concelho pagara por cada peça que vender quarenta reis. Por cada um dos arcos de tonel que se vender nas feiras e mercados deste concelho pagara o vendedor quarenta reis e sendo do pipo vinte reis...".

Estas contribuições destinavam-se ao pagamento das despesas com a manutenção das feiras e suas barracas.

Naquela postura municipal, porém, não é feita qualquer referência à existência de barracas na feira de Oliveira do Bairro, embora existissem. Efectivamente, o documento só menciona, especificamente, "que todo o Logista que vender na feira da Palhaça debaixo dos cobertos pagara por cada lanço de loja cento e vinte reis e os que venderem fora delles pagarão a quantia de sessenta reis, isto além do que costumão pagar para a Confraria de São Pedro.."

De resto, outra postura municipal relativa à recolha dos detritos dos animais, também só refere a feira da Palhaça. (Sinal que a feira do gado de Oliveira do Bairro não existia nesta data?). É o caso do artigo 58º dos Acordãos da Câmara de 1858 que reza assim: " Hé prohibido apanhar estrume em enchada no citio da feira da Palhaça, porque profundam e estragam o terrado e só se permite apanha-lo à vassoura: o transgressor pagara a multa de quarenta reis por cada vez que transgredir". Porém, na reforma destes acordãos de 22 de Junho de 1870 foi feito um acréscimo aos utensílios a usar para a recolha do dito estrume - à vassoura juntaram-lhe uma pá. Aqui já existia a feira do gado de Oliveira do Bairro.

A realização das feiras e mercados tinha as suas regras, fixadas em acordãos municipais. No de 10 de Março de 1869 que vinha reformular os anteriores (de 26/3/1858) há um capítulo legislativo a eles dedicados abrangendo seis artigos:

"Artigo 67º: toda a pessoa que nas feiras e mercados deste concelho se não sujeitar à designação do local que lhe for designado pagara a multa de 500 reis por cada vez.

Artigo 68º: É prohibido e punido com multa de 500 reis conservar

bibRIA

dentro dos arruamentos bestas, carros ou outra coisa que estorve a livre passagem ou que oponha ao livre acesso dos compradores.

Artigo 69º: É prohibido atravessar ou revender quaisquer géneros comestíveis, que se venham a caminho ou que estejam a vender nas feiras e mercados deste concelho antes das oito horas nos meses de Maio a Setembro inclusive e antes das nove nos demais meses do ano sob a pena de 1.200 reis.

Artigo 70º: É prohibido no concelho usar de qualquer medida ou balança sem o prévio afilamento feito pelo afilador legalmente nomeado, sob a multa de 1000 reis.

Artigo 72º: Todos os estalajadeiros, botequineiros, taberneiros, lojistas e tendeiros fixos ou ambulantes, quaisquer que sejam os objectos da sua venda, são obrigados a tirar licença da Câmara; sob a multa de 2000 reis, além da licença que em todo o caso será tirada".

Por estes anos, o comércio na vila de Oliveira do Bairro era escasso. O que mais abundava eram as tabernas. Estavam à frente do negócio mulheres na sua maioria, muitas vezes solteiras ou viúvas. Havia também tabernas que só tinham licença para vender vinho e vinagre, outras só licores e aguardentes, outras ainda só carne de porco e banha. O mesmo acontecia pelos lugares. As lojas de mercearias eram as menos (em 1871 havia registado apenas uma na vila, de Maria Emilia Freitas Leitão), enquanto em 1870, em Vila Verde, surge uma loja de panos e mercearia, de Maria Ferreira de Vasconcelos. António Simões Barata vendia objectos em lata, não só na loja, como pelos mercados e feiras da região.

Com loja ambulante e a fazer mercados eram os menos: uns vendendo lenços, como Manuel Tomé, do "Barro do Mogo", outros, sabão, como Joaquim Rodrigues Pinheiro, da Vila. Sebastião Bernardo, da Serena, ia aos mercados com o carro de bois vender cereais.

Normalmente, as tabernas abriam e fechavam com a maior facilidade. O negócio era realmente diminuto. Acima da média, estava, no entanto, Joaquim Francisco Figueiredo que, por diversas vezes, ocupara cargos políticos na Câmara Municipal: possuia loja e armazém, junto à feira mensal e ainda uma taberna junto da Igreja matriz (1872). E também Belarmino José Pinto de Miranda. Um e outro mereceram a inclusão do seu nome no

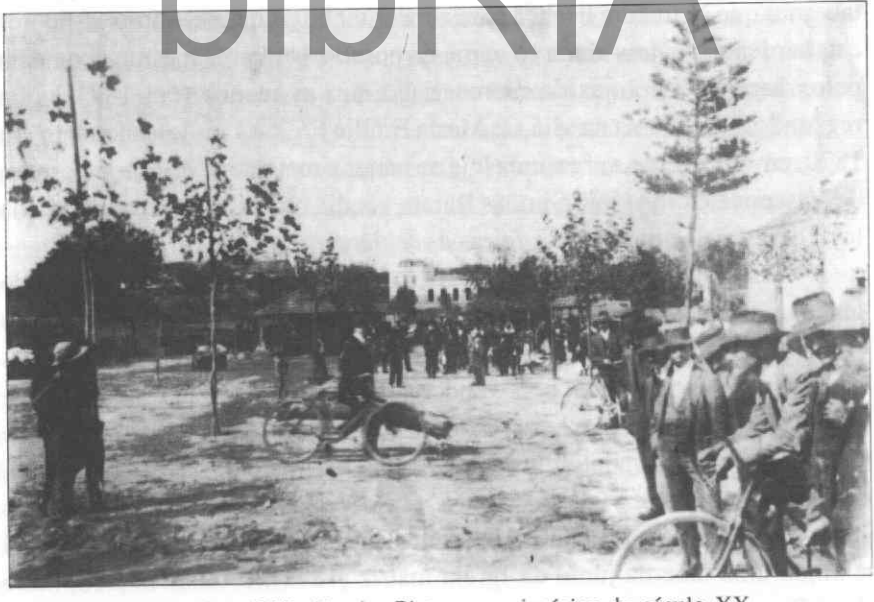
biblRIA

Almanaque de 1876, tal qual os farmacêuticos, Salvador José Tavares e Castro e António José Tavares e Castro com "botica" na vila que aviava as receitas de três médicos: o do Partido, José da Fonseca Dias e os facultativos - Dr.José Paes dos Santos Graça e Dr. Manuel Francisco Simões.

À Feira de Oliveira (e naturalmente às da Palhaça), vinham por esses tempos, comerciantes de Águeda, Aveiro e Anadia vender panos e saragoça; da Póvoa do Valado vinham os vendedores de cobertores; os de Ílhavo traziam fazendas de lã; linho e estopa vinham de Loureiro (Oliveira de Azeméis), o que acontecia também com comerciantes de S.Martinho da Gândara, Válega e Ovar; da Trofa, as ferragens; de Albergaria-a-Velha chegavam as quinquilharias; a carne de porco e a banha, das freguesias de Bolho e Ouca; da Fogueira (Francisco Joaquim Santiago) e de Barrô (Rosa Oliveira) vinham os padeiros com o pão de trigo, ou broa , enquanto dos Covões vinham ainda tendeiros com azeite e vinagre e José Francisco Cardoso, de Vila Verde, expunha o burel.

Curiosamente em 1872 aparecem os primeiros registos dos tendeiros de Oliveira de Azeméis e Vila da Feira a comerciarem chapéus para a cabeça.

bibRIA



Mercado na Av. Abílio Pereira Pinto nos princípios do século XX.

As feiras criavam-se e, às vezes, morriam. Assim, a feira de gado que já existia, já não tinha realização em 1909. Nessa altura, vinha sendo de novo acalentada a ideia da criação de uma feira mensal de gado bovino e suíno, mas de modo a coincidir com " a importante feira de géneros agrícolas, fazendas e outros artigos" [11].

Embora fosse considerada de extrema importância, foi por muito tempo protelada a sua realização, até que a Câmara, da presidência de Dr.Abílio Pereira Pinto, quis converter o sonho em realidade. Para isso, foram comprados alguns terrenos e expropriados outros (incluindo o Passal) no sítio onde está hoje a Av. Abílio Pereira Pinto, onde se fez um grande aterro para o efeito.

Então não estava previsto sequer abrir a avenida que é hoje. Isso aconteceu mais tarde.

Com o alargamento do espaço destinado à feira de gado (a dos cereais realizava-se ao fundo, no Largo da Praça da República), a Câmara teve de recorrer a um empréstimo de 2.000.000$000 de reis. As despesas eram grandes e nessa altura impunha-se também a substituição e ampliação "do cahotico abarracamento que actualmente existe para a feira de fazendas e outros artigos". Dispunha este de um abarracamento com 24 lanços que a Câmara alugava à razão de 1$200 reis anuais. Havia, porém, mais 33 barracas que por, fracas, melhor se chamariam de "gaiolas".

bibRIA

Em Março de 1913 era deliberado pela Câmara a construção de novas barracas. A aquisição de tábuas, cal, pinheiros e serragem a José Simões de Sousa e filho custava 35$ 120 Reis.

Com a instalação da feira do gado, a vila ganharia um dia inteiro de comércio. Antes, a feira de fazendas e cereais ia até às 11 horas, mas com a instalação da do gado, esta prolongar-se-ia pela tarde dentro e todos ganhavam: comércio local, vendedores ambulantes, lavradores e Câmara.

A vila crescia de movimento e os mercados eram muito procurados de tal modo que a Comissão Republicana "a instancias de vários proprietários e comerciantes d'este concelho", deliberou, em Junho de 1912, criar um novo mercado na vila, que havia de ter realização nas quartas-feiras de cada semana.

---

[11] *"O Ideal", de 28 de Março de 1909.*

Relativamente à Feira do Gado, é natural que, entretanto, tenha acabado porque em 26 de Maio de 1923, o vereador da Câmara, professor António Joaquim de Carvalho, propôs que ela fosse criada, sem que, todavia, se fizesse sequer alguma referência à anterior. Na sua intervenção disse que "fazendo este concelho parte de uma região em que abunda o gado bovino, suíno e de outras raças e sendo dever das Câmaras municipais promover o progresso económico dos seus concelhos, propunha que se deliberasse criar uma feira mensal daquelas raças, onde se possa com mais facilidades para os respectivos criadores promover a sua venda e que esta se realizasse todos os dias 16 de cada mês na Avenida Cândido Reis desta vila, havendo a sua inauguração de efectuar-se no dia 16 de cada mês."

Considerando a proposta justa e de muito interesse para o concelho, foi esta aprovada por unanimidade e o presidente da Comissão Executiva, Dr. Manuel dos Santos Pato, encarregado de "promover a sua publicidade por todos os meios ao seu alcance". Mas esta ideia acabou por ser adiada, voltando a Comissão Executiva em Maio de 1924 a retomar a ideia, decidindo criá-la de âmbito mensal e destinada a gado bovino, suíno e cavalar. Era inaugurada a 16 de Junho de 1924, precisamente na véspera da de Aguada de Cima (Almas de Areosa) e realizava-se na Avenida Cândido dos Reis, todos os dias 16 de cada mês.

bibRIA

Para a sua criação foram invocadas algumas razões: a situação geográfica de Oliveira e a estação de caminho de ferro...

A feira na verdade fez sucesso e todas as forças vivas (tanto republicanas, como monárquicas) reconheceram o facto e quase virou arraial, quando, uma tarde ou outra, a União Filarmónica, ocupando o coreto do armador, Joaquim Aradas, do Repolão, fazia gala do seu repertório à custa de uma ou outra merenda, ofertada pelos amigos da Banda, nomeadamente Manuel Caetano da Rosa Júnior que deu o exemplo.

A inauguração excedeu todas as expectativas. Até de comboio chegaram bezerros, vagons carregados, enquanto ninhadas de leitões eram mais de cinquenta, tendo-se vendido tudo. Os compradores provinham dos concelhos de Águeda, Anadia, Cantanhede, Vagos, Estarreja e Aveiro. Os leitões seguiram, na sua maior parte, para Estarreja, Pardilhó, Murtosa e Bunheiro, transportados nos machos e os que não puderam ser assim transportados foram-no no comboio. Ainda segundo notícias da época, foram

transacionadas cerca de 100 juntas de bois e vacas, mas também inúmeros vitelos.

A feira exibiu, além disso, ainda tendeiras de tecidos, de miudezas e outros artigos.

Em 1925, porém, a feira dos dezasseis limitava-se quase exclusivamente à compra e venda de gado suíno, mas continuava a realizar-se. Porém, nesse ano e sob proposta da Câmara, realizou-se na véspera (dia 14 de Agosto), porque este era "o dia de mais festas nesta região", aproveitando os lavradores para comerciarem os seus leitões, destinados ao forno. O leitão assado era já prato de ir à mesa dos bairradinos com frequência. A decisão tornou-se pública por meio de editais [12].

No início do século e segundo o escritor António de Cértima, era assim preparado: morto e lavado, o leitão punha-se em salmoira durante 12 ou 13 horas, "sem deixar de barrar com bastante sal o interior, principalmente do lado da cabeça". Tirado da salmoira, passava-se por água fria e punha-se a escorrer. Depois, preparava-se um recheio rico de temperos: uma cebola grande, picada, um bom punhado de sal, um naco de toucinho gordo em bocadinhos, uma colher de banha, um decilitro de azeite, um decilitro de pimenta, cravinho, alguns dentes de alho, (picados), folhas de louro e salsa... e tudo isto picado dentro de uma tigela grande, enchendo-se depois com a pasta obtida a barriga do animal.

bibRIA

Mas o ritual de temperos e cheiros continuava. Quando a pele começava a estalar, tirava-se do forno e banhava-se com água salgada, ao mesmo tempo que se passava pelas partes mais tostadas um bocado de toucinho cru. Quando estivesse quase assado, regava-se o promissor pitéu com vinho branco, vinho do Porto, ou sumo de limão, voltando ainda uns momentos ao forno.

Como não havia leitão assado sem haver cabidela que, então, ia à mesa com arroz, também é singular a recolha da receita do autor de "Escandalosamente Pura" que apreciava a boa culinária regional. Coziam-se, num tacho, o sangue, o fígado, o coração, rins e fressura, tudo cortado aos bocadinhos, justando-se-lhe vinagre, vinho branco e "um pouco de recheio que se preparou para o leitão, mas sem ser pisado". De seguida, ia tudo ao

[12] *Acta da Câmara, de 1/8/1925.*

forno em caçarola, "a fim de que os temperos cosam bem e a cabidela fique tostada, tendo-lhe já - é evidente - adicionado o arroz".

Todavia, em 1925, se os bois (ou as vacas) já iam pouco à feira para venda e compra, não deixavam de ir, ajoujados à canga dos carros, levar os suínos, os cereais, as esteiras por Agosto e Setembro. Por vezes, "vítimas" da sua moleza ou da pressa de chegar do seu proprietário que, para acelerar a passada, usava os aguilhões, por vezes, desalmadamente. De tal modo que houve Portaria do Governo a proibir o seu uso. Porém, logo uma revolta de descontentamento se gerou em muitos lavradores e proprietários do concelho. A proibição do aguilhão no gado bovino provocava neste concelho protesto pois "que muitos dos animais sem o uso desse instrumento nada se faz em benefício da lavoura e da indústria," afirmava o vogal da vereação, António Fresco Ferreira de Almeida, na reunião da Câmara de 1 de Maio de 1926. Em face dessa exposição a Câmara deliberou por unanimidade "protestar junto de quem de direito contra essa proibição, devendo ser marcadas as suas dimensões, mas não a sua extinção...".

biblRIA

A Feira dos dezasseis mantinha-se ainda em 1952. No entanto, os mercados que tinham realização às quartas feiras e aos domingos eram extintos. Passava a haver apenas um mercado (praça) e era ao sábado, mas, se coincidisse com dia santo ou feriado, passaria a realizar-se no primeiro dia útil anterior. O mesmo acontecia com a feira dos dezasseis, se coincidisse com o domingo, dia santo ou feriado. Tudo isto fora tornado público por Edital, datado de 12 de Novembro de 1952.

Em 1952 a feira do gado porcino (já não se comerciava outro tipo) realizava-se no recinto pegado à igreja. E ainda no dia 16 de cada mês, mas como "um mercado desses é impróprio para tal sítio", em Dezembro de 1858, começavam as conversações para aquisição de outro terreno mais adequado [13]. Mudava para os terrenos que ficavam junto da adega de Arnaldo Tavares Ferreira de Castro, na Raposeira, onde, de resto, veio a acabar.

---

[13] *"Jornal da Bairrada", de 6/12/1958.*

## CELEIRO MUNICIPAL

A República não trouxe as rosas anunciadas, nem o bacalhau a pataco. O povo continuou a amargar o suor e a comer o pão temperado de sal e lágrimas, e pouco. A vida continuava difícil para uns, enquanto outros navegavam na abundância e nos reflexos dos cobres granjeados, às vezes na candonga.

bibRIA

Os produtos essenciais para alimentação faltavam nos mercados, como oito anos antes da proclamação do evento. Havia os açambarcadores, que interferiam de tal modo no mercado, carregando para outras terras os géneros que aqui fariam falta, que a Câmara fez publicar uma postura, aprovada em acta da Câmara de 28 de Junho de 1902, que proibia expressamente a venda de milho e outros cereais, bem assim como aves e carnes aos negociantes antes do público se abastecer e, mesmo assim, as transacções com aqueles só podiam realizar-se depois das 10 horas da manhã no Verão, e, meio dia, no Inverno, sob pena de lhes ser aplicada uma multa de cinco mil reis na primeira vez e a dobrar, se fosse reincidente. Mas também o vendedor estava sujeito a multa de igual montante quando procedesse de má fé e com verdadeiro conhecimento do comprador.

Os açambarcadores, entretanto, continuaram, a actuar depois da chegada da República e quem mais sofria eram os mais carenciados, os de menos teres e haveres.

As carências de géneros alimentícios, nomeadamente o milho, faziam-se sentir no concelho, com especial incidência no ano de 1913. Em Julho, a Comissão Administrativa da Câmara viu-se obrigada a pedir ao Ministro do Fomento o fornecimento de trinta mil kilos de milho, com toda a urgência "a fim de acudir às primeiras necessidades". Feita esta remessa, logo seria necessária outra de vinte mil kilos. Mas, em Outubro, novo pedido de oitenta mil kilos de milho exótico [1] para o consumo no concelho.

Apesar disso, e talvez para obviar as dificuldades de tesouraria da Câmara, eram criados novos impostos.

Em 1913, ano em que era presidente Manuel dos Santos Ferreira, da Póvoa do Forno, que tinha como vice Manuel de Oliveira Mota, da Feiteira, e como vogais Jacinto Simões dos Louros, de Bustos, Joaquim da Silva Pires, da Silveira, Manuel Rodrigues Simões da Sousa, de Vila Verde, e Manuel de Melo, da Palhaça, por exemplo, era o imposto de quatro centavos sobre cada carro, puxado por bois ou vacas ou quaisquer outros animais, cujos condutores fossem de fora do concelho e viessem carregar ou descarregar mercadorias em qualquer ponto da freguesia de Oliveira do Bairro.

bibRIA

Imposto de igual valor era aplicado àqueles que conduziam barro e gesso à estação do caminho de ferro ou à fábrica Carâmica Rocha. Cada um destes impostos começaria a ser cobrado em 1914.

Sendo ainda a cal uma produção então com grande saída, não só da freguesia de Oliveira do Bairro como de outras partes do concelho, na reunião de 2 de Janeiro de 1914, por proposta de Abílio Rocha, da Cerâmica Rocha, a Câmara deliberou que "seja paga a taxa de dois centavos por cada carro que conduza cal para exportar à estação do caminho de ferro desta vila de Oliveira do Bairro", o que foi aprovado por maioria. Era mais um imposto. Além disso, foi assente que de futuro se arrecadasse o imposto já criado, de quarenta centavos por cada rês abatida no matadouro municipal, mas que não vinha a ser cumprido.

Porém, a justiça nos impostos continuava andar arredia, de tal forma que foi o próprio vice presidente da Câmara, Joaquim Daniel Simões dos Santos, que, no ano de 1926, se insurgiu contra o modo como era aplicado.

---

[1] *Acta da Câmara, de 11/ 10/1913.*

Então, já o Imposto de Trabalho podia ser pago em dinheiro e, nesta situação, não era equitativo, porque "bons proprietários pouco pagaram ao passo que pobres trabalhadores que tinham três e quatro filhos pagavam três e quatro vezes mais e por isso se devia consultar advogado competente" [2].

Foi exactamente neste ano que foi deliberado que os proprietários de automóveis (o primeiro oliveirense a possuir um foi António Tavares Araújo e Castro) fossem colectados em 100$00, os camiões ou camionetas em 50$00 e os motociclos em 25$00 anuais, a contar de Janeiro de 1927.

Em Janeiro de 1914, os negociantes dos cereais açambacaram todo o milho exposto à venda nos mercados do concelho, impedindo que o público se conseguisse abastecer. A Câmara decretou também por via disso que as transacções só pudessem efectuar-se depois das nove horas da manhã sob pena dos transgressores pagarem uma multa de dez escudos.

Nesta altura, a situação era tão grave que a Câmara Municipal, liderada por Bernardino Joaquim de Carvalho, que tinha como vereadores António da Silva Ventura (vice) e José da Silva Pires (secretário) e Manuel Simões Tribuna, deliberou requisitar ao Ministério do Fomento cem mil kilos de milho exótico para abastecimento dos mercados. E na perspectiva de não poder vir todo, moveu influências junto do governador civil para fazer com que, ao menos, metade.

bibRIA

As carências, a nível dos cereais e até das farinhas, subsistia ainda em 1916, pelo que a Câmara deliberava oficiar à Companhia Invicta do Porto, pedindo-lhe para lhe mandar as tabelas das farinhas de trigo "que tao necessarias sao para o consumo dos povos deste concelho" [3]. Decidido foi também oficiar ao governo civil "pedindo-lhe para empregar os meios ao seu alcance a fim de obter do governo o milho que for necessário para o abastecimento dos mercados" "onde actualmente se está notando uma grande falta deste género". Era presidente da Câmara António Tavares de Araújo e Castro, que tinha como vice, José da Silva Pires e secretário Joaquim Luis Duarte Maia e vice secretário Manuel Simões Tribuna. Faziam ainda parte da Comissão Administrativa, eleitos por aclamação, Bernardino Joaquim de

[2] *Acta da Câmara, de 27/11/1926.*
[3] *Idem, de 1/4/1916.*

Carvalho, Manuel Caetano da Rosa, Joaquim de Oliveira Vela, José Simões Loureiro e Manuel Simões Rebolo.

A vida no país, (era chefe do governo e Ministro das Finanças, Afonso Costa) e no concelho, obviamente, era muito difícil e mais difícil ficou com a implantação do regime de racionamento, que teve início no dia 16 de Setembro de 1917 em Lisboa e no dia 23 do mesmo mês em todo o território.

Cumprindo a deliberação que foi tornada pública através de editais, as Câmaras forneciam aos chefes de família as chamadas cartas de consumo, sem as quais não podiam ser vendidos os géneros. Era a crise das subsistências e havia mesmo quem ameaçasse não cultivar as terras, porque não podiam vender como queriam. O racionamento abrangia apenas os géneros de primeira necessidade: pão, arroz, feijão, açúcar, azeite e petróleo. Era assim feita a sua distribuição mensal e por pessoa: Arroz, 2 kilos; açúcar, 1 kilo; feijão, 1 Kilo; Batata, 4 kilos, petróleo, oito decalitros; pão, 400 gramas por dia e por pessoa.

Daí que não admire que a candonga começasse a assentar arraiais e os açambarcadores trocassem as voltas à fiscalização, a cargo da autoridade administrativa do concelho. Milho e arroz eram por vezes conduzidos para Fermentelos a fim de seguir clandestinamente e por via fluvial, visto que a estação do caminho de ferro não despachava géneros de primeira necessidade sem o cumprimento das respectivas formalidades legais. Isto é, sem a prévia licença passada exclusivamente pela administração do concelho.

biblRIA

Na reunião da Comissão Executiva de 11 de Abril de 1916, presidida por Bernardino Joaquim de Carvalho, foi deliberado ainda que fosse adquirido milho a vários particulares para "ser exposto à venda sob a sua administração a fim de por este meio nao só se acudir à grande crise daquelle genero que actualmente aqui se está manifestando", mas para desse modo se evitar "graves conflitos populares que de futuro possam haver nos diferentes mercados deste concelho". A fome sempre foi má conselheira.

**Nessa altura ainda não havia o celeiro municipal e a falta já se fazia** sentir e assim é que foi deliberado ainda depositar o milho adquirido em dois locais, um na vila de Oliveira do Bairro e outro no lugar do Sobreiro, então da freguesia da Mamarrosa. O depósito em Oliveira foi localizado em casa de Marcos Ferreira da Silva e funcionava aos sábados entre as 7 e as 12

horas, enquanto no Sobreiro funcionaria aos domingos, nas mesmas horas e com o mesmo preço - $88 por cada quinze litros.

Em 1918 a situação não melhorava e a Comissão Executiva deliberava requisitar ao Ministério do Trabalho "dois vagons de milho colonial para atender as necessidades deste concelho" [4].

Ora foi neste período de muita carência em que os açambarcadores, sem escrúpulo, campeavam por toda a parte que foi criado o Celeiro do concelho para obviar as faltas. O governador civil foi o próprio a incentivar tal medida, oferecendo os créditos necessários à vida do celeiro municipal e a Comissão Instaladora decidiu pedir-lhe 10.000$00. A primeira requisição feita ao Ministério das Subsistências foi de quarenta sacas de açúcar, vinte de areado branco e outras tantas de areado amarelo, e ainda seis vagons de milho colonial para abastecimento dos povos que consumiam muito este cereal na alimentação (boroa).

Como se não bastasse o perigo do tifo que levou a Câmara, presidida por José Filipe dos Reis, (os vogais eram Manuel de Matos Ala, Manuel Maria Nunes e Manuel Francisco Cura) a afixar editais, recomendando a todos os chefes de família cujos filhos frequentassem as escolas primárias, fossem ali com toda a limpeza e o possível asseio para evitar a doença que começava a grassar forte na cidade do Porto, - havia realmente que lutar contra a miséria e a fome que espreitava em todas as terras.

bibRIA

E, assim, em 17 de Agosto de 1918, era criado o Celeiro Municipal e na reunião de 7/9 os dirigentes (Manuel de Matos Ala, presidente, Leonel de Castro Sereno, tesoureiro, José Rodrigues de Almeida, secretário e Manuel Maria Nunes, vogal) deliberaram arrendar a casa e adega que possuía Turíbia Figueiredo de Melo junto à cadeia da vila para aí ser instalado o celeiro.

O celeiro estava criado e o governador civil oferecera para a sua instalação e primeiros movimentos nada menos do que vinte contos para a compra dos cereais, enquanto os dirigentes solicitavam ao Ministério dez cascos com azeite, vinte sacas com açúcar, cinquenta sacas de arroz, cinquenta sacos de farinha de trigo de 1ª. e oitenta sacas de farinha de trigo

---

[4] *Acta da Câmara, de 16/2/1918*

de 2ª. (outro produto de algum consumo na alimentação, sobretudo em dias de festa).

O celeiro tinha ainda outra função, que era a de compulsar o que se produzia no concelho, através da obrigatoriedade de os agricultores apresentarem ali os manifestos do trigo, centeio, e batata, tendo começado naquele mesmo ano a fazê-lo relativamente às colheitas que tinham sido realizadas. A deliberação era de 21 de Setembro. Ao mesmo tempo, ali eram passadas guias de trânsito para a venda do arroz que era produto que abundava no concelho, tendo em vista em primeiro lugar as gentes do concelho.

Por outro lado, tabelavam os preços do azeite e do vinho, mas também dos cereais para o concelho, bem como passavam autorizações para o descasque do arroz (nesse ano o industrial Joaquim Ferreira de Carvalho conseguira autorização para descascar 15.000 kilos).

Mas o celeiro não servia apenas para comerciar as sementes ou mesmo os produtos para a alimentação, também adquiria para fornecer a lavoura outros produtos que se ligavam com a produção. Por exemplo, em Janeiro de 1919, requisitavam ao Ministério das Subsistências um vagão de sulfato de amónio (para a cura das vinha) e outro de nitrato de sódio para fertilizar os terrenos, com o objectivo de serem repartidos pelos lavradores do concelho.

bibRIA

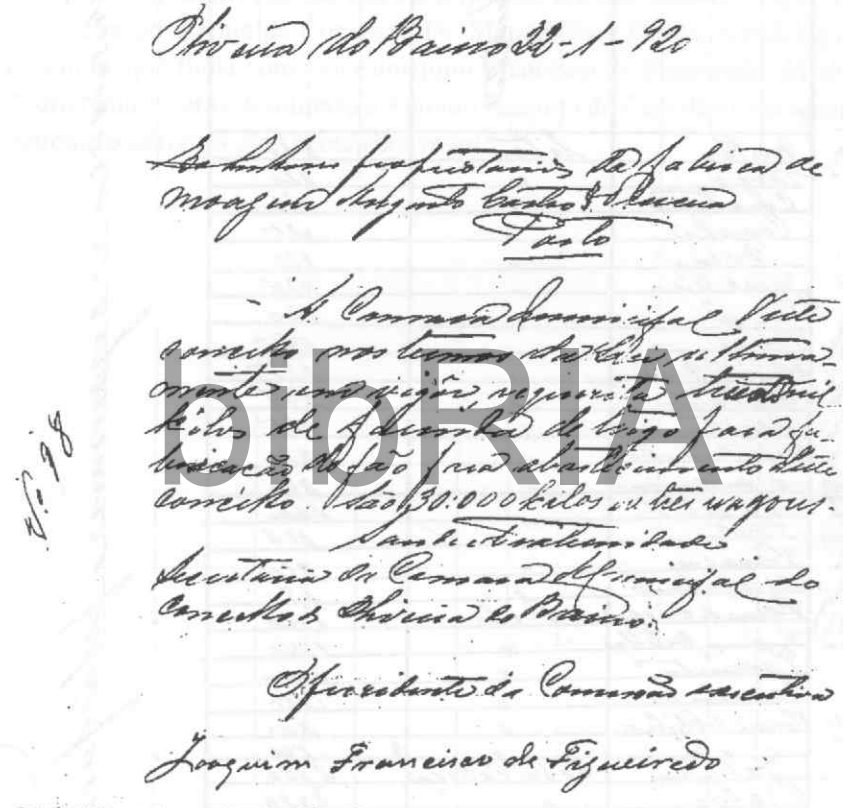
Outra entidade, instalada a 30 de Agosto de 1915 e criada pelo Decreto de 25 de Maio de 1911 - que reflectia os dias difíceis de muita penúria, era a Comissão Municipal de Assistência do concelho.

A primeira comissão era constituída pelo presidente da Câmara, António Tavares de Araújo e Castro; o médico municipal, Dr. Manuel José Pinhal, investido nas funções de presidente; Joaquim Ferreira Rodrigues, eleito pela Irmandade das Almas da freguesia de Oliveira do Bairro; Joaquim Ferreira de Carvalho, eleito vogal pela Câmara Municipal e Joaquim António Ferreira, vogal eleito pelas Juntas de Paróquia do concelho.

A Comissão, entre as suas atribuições, suportava os custos com os transportes dos indigentes para o Instituto Oftalmológico e Bactereológico, Hospitais de S. José, em Lisboa, e hospitais do Porto e Coimbra...

Em Dezembro de 1916, oficiava às Juntas de Paróquia para que lhes fossem apresentadas "relações de todos os indivíduos indigentes e

# A Camara e os seus desmandos em 1000



Oliveira do Bairro 22-1-920

~~Os senhores~~ proprietarios da fabrica de moagem Augusto Castro & Pereira
Porto

A Camara Municipal deste concelho nos termos da lei ultimamente em vigor, requerita trinta mil kilos de farinha de trigo para fabricação do pão para abastecimento deste concelho. São 30.000 kilos ou tres wagons.

Saude e Fraternidade
Secretaria da Camara Municipal do Concelho de Oliveira do Bairro.

O Presidente da Commissão executiva
Joaquim Francisco de Figueiredo

N.º 98

*Durante muito tempo proclamamos a incompetencia desta senhora, pondo-lhe a descoberto toda a sua pessima administração e o desaparecimento dos rendimentos concelhios, incluindo ad-valorem e limpezas das estradas, sem que nada de util tenha sido feito em beneficio deste concelho.*

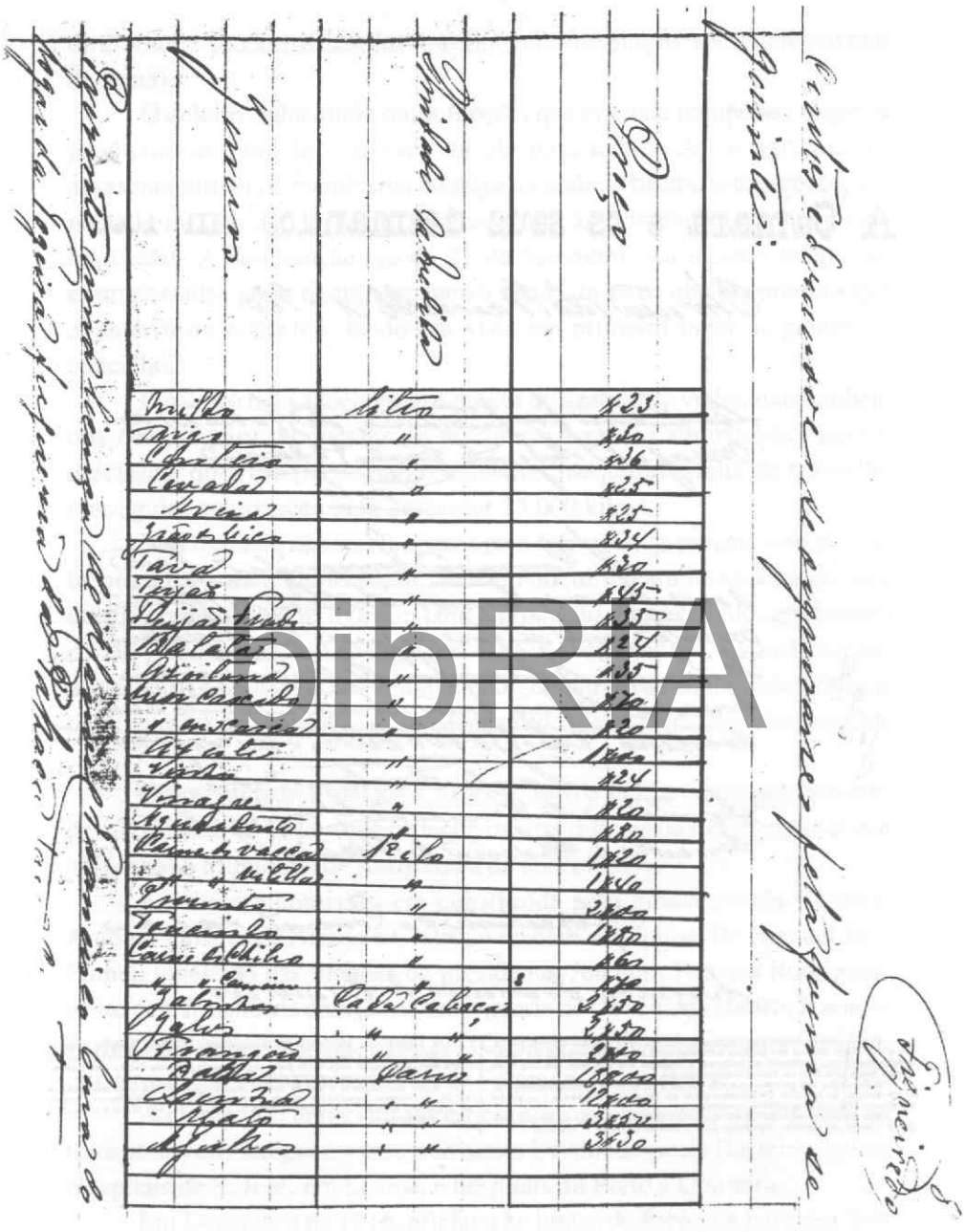
*E durante a sua gerencia, que está prestes a terminar, as fontes converteram-se em ruinas, as estradas transformaram-se em terras de ninguem, e as pontes em armadilhas aos desgraçados viandantes.*

*Mas alguma coisa — dirá o leitor — havia de fazer. Fez, não ha duvida: era pouco o tempo para passar requisições para o abastecimento do... concelho.*

*E, verdade seja, se não fosse tão humanitaria senhora, já muita gente teria morrido á fome, e assim está rica. E' claro que, por este importante assunto (para eles), abandonou tudo, razão por que nada mais puderam fazer. Como vêem, alguma coisa fizeram (para a cara dêles)*

*O que nos admira, é que de tantas requisições passadas, pois que esta é a n.º 98, só fossemos mimosea-los com duas pequenas lambedelas de assucar. Depois de tanto trabalhinho, serão ingratos todos os eleitores que não derem o seu voto a tão incansaveis edis.*

DIGITAL



Preços dos produtos agrícolas, respeitantes ao ano de 1919, elaborados na sessão da Câmara de 14/12/1920 – era a chamada "estiva".

impossibilitados de trabalhar para que lhes fosse aplicado o restante de um orçamento". Dos 30$00 orçamentados para o transporte sairiam "as esmolas" para os indigentes. Esmolas que continuavam em 1919. Nesse ano, a direcção deliberava dar a cada um dos quarenta "pessoas extremamente pobres do concelho, no próximo dia 5 de Outubro, pelas onze horas, junto aos Paços do Concelho, esmolas de dois escudos e cinquenta centavos". Eram doze pobres de Oliveira do Bairro, dez de Oiã e seis de cada um das restantes freguesias.

Era presidente da Comissão Dr. Manuel José Pinhal, sub-delegado de saúde, que tinha como vice Joaquim Francisco de Figueiredo. Manuel Pedro Nolasco era o tesoureiro e António Joaquim de Carvalho o secretário. António Rodrigues de Almeida era vogal.

bibRIA

bibRIA

# O FERIADO MUNICIPAL

O feriado municipal, ainda que pareça, não é de criação recente. Recente é a data em que agora se comemora, o dia de Nossa Senhora da Ascenção.

O dia foi variando com os tempos e com a necessidade de vincar este ou aquele acontecimento, mas já vinha do tempo da Monarquia, umas vezes celebrado e outras tantas vezes passado à vala comum do esquecimento.

Consoante os tempos, os autarcas e a sua formação, assim iam sendo alteradas as datas. Assim é que a Comissão Republicana do concelho, liderada por Manuel dos Santos Ferreira, deliberava, na reunião de 3 de Junho de 1911, que fosse o dia 7 de Outubro "por ser nesse dia que pela primeira vez se arvorou nos Paços deste concelho a bandeira republicana" (1).

biblRIA

Entretanto, em 1930, nova alteração se verificou. O governador civil de Aveiro pedia à Câmara Municipal para que "fosse escolhido, de entre os dias que representavam as festas tradicionais e características do Município em que pudesse ser considerado feriado dentro da respectiva área". Visto que o feriado escolhido, dia 7 de Outubro, "não representava qualquer dia característico ou tradicional do concelho", a Câmara, da presidência do prof. António França Martins, deliberou considerar feriado municipal o dia 13 de Fevereiro de cada ano por ser o dia da restauração do concelho. Embora tenham sido alvitradas outras datas, este dia acabou por ter o voto unânime dos vereadores.

---

(1) *Acta da Câmara, de 3/6/1911.*

A Câmara deliberava ainda que o dia de descanso semanal fosse a segunda-feira de cada semana.

Em 1951 esta data é postergada e foi escolhido para feriado um dia de significado histórico: o dia 6 de Abril, data em que foi atribuido por D.Manuel I, em 1514, foral à vila de Oliveira do Bairro. Era presidente da Câmara professor Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa.

bibRIA

# ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA
# PRIMEIROS DA REPÚBLICA

bibRIA

bibRIA

# ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA

A construção da avenida e da ponte da Murta em alvenaria foram os dois últimos grandes empreendimentos da Monarquia, nos seus últimos cinco anos, que decorreram sob o signo de pequenas iniciativas. Como que as finanças estavam todas tomadas por aquelas obras. Continuavam, no entanto, as preocupações de ordem agrícola e social.

Na reunião de 29 de Março de 1905, foi deliberado que se oficiasse ao procurador régio junto da Relação do Porto, pedindo-lhe empregasse todos os meios ao seu alcance perante o Governo "a fim d'ele revogar a portaria, de 9 de Dezembro de 1904, como extremamente vexatória para os povos d'este concelho, principalmente para os da freguesia de Oyã", o que, não surtindo efeito, foi de novo reclamado em Maio desse mesmo ano.

(Não chegamos a saber que tipo de portaria prejudicava assim os interesses das gentes de Oiã).

Dentro desta área, em Setembro de 1909, a Comissão dos Viticultores do Concelho solicitava ao Rei que não fosse aprovada a proposta de lei relativa à restrição do plantio da vinha.

Por sua vez, o orçamento cabimentava uma verba de vinte mil reis "para a compra de vaccina para vaccinar os pobres do concelho, inspecção sanitárias das meretrizes e seu tratamento" e ainda medicamentos para os pobres. Outra verba, de quinze mil reis, tinha como destino a prevenção e combate das epidemias. O tratamento de pobres no Hospital de S. José em Lisboa era contemplado com uma quantia de quinze mil reis, enquanto para

biblRIA

os expostos, crianças desvalidas e abandonadas e subsídios de lactação a verba atingia cinquenta mil reis.

Neste ano, as taxas de algumas posturas municipais subiam. Por exemplo, os carros puxados por bois ou vacas ou outros quaisquer animais cujos condutores fossem de fora do concelho e que a qualquer ponto do território concelhio tivessem de vir carregar mercadorias, tinham de pagar a taxa de cento e vinte e cinco reis. Por seu turno, a contribuição municipal indirecta também subia: cada litro de vinho ou vinagre pagava sete reis; as bebidas alcoólicas, trinta reis: o litro de azeite, dez reis; 1 kilograma de arroz, igual valor. Também dez reis era a taxa para o caso das vendas das carnes verdes ou secas ou "por qualquer modo preparadas".

Na área do ensino, foi pedida a criação de uma escola do sexo masculino na Mamarrosa, com sede neste lugar, "visto que os habitantes do referido logar offerecem para isso casa e mobília" [1]. José dos Santos Pato responsabilizou-se pela mobília e pela renda da casa do professor. Foi também pedida a transferência da escola de Quinta Nova para o lugar de Bustos.

No âmbito das relações institucionais, a Câmara deliberou lançar em acta um voto de sentimento e fundo pesar" pelo infausto acontecimento que motivou a morte de sua magestade El-Rei D. Carlos primeiro e sua alteza, principe real, D. Luis Filipe, e manifestar a sua indignação pelo barbaro attentado".

bibRIA

Um outro telegrama foi enviado para o Paço, este em 6 de Maio, a saudar o Rei Manuel II, na sua tomada de posse, afirmando "a sua lealdade e dedicação à monarchia e a toda a família real, anhelando que o vosso reinado seja de illimitada prosperidade", bem como enviaram outro à sua mãe, a rainha D. Amélia.

Por sua vez e na sequência desta atitude, o padre Abel proporia fosse celebrado no domingo seguinte, na igreja matriz de Oliveira do Bairro, um solene Te-Deum de acção de graças pela aclamação de D. Manuel.

Na área do ambiente, tanto neste ano como noutros, a Câmara preocupou-se com a supressão dos cômoros, seguindo-se a vistoria que na sede do concelho era efectuada pelo presidente da Câmara e pelo guarda

---

[1] *Acta da Câmara, de 5/6/1905*

campestre e nas restantes freguesias por um dos vereadores da localidade ou pessoa escolhida.

Uma outra deliberação, no mesmo âmbito, prendeu-se com a obrigatoriedade dos proprietários caiarem exteriormente as suas habitações e muros contíguos, sob pena de se lhes ser imposta uma multa de mil reis [2].

Limpar valas e regueiras, aparar silvas, sebes, arbustos e cômoros das testadas dos prédios - eram as ordens que mais figuravam nas actas. No entanto, nem todos os proprietários conseguiram limpar e caiar as casas ou os muros, alegando que havia falta de operários, tendo o prazo sido prorrogado por noventa dias.

A reparação das estradas e caminhos estiveram na agenda, muito danificados por causa dos temporais que ocorreram por Setembro de 1909, mas, como a miséria era geral, o orçamento foi mesmo muito contestado por Manuel de Oliveira Mota e António Capucho.

Se a Câmara vivia com finanças escassas, sem grandes euforias no aspecto das realizações e iniciativas, por outro lado, a política ia de certo modo agitada. No entanto, o número de republicanos não era visivelmente expressivo no concelho de Oliveira do Bairro, pelo menos não davam a cara, nem emprestavam a palavra. De resto, padre Abel substimou sempre a provável alvorada da República. Por que ele mais se batia era por um governo cristão. Rebatia mesmo a afirmação de Afonso Costa quando anunciou que "a republica vira e inevitavelmente bem cedo". [3]

biblRIA

"O melhor é mudarem de cartaz e de reclame que esse já está muito desacreditado" (...) "Há mais de vinte anos que andam a dizer a mesma coisa. Daqui por outros vinte anos dirão da mesma forma: a republica esta por poucos dias".

Queria enganar-se a si próprio e aos outros e apostava na força da coligição eleitoral:

"O que se torna necessário agora é que haja disciplina e todos votem nos nomes dos deputados indicados pela colligação. Guerra aos inimigos de Deus e da Patria".

"A Republica faz comicios e diz coisas espantosas!

---

[2] *Acta da Câmara, de 26/6/1909*

[3] *"Echos do Vouga", de 20/08/1910*

E o povo, moita carrasco! O povo nao se comove. Elle ja diz que se mal estamos, pior ficamos!

Ó democracia tu farias mais adesões com uma torrente de vinho do que com a torrente da tua eloquência! O povo sente mais arrebatamento deante de uma pipa! Commove-se mais, anima-se até ao delirio. Um taberneiro munido de todos os seus utensilios tem mais poder de attençao sobre as massas populares do que o teu verbo inflamado". "

Efectivamente, era um pouco assim. Quem oferecesse pão e vinho, e até carneiro, tinha os votantes do seu lado. Essa era uma prática corrente, qualquer que fosse a barricada.

Se Padre Abel desvalorizava as adesões à República, esta ideia ia, no entanto, tendo cada vez mais simpatizantes e aderentes. Segundo o "Democrata", de 30 de Setembro de 1908, verificava-se "valiosissima adesão ao partido republicano" à volta de Manuel de Oliveira Mota, da Feiteira, que na altura era vice-presidente da Câmara. Quanto às eleições, noticiava o semanário que "nota-se ja uma certa efervescencia nos agentes do predialismo indigena para as eleiçoes municipais e paroquiais. Com a vontade com que andam a arranjar votos, se as perdem como é de esperar..."

biblRIA

Esquecia-se Padre Abel, por exemplo, que a Palhaça era uma freguesia onde sopravam fortes os ventos da mudança. Nas eleições paroquiais, realizadas no dia 30 de Novembro de 1908, embora pouca gente tenha ido votar, entraram na urna 69 votos para os monárquicos e 32 para os republicanos. E, um pouco como era habitual, a costumada chapelada "quasi sempre en acção por parte dos monarchicos, pois algumas descargas deram-se em eleitores que la nao appareceram". (4)

Nesse mesmo ano, no dia 19 de Março, realizou-se ali uma grande reunião de republicanos, presidida por Albano Coutinho, de Mogofores, e presidente da Comissão Distrital Republicana. Esteve ali para proceder à eleição da Comissão Municipal de Oliveira do Bairro e Paroquial, mas não deixou de aproveitar a ocasião para dissertar sobre as vantagens da República, para além de apresentar ao povo a lista dos candidatos republicanos que mereceu a aprovação de todos os participantes, nomeadamente do médico na Palhaça, Dr. Manuel Francisco Simões e de Jacinto Simões

(4) *"O Democrata", de 12/12/1908*

dos Louros, de Bustos. Marcaram presença muitos correligionários dos lugares de Palhaça, Bustos e Sobreiro, bem como representantes das Comissões Municipais (já constituidas) de Anadia e paroquiais, de Sangalhos e Mogofores.

Esta era a primeira reunião republicana que se realizava na Palhaça e que serviu para a eleição dos elementos que iam compôr não só a Comissão Republicana Municipal, como a Comissão Paroquial.

A primeira foi constituída por Manuel de Melo, comerciante e proprietário; Joaquim Francisco Pedreiras, negociante e proprietário; Manuel Simões de Sousa, negociante; José da Rosa Graça, negociante e proprietário e José Campos, negociante e proprietário. Como substitutos, foram votados: António Simões Margaça, proprietário; José Pinto Belingecete (Belinquete?), proprietário; Manuel Ferreira Pinhal, proprietário; Adelino Ferreira Pinhal, proprietário e Francisco Nunes Pinto, artista.

Por sua vez, a Comissão Paroquial da Palhaça ficava assim constituída: Luis Apolónio da Silva, negociante; José de Oliveira Amaral, artista, e Joaquim Marques, lavrador. Estes os elementos efectivos. Os substitutos: Francisco Marques Lomba, Manuel Martins de Justina, Manuel Ferreira Barreto, todos lavradores.

bibRIA

Um dos últimos actos cívicos realizados no concelho foram efectivamente as eleições para deputados que tiveram lugar no dia 28 de Agosto de 1910. Entretanto outras eleições estavam à porta, para a Câmara. Para o efeito e para a formação da lista, tinham-se reunido em casa do pároco de Oliveira do Bairro as pessoas mais influentes e importantes do concelho, a fim de escolherem os vereadores que haviam de administrar os negócios do município.

Essa escolha recaíu nas seguintes pessoas influentes: Visconde de Bustos, Manuel Simões, Bernardino Joaquim de Carvalho, padre Henrique Simões Capão e José da Silva Pires. Para os proponentes, (progressistas) era óbvio que, embora os teixeiristas dissidentes - republicanos fossem apresentar a sua lista, esta não poderia vencer. "A derrota deve ser maior que a da eleição dos deputados" - publicava "Echos do Vouga" (17/9/1910), realizada em 28/8/1910.

Onde a derrota nas eleições para deputados teve mais impacto e

significado foi em Bustos. A mesa de voto fora na velha capela e os republicanos perderam-nas, ainda que coligados com os aliados do governo. Quem as ganhou foi o Visconde de Bustos, exultaram os correligionários.

Como sempre, muitas promessas foram semeadas. Por exemplo, na Palhaça, os republicanos foram vender pelos votos uma estação telegráfica e com esta promessa muitos foram às urnas pelo Governo e pela República. Enquanto na Mamarrosa a promessa era também forte: a construção da estrada EN-335.

Em Oiã prometiam os políticos o apeadeiro e o padre Abel escrevia:[5]

"Os políticos recentemente teixeiristas, ha tres anos franquistas e talvez mais tarde sebastianistas ou outra coisa qualquer, andam a prometter pela palavra honrada do Sr. Manuel do Vale, que elevam o apeadeiro a 1ª. classe e que andam a edificar uma casa de escola em Malhapao". E comentava ironicamente: "Ora como isto de prometter não custa nada, também, eu quero fazer as minhas promessas e prometto encannar para aqui o rio Tejo, construindo aqui um porto magnifico que ha de abrir aos navios de todo o mundo e mudar a corte de Lisboa para Malhapao so para fazer pirraça aos republicanos".

Um dos políticos que se movia bem no terreno e então nas casas das pessoas, mercê da sua posição, era na verdade, o padre Abel, que se deslocava a Malhapão por exemplo, para "tratar da política, mas consta-nos que as contas lhe quebraram ao enfiar". Exactamente, a mandado do Conde de Águeda para "pedir votos para o bloco predial", como chamavam os republicanos à Coligação Eleitoral. Em contrapartida, o "Democrata" concluía a notícia, dimanada de Malhapão - Oliveira do Bairro: "correligionarios e conterraneos às urnas pelos deputados do povo. [6]

Um dos republicanos já nessa altura também em foco no concelho era o Dr. António Ferreira da Costa que recebeu, em preparação dessas eleições, a visita do Governador Civil, Vaz Ferreira. A propósito, escrevia padre Abel que o Dr. Costa Ferreira era boa pessoa "mas meteu-se-lhe na cabeça vencer as eleições aqui em Oliveira do Bairro... Dizem que foi lá muita gente, mas nem toda se sentou à mesa do fidalgo; o pãosinho e o

[5] *"Echos do Vouga", Edição de 30/7/1910*
[6] *"O Democrata", 26/8/1910*

bibRIA

golinho do vinho e calar que foi bem bom". Também estiveram presentes os vereadores, à excepção do padre Abel "incapaz de uma deslealdade".

As deslealdades eram o prato do dia, da semana e do mês. Contra esta situação se batia o semanário católico que se publicava em Oiã, mesmo zurzindo algum clero:

"Não ha ideias, nao ha principios. Elle ha padres que andam atras de todos os interesses, como qualquer negociante, que mercadejam honras e cospem na face de Jesus, depois de se terem vendido por trinta dinheiros. Elle ha juizes que arrastam a toga na lama e partem nos joelhos a vara da justiça. Elle ha professores..." [7].

Ora isto mesmo contradiz um pouco a ideia sobre o número de republicanos para onde se passavam padres, professores e juizes.

A propósito dos anseios da população da Palhaça, padre Abel escrevia [8] que "a Palhaça vae em grande parte votar pelo Teixeira, Affonso e Alpoim. A Palhaça nao quer saber das desgraças da Patria: o que ella quer é o telegrapho que pouco util lhe é", para concluir que "votar é um dever", pois "queremos um governo cristao". Do outro lado, em excursão por ali andaram também o Conde de Águeda, o deputado José Paulo Cancella de Abreu e António José Tavares de Castro, do partido Progressista, administrador do concelho.

bibRIA

Sinal de progresso, a estação telégrafo postal era acesamento disputada entre as populações da Palhaça, Nariz e Bustos. Os da Palhaça defendiam que a estação deveria ser instalada onde mais movimento houvesse. Nariz era um lugarejo, diziam, com duzentos fogos e Bustos não podia nunca competir com a Palhaça que tinha mais de 1200, os dois mercadoos mensais e bastante comércio, exactamente para apoio aos feirantes. No entanto, Bustos tinha a força do Visconde. Enquanto a Palhaça jogava com a força do voto e ameaçava que, se o conde de Águeda não fosse seu aliado nesta luta, havia muitos que abandonariam o Partido Progressista e ele não deveria querer perder os seus votos.

Efectivamente, a Palhaça, de resto, como as outras freguesias do

---

[7] *"Echos do Vouga", de 6/8/1910*

concelho, davam desde há muitos a sua votação à nobreza do distrito, mas havia quem questionasse: ... "E dessa lealdade partidaria que melhoramentos tem a Palhaça recebido?" [9].

Estava, portanto, na ordem do dia a criação de uma estação postal que não chegava pelas mãos dos progressistas, mas pelas dos regeneradores, embora tivesse sido prometida pelos primeiros, havia dez anos, segundo "O Progresso de Aveiro". Ou melhor, não exactamente por aqueles, mas "pelo homem que está nas bemditas graças do progresso, por esse homem que tudo manda no districto de Aveiro e nas batatas - o nobre Conde de Águeda" - ironizava. [10]. Mas naquele ano ainda não havia sido concedido esse melhoramento, apesar dos muitos pedidos feitos junto do Conde de Águeda, então governador civil de Aveiro. Como não podia trair o Visconde de Bustos e nada podia fazer sem a sua autorização nesta questão, que se fossem entender com ele, - escudava-se.

A quem coube a honra da criação da estação telégrafo postal da Palhaça foi ao Major Manuel Viegas, [11] de Malhapão, sendo inaugurada no dia 27 de Agosto de 1910, com a presença de Egas Moniz, Visconde Ameal

bibRIA

[8] *"Ecos do Vouga", de 27/8/1910*

[9] *"O Democrata" de 2/01/1909*

[10] *Idem, de 19/8/1910*

[11] *Conforme escreveu o engº Octávio Pato no jornal "Bairrada Livre" que se publicou em Bustos, durante alguns meses, após o 25 de Abril, o coronel Viegas, que, ao serviço da Monarquia, prestou relevantes serviços ao país em S. Tomé e Príncipe, o que aconteceu mais tarde também relativamente a Cabo Verde, onde foi ajudante de campo do governador, administrador de S. Tomé e até governador, embora por um período curto, e também em Goa, onde desempenhou o cargo de sub-chefe do Estado Maior do Exército – e que por isso recebeu mesmo louvores, medalhas e foi feito cavaleiro da Real Ordem de Aviz, "não só não faz parte da história, porque, na realidade, não chegou a ocorrer e haveria de ter lugar, segundo uma dedução muito pessoal, numa das madrugadas de 20 ou 21 de Agosto de 1910" o rapto de D. Manuel II. Esta era pelo menos "a ideia dos revolucionários, feitos há muito com o sargento Viegas" (nesta altura era capitão), raptarem o monarca nessa altura. Fazia parte ainda dos planos do Directório do Partido Republicano conduzir, de seguida, o monarca para a casa do Dr. António Breda, de Barrô, de onde seguiria para Trás-os-Montes, onde o esperava a casa de um revolucionário... Isto acabou por não acontecer porque houve ordens em contrário.*

*Mas não deixa de ser intrigante, apesar de tudo, esta opinião contrastando com o louvor que lhe atribuiu o Ministro da Guerra "pela maneira correcta e exemplar com que se conduziram as forças do seu comando quando da guarda de honra e de segurança durante o tempo em que sua majestade El-Rei esteve no Bussaco".*

*Neste tempo em que o rei D. Manuel II esteve no Buçaco é que se devia ter dado o golpe republicano, aproveitando as relações amorosas do monarca com uma artista francesa e aproveitando a sua deslocação nocturna do palácio para um pavilhão anexo.*

e governador civil. A Filarmónica da Palhaça rompeu com o Hino da Carta, estralejaram "muitos foguetes de dinamite". A inauguração, para além da festa, foi sublinhada com o envio de dois telegramas: um para o ministro das Obras Públicas e outro para Teixeira de Sousa.

A população, entretanto, quis agradecer ao capitão este melhoramento e, fazendo-se acompanhar da música local, deslocou-se a Malhapão onde era recebida a comissão pelo ilustre militar que estava acompanhado, entre outras personalidades, pelo Dr. Costa Ferreira, então administrador do concelho, e João Marques Pires de Miranda.

Com este melhoramento na terra, o povo deu a vitória ao governo nas eleições de 28 de Agosto, o que conseguiu sem muito esforço. Mas lá vinham as acusações da outra barricada: que "os governamentais da Palhaça estiveram de arma em punho à porta do reverendo Manuel Ferreira Felix para evitar que saisse a pedir votos", conforme difundira "O Progresso".

bibRIA

bibRIA

## SINAIS DE MUDANÇA

Com a República à porta, padre Abel da Conceição não desarmava e mantinha-se na sua barricada, ombro forte e decidido a enfrentar todos os novos ventos. Houvesse o que houvesse, ele estava pronto para a luta. Como havia de demonstrar alguns meses depois. A residência paroquial de Oiã era por assim dizer o quartel-general da Monarquia em terras do concelho de Oliveira do Bairro, tornando-se, depois, o semanário "Echos do Vouga" a sua guarda avançada. De resto, ele não escondia tal estatuto. Na edição de 6/3/1909 surge uma notícia, anunciando uma visita que lhe fez um grupo de jovens que "brindaram a reacção local e fizeram ardentes e calorosos votos para que as batatas tivessem uma produção abundante". Aqui surge um naco de ironia ou o encobrimento de outras ideias mais perigosas. Sinal que ali acorria muita gente.

biblRIA

Padre Abel empreendia mesmo acções que se configuravam como um desafio ou uma provocação aos que timidamente aqui e ali começavam a desejar a República, em comícios, pequenos ou grandes, ou mesmo em conversas fortuitas de tertúlias escassas ou mais alargadas.

Pároco de Oiã, mandou celebrar exéquias no dia 1 de Fevereiro de 1909 em sufrágio da alma de D. Carlos, há um ano assassinado, o que, aliás, já fizera aquando do regicídio. Além disso, mandava comprar o retrato de D. Manuel para colocar na sala das reuniões da Junta de Paróquia, manifestando os seus sentimentos monárquicos e cristãos. Presentes à cerimónia, os padres João Roque Ferreira, José Nunes Geraldo, João Pepino e José Matias, de Fermentelos; padres José Dias Ferreira e Serafin Dias

Ferreira, de Paradela (o último era seu coadjutor) e ainda padre Joaquim Ferreira Maneta, de Oliveira do Bairro.

Se havia paroquianos a desrespeitarem o padre, a provocarem-no com ditos, a criticá-lo abertamente, a este e outros, a nível nacional, o ministro a Justiça, Fratel, publicava uma portaria a censurar o bispo de Braga que era precisamente D. Manuel Batista da Cunha, de Paradela. No entanto, à sua volta, levantou-se um grande coro de protestos. Sensível ao indevido "puxão de orelhas" foi não só o clero do concelho de Águeda, como também o de Oliveira do Bairro que se reuniu na residência paroquial da freguesia sede do concelho. Consideravam que a portaria era uma afronta e insólito o caso. No protesto, realçavam que "a organizaçao social da igreja nao pode depender senao do próprio fundador".

Assinaram o documento, datado de 11 de Agosto de 1910, os padres Adriano Ferreira Neto, João da Silva Gomes, Pároco do Troviscal; José Rodrigues de Almeida, pároco de Oliveira do Bairro; João Francisco Moreira, pároco da Mamarrosa; Abel Gomes da Conceição e Silva, pároco de Oiã; prior Manuel Ferreira Félix; padres Joaquim Ferreira Maneta, Manuel Caetano da Silva, Henrique Simões Capão, Agostinho Domingues Pires e Serafim Dias Ferreira. O documento foi assinado ainda pelos seminaristas: Acúrsio Corrreia da Silva, Joaquim da França Sobreiro, Albano Ferreira da Cruz, Manuel Martins Duarte, Manuel Pires Cardoso e Jaime de Oliveira Pinto de Sousa.

bibRIA

O protesto foi lavrado, mas lavrado foi também um telegrama, que não foi permitido seguisse para Braga. A censura impediu-o.

Se padre Abel tinha influência junto de outros colegas e no concelho, essa era muito mais patente e visível junto do povo humilde e crente da freguesia de Oiã, e não só, a favor da qual tinha conseguido alguns melhoramentos notáveis. De resto, ele e os seus correligionários chegavam a invocar esses factos, sobretudo em tempo de eleições.

A ele se devia (e deve) a vinda, em carros de bois, da grande tribuna, retábulos menores, quadros, cadeiral e pia baptismal do Convento de Santa Ana de Coimbra para a Igreja matriz; a ele se devia a imagem de Nossa Senhora de Lurdes e as festas em sua honra; à sua bolsa se devia a banqueta dourada que abrilhantava o altar-mor em dias de festa; a ele principalmente se devia a construção da igreja matriz; a ele se deviam os esforços para que

fosse criado o apeadeiro; a ele, enfim, se deviam mil favores que às vezes eram pagos com a ingratidão ou a zombeteria como o caso do corte de uma cepa que existia no terreno da residência paroquial e que fora plantada pelo seu antecessor, o aguedense Cónego José de Melo. Depois de alguns se banquetearem no adro da igreja matriz com laranjas roubadas, exactamente num sábado, véspera de S. Geraldo, facto que magoou deveras o pároco de Oiã.

O que antes era impensável, começava a acontecer, aqui e ali. Em Oliveira do Bairro roubavam a égua ao prior e, logo que se soube, partiram muitos ciclistas no encalço dos gatunos e pelo administrador do concelho foram mesmo expedidos telegramas para os postos da GNR.

Então já não era proibido gritar "viva a República", como duas décadas antes, quando Francisco Ferreira Bicho, que era sapateiro na vila, insultou Leonel Aires dos Santos Maia, marido da encarregada da estação postal e Joaquim Almeida, distribuidor rural. Mas, como não se ficou por ali, antes andou pelas ruas da vila, dando em altos gritos vivas à República, o que foi considerado um abuso, foi preso e remetido para o Tribunal de Anadia.

biblRIA

Estes eram alguns dos sinais anunciadores de uma nova época, a da República, mas o autor da notícia em "Echos do Vouga" concluía mesmo que "eles tem inveja de ser o sr. quem manda ainda hoje politicamente em sua freguesia..." E padre Abel havia de invocar este caso para questionar a ajuda do Conde Sucena que, em face do que se tinha passado, havia de colocar algumas reservas e o prejudicado era o povo que ficava sem alguns melhoramentos mais. "Como hei-de eu ter coragem de insistir com o snr Conde de Sucena, o ilustre fidalgo, que eu mais repeito pela sua caridade inexgotavel e que ja me prometteu vir a freguezia de Oyan para examinar as maiores necessidades da nossa igreja?" (Em Oliveira do Bairro, em Junho de 1909, andava em obras a capela de Nosso Senhor dos Aflitos, por conta do conde de Sucena, que ali ia gastar oito centos mil reis...)

Apesar de todos estes melhoramento e trabalhos a favor da freguesia de Oiã, o pastor de almas começava a sofrer alguma constestação, nomeadamente em Malhapão, junto de Manuel Caetano da Rosa e Manuel Simões da Cruz. De resto, foi neste lugar que teve lugar um comício, logo a seguir ao da Fogueira, portanto, a clamar que por ali havia semente

republicana. E logo "Echos de Vouga" [1] desvalorizava esta acção, dizendo que "em Malhapão nao consta que haja mais do que um republicano"... Enquanto em Oiã contavam-se também pelos dedos os republicanos em 1910: Adelino Martins Caldeira, José de Oliveira e Dario de Oliveira, Albano Batista Ferreira dos Reis e Joaquim Simões de Oliveira. E destes só dois eram eleitores. Esta era a constituída comissão local, cujos nomes haviam sido enviados ao Directório Republicano em Fevereiro desse mesmo ano.

O comício fora anunciado à boca pequena, segundo "Echos do Vouga" para que não aparecessem mais monárquicos que ali não abundavam. "E que os republicanos por estes sitios so podem por enquanto fazer comicios em familia. Tomam o cha em familia, fazem os comicios em familia. É melhor assim mais seguro e mais barato". Como quer que fosse, era pedra no sapato do pastor das almas da freguesia de Oiã.

Ali estiveram o Dr. António Breda, de Barrô, e Abílio Nápoles, de Águeda. O Dr. António Breda prometera a República dentro de três anos, "feita a tiro ou a murro ou a cacete", afirmação que, mais tarde, negou. Abílio Napoles, estudante quintanista de direito, fora outro orador nesse comício. Aí foi abordado ainda o teor de um sermão do padre Abel na igreja matriz, acusando-o de político, mas o discurso versava sobre a imprensa e a liberdade. A propósito da presença do Dr. António Breda no comício de Malhapão, padre Abel havia de escrever: "eu muito desejaria ver o snr dr. António Breda um pouco acima da lama republicana..."

Onde o comício, marcado pelos republicanos para o início de Setembro de 1909, foi, sem dúvida, um fracasso foi no lugar da Fogueira. Se havia por ali alguns republicanos (alguns naturalmente de sangue azul), os oradores não apareceram para lhe avivar a fé num futuro melhor e erguer a bandeira do inconformismo e da revolta contra o poder monárquico. Como não aparecessem, falaram os monárquicos - Dr. Paulo Cancella de Abreu, Dr. Fernão Corte Real (o autor do livro de memórias do Cárcere, recolhidas da sua própria vivência nos calabouços de Caxias, vítima de denúncia e perseguição), José Maria Barbosa, Dr. Jaime Duarte Silva e Dr. Alexandre Albuquerque. Só quando este discursava apareceram os republicanos, caso do Dr. Alfredo de Magalhães, que, pedindo a palavra, logo se viu privado

bibRIA

[1] *Edição de 5/12/1909*

dela. O povo fez tal e tão medonho barulho que foi o próprio Dr. Paulo Cancella a pedir silêncio, mas nada. Dissolvia-se assim o comício entre vivas à Monarquia e à família real e à Pátria e as filarmónicas de Oliveira do Bairro e de Anadia tocaram o ameno Hino da Carta, à frente de numerosa multidão.

Dava a impressão que a República andava efectivamente ainda longe do coração do povo, mas a verdade é que por ela já alguns terçavam armas, armando-se por isso entre monárquicos e republicanos por vezes algumas zaranzas e desavenças, explicadas à custa de duros e nodosos marmeleiros. Mas ali, naquele dia, tudo correu bem e nem a força de cavalaria presente teve trabalho. Curiosamente, só depois de terem retirado as autoridades e esta força, falaram os republicanos - caso que foi muito comentado [2].

Tanto quanto se pode concluir, o padre Abel, antes da República, não colocava esta em causa, mas os homens que a defendiam:

"Nao sao os homens que nos atrahem para qualquer partido por maiores que sejam a consideraçao e a amisade que lhes dediquemos, sao as ideias boas, justas, dignas que defendem e poem em practica quando governam.

Nos nao queremos saber se sao progressistas ou regeneradores, se sao dessidentes ou republicanos, se sao miguelistas ou nacionalistas. O titulo é um assessorio perfeitamente dispensável, governar bem e respeitar a nossa religiao é que é essencial..." [3].

(...) Quanto a mim se as formas dos governos alguma coisa valem os que governam é que podem credital-as ou desacredital-as conforme governem bem ou mal.

Deem-me homens honrados, sabedores, justiceiros e verao como tudo vae bem: mas nao tendo elles qualidades que importa que o governo seja monarchico ou republicano? - Tudo ira mal.

Eu nao faço questao de governo, faço questao de homens bons e justos. Mas a respeito de republicanos portuguezes ha bom e mau e o mesmo digo dos monarchicos figurando-se-me que os maus supplamtam os bons.

---

[2] *"O Ideal", de 5/9/1909*

[3] *"Echos do Vouga", de 14/11/1908*

bibRIA

A republica portugueza alem d' outros tem um vicio capital: é anti-religiosa. [4].

Aqui residia toda a questão.

Era contra a onda anticlerical e a promoção do ateismo que ele mais se batia. Daí que não tivesse vergonha, pelo contrário, de vangloriar-se de ser reacçao porque "a reacçao triumpha pela verdade, pela justiça, pelo desassombro, pela tolerancia, pelo amor, por todos os principios nobres e elevados".

Em Oliveira do Bairro tinha o padre Abel um aliado de ideias fortemente arreigadas à Monarquia. Era o padre Joaquim Ferreira Maneta que escrevia no semanário "Echos do Vouga", [5] que "um portuguez illustre disse um dia que até da vontade de morrer. Pois quanto a mim, meus amigos, parece-me que num excesso de zelo pela nossa Patria vilipendiada, isto da vontade de matar". Se era crítico da política que, a nível nacional, se fazia, com alguma prenúncios de tudo o que veio a acontecer, também a nível local, era crítico da política seguida, especialmente contra a família Tavares de Castro.

bibRIA

A propósito das eleições para a Câmara de 1 de Novembro de 1908 "Echos do Vouga" de 24/10/1908), escrevia em tom irónico:

"... Automoveis, bicycletas, carros, pernas, tudo gira, tudo anda, a intriga ferve, o diz-se corre e eu estou parado.

Tudo se move e eu nao me mexo: é que parado eu vejo passar a politica, umas vezes, alegria e prazenteira, outras vezes, de vista baixa, meditativa.

Se agora passa de collarinhos e gravatas, bengala e botas de polimento logo passa de casaco ao ombro, pau na mao e descalço por causa da poeira.

Jamais se encontra creatura de transformaçao tao facil".

Registe-se o que o "Nauta", na sua edição de 10/21/908, escrevia relativamente a estas eleições paroquiais que tinham decorrido em todo o concelho "com a máxima regularidade, havendo apenas opposição na freguezia da Mamarrosa", já que, e durante a eleição, "estiveram alli duas forças de infantaria e uma de polícia".

---

[4] *Idem, de 24/10/1909.*

[5] *Edição de 22/5/1909.*

A política não era questão transparente. Das reuniões dos maiorais saía tudo "combinado, guizado cosido". As misérias do concelho é que ficavam esquecidas e era contra isto que se batia o padre J. Maneta: "Lembrar-lhes-ei que as necessidades d'este ou daquele que se lembre de viver à sombra da arvore do municipio, à espera do fructo que amadureça de mez a mez onde os lucros sao poucos e as despezas mais do que deviam ser e certas..." Para ele "o politico esta para a honradez como o sapateiro para o rabecao que nao sabe tocar".

Padre Joaquim F. Maneta insurgia-se, claramente, contra a inércia do administrador do concelho, António Tavares Araújo e Castro - Chefe do partido Progressista que se apoiava no Conde de Águeda, "cavalheiro prestimoso que nao se descuida em solicitar os melhoramentos que beneficiam a nossa terra" e que nesse ano arranjara um subsídio de um conto de reis [6] - e contra o estado de sítio da vila com roubos sucessivos. Eram galinhas, coelhos, cabritos, carne da salgadeira, roupa, cordões de ouro; não se respeitava a igreja e roubava-se a imagem da Senhora do Rosário, também a égua do prior. Não eram poupadas as repartições de fazenda e o tribunal de paz "para concerteza se rirem da justiça" e nem tão pouco a administração ficou de fora desta onda de assaltos ("com o fim - nem outra coisa póde ser - de collarem esfusiantes gargalhadas nas bochechas da auctoridade") onde, para entrarem, os assaltantes esgalharam as portas e as gavetas.

biblRIA

O que padre Joaquim F. Maneta não queria é que, em face de "uma inactividade que o mata e d' uma pusilanimidade que o enterra", Oliveira do Bairro nao fosse conhecida por uma terra de ladrões... [7], mas já em Janeiro do mesmo ano, pedia que a administraçao lutasse pelos melhoramentos da terra, pelo futuro dos seus filhos e não se importava nada que fosse mal visto por reclamar de mais.

---

[6] *"O Ideal", de 20/3/1910.*
[7] *"Echos do Vouga", de 29/10/1910.*

bibRIA

# REPÚBLICA CHEGOU COM ATRASO DE DOIS DIAS

Oliveira do Bairro, sede de um concelho fortemente rural, com raras indústrias, essencialmente consubstanciadas nas da cerâmica e da cal, sofrendo de algum atraso, afundado em intrigas, invejas e tricas políticas, apenas veio a proclamar o evento da República, passados dois dias, ainda que lhe passasse à ilharga o comboio que transportava as malas de correio e ali deixando algumas com destino à vila de Águeda.

bibRIA

A festa aconteceu no dia 7 de Outubro de 1910. Um forte adversário à sua implantação, padre Abel Gomes da Conceição e Silva, descreveu assim a festa:

"Pela hora da tarde de ontem, os republicanos "embeiçados" nas últimas eleições, exultavam de alegria e ei-los em campo para avinhar o triumpho".

A notícia foi publicada no semanário católico "Echos do Vouga" (edição de 8/10/1910), sem qualquer relevo, mas com veneno bastante para aquilatar da sua revolta que ficou a germinar na alma do padre Abel, que, traçava assim o quadro:

"O cortejo, seguido da música, passou pela rua principal da villa de Oliveira do Bairro, sempre em grossa algazarra. Chegados aos Paços do Concelho houve discursos não eguaes aos que foram lançados aos ventos em tempos que já lá vao, mas traduzindo já a propriedade do bôlo".

Além desta informação, descobre os autores da destruição da coroa real que Dr. Miguel França não referiu na sua crónica. "Por fim", escrevia,

Anno 3.º OYAN — Sabbado, 3 de Dezembro de 1910 N.º 113

Redacção e administração
(Oliveira de Bairro)
OYAN

# Echos do Vouga

Propriedade da empreza dos "ECHOS DO VOUGA,,

EDITOR—P.e Seraphim Dias Ferreira

SEMANARIO CATHOLICO

(AVENÇA)

ASSIGNATURAS

Brazil, anno moeda forte . . . . 1$500 réis
Africa, anno . . . . 1$200 »
Continente, cada semestre . . . . 300 »

Composto e impresso na typographia ECHOS DO VOUGA
Oliveira do Bairro—OYAN
DIRECTOR — P.e Abel de Conceição

ANNUNCIOS

Cada linha . . . . 20 réis
Repetições . . . . 10 »

## Expediente

**Começamos já a enviar para o correio os recibos, relativos ao ultimo semestre.**

**Pedimos aos srs. assignantes o favor de os mandarem pagar sem falta nenhuma.**

Isto não é uma emprêsa mercenaria; é uma empresa de propaganda, que precisa de ser auxiliada por todos os bons catholicos.

Venha o dinheiro, que é a alma da empresa.

Nós contamos com a dedicação de todos e esperamos dizer-lhes: muito obrigado.

## Uma fallencia

Antes da proclamação da republica, nos comicios publicos, nas columnas dos jornaes, em toda a parte, eu e os meus amigos politicos, que felizmente nos rege, porque até a respeito de liberdade é a mesma que meu pae me dava com a palmatoria, quando eu era rapaz e fazia mais diabruras que o proprio diabo, sendo apenas vencido pelo dr. Matheus, que em rapaz dizem que ainda era peor do que eu e o diabo juntos.

Uma fallencia, uma completa fallencia!

O presidente da republica! N'esse nem se falla. Morreu! O sr. Antonio José de Almeida manda matar os ratos e é a contradicção viva dos seus anteriores discursos.

Elle, que trovejou contra a lei de imprensa de 1907, e lhe chamou autocratica, tzariana, russianesca, porque prohibia a entrada de livros estrangeiros em Portugal ou punha embargos á circulação de jornaes, não admitte agora que os jornaes

administração da republica, pois que em menos de dois mezes se augmenta em mais de cinco mil contos a circulação das notas do Banco de Portugal!

Antes de haver republica em Portugal eu preguei e disse que para salvar a nação da ruina, não era necessario variar de systema governativo, eram necessarios homens honestos, sabedores, cheios de energia e boa vontade. E a republica, de quem nós esperavamos a salvação, em menos de dois mezes veio confirmar as minhas palavras, provando que não tem homens, que não tem um programma governativo, que não tem energia senão para demittir monarchicos, nomear commissões e affrontar os sentimentos dos catholicos portuguezes, que constituem a maioria da nação.

## O C. A. D. C.

DE

## COIMBRA

**Aos catholicos e aos sinceros!**

### A nossa attitude

A historia do C. A. D. C. resume-se em poucas palavras: nascemos entre as ondas revoltas duma perseguição iniqua e crescemos, alimentados pela confiança num ideal de fé, de patriotismo e generosa dedicação.

Ideal superior ás formas de governo e que por isso se não alevanta, ou escurece com ellas.

Emquanto viveu a Monarchia, o C. A. D. C. não foi, nem podia ser, collectivamente monarchico; hoje que vive a Republica, o C. A. D. C. não é, nem pode ser, collectivamente republicano.

O ideal democratico que perfilhamos, não se enfeuda a regimen ou a partido algum; encontra o mais seguro abrigo e o maior estimulo nas ideias do christianismo, e este conduz ao progresso em todas as situações sociaes, desde o quietismo das monarchias absolutas, até á vitalidade exhuberante das republi-

MODELO

"foi despedaçada a coroa que encimava os paços do concelho, terminando por um conflicto entre as comadres sem consequencias graves". E concluía: "por enquanto so destruiçao, desperdicio e parvoices sao os frutos da republica portuguesa. Se assim continua vae bem no seu papel".

Noutro local o mesmo semanário, e relativamente à Palhaça, divulgava que "a notícia da proclamação da república foi mal recebida a não ser por três ou quatro individuos cujo valor político se pode representar por um 0"[1].

Por sua vez, Padre Acúrsio Correia da Silva, relembrando esses acontecimento, escrevia com outra visão: que fora a República proclamada com solenidades, com o dia a ajudar - estava "límpido, esplendido de sol". [2]

O cortejo fora formado na Raposeira, com bandeiras verdes rubras drapejando no ar e subiu a ladeira ao som da Marselhesa. "Era um passeio triumphal aquele com as notas revolucionárias palpitando no azul. Entrou na villa e seguiu para os Paços do concelho. Uma vez, ali, proclamou-se o novo regimen".

Um dos oradores foi o Dr. António Breda, médico em Barrô, que "fallou dos trabalhos que a Idea Nova houvera de vencer para triumphar; deixou transparecer o seu desgosto por não ter a dita de empunhar uma arma na Rotunda. Fallou por fim do que a República faria. Um clarão de justiça illuminaria a nossa patria, um grande abraço d' amor uniria todos os cidadãos". Para concluir que "aquillo deve ser na verdade assim, e nem eu posso comprehender de outro modo uma Republica do seculo XX".

O jovem Padre Acúrsio foi um dos que se empolgou com os discursos, nomeadamente com as palavras do Dr. António Breda, pois as palavras tinham "uma intenção de sinceridade quando prometiam ahi na casa do nosso Concelho justiça a todos os cidadãos, amorabilidade a todos os humildes do povo. Eu sentia que era a Republica que vinha falar-nos pela sua bocca". (Dr. António Breda encabeçou a Comissão Administrativa do Concelho de Águeda, quando da proclamação da República, tendo como vice-presidente, Elísio Sucena).

Enquanto isso, Albano Coutinho assumia o lugar de governador civil

---

[1] *"Echos do Vouga", edição de 8/10/1910.*
[2] *"O Ideal", edição de 18/2/1911.*

biblRIA

e o Conde de Águeda reunia com os seus amigos políticos de Aveiro, resolvendo aderir à República.

Por seu turno, os responsáveis pelos "Echos do Vouga" não faziam questão de formas de governo, faziam questão de homens bons e justos e quem desacreditava as formas do governo eram precisamente os homens. Os republicanos afirmavam que a salvação de Portugal estava na República, por sua vez, os monárquicos diziam que era a Monarquia que podia fazer feliz o povo. No entanto, não se mostravam entusiasmados, embora fosse um acto consumado: "Não sentimos enthusiasmos que podem ser prematuros mas também não hostilizamos essa forma de governo que nos serve como outra qualquer".

Era o estado de graça para o governo com Teófilo Braga na presidência, António Almeida no Ministério do Interior e Dr. Bernardino Machado, nos Negócios Estrangeiros. No entanto, faziam veicular um aviso: "que perseguindo a republica a religiao esta encontrara em nos um destemido deffensor na imprensa, no comicio e sobretudo na urna".

bibRIA

Umas das primeiras coisas deliberadas em reunião da Câmara de Oliveira do Bairro, liderada por Manuel dos Santos Ferreira, depois da proclamação da República, foi a aquisição de dois retratos: um do Dr. Miguel Bombarda e o outro de Cândido dos Reis para serem colocados na sala das sessões.

De resto, estes dois retratos faziam parte do escasso património da Câmara de Oliveira do Bairro, constante do inventário, realizado em 6 de Fevereiro de 1911. Dele faziam parte apenas "um livro ou foral em pergaminho, passado por El-Rei D. Manuel I em 1514 às terras ou vila de Oliveira do Bairro", um livro de adesão à República Portuguesa (que já não existe hoje) e era referida também a "planta e mais papéis relativos às obras da avenida". Sumiço igual, para além de outros, os livros de recenseamento eleitoral de 1860 a 1861, 1863, 1865, 1866 e 1889 com esta indicação: "presume-se que foram extraviados quando tumultuariamente foram transportados para a sede do concelho de Anadia".

Como bens ainda da Câmara vêm mencionados: a casa dos Paços do Concelho que "acomodava" a secretaria da Câmara e sala das suas sessões, a da administração do concelho, a repartição de Fazenda, a recebedoria do

concelho e o Tribunal de Juíz da paz do distrito de Oliveira do Bairro, ainda a casa da cadeia (antiga casa dos velhos Paços), a casa do matadouro público que ficava situado no Vale, limite da vila e ainda o abarracamento da feira da vila.

Outra decisão tomada na mesma reunião: dar ao largo municipal, a sul dos Paços do Concelho, o nome de Praça da República, que ainda hoje persiste e o de Avenida de Cândido dos Reis à avenida em construção e que hoje mantém o nome de quem lançou a ideia (e a obra) - Dr. Abílio Pereira Pinto, que, em 1908, era presidente da Câmara.

E, como era de bom tom e correntio, foi enviado um telegrama de felicitações ao novo governo, cujo presidente era Teófilo Braga.

O novo administrador do concelho tomava posse no dia 5 de Novembro. Era um advogado de Águeda (continuava o peso e influência de Águeda) e chamava-se Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.

Entretanto, neste mesmo mês, a 23, tomava posse a Comissão Paroquial de Oliveira do Bairro, composta por José Joaquim de Oliveira, presidente; António Ferreira Fresco de Almeida, Joaquim José dos Santos, José Ferreira Campos e José Ferreira dos Santos, vogais efectivos; e João Ferreira Cardoso, José Arrulo Lourenço Briosa, Fernando José Pinto de Miranda e Joaquim Francisco Rato, substitutos.

bibRIA

Uma outra decisão foi mandar fazer uma sindicância à junta de Paróquia, acusada de cometer alguns abusos de ilegalidades, o que acabou por não se provar.

O novo regime ganhava realmente novas adesões. Uma de algum impacto foi a do monárquico, José Pires da Silva, da Silveira, que em carta declarava: "attendendo à forma correcta e digna que tem seguido o novo regimen vem apresentar a sua adhesao à republica, promettendo sob a sua palavra d'honra acatar dodos principios por ella impostos, desligando-se de tudo quanto fora monarquia [3]

Os ventos em Oliveira do Bairro começavam a soprar na verdade de feição. Em 6 de Março de 1911 realizou-se um comício em Bustos, que foi um dos melhores de todo o concelho, um dos mais concorridos. A população ornamentou as ruas com arcos de triundo e bandeiras e os oradores

[3] *Acta da Câmara, de 5/11/1910.*

foram recebidos por muito povo, tendo à frente a Banda da Palhaça a executar a Portuguesa.

A tribuna fora colocada no largo da capela, para onde subiram os oradores e o administrador do concelho que propôs que o comício fosse presidido pelo correligionário Albano Coutinho, de Mogofores.

Usaram da palavra o capelão do 24, Dr. André dos Reis, José Cardoso, Cunha e Costa e outras figuras que "em palavras quentes, sempre cobertas d' applauso, analysaram a obra da Republica, obra colossal, que mostra bem a orientação que presidiu a ella e fizeram o paralello entre a situação de Portugal no tempo da monarchia e no tempo da Republica". O capelão procurou mostrar que "a Republica era compativel com a religião".

Foi uma maratona de discursos. O comício começou a uma da tarde e acabava, passadas três horas, tendo assistido duas mil pessoas [4].

bibRIA

[4] *"O Ideal", edição de 11/3/1911.*

## PRIMEIROS PASSOS DA REPÚBLICA NO CONCELHO

Passados três dias sobre a derrocada da Monarquia e a implantação da República, isto é, por alvará de 8 de Outubro, foram nomeados como vogais efectivos para pertencerem à Comissão Republicana do concelho de Oliveira do Bairro Manuel dos Santos Ferreira, Joaquim da Silva Pires, Jacinto Simões dos Louros, Manuel de Oliveira Mota e Manuel Rodrigues Simões de Sousa. O juramento de fidelidade à República foi-lhes dado pelo novo administrador, bacharel Abílio Nápoles. Curiosamente, todos já haviam ocupado cargos nas Câmaras da defunta Monarquia. De resto, Manuel de Oliveira Mota era vice-presidente quando explodiu a revolta vitoriosa.

biblRIA

A primeira deliberação que tomaram foi a Câmara fazer representar-se nos funerais dos "paladinos da liberdade", Miguel Bombarda e almirante Cândido dos Reis que se efectuariam no dia 16. Foi incumbido dessa missão o administrador.

Construída que fora naturalmente a ponte sobre o Rio Cértima, havia, no entanto, que melhorar a via de acesso e assim é que a Comissão logo deliberou arrematar em hasta pública cinquenta metros cúbicos de pedra para a reparação da estrada da Murta.

A nível político, deliberaram, por unanimidade, que a assembleia eleitoral, que até aí se realizava na capela de Bustos, passasse a ser na Póvoa do Forno. Além de outras razões poderosas, era ponto mais central e mais acessível aos cidadãos eleitores das freguesias da Palhaça, Mamarrosa

e Troviscal [1]. Manuel dos Santos Ferreira era de Póvoa do Forno e Manuel de Oliveira Mota, da Feiteira... Era a deslocação do centro político.

Uma outra decisão prendeu-se com a burocracia (?). Consideravam os vogais da Comissão Administrativa que havia empregos desnecessários na Câmara. O decreto de 13 de Outubro (Diário do Governo nº 9 da República) vinha dar-lhes força e legalidade às suas pretensões. O decreto autorizava "extinguir empregos que se tornem desnecessários", desde que os empregados não pudessem opor direitos adquiridos.

Os médicos municipais, que eram dois e custavam 400.000 reis cada um, eram as primeiras vítimas. Invocavam os coriféus da República que o concelho era composto apenas por cinco freguesias e consideravam que "esta Câmara tem lutado e continua a lutar com falta de meios, devido ao número de empregados que desnecessáriamente tem sustentado, e continua a sustentar, lugares providos para satisfazer os caciques deste concelho", acrescentavam, e considerando que "neste concelho não se encontra uma única estrada nem fonte que não precisem de grandes e imediatas reparações e que para acorrer a estas despesas a Câmara julga da maior urgência fazer todas as economias possíveis "-foi deliberado extinguir um lugar de médico por desnecessário. Foram assim demitidos os dois médicos - António da Costa Ferreira e Manuel José Pinhal, devendo abrir-se um novo concurso em "condições mais favoráveis do que o actual para os pobres do concelho".

biblRIA

Dr. António da Costa Ferreira não concordou e apresentou protesto, decidindo recorrer "por julgar a resolução atentatoria dos seus direitos".

Efectivamente, a braços com carências financeiras, a Comissão Republicana agarrou-se a todos os argumentos possíveis e legais para arranjar fontes de receita. Um deles prendia-se com a despesa de algum pessoal que considerava excedentário. "Sendo os recursos pecuniarios deste município muito diminutos, tornando-se urgente e inadiável fazer desde já algumas economias, reduzindo quanto possível as suas despesas", - essa era a receita.

Essa situação caótica das finanças municipais motivou mesmo uma reunião extraordinária da Comissão Republicana e logo foram apontadas a exoneração de dois funcionários, o amanuense da Câmara e outro da

[1] *Acta da Câmara, de 15/11/1910.*

Administração. Mas as medidas eram drásticas e iam mais longe. Deliberavam que os encarregados de dirigirem os trabalhos da reparação e conservação de estradas, ruas e caminhos municipais, "não possam d'oravante vencer mais do que trezentos e vinte reis por cada um dia útil e de serviço [2]. Era administrador do concelho o bacharel Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.

No âmbito da higiene e saúde, foram elaboradas posturas, como esta: aos moradores "d'oravante lhes é expressamente prohibido fazer caldeações de estrumes nas páteos da casa de habitação ou junto das mesmas". Pediam ainda a todos para mandarem lavar, ao menos uma vez por mês, "as casas em que habitam", visto que na altura grassava, com intensidade, em algumas freguesias do concelho, a terrível epidemia da varíola.

O ensino que era uma das preocupações mais queridas aos republicanos, teve também o seu desenvolvimento. Em 18 de Fevereiro de 1911, pedia a Comissão a criação de uma escola do sexo feminino para o lugar de Perrães, suportando, de sua conta, a renda da escola e a renda da casa de habitação do professor "até que o Estado ou qualquer outra Corporação administrativa ou pessoa particular tome sobre si esta obrigação..." Exactamente as mesmas condições que colocavam anteriormente quando, em Janeiro, pediam também a criação de uma escola de instrução primária do sexo masculino no lugar de Malhapão, em casa de renda e que fosse construído novo edifício (Sessão de 28 de Janeiro). Catorze dias depois, pediam também a criação de uma outra escola do sexo masculino no lugar de Vila Verde e ainda outra do sexo feminino na Mamarrosa.

Uma outra deliberação polémica, tomada em 28 de Outubro de 1911, foi a de pedir ao Ministro da Justiça, para serem convertidas em escolas públicas as residências dos párocos das freguesias do Troviscal, Mamarrosa e Oiã. Isto vinha praticamente na sequência do arrolamento dos bens das paróquias. Era a política, às vezes canhestra e pouco respeitadora dos ideais de terceiros. De resto, a Câmara "também desempenha a função política" - lê-se na acta de 29 de Julho de 1911, a propósito do professor Manuel Maia Romão, casado em Oliveira do Bairro com Ana de França Figueiredo. Quando

biblRIA

---

[2] *Acta da Câmara, de 28/10/1910.*

a Comissão Administrativa tem conhecimento que Maia Romão fora nomeado para o cargo de sub-inspector, apresentou "um protesto veemente", de tal modo que ia até "à declinação da investida dos seus cargos", pedindo ao Ministro do Interior que fosse revogada "a injustiça praticada". Essa nomeação para a Comissão vinha "restaurar os processos monarchicos (...) implantando de novo o caciquismo", e traduzia "o desprezo para os direitos incontestáveis dos outros cidadãos", queixando-se ainda de que não fora ouvida nem achada neste caso nem para "outros actos políticos na sua área".

"Acceitamos a política de attração para os homens serios e dignos que se encontravam desalentados e innertes por falta de estimulo no campo monarchico... Os toppa-sub-inspecções não necessitam de ser attraidos", porque "pertencem à classe parasitária da defuncta monarchia, encostando-se a todos os postos políticos desde que lhes prometta a fruição de mais alguns cobres, outros por deppendência do Predialismo e se a comissão não tem procedido com mais energia, era porque não era partidária de processos radicaes". Para concluir que Maia Romão "é um inapto e ainda pertence à 2ª classe do professorado".

Nada mais injusto.

A implantação da República no concelho de Oliveira do Bairro não foi fácil, como é natural. Encontrava no clero o maior e mais esclarecido opositor, não só por natureza, mas a oposição ganhou outra dimensão à medida que iam surgindo leis com que não concordava de forma alguma.

Esta oposição, clara e frontal por vezes, agressiva e polémica, outras tantas, começou poucos dias depois da proclamação da República, quando os párocos em 15 de Outubro de 1910 (ano em que a varíola atacou forte no concelho, com gente a morrer nomeadamente na Palhaça e com vacinação em massa no lugar de Águas Boas, mais de cem pessoas) receberam do governador civil de Aveiro um ofício que os párocos deviam ler ao povo na ocasião da missa conventual. O ofício entre outras coisas, pedia que eles "empreguem todos os esforços para convencer o povo a que acceitem o regime republicano que nos ha de trazer uma epocha de paz, prosperidade, ordem e progresso". Ora pelo que padre Abel Gomes da Conceição e Silva escreveu em tom irónico em "Echos do Vouga", os padres não cumpriram mesmo:

"Nos temos a certeza que todos os parochos hao de cumprir o seu

bibRIA

dever... os regimens teem uma influencia muito secundaria para a prosperidade das nações, o que é primário e essencialissimo é que se governe bem, eles estariam do lado da Republica se ella inspirando se na consciência colectiva e não no espírito de facção, (...) administrar justiça a todos e fugir do espírito de perseguição que lhe aliena as sympathias".

Os párocos do concelho juntaram a sua voz de protesto à do padre Abel. Enfileiravam na ala da oposição, o que aconteceu quando "parchos das cinco freguesias de Oliveira do Bairro nada responderam com relação ao culto... [3]. Como não o fizessem, o administrador do concelho entregou-os ao poder judicial como desobedientes..."

A transformação das confrarias e irmandades em associações cultuais de que logicamente dependia o pároco foi uma decisão governamental que mais revolta provocou, sobretudo, quando começaram a ser feitos em algumas paróquias os arrolamentos dos bens das igrejas. No entender do padre Abel Gomes da Conceição e Silva, se alguma se organizasse "ficaria nas mãos da junta da paróquia, do governador civil e do Ministro da Justiça com obrigação de dar um terço da sua receita para beneficiência!" Eram verdadeiras algemas para quem usufruía de alguns privilégios. "Tocar em coisa tão melindrosa pode accender uma conflagração terrível mais para o governo do que para o povo [4].

bibRIA

Por detrás desta posição, estavam decisões da Santa Sé: "As associações cultuaes que se formarem são shismaticas e por isso os fiéis não podem comunicar com ellas", pois que, continuava o papa, "não se pode tolerar que as Irmandades assumam o carácter das associações cultuaes no sentido da lei nem que se coloquem em condições de poderem ser consideradas taes pelo governo". Os párocos deviam protestar, bem como os bispos portugueses contra este facto, porque aceitar a lei era "offensivo dos direitos da Egreja e da Hierarquia".

Com esta lei os párocos estavam, à partida, dependentes das irmandades ou confrarias, na medida em que delas sairiam os subsídios para o culto, o que era condenado solenemente pela Santa Sé.

---

[3] *"Echos do Vouga", de 8/7/1911.*
[4] *Idem, de 3/6/191!.*

A lei da República que mais queixas e revolta proporcionou aos bispos e clero foi a lei da separação, "uma lei que ataca a liberdade religiosa e fere profundamente a constituição íntima da Egreja", "uma lei que, no dizer do ministro Affonso Costa, há-de matar o catholicismo em duas ou três gerações". Depois, houve a expulsão das congregações portuguesas, enquanto as congregações italianas, inglesas e francesas não eram beliscadas nos seus interesses. "Sopra um vento de insania: a fatalidade cae furiosamente sobre a jovem republica; os próprios que a deviam defender por meio de leis boas, justas, liberais, são os mesmos que se propõem cavar a sua ruína" - assim escrevia "Echos do Vouga" na edição de 9 de Setembro de 1909. Mas, em 30 do mesmo mês, padre Abel voltava à carga: "Depois que o Sr. Afonso Costa cujas entranhas ferinas deixam a perder de vista a ferocidade da phantera, publicou a sua lei absurda e vilipendiosa, juntou-se à fome o insulto soez e a perseguição covarde". E, como havia fome e miséria e as coisas continuavam a correr mal, os políticos atribuíam todas as desgraças à igreja - "o governo republicano pretende fazer acreditar as massas populares que a Egreja é a causa da miséria e da fome, que se alastra por todo o paíz".

A lei da separação criou os registos civis, o que igualmente levantou protestos não só dos padres, mas também dos fiéis. Com a sua implantação passou a ser obrigatório lá registar o nascimento das crianças, bem como os casamentos. Isso trouxe alguma confusão aos católicos e párocos . Com o fim de se eximirem à lei, verificou-se, por Março e Abril de 1911, nomeadamente em Oliveira do Bairro, uma grande afluência de neófitos às igrejas para ali serem registados e baptizados.

Outro protesto foi quando Afonso Costa determinou que os parócos recebessem pensões, o que eles, de pronto, rejeitaram, protestando a nível do arciprestado.

A tensão entre a igreja e a República ia forte, porque o governo tomava iniciativas que mexiam com as pessoas, como proibir tocar os sinos antes do sol nascer ou depois de se pôr, como aconteceu em Oliveira do Bairro. "Mal vae a um paiz em que os estadistas se occupam com estas ninharias... não é com estas coisas que se salva a Nação" [5]. Ou fechavam-se as portas à igreja, para não haver culto.

[5] *"Echos do Vouga", de 22/7/1911.*

bibRIA

Padre Acúrsio Correia da Silva que por 1911 escrevia *Notas Semanais* e *Notas Íntimas* (poemas), em "Echos do Vouga", passava, montado em sua burra, à igreja matriz de Oliveira do Bairro e seguia para celebrar missa na capela da Quinta da Morte, Vila Verde.

A guerra aos "monstros de bronze" começava pouco depois da implantação da República. Com estas arruaças, o padre Abel da Conceição e Silva, brincava com a pena: "os monstros de bronze" vulgo sinos chamados altamente escandalizados pelo procedimento para com elles havido, resolveram fazer greve depondo o badalo nas mãos dos democratas e nunca mais tornarem a tocar. Por tal motivo desde já se despedem de todos os illustres sacristãos..." [6].

Outros fariam versos, em jeito de sátira, como estes assinados por Pancrácio, inseridos em várias edições de "Echos do Vouga".

Todavia, a guerra à igreja católica já vinha dos últimos anos da Monarquia. O clero formava até uma lista Eleitoral pela necessidade que havia de se defender - "todos os dias enxovalhada e calumniada pelos sectarios intolerantes do chamado livre pensamento, nos jornais e nas assembleias públicas". Além disso, o clero era caluniado nos jornais, as festividades e cerimónias da igreja eram ridicularizadas de todos os modos e feitios e já se ensaiava nas variadas associações anti-religiosas a perseguição feroz contra tudo o que tivesse cunho de religiosidade e de crença" [7].

bibRIA

[6] *"Echos do Vouga", de 12/11/910.*
[7] *Idem, de 23/8/1910.*

## O BADALO

Ouço o sino a baladar
Há dez minutos, tim, tlão.
Badala, sino, badala,
Enquanto atrevida mão
Não te corta o badalinho,
Alegria da solidão.

Há guerra contra o badalo,
Ninguém quer ouvir tlim, tlão,
Chora tudo estarrecido
Com pena do sacristão.
Que há-de fazer o infeliz?
Onde há de pôr a mão?

No badalo? Não o deixam:
Não querem ouvir tlim, tlão.
Até as pedras por raiva
Choram! Desconsolação!
Murcham as rosas do campo,
A terra não quer dar pão!

Oh! por amor de Deus, deixem
Ouvir um doce tlim, tlão.
Deixem consolar a alma
Do teu rico sacristão.
Quando não vae tudo razo.
Tudo de ventas ao chão!

Ou o sino toque sempre
fazendo sempre tlim, tlão,
Ou tirem o badalinho
Das mãos do meu sacristão
E façam presente delle
A um certo figurão
*"Echos do Vouga", de 6/5/1911*

biblRIA

## O AFFONSINHO

Tenho penna do Affonso,
Muita penna, coitadito!
Anda muito atrapalhado,
Nervoso, mesmo aflito!
D' esta vez leva o diabo
O Affonsinho tão maldito!

Até perde o comer,
A cara alegre e contente,
Traz a barba desgrenhada,
A chalaça não consente
E com certeza ele estoira
Por causa d'el presidente.

Do conselho de ministros
quer ser elle o presidente,
Mas a sorte tão mofina,
Que amotina tanta gente,
Em vez de meigos sorrisos,
Raivosa mostra-lhe o dente.

Quado Affonso leva chéque
Na Cambra que tumultua,
Berra, grita, barafusta,
Esmurra carteiras, sua,
E diz à gente espantada:
Eu salto já para a rua.

bibRIA

Santa Bárbara nos valha
e Santo Antão nos acuda!
Se Affonso salta prá rua,
Então a coisa é bicuda:
Ou é rei-El-presidente
Ou há pancada taluda.

Não te rales, Affonsinho,
Isso não será eterno:
E, portanto, cedo ou tarde,
Formarás o teu governo.
Não o formas n'este mundo?
Vaes formálo no Averno!

*"Echos do Vouga", de 19/8/1911*

**ILUSÕES E REALIDADE**

bibRIA

Pensa bem, ó povo ingénuo,
Não te deixes iludir:
Há certa classe de gente
Que não diz nunca o que sente
porque só sabe mentir.

Mente sempre como um pêrro
Com palavras retumbantes
E, em vez de promessas sérias,
Impinge-se duas lérias,
Fica tudo como d'antes!

A tua cara república
Dava pão, azeite e tudo:
Carne, vinho e batatas,
Todas as coisas baratas,
Dinheiro por um canudo.

E vae agora não sei
Como isto aconteceu:
Em vez de pão dá-nos pau,
Castanhas, tudo o que é mau,
Coisas que bradam ao Céu!

E a culpa de tudo isto,
Nota bem, sou eu que o digo:
É o polvo nacional
Que chupa o bom Portugal
Como se elle fôra um figo.

Tu és o figo docinho,
Chupou-te a monarquia.
A república também,
Deixando-te sem vintém,
Senhor da noite e do dia.

E tu has-de trabalhar,
Gemer sempre como um cão,
As tuas dores chorando!
A ventura virá quando
Houver governo christão.

*"Echos do Vouga", de 23/9/1911*

bibRIA

## RISOS E LÁGRIMAS

Anda a República em festa
Toda a noite e todo o dia,
Não pára nem um instante,
É um delirar constante
De frenética alegria.

O dia cinco de Outubro,
Alvorada radiante,
Ferrou-lhe tal "borracheira"
que a enorme "pagodeira"
Não pára um instante.

Nada tudo em mar de rosas
Para o porto da ventura:
Não há sombras n'este céu,
Ninguém teme o escarcéu
D'esta bonança tão pura.

biblRIA

E lá vae o alegre bando,
Sempre a rir, sempre a cantar,
Como um rancho de creanças
Que não conhece as mudanças
Que se dão no falso mar.

A cigarra cantou sempre
Noite, dia, a toda a hora.
Veio a fome, grande espiga!
Pediu, instou e a formiga:
Cantaste? Pois, dança agora".

*"Echos do Vouga", de 30/9/1911*

# A GUERRA DA AVENIDA

A construção da Avenida que se chamou, primeiro, de Cândido dos Reis e , depois, em 1926, tomou o nome em honra de quem lançou o projecto e realizou os primeiros trabalhos de aterro, Dr.Abílio Pereira Pinto, foi para muitos monárquicos e republicanos a devolução da esperança perdida, com os políticos a defender os seus interesses e as suas posições, sem uma visão mais larga.

bibRIA

Com a abertura da avenida, com a dupla intenção de alargar o recinto da feira e criar um espaço local de lazer e beleza, como que se espicaçaram os brios dos oliveirenses e dos próprios munícipes. E ainda que fosse construída com pouca rapidez, as finanças não davam para mais (teve que ser contraído mesmo um empréstimo para este melhoramento), havia sempre a esperança a comandar a vida e as pessoas de brios reviam-se um pouco nesta obra.

Reconhecendo a Câmara que o recinto onde então se realizava o mercado semanal e a feira mensal na vila era "insuficiente por forma a não comportar o povo que ali concorre", o presidente da Câmara, Abílio Pereira Pinto, propôs que fosse expropriado o terreno que se julgasse necessário para o alargamento do mercado e feira, que ficava a norte do recinto onde se efectuavam as transacções comerciais em grande escala" [1]. Na reunião seguinte foram nomeados louvados para a avaliação dos terrenos - João Saraiva de Melo Brandão, da vila, e Joaquim Ferreira Rodrigues, do Cercal.

---

[1] *Acta da Câmara, de 29 de Março de 1905*

## Secção 2ª
## Despeza Municipal

### Titulo 1º
### Despeza obrigatoria

#### Capitulo 1º

| | | Importancia da despeza |
|---|---|---|
| 1 | Para pagamento da expropriação a fazer do terreno pertencente a D. Albina de Figueredo d'esta Villa para o alargamento do mercado d'esta Villa 2690m, no valor de 300:000 | |
| 2 | Idem a Antonio Francisco Migueis, d'esta Villa 1791m, no valor de 198:800 | |
| 3 | Idem a Roza Serralheira 171m, no valor de 17:000 | 647:300 |
| 4 | Idem a Jé Joaqm d'Almda 660m, no valor de 66:000 | |
| 5 | Idem a D. Maria Quaresma 656 no valor de 65:500 | |

#### Capitulo 2º

| | | |
|---|---|---|
| 6 | Para construcção de muros de suporte . . . . | 252:700 |

#### Capitulo 3º

| | | |
|---|---|---|
| 7 | Para pagamento dos juros do Capital de 900:000$ relativos a 8 mezes e dez dias, isto é até 31 de dezembro do corrente anno | 39:000 |
| 8 | Para a mortisação de duas acções | 40:000 |
| | Somma a despeza R$ | 979:000 |

bibRIA

Foram então expropriados terrenos de Albina Figueiredo, Rosa Serralheiro, António Francisco Miguéis, da vila, e Maria Quaresma, de Vagos, bem como terreno do Passal (1.654.5 metros quadrados, avaliado em oitenta mil reis).

Para a aquisição dos terrenos, a Câmara deliberou contrair um empréstimo de dois contos de reis, ao juro anual de 6% para acorrer às despesas da construção do novo abarracamento, amortizável em trinta anos junto de Cecília de Figueiredo Veloso e José Rodrigues Sucena (Conde Sucena), de Águeda. Como garantia, oferecia a Câmara "o producto da contribuição directa da Repartição cuja média dos últimos três anos é da quantia de 1.902.832 reis"

Porém, as obras sofreram um duro revés em Janeiro de 1911 e a população começou a mastigar alguma estupefacção, primeiro, laivos de revolta, depois. Foi o caso da Câmara querer vender parte do terreno adquirido.

Em 21 de Janeiro de 1911, a Comissão Administrativa Republicana deliberava vender em hasta pública parte dos terrenos adquiridos, concretamente o do passal para fomentar a construção urbana. O vice-presidente, Manuel de Oliveira Mota, fora o autor da proposta que rezava assim:

bibRIA

(...) "O Município precisa de desagravar o estado do seu cofre ao presente bastante onerado, além disso, para a Comissão importa o dever de enveredar pelo caminho francamente democrático, fugindo aos vícios das gerências antecessoras - contemplações, quietudes, negligências e que é tempo de demonstrar energia e actividade, dando o máximo de desenvolvimento aos interesses municipais e evitando assim que este concelho continue a permanecer no aviltante marasmo monarchico".

Em conclusão, uma decisão que foi tomada, não só para fazer entrar dinheiro fresco nos cofres da Câmara, mas, por outro lado, para que as construções aparecessem, pois, ainda segundo o vice-presidente, havia poucos terrenos disponíveis para esse efeito.

Era presidente da edilidade Manuel dos Santos Ferreira, de apelido o Carrilhão, e tinha como vogais: João dos Santos Pato, Joaquim da Silva Pires, Jacinto Simões dos Louros e Joaquim Ferreira Neves, que, mesmo antes desta deliberação, haviam mandado suspender os trabalhos.

Efectivamente, constituída a Comissão Republicana que, segundo o "Ideal", "devia ser composta de pessoas de toda a confiança, sem outra intenção que não fosse a de administrar com maior justiça e absoluta imparcialidade os interesses deste concelho", não só mandava parar as obras como privava a vila de iluminação (feita a acetilene).

Eram a chispa para alvoroçado incêndio. Era, afinal, a desilusão, o rastilho da revolta. O corte da luz fora dicidido mesmo na primeira reunião da Comissão. A verba para esse fim foi excluída do orçamento "e jamais os candeeiros solitários e tristes iluminaram com a sua luz bruxuleante as trevas phantasmagoricas d'estas noites caliginosas de pleno inverno" - insurgia-se assim "O Ideal" contra esta atitude e contra a deliberação da venda do terreno do passal para construção, impedindo a construção da avenida, iniciada no tempo da Monarquia.

"Mais um acto de vandalismo em nome da República" e "viva o progresso de caranguejo" - eram algumas das muitas expressões usadas pelo semanário local, de resto, de coloração republicana. E mais: "senhores camaristas: o caminho por que vos enveredou as paixões dos elementos monarquicos que inconvenientementes admitistes, não é o da verdadeira democracia, regime e respeito pelos interesses públicos" [2].

biblRIA

A mesma edição acrescenta ainda que "a construção da Avenida parece querer demonstrar que a terra iria despertar", mas "a comissão não só suspendeu os trabalhos, como também pretende vender em hasta pública esse local que encerra as sagradas aspirações do povo oliveirense".

Não deixava ainda de reconhecer o jornal que "nas Câmaras anteriores houve vícios e cometeram-se erros, mas havia alma, patriotismo e força de vontade. Eram monarchicas, mas progressivas". Por exemplo, à última gerência, antes da implantação da República, devia a população a instalação da iluminação. Aliás, "Echos de Vouga" [3] em notícias da sede do concelho, escrevia:

"Muitos dos candeeiros são agora illuminados a acetylene, em substituição de uma illuminação a petroleo que ahi tinhamos, era uma vergonha e exigia-se que se colocassem focos de acetylene em todos os candieiros da villa".

---

[2] *"O Ideal", de 4/2/1911*

[3] *Idem, de 2 de Abril de 1911*

Não deixa de ser curioso esta nota sobre a antiga iluminação. Entretanto, o padre Joaquim Maneta fazia ainda mais algumas exigências: "carregal-os com carboreto sufficiente de maneira que não aconteça apagarem se às 9 e meia e 10 horas da noite, accendel-os sempre que seja necessário, independentemente das noites de luar que a folhinha marque ou deixe de marcar porque tem-se dado o caso da lua aparecer muito tarde e a villa ficar mergulhada em profundas trevas durante bastante tempo".

Com "O Ideal" a espicaçar os brios dos Oliveirenses e perante tal dislate, ou deslize político, foi feita uma representação à Câmara. Com efeito, a decisão da venda de terreno do Passal foi a medida mais impopular, tomada pela Comissão Republicana "donelo facto do povo discordar em absoluto da deliberação aprovada por unanimidade em 23 de Janeiro, relativamente à venda, por proposta do vice-presidente, Manuel de Oliveira Mota, do terreno junto ao passal, que fora adquirido para ampliação do largo adjacente à avenida então em construção. Essa venda era considerada "evidentemente sob todos os pontos de vista, como opposta a prosperidade e engrandecimento desta terra, onde vivemos submetidos a umas mesmas leis, com igualdade de direitos e deveres e que todos veneramos n'um almejo anhelante de ver um dia prospera e engrandecida".

bibRIA

O baixo assinado falava ainda de "um concelho sempre desprezado da ventura e dos governos da detestável monarchia., mas orgulha-se de nunca ter sido desprezada pelos seus verdadeiros filhos", que procuravam, ainda que a espaços, arrancá-la "do aviltamento em que se acha prostrada e reabilita-la dos seus direitos". Com efeito, a construção da avenida enchia-os de orgulho e de brios, pois que, "embora projecto modesto, embelezaria a vila, tornando alegre o seu aspecto sombrio e triste".

Outras queixas apresentava a comissão: a última gerência da Câmara (constituída por José Filipe dos Reis, presidente, Manuel de Oliveira Mota, vice e tendo como vogais Joaquim Manuel Albuquerque, António Rodrigues Capucho e José Nunes e sendo administrador António Tavares de Araújo e Castro), havia implementado a iluminação pública a acetileno que entretanto a Comissão Republicana lançara ao desprezo, "como se esses flocos de luz bendita que nos illuminam n'estas noites tenebrosas de inverno fossem a causa do aviltamento e marasmo em que permanecemos". Nessa exposição, havia mesmo veladas ameaças de sublevação popular.

Se o documento estava assinado por 253 cidadãos, havia muitos mais que igualmente estavam em desacordo com tal medida, pedindo que a Comissão restituisse "o que de direito e justo pertence a este povo". O documento tinha a data de 24 de Fevereiro de 1911.

A Comissão considerou a carta escrita "em termos descorteses e impróprios de gente educada", mas, entretanto, decidiu receber uma representação, declarando que, embora estivesse disposta a ouvir os clamores do povo, "attender as suas justas reclamações", estava decidida a proceder com energia, todas as vezes que perigar a sua honra e dignidade e que não havia razões justas para a venda do terreno ser posta de lado... Apesar disso e à cautela, mandavam afixar listas por todas as comissões paroquiais e junto de todas as autoridades administrativas, durante 30 dias, para que as pessoas livremente se pudessem expressar a favor e contra...

bibRIA

Foi mesmo chamada a tropa, uma força militar de vinte homens armados, que, ao som do clarim, marcharam silenciosos a caminho da Praça da República, desembarcados na estação do caminho de ferro, a caminho dos Paços do Concelho. Por ordem do administrador, que era Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, duas sentinelas postaram-se de baionetas caladas a cada uma das portas da Câmara, ficando os restantes soldados de prevenção. É que, para além da representação, a Comissão temia que a população a impugnasse. Efectivamente, todo este aspecto bélico tinha algo de intimidatório e pretendiam os políticos da Câmara, "sob a ameaça de balas e baionetas que alguns cidadãos, republicanos de reconhecida probidade, affirmada em todos os actos da sua vida publica, fossem impugnar a Comissão Municipal, reclamando com cordura e justiça os seus direitos na defesa dos interesses d'esta villa".

Os nervos à flor de pele, a representação foi mal recebida e algo estava já decidido para surtir os efeitos pretendidos junto das autoridades: "um estranho affeito com a Câmara berrou insultos". Perante isso "tremulos pela indignação que lhes agitava as veias, antes que a sua exaltação os levasse a desancarem esses que protegidos pelas armas de vinte soldados,

escarneciam num riso alvar e zombeteiro da opiniao d'um povo honrado de defensor dos interesses do município, das leis e doutrina da República"...[4].

O anúncio da venda em hasta pública do terreno adquirido para a avenida, marcada para o dia 13 de Maio suscitou assim viva reacção, incluindo a do padre Joaquim Tavares de Araújo e Castro, pároco da Murtosa, mas filho de Oliveira, que, em carta datada de 16 de Fevereiro escrevia que "todos os meios são lícitos para defender a integridade do nosso torrao natal".

Outros protestos como os de António Simões, da Cabecinha, Joaquim Cardoso, do Repolão e Joaquim Ferreira da Cruz, foram surgindo e 253 pessoas assinaram a representação que foi apresentada à Comissão Distrital de Aveiro, depois da má recepção nos Paços do Concelho...

O próprio padre Acúrsio Correia da Silva se insurgiu contra a arrogância do poder e o poder das armas:

"A república sendo como é na verdade o governo do povo pelo povo como póde consentir que se estalem bayonetas tyranicas nas clamantes boccas do povo que protesta os seus direitos? Custou-me a accreditar" [5].

bibRIA

Esta ideia da avenida vinha na sequência de uma ideia lançada pelo administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro ou seu irmão, Joaquim, pároco da Murtosa, de se fazer um largo em frente da igreja matriz, mas "mais tarde foi resolvido que o dito largo fosse pela parte norte, prolongado em rua larga para o nascente até encontrar uma avenida que devia ser o alargamento do actual mercado". Esta ideia foi, de facto, muito bem aceite e teve o apoio dos quarenta maiores contribuintes do concelho.

Duas razões prevaleciam no fundo da atitude da Comissão Republicana: por um lado servir a construção mobiliária; por outro, o aterro do Passal custaria alguns milhares de carros de terra, mas o semanário "Echos

---

[4] *"O Ideal", de 11/2/1911.*
[5] *Idem, de 10/2/1911.*

do Vouga" erguia o pano do descontentamento. "Nesta questão se vê a política que devia ser posta de parte. Pois nem numa obra que é um grande benefício para Oliveira do Bairro chegarão a accordo os patriotas" - escrevia padre Abel Gomes da Conceição e Silva, que fazia parte da gerência camarária que lançara tal projecto. Assim, a venda significava rendimento para o Município. De resto, esta Comissão teve uma predilecção pela alienação de terrenos que lhe pertenciam, por exemplo no lugar do Regatinho em Oiã, no Rebolo, na Palhaça, no Porto de Malhapão, entre muitos outros.

Logo que fosse vendido o terreno, o dinheiro seria aplicado na construção das novas barracas no largo da feira mensal e na conclusão da avenida - argumentavam mais tarde os Republicanos. Mas havia também um problema: o terreno tinha sido adquirido por expropriação pública e, como tal, não podia ser vendido, somente por um decreto especial. Por isso, foi pedida autorização ao Governo Provisório para a sua alienação.

A Avenida Abílio Pereira Pinto não foi assim baptizada no seu difícil e polémico nascimento. Antes disso, chamaram-lhe Avenida Cândido dos Reis, espaço que nascera para ampliar o espaço da feira e do mercado que na vila se faziam na antiga Praça do Município, hoje Praça da República e para poente. Quem apadrinhou a ideia de mudança de nome foi Armando Esteves, de Oiã, então tenente do exército e presidente da Comissão Administrativa da Câmara.

bibRIA

Na reunião de 3 de Outubro de 1926 foi dado o nome de Rua Cândido dos Reis à sua principal que tinha começo na casa de D. Clara de Figueiredo e ia até à casa de Francisco Pataco Júnior, toponímia que ainda hoje se mantém.

Faziam parte do elenco camarário Joaquim Daniel Simões dos Santos, da Mamarrosa, e, José da Silva Pires, da Silveira.

Decorria a reunião deste órgão em 3 de Outubro de 1926, quando o autarca lançou a proposta: " a minha proposta tem em vista fazer justiça a quem de direito, pois foi o antigo presidente deste Município que deu início e

---

[6] *O tenente Armando Esteve, de Oiã, que inicialmente esteve com o regime de 28 de Maio, foi-se afastando de tal modo que isso custou-lhe a curta ascenção na carreira, atingindo apenas o posto de major. Mas já agora será curioso transcrever a posição política por ele*

concluiu a aludida avenida e que hoje desfrutamos. O doutor Abílio Pereira Pinto é falecido, por isso se apresenta este acto de justiça, um preito de homenagem à sua memória", o que foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Também foi Armando Esteves [6] que propôs que fosse construída "uma retrete nesta avenida, sendo ainda encarregado de escolher o local".

Se a obra dignificou o homem que se empenhou por uma obra que era "um projecto grandioso que só tem o defeito de ser grande demais para uma terra tão pequena", escrevia o semanário "Echos do Vouga" (edição de 5/12/1908) - o militar cometeu apenas um lapso. Não foi Dr. Abílio Pereira Pinto que acabou a obra, embora fosse responsável pelo seu início e negociação de terrenos (compras e expropriações). É que só em Novembro de 1910, era vistoriada a obra de construção do muro de suporte ou muro de vedação entre o passal do pároco e o terreno expropriado "para abrigamento do mercado semanal e feira mensal d'esta villa", [7], e o autarca já tinha falecido. Por sua vez, "Echos do Vouga" anunciava, na sua edição de 16/1/1909, que as obras da avenida lá iam sendo feitas nesta terra "que umas vezes temos vistos encalhada no rochedo dos interesses e outras singrando a custo num mar revolto em que se chocam as ondas da vaidade com as do comodismo".

bibRIA

Armando Esteves repunha assim a justiça que, de resto, esteve longe no funeral do patrono da avenida, que viera a falecer, de doença grave, em Novembro de 1908, na cidade do Porto. Apesar de um bom mandato... na passagem do seu cadáver que foi desembarcado na estação do caminho de

---

*assumida, na reunião da Câmara de 6 de Agosto de 1927 (ano em que chegou à Câmara o primeiro telefone) por motivo do Ministro do Interior ter exonerado o secretário da Câmara, Bernardo Alves da Silva. Indignado disse:*

*"A minha simpatia pela situação vós bem a sabeis. Muito antes do 28 de Maio, já eu trabalhava contra a política que então nos governava e da minha participação no 28 de Maio podem atestá-lo os oficiais das guarnições de Aveiro e Coimbra e dos mais distintos oficiais que presentemente são os sustentáculos da actual situação.*

*Quando do movimento de Fevereiro último, fui eu que dei o alerta em Aveiro (...) Eu encontrava-me nessa altura numa situação que me não obrigava a tomar parte em movimentos revolucionários, mas pus-me imediatamente do lado do Governo, apresentando-me no Quartel e acompanhando-me os primeiros oficiais que marcharam contra os revoltosos". Era por isso com grande mágoa que recebia o despacho do Ministro do Interior que dispensava os serviços de Bernardo Alves da Silva, como secretário, cargo que então foi ocupado por Cipriano António Ferreira Neto, do Troviscal.*

[7] *"Ideal", de 26/11/1910.*

ferro de Oliveira do Bairro, e depois atravessou a vila, em sinal de respeito, só a casa comercial de D. Albina Figueiredo encerrou as portas. Da Câmara nem um sinal. Nem uma bandeira deitada sobre o féretro. Era a ingratidão. Talvez porque todos quisessem ver construído depressa o mercado, mas, se não o acabara, foi por que lhe escasseavam os meios financeiros, segundo afirmou na oração fúnebre o seu conterrâneo, padre Abel Gomes da Conceição e Silva, de Barrô, que na reunião de 11 de Novembro propôs um voto de pesar pelo seu falecimento, o que mereceu a aprovação unânime.

bibRIA

## O ÚLTIMO BASTIÃO MONÁRQUICO

"Echos do Vouga", quando se dá a implantação da República, fica a constituir, ainda com mais azedume, o arauto das ideias monárquicas, ou seja, uma acerada voz da reacção que aproveita todas as fraquezas e deslizes da República para as caricaturar em prosa afiada, ou até em verso.

bibRIA

Este semanário que era publicado aos sábados, nasceu em Águeda, a 10 de Outubro de 1908. Era director António Augusto de Miranda e tinha a sua redacção e administração na Rua Luis de Camões. Tinha como responsável por estas secções Henrique Mendes Pires. Embora não o declarasse no cabeçalho, era um órgão afecto à Monarquia e ao Partido Progressista.

Em 22 de Janeiro de 1910, assumiu a direcção o padre José Nunes Matias, de Fermentelos e, em 6 de Agosto do mesmo ano, é redactor e administrador o padre Abel da Conceição. A 10 de Setembro "Echos do Vouga" tem tipografia própria, a Typographia "Echos do Vouga", sediada em Oiã. A tipografia produzia todos os trabalhos, executando impressos para todas as repartições públicas, timbrava-se papel (envelopes a 1$500 réis o milheiro), facturas, mapas, circulares, projectos, cartas de aviso, convites, memorandos, cartas fúnebres, etiquetas, rótulos para farmácia, livros, jornais, relatórios, diplomas, menus e bilhetes de visita em cartão branco e de luto.

O número 101 foi já ali impresso, por isso a hora era de júbilo:

"Até que enfim funccciona a nossa machina! a potente alavanca do

progresso ao contrário de outras que sao uns endiabrados canhões que so vomitam pelas bocas desdentadas e podres mentiras, erros, injurias e calumnias!".

Padre Abel confiava na arma que tinha, o jornal a que associou outra de divulgar pujança, "a machina typographica boa que dentro de breve tempo vae começar a metralhar valentemente todos os intolerantes e facciosos, todos os inimigos de Deus e da Patria e pugnar intrepidamente por todas as verdadeiras liberdades" [1].

Neste mesmo número padre Abel da Conceição traçava as grandes linhas - a defesa dos valores católicos e monárquicos: "tu tens de ir ao campo contrário a combater contra os inimigos que surgem de todos os lados arrogantes e brutaes!". E, mais adiante, sem medo ou ambiguidades: "Por Deus e pela Patria é a divisa dos "Echos do Vouga" que hoje começam as disparar com metralhadora e polvora suas..."

A Monarquia estava em perigo e "Echos do Vouga", a um mês da República, delimitava a sua trincheira, porque os seus responsáveis, padre Abel da Conceição e padre José Nunes Matias, entendiam que era lícito à Monarquia "defender-se dos seus inumeros inimigos". Nao eram os Teixeiristas, os progressistas, os regeneradores liberais, os nacionalistas, mas, sim "os republicanos, os do registo civil ou junta liberal". Enfim, "sao portanto estes os reaccionarios que combatem a monarchia. Sao estes o reaccionarios, dos quaes o Rei tem de se defender. O perigo está nestes e nao naqueles", porque "os tiros mal certeiros da demagogia infrene sao contra o Throno e o altar..."

O número 107, saído com data de 22 de Outubro de 1910, anuncia a sua mudança de Águeda para Oiã, onde passou a ter os serviços de Redacção e administração e outras alterações se verificam: passa a considerar-se como semanário católico e o padre Abel da Conceição passa a ser o seu director, (normalmente assinava sob o pseudónimo de Zé Ninguém).

No número seguinte assume a administração o coadjutor de Oiã, padre Serafim Dias Ferreira, também de Barrô, terra natural do director.

Ao longo da sua curta vida (o último número tem a data de 30 de

---

[1] *"Echos do Vouga", 13 de Agosto de 1910*

Anno 3.º — OY[illegible] — Sabbado, 23 de Setembro de 1911 — N.º 153

(AVENÇA)

Redacção e administração
Oliveira do Bairro
OYAN

# Echos do Vouga

Propriedade da empreza dos "ECHOS DO VOUGA,,

EDITOR—P.e Seraphim Dias Ferreira — SEMANARIO CATHOLICO — DIRECTOR—P.e Abel da Conceição

ASSIGNATURAS

Brasil, anno (moeda forte) . . . . 1$500 reis
Africa, anno . . . . . 1$200 »
Continente, cada semestre . . . . 500 »

*Composto e impresso na typographia*
ECHOS DO VOUGA
Oliveira do Bairro—OYAN

ANNUNCIOS

Cada linha . . . . . 20 reis
Repetições . . . . . 10 »

## ) clero e a lei de separação

E' bem certo que as más ixões obsecam os mais eilha( s espiritos, prejucando a causa que se prende defender.

O sr. dr. Affonso Costa ejudicou mais a causa reublicana do que todos os nspiradores, e se mais mpo se demorava no poer estrangulava a republi em poucos dias. Elle, só or si, creou uma legião de imigos, que nunca podem nar a republica.

Como podem o clero e os tholicos amar uma instição, que calcou os mais tro da justiça uma portaria pedindo aos Prelados, que lhe enviem com a possivel brevidade um plano racional das disciplinas que julguem indispensaveis para o estudo de Theologia.

Para que se cança o sr. ministro da justiça?

Depois do solemne disparate, que sorri dos seus labios rosados, affirmando que a lei de separação estava em harmonia com as leis canonicas, para que lhe quer deitar mais tombas?

A lei ha de cair toda, fatalmente, como cae uma

## Coisas & Loisas

O sr. José Caldas no «Mundo»:

A obra do sr. Affonso Costa, como reformador, é luminosa, immensa.

Não ha duvida. E' tão luminosa que até cega, tão immensa, que cabe em Portugal.

*

O sr. Alfredo de Magalhães:

O paiz estava nas mãos do estrangeiro e agora necessario se torna que seja portuguez.

Se elle estava nas mãos do estrangeiro não sei, nem isso importa, porque já passou; mas o que é verdade é que quem manda são os estrangeiros.

## Illusões e realidade

Pensa bem ó povo ingenuo,
Não te deixes illudir;
Ha certa classe de gente
Que não diz nunca o que sente,
Porque só sabe mentir.

Mente sempre como um pêrro
Com palavras retumbantes;
E em vez de promessas serias
Impinge-te duas lérias,
Fica tudo como d'antes.

A tua cara republica
Dava pão, azeite e tudo;
Carne, vinho e batatas,
Todas as coisas baratas,
Dinheiro por um canudo.

E vae agora não sei
Como isto aconteceu:
Em vez de *pão* dá-nos *pau*,
*Castanhas*, tudo o que é mau,
Coisas, que bradam ao ceu!

E a culpa de tudo isto,
Nota bem, sou eu que o digo,
E' o *polvo nacional*
Que chupa o bom Portugal
Como se elle fôra um figo.

Tu és o figo docinho
Chupou-te a monarchia,
A republica tambem,
Deixando-te sem vintem,
Senhor da noite e do dia.

E tu has-de trabalhar,
Gemer sempre como um cão,
As tuas dôres chorando!
A ventura virá quando
Houver governo christão.

**Pancracio.**

DIGITAL

225

15

Setembro de 1911) - e terá concorrido para a sua morte a prisão tanto do director como do administrador, - para além dos responsáveis, colaboraram nas suas páginas Celestino Neto, Pepino Rodrigues (António Rodrigues Pepino), de Fermentelos, com imensos versos, padre Joaquim Ferreira Maneta e António Barata. Porém, quem mais escrevia era o padre Acúrsio Correia da Silva, assinando com o próprio nome, ora sob o pseudónimo de Arnillo, e talvez mesmo Antelvina, multiplicando-se em rubricas como, "Pennadas ligeiras". Nesta mesma época escrevia ele também para outro semanário de sinal contrário, "O Ideal", com quem, de resto, o "Echos do Vouga" travou grandes polémicas pela pena do padre Joaquim Ferreira Maneta.

Polémicas houve também com a "Independência de Águeda", que de monárquico passara com Dr. Eugénio Ribeiro para a barricada da República. Pela "Independência" foi mesmo processado e levado a tribunal por via "de um dos muitos artigos subordinados à rubrica "Velhos Turcos", da autarquia de Celestins Neto (Rogério).

Já em Oiã, "Echos do Vouga" sofreu um atentado, o que motivou que o semanário não saísse na semana de 7 de Janeiro de 1911. É que o "typo por causa do estridor da bomba, misturou-se e foi necessário tempo para o collocar nos seus lugares", escrevia o seu director em 14 de Janeiro, e afirmava que não se admirava muito do caso, uma vez que em Lisboa os jornais monárquicos haviam sido "assaltados pela população infrene e tudo havia sido destruído pelos novos barbaros do ocidente..." Todavia, a "Independência de Águeda"fazia outra leitura: "De tudo se escreve. Agora lançam à falta de melhor argumento: como as assinaturas faltassem e como de toda a parte se erguesse um côro de apostrophes sagradas contra a aquella obra jesuitica de traição e embuste, de pronto, resolveram o caso: Elles mesmos fabricaram uma bomba de dinamite sem acção destruidora e pela calada da noite na redacção do jornal a lançaram mysteriosamente".

Como quer que seja, a bomba explodia no dia 4 de Janeiro à uma hora e meia da madrugada, na redacção, onde os assaltantes lançaram ainda fogo às portas, depois de regadas com petróleo, mas aí os prejuízos foram de pouca monta, incidiram mais nas caixas dos tipos.

Em manifesto ao país e à imprensa, os responsáveis desafiavam então tudo e todos: "podem destruir-nos a machina e o material typographico,

biblRIA

podem roubar-nos a vida mas ha um bem que nunca nos roubarao: é a nossa fé". O manifesto tinha a data de "Oyan 7 de Janeiro de 1911".

Tinham, de certo modo, aceite as novas instituições, mas isso não significava que aceitavam todas as medidas promulgadas pelo governo... "Isso vae uma grande distancia" "somos homens de principios" e acreditavam que "uma republica justa, honesta, christã, podia fazer fortuna na nossa querida patria: mas com a que esta ahi... so agouramos dias tristes, dias de miseria e de luto, também uma grande catastrophe nacional".

Logo após a proclamação da República, na edição de 8/10/1910, ao festejar o 3º aniversário, padre Abel da Conceição estava convicto que era necessário "sustentar o jornal que ha de ser o agente da verdade contra o erro da luz contra as trevas". A religião e a Pátria estavam para "Echos do Vouga" acima de tudo. De resto, a escola cristã para ele e para muitos outros era a única capaz de estabelecer a ordem na sociedade e fomentar o desenvolvimento das riquezas públicas, fazendo esquecer ressentimentos e fazendo com que todos trabalhassem para bem da Pátria.

Contudo, nem todos assim entendiam: mesmo os padres (alguns tocados pelas ideias republicanas desistiam mesmo da sua assinatura e um ou outro denunciava aos cabecilhas republicanos a doutrina dos sermões do padres monárquicos como aconteceu com um sermão do padre José Matias de Fermentelos na igreja de Oiã que, mais tarde, havia, por via disso, ser escalpelizado pelo Dr. António Breda.

bibRIA

bibRIA

## ATENTADO DA PONTE DO PANO

O concelho de Oliveira do Bairro pode dizer-se que foi no geral,um pouco relapso à instauração da República. Não só pelas ideias monárquicas que ainda imperavam, graças à grande influência de algum clero e de alguns caciques, mas também pelas medidas anti-religiosas tomadas pelo governo, pelas perseguições movidas contra os jesuítas, ao mesmo tempo que alguns padres eram presos.

bibRIA

"Conspira-se. N'este concelho conspira-se e os conspiradores devem ser uns miseráveis bandidos mais perigosos que os selvagens, a julgar pelos processos infamissimos com que attentam contra a vida de pacificos cidadãos", escrevia "O Ideal", na sua edição de 7 de Outubro de 1911, na sequência de dois atentados: um na Ponte do Pano e outro próximo da estação de Oliveira do Bairro. Ocorreram no dia 1 de Outubro.

Nem todos os jornais, especialmente os monárquicos ou os que não confessavam simpatias pelas novas ideias, veicularam notícia desenvolvida, - como que passaram uma esponja de silêncio e cumplicidade. No entanto, "O Ideal", com armas e bagagens na outra barricada, não perdeu tempo, embora a notícia fosse também pouco pormenorizada. No fundo, havia como que uma cortina de comuns receios... De qualquer modo, foi assim que a notícia saiu em letra de forma:

"Na tarde de sábado último, mãos criminosas desaparafusaram os rails do caminho de ferro, n'uma extensão de 10 metros junto à ponte de ferro próximo da estação d'esta villa, no intuito de fazerem descarrilar o rápido ao mesmo tempo que pretenderam também fazer ir pelos ares sob a

acção poderosa da dynamite a Ponte do Pannc à passagem do mesmo comboio".

E rematava o jornalista:

"Felizmente, ambos os attentados falharam. O primeiro foi descoberto alguns minutos antes da passagem do rápido. O segundo não teve consequências por as cinco bombas serem mal collocadas". O comboio transportava tropas republicanas para o Norte que iam combater os monárquicos, quando da primeira invasão couceirista...

Aqueles atentados obedeciam certamente a um plano mais vasto de comum estratégia com os conspiradores do norte. Propalava-se a incursão de Paiva Couceiro pela fronteira norte. Um "complot" fora descoberto então no Porto. Ou mesmo com os que andavam na fronteira, tentando a invasão, comandados por Paiva Couceiro. No Douro era aprisionada uma embarcação com armas. Em Santo Tirso e Felgueiras, as manifestações a favor da Monarquia tinham algum significado e peso. Entretanto, eram presos alguns conspiradores que se haviam refugiado no Palácio de Cristal.

Os comboios transportavam tropas, mas não é isso que refere "O Ideal":

bibRIA

"Como em muitas partes existe um núcleo de quadrilheiros que se entendiam com o complot ultimamente descoberto no Porto". É que no mesmo dia e praticamente em simultâneo foram cortadas as linhas férreas em Pombal, Pedrogão Grande, de modo a criar a instabilidade e a confusão e permitir a invasão. Isso só mostrava que nem o concelho de Oliveira do Bairro nem tão pouco o país estavam tão republicanisados como seria para desejar e, "para este indifferentismo, que se alastrava "assustadoramente, algo tem contribuido: a má orientação que se tem imprimido aos negócios publicos". Talvez se o governo provisório "ao assumir as rédeas do poder, tivesse feito mais administração do que política, quer-nos parecer que o paíz a estas horas, estaria muito mais identificado com a república" [1].

Por outro lado, algumas medidas tomadas relativamente aos párocos quanto às côngruas, logo se anunciaram explosivas e merecedoras de largas críticas por parte da Igreja que se via despojada de algumas regalias e hábitos.

Se os atentados falharam, não demoraram a cair nas redes das forças

[1] *"O Ideal", de 28 de Outubro de 1911*

policiais alguns dos implicados. No número encontrava-se um jovem de 16 anos, estudante, de Oliveira do Bairro, José de Sousa Maia - "um bom rapaz, um pobre diabo".

Alguns tinham sido presos a 7 de Outubro de 1911. O grupo de conspiradores de Oiã, com padre Abel da Conceição na primeira linha, era constituído por: João da Silva Pereira, ex-tipógrafo; as criadas do padre Abel, Maria Rosa de Jesus e Umbelina Rita de Jesus. Todos seguiram para Lisboa juntamente com mais trinta correligionários, guardados por uma força de 70 voluntários de Aveiro.

*Pe. Abel da Conceição*

Curiosamente "O Ideal" pugnava pela libertação do jovem José de Sousa Maia "que nos merece algumas palavras de compaixão, porque elle, talvez innocente, na cella incommunicável de uma prisão, se contorce no mais aflictivo desespero, n'esse desespero que deve experimentar todo aquelle que soffre por um crime commetido por outro..." (2)

Entretanto, o semanário anunciava para breve novas prisões (o padre Francisco Massadas, pároco de Nariz era preso no dia 8 e o "Democrata" de 13/10/1911, veiculando notícias da Palhaça, considerava-o "conhecido reaccionário e frequentador das reuniões de Oyã) e desejava-lhe "uma viagem idêntica à do fumo". Corria ainda o rumor de que havia sido preso também Armando Albuquerque, que há oito anos era soldado do Ultramar e que o jornal considerava "republicano de quatro costados e livre pensador". (Livre pensador, ou não, padre Acúrsio Correia da Silva chamava-lhe o Rocambole).

*Pe. Joaquim Ferreira Maneta*

(2) *"O Ideal", de 17/10/1911.*

biblRIA

Tal rumor causou algum espanto, mas a verdade é que não foi apenas rumor. Fora mesmo preso no dia 4 de Outubro, como conspirador, na ocasião, imagine-se, em que se apresentava no quartel a fim de se colocar à disposição do Governo para marchar para a fronteira para combater os conspiradores que da Galiza tentassem entrar.

Remetido para Aveiro, esteve encarcerado no convento das Carmelitas, durante 10 dias, sendo, entretanto, considerado inocente e solto.

Nesta altura, as denúncias e vinganças eram moeda forte. "O Ideal" concluía assim: "Está provado que a sua detenção foi requisitada d'aqui: talvez quem sabe? Se a pedido d'um cára para beijar penicos que vimos cumprimentar o nosso bom Armando n'um abraço de Judas".

Por suspeita, envolvência ou por simples denúncia ou vingança, na semana seguinte eram efectuadas mais prisões: O visconde de Bustos e o seu empregado Manuel Alla, Manuel Esteves Alexandrino, sacristão da igreja de Oiã, Manuel Loureiro, de Perrães, que é dado como o construtor das cinco bombas (caseiras) e Ana Esteves Alexandrino que era casada com o tipógrafo João da Silva Pereira e o padre Manuel Ferreira Maneta, da vila de Oliveira do Bairro.

bibRIA

Igualmente era preso o pároco de Sangalhos, padre António Ferreira Rocha Branco. Melhor sorte tinha entretanto o professor de Perrães, Manuel de Almeida Andrade, que constava ter sido acusado por Albano Ferreira Pinto Coelho, da Piedade, - era solto.

De Albano Pinto Coelho (que havia sido no tempo da Monarquia médico do partido em Oliveira do Bairro) se queixava também nos primeiros dias de Novembro de 1911 outro preso, Manuel Esteves Alexandrino, de Oiã. (Carta para "O Ideal" datada de 7). Fora preso, por oito dias, mas abstinha-se de mencionar o crime de que fora acusado "por tão repugnante que é", ele que era um simples agricultor e que nem eleitor era...". "Mas que mal podia eu querer à República, se apezar de rude agricultor não sentia paixão pela monarquia?". Mas Albano Pinto Coelho levara testemunhas da Piedade para deporem em Oliveira do Bairro contra ele e fora assim bater com as costas na prisão.

Passados dias, de Aveiro partiram, de uma só vez, rumo a Caxias, Reduto Norte, nada menos do que 33 presumíveis conspiradores. Esta leva

Tribunal Militar de Coimbra

Serviço da Republica

N.º 316

Rogo a V.ª Ex.ª se digne mandar capturar, e enviar para a Penitenciaria d'esta cidade, João da Silva Pereira e Padre Abel Gomes da Conceição Silva, domiciliados em Oyã, d'esse concelho, contra os quaes corre um processo perante este Tribunal.

Saude e Fraternidade

Ex.mo Senhor Administrador do Concelho de Oliveira do Bairro

Tribunal Militar de Coimbra 18 de outubro de 1912.

O Promotor

[illegible]

Cumprido em 21-8bro-912

bibRIA

incluía o padre Abel, as criadas, mãe e filha, Maria Rosa de Jesus e Umbelina de Jesus, Manuel Rodrigues Sereno, o estudante José Augusto de Sousa Maia e o tipógrafo do semanário "Echos do Vouga", João da Silva Pereira, o padre António Seabra da Mota, pároco de Avelãs de Caminho que ia registando os tormentos em inúmeros sonetos, e o pai do escritor Mário Gaio, Mário da Silva Gaio. Também um pobre carteiro do Raivo (Águeda) e o padre Manuel Ferreira, do Paraimo, Sangalhos.

Do Porto chegavam também duas grandes levas de presos, em dois navios, que mais concorreram para a superlotação da *Cova da Onça*, onde a maioria não sabia uma razão válida para sê-lo. As razões invocadas eram quase ridículas e nulas as provas. Muitos dos presos políticos possuíam notas do género da que coube ao Dr. Fernão Côrte Real que fora incriminado por três motivos simples: ser afilhado do Dr. Albano de Mello; ter sido um dos oradores do comício da Fogueira e ser amigo de pessoas em evidência em Águeda suspeitos de monarquismo... Todavia, não seria este o "crime" do padre Abel que com cinquenta anos de idade (nasceu em 10/4/1861) se batia sem tibiezas por ideais que julgava justos e bons para o povo. Ele tinha atrás de si o rasto das cinco bombas colocadas na ponte do caminho de ferro, no Pano...

bibRIA

Entretanto, os carris das acusações infundadas e das intrigas remetiam de Aveiro para Caxias outros supostos coniventes com o levantamento do Porto ou ligados ao complot de Aveiro: Padre João Francisco Moreira, "o João das Barracas actual prior da Mamarrosa, acérrimo progressista, várias vezes presidente da Junta, teve que responder no Tribunal de Anaida pelo facto de há dias fazer uso da língua que é dannada, contra os republicanos" , assim rezava "O Democrata" de 23/12/1910. Mas, a propósito da sua prisão, o mesmo semanário escrevia em 13/10/1911: ..."preso por suposta conspiração e posto em liberdade, regressa à Palhaça". E, mostrando o anti-clericalismo reinante, ia mais além nas considerações: "A Palhaça... tem de o vigiar como fera terrível e vergastá-lo, sem dó, ao primeiro movimento reaccionário. É preciso seguirem-lhe todos os passos, todas as palavras, todos os seus rancorosos movimentos (...) canga para cima dele".

António Caiado e Armando Simões Gapo, da Mamarrosa; visconde de Bustos, (preso no dia 10 de Outubro de 1911, - era considerado o chefe de Partido Progressista do concelho), Manuel Matos Alla, Constantino

Nogueira da Silva, António dos Santos Barroco, Manuel Francisco Ferreira e Herculano da Silva, de Bustos; padre Joaquim Ferreira Maneta e padre José Rodrigues de Almeida, de Oliveira do Bairro; prior de Sangalhos, António Ferreira da Rocha Branco e prior de Nariz, Francisco Massadas; Manuel Rodrigues Loureiro, de Perrães e prior de Óis da Ribeira, José Bernardino dos Santos; padre José Marques de Castilho, de Aveiro e padre António Vieira, da Oliveirinha, davam também entrada nos terríveis calabouços bem como Delmira da Costa, Joaquim de Mello Pinto Leitão, Albano de Matos Alla e Joaquim Pinheiro de Aguiar, todos de Águeda.

O inferno havia de começar mais vivo à porta da estação de Campolide onde "uma multidão infrene, arruaceira e miserável, vociferava toda a espécie de insultos, sendo os mais benignos - malandros, talassas e traidores!". Segundo escreveu Fernão Côrte Real, de Águeda, preso no dia 3 de Outubro de 1910, que produziu o livro "Vida debaixo da terra" em que cada página escorre o sangue e o tormento, mas também a coragem e a ombridade dos presos que eram tratados de forma brutal, nas masmorras, infectas e imundas, onde pontificavam as torturas, as ofensas, a fome, o frio e os bichos sem conta.

bibRIA

O padre Abel era dos que seguia mais sorumbático e pensativo, lábios cerrados, olhar murcho, mas onde se lia toda uma surda revolta, trajando um grosso casacão de montanhaque castanho de gola alta a esconder-lhe a falta de cabeção e na cabeça "um pavoroso chapéu de palha negro, de vastas abas derreadas pelo sol das vindimas ao fim de cuja faina fora apanhado na sua parochia" [3].

Além dos insultos houve espancamentos. O primeiro a sair de uma das salas da estação, com destino às viaturas celulares e a ser batido foi o padre Abel e, não contentes com toda a enxurrada de insultos, a turbamulta, onde pontificavam os vadios, os mendigos, os republicanos da última hora, arremessou-lhe um pedaço de bandeira com cores da república que queriam à viva força ele beijasse, o que ele, coerentemente, recusou. O que aconteceu com ele, aconteceu um pouco com todos os outros. Enquanto isso, a força que foi de Aveiro e os havia de proteger, tudo permitia, rindo. Depois, entre Campolide e Caxias, engaiolados em três carruagens, viveram horas de

[3] *"Vida debaixo da terra", página 35, de Fernão Côrte Real*

angústia e medo com os populares a fazerem ameaças de bombas e tendo mesmo tentado voltar as viaturas.

De prisão em prisão, baixaram a uma "masmorra, fundíssima, infecta e lôbrega". Um dos primeiros da leva de Aveiro que a foi habitar foi justamente o prior de Oiã que, à medida que iam chegando outros, os recebiam com vivas, palmas e velas acesas. Era tão medonha que logo a baptizaram de Cova da Onça. Era habitada por baratas, aranhas, percevejos, centopeias, bichos-conchos, traças. As seteiras empurravam para dentro o frio e os uivos, chovia nas camas. Era a Fraternidade e Igualdade proclamadas pela República...

A pão, água e feijão, os detidos sofreram tratos de judiaria e mais se revoltaram porque, ao fim de 60 dias, continuavam presos sem culpa formada e não havia maneira de aparecer o juiz. Todos se interrogavam onde estaria o juiz Costa Gonçalves que torturava, de modo inquisitorial, os prisioneiros, fazendo tudo para arrancar-lhes confissões pela força, brandindo ameaças e possíveis flagelos. Por exemplo, o estudante José Augusto de Sousa Maia foi interrogado durante sete horas, penosamente, de tal modo que veio a lançar um vómito de sangue, ele que, estudante, era passeante da linha férrea (segundo a memória de alguns andava apenas aos ninhos). O que o magistrado Costa Gonçalves queria era obter confissões, as mais espectaculares.

biblRIA

Padre Joaquim Ferreira Maneta foi obrigado a dormir em tábuas do chão do convento das carmelitas, embrulhado apenas no seu varino.Mesmo assim era constantemente desassossegado pelo magistrado impiedoso com ameaças sobre os progenitores: ou confessava ou ele mandava aplicar a seus pais as mesmas penas que lhe tinha feito sofrer a si. "Lembre-se que nas minhas mãos está esse direito..." de algoz e verdugo ao serviço do regime que proclamava a fraternidade e a igualdade. [4].

Melhor sorte teve o padre Manuel Costa, de A-dos-Ferreiros, capelão em Águas, Boas. Ao cheirar a pérfida pólvora, agarrou na escopeta e atirou-se aos montes, não deixando rastro até que passou a febre de meter dentro os supostos criminosos.

Os presos também se questionavam sobre a indiferença das gentes

---

[4] *"Vida debaixo da Terra", página 149.*

de Aveiro perante os presos, "onde, em geral, nenhum facto foi perpretado que denunciasse a menor collaboração no movimento contra revolucionário de 29 de Setembro havido no Porto". Dos poucos que se levantaram contra tais prisões discricionárias e sem culpa formada foi Paulo Cancella de Abreu, então advogado em Lisboa. De resto, era o silêncio quase cúmplice.

Fosse por isto ou por outra razão, muitos presos sobretudo do concelho de Águeda eram postos em liberdade, na manhã fria do dia 7 de Dezembro de 1911, naturalmente a contragosto do administrador do concelho, Eugénio Ribeiro, culpado pela onda de prisões efectuadas.

Era tempo de denúncia e de vingança pessoal. Passado um mês dos atentados perpetrados não só em Oliveira do Bairro, como um pouco pelo país fora e sobretudo pelo norte, eram já cerca de dois mil a pessoas encarceradas como conspiradores em cadeias que não tinham o mínimo de condições. Eram as ditas enxovias. Os políticos começaram a ter sensação de que havia muita injustiça. João Chagas em entrevista a jornalista estrangeiro calculava que estivessem encarcerados cerca de setecentos inocentes. A propósito, escrevia a Capital: "Ha presos só porque a cobardia os segredou culpados ao ouvido da polícia! Ha innocentes arrancados à família e ao trabalho que gemem nas masmorras de um forte, só porque a má fé da denúncia foi acolhida com alvoroçada alegria por aqueles que deviam escorraçar os delactores atascadas n'uma eterna vileza!"

bibRIA

Era o caso de muitos presumíveis conspiradores do concelho de Oliveira do Bairro que iam sendo soltos à medida que ia sendo provada a sua inocência e a sua pouca importância nos acontecimentos.

No dia 20 de Janeiro saía dos calabouços o padre Júlio Rodrigues da Silva Veiga, coadjutor da freguesia de Sangalhos, no fim de uma detenção por três meses. Das prisões de Aveiro onde estiveram como presumíveis conspiradores, por mais de 100 dias, eram soltos Joaquim Pinheiro de Aguiar e padre Francisco Massadas, pároco na freguesia de Nariz.

Também por nada se provar contra eles, foram soltos o visconde de Bustos, o padre José de Castilho, de Águeda, padre José Martins de Barros, da Mourisca do Vouga e padre José Tavares da Silva, de Travassô.

Também por nenhuma responsabilidade ter sido provada na investigação de que esteve encarregado o Dr. Gonçalves Costa, foram postos em liberdade alguns cidadãos da freguesia da Mamarrosa: professor

Constantino Nogueira da Silva, padre João Francisco Moreira, pároco; Armando Simões Gapo, Manuel Francisco Ferreira, de Bustos e António dos Santos Barroco, do Sobreiro, em meados de Janeiro.

Na edição de 6 de Maio de 1911, "Echos do Vouga" anunciava a libertação de António de Mello (o Toy), irmão do Conde de Águeda, Alberto Henriques, feitor da Quinta da Aguieira, e o Padre Óscar Aguiar - "soltos por não se encontrarem motivos de manter a prisão".

Por mais tempo esteve detido José de Sousa Maia (cinco meses no Alto do Duque), quando "nenhuma prova o acusava nem tão pouco à sua envergadura moral de republicano aderiu o labeu infame de conspirador com que a calúnia o pretendia manchar e perder..."[5].

Entre meados de Outubro e meados de Dezembro de 1911 seguiu-se de certo modo alguma acalmia e eram postos em liberdade os padres, que haviam dado entrada na cadeia das Carmelitas: José Dias Ferreira, de Paradela, e seu sobrinho, José Dias Ferreira Júnior.

Entretanto, em Lisboa, de forte do Caxias para o Alto do Duque eram transferidos o padre Joaquim Ferreira Maneta, Manuel Alla e Manuel Rodrigues Loureiro que, de resto, haviam passado também pelas Carmelitas, em Aveiro.

bibRIA

Ao Limoeiro recolhiam José Augusto de Sousa Maia a favor de quem se pronunciara "O Ideal" mas em vão (quando estava detido nas Carmelitas aí adoecera gravemente, tendo sido transferido para a enfermaria, mas à disposição do juiz encarregado dos processos dos conspiradores [6].

Os últimos a voltarem à liberdade foram o padre Abel da Conceição, prior de Oiã, o padre Joaquim Ferreira Maneta, coadjutor da freguesia de Oliveira do Bairro; (o primeiro, condenado a 6 anos de prisão maior celular ou 10 anos de degredo e o segundo, condenado a 3 anos de prisão maior celular ou 6 anos de degredo) João da Silva Pereira, tipógrafo, de Oiã, [7] e Manuel de Matos Ala, de Bustos, que haviam sido condenados pelo Tribunal da Relação de Lisboa, de conspirar contra as instituições republicanas e presos como autores de crime de rebelião. No entanto, o mesmo tribunal

---

[5] *"O Ideal", de 2 de Março de 1912.*

[6] *Idem, de 13/1/1912*

[7] *Pe. Abel e João da Silva Pereira voltaram a ser detidos em 21 de Outubro de 1912 por ordens do Tribunal militar de Coimbra.*

alterou o primeiro despacho de pronúncia quanto à classificação do delito, sendo apenas pronunciados pelo crime de conjuração, com admissão de fiança, que fora fixada na quantia de três contos para cada um dos arguidos, o que para a época era bastante pesado, sobretudo para o ex-tipógrafo, no entanto, a decisão permitiu-lhes, depois de prestada as necessárias fianças, voltar a sua casa.

Embora se tivesse instalado algum receio, por via destes atentados e da agitação em vários pontos do país, o certo é que as festas comemorativas do 1° aniversário da República se fizeram.

Na Palhaça, a filarmónica local, a convite da Comissão Paroquial Administrativa e de outros amigos do novo regime, no dia 7, percorreu as ruas da freguesia. Na frente a bandeira nacional, oferecida por Domingos Julião.

Para além da banda tocar a Portuguesa e serem gritados vivas a Afonso Costa, à Pátria e ao exército republicano, foi distribuido um bodo aos pobres da freguesia, em número de 46, que constou de meio kilo de carne de boi, um litro de vinho e um pão, que "os pobres receberam muito comovidos e agradeceram tão generosa acção que só esta corporação administrativa se lembrou, enquanto outras só pensaram na sua barriga".

bibRIA

Por sua vez, em Oliveira do Bairro, onde "a República de dia para dia está-se arreigando profundamente nos corações dos humildes habitantes", segundo, "O Ideal" [8] a população não deixou passar despercebida aquela data, aderindo à iniciativa da "sociedade filarmónica desta villa - esse punhado de briosos rapazes quizeram naquele dia render à República o culto da sua dedicação, a homenagem sincera do seu patriotismo". Mas mais: houve na vila alvorada com foguetes e hinos - a Portuguesa era executada pelas ruas da vila. E, de tarde, na sede da filarmónica, que estava bem ornamentada, "um jantar de 40 talheres, que correu animadíssimo". Não faltaram os elogios aos promotores da festa e de exultação da obra renovadora da República.

Na hora dos discursos, usou da palavra José Filipe dos Reis (o último dos presidentes das Câmaras Monárquicas) "um velho patriota, cheio de

---

[8] *"O Ideal", 7/10/1910.*

entusiasmo pela República e num brado de indignação censura os conspiradores que pretendem implantar o regime detestável da ladroeira".

Seguiram-se Heitor Reis e José Diogo, respectivamente administrador e director de "O Ideal", que atacou a família real - "esse polvo voraz insaciável de ouro desperdiçado em orgias, regabofes, passeiatas e recepções enquanto os humildes cá em baixo, no eterno revolver do solo, lhes pagavam sabe Deus à custa de tanta lágrima e sangue esgotado no duro trabalho...". Insurgiu-se contra os conspiradores e achou "justas as prisões que se tem feito, não se tem de lamentar". No entanto, não deixava de fazer um apelo: "sejam todos bons e tollerantes, observe-se a Liberdade, a Egualdade e Fraternidade no seio do Povo Português".

bibRIA

## O. DO BAIRRO E A TRAULITÂNIA

Oliveira do Bairro, embora não constituísse um seguro chão republicano, mas mercê da sua localização e de um homem cheio de ideais, Dr. António da Costa Ferreira, que na guerra da Traulitânia prestou magníficos serviços não só como agente de informação, conseguindo obter notícias e guias, antes, durante e depois do combate, mas também como comandante de um batalhão de voluntários recrutados nos concelhos de Oliveira do Bairro e Águeda, acabou por desempenhar um papel importante na definitiva consolidação do novo regime e na vitória alcançada em Águeda contra os couceiristas.

biblRIA

Foram dias de desusado e torrencial movimento nas ruas e estação de Oliveira do Bairro, onde desembarcaram centenas de homens e máquinas de guerra.

Em 26 de Janeiro de 1919 as forças fiéis a Paiva Couceiro desciam do Porto onde se tinha dado um levantamento vitorioso em direcção a Aveiro, divididas em duas colunas - uma por Espinho, Ovar, Estarreja e Angeja sobre Aveiro e a outra por Oliveira de Azeméis, Pinheiro de Bemposta, Albergaria-a-Velha, passando por Águeda e marchando então sobre Coimbra.

As coisas começaram por correr-lhes bem, de tal modo que corria o precipitado rumor de que, no dia seguinte, iam almoçar a Aveiro, depois de correrem a pontapé as tropas de Águeda.

As forças de Aveiro tinham guarnecido a margem sul do rio Vouga até à ponte de Eirol e tinham destacado uma pequena força para Albergaria-a-Velha, ocupando-a, de forma a cobrir o caminho de Águeda e evitando ao

mesmo tempo que as tropas insurrectas envolvessem a cidade de José Estêvão. Esse pequeno destacamento foi, no entanto, atacado pelos revoltosos e obrigado a retirar, o que permitiu desguarnecer a ponte de Lamas sobre o Vouga e deixar o caminho aberto para Coimbra.

Na Mourisca foi mesmo proclamada a Monarquia. Uns içaram a bandeira e outros repicaram o sino da torre. A bandeira fora feita a partir de alguns metros de pano azul e branco que um aspirante de cavalaria 9 fora comprar à loja de Bernardino Duarte que acabou por ser incomodado, mais tarde, bem como o filho, quando, na verdade, tinha o estabelecimento encerrado conforme as regras estabelecidas do descanso semanal. Era preso, 39 dias após chegada das avançadas realistas à Mourisca do Vouga. E não foi sozinho, acompanharam-no o filho e mais três outros cidadãos (José Bernardino, Evaristo Miranda Feijão e Eduardo Neves). Eram as denúncias a funcionar, as vinganças pessoais. Eram presos a 7 de Março, mas voltaram a sê-lo marchando para Coimbra a 11 de Abril.

Para travar-lhes o passo e a intenção, dirigiram-se para Águeda algumas forças republicanas que passaram obrigatoriamente por Oliveira do Bairro. As primeiras tropas que aqui desembarcaram eram provenientes do regimento de cavalaria 5, Évora, ou melhor, apenas um esquadrão de cavalaria, uma peça de 7.5 T.R. e o seu carro de munições. O resto ficava em Coimbra, na estação velha, (2 peças de 7.5 T.R. carros de baterias e bastantes muares), porque "tudo muito avariado, havendo apenas uma peça susceptível de fazer fogo" [1], um side-car e dois carros de esquadrão.

bibRIA

O destacamento configurava assim alguma fraqueza e vulnerabilidade, face à escassez e velhice do equipamento.

As tropas, de certo modo, eram a imagem do país que vivia uma perniciosa turbulência a nível social (as greves encadeavam-se) e a nível político com "a república velha", com Afonso Costa e Bernardino Machado à cabeça maquinando intrigas e ódios e lutando contra a ordem que custava sangue (Sidónio Pais era assassinado no Rossio, depois de um primeiro atentado a 6 de Dezembro), enquanto, a nível militar, era uma confusão geral, com fuga de oficiais (caso de Norton de Matos), e com um conflito aberto entre as juntas militares e o governo. A ordem caíra efectivamente

[1] *"Alma Popular", de Janeiro de 1932*

na rua. Poucos dias antes, o 33º de Infantaria refugiara-se no quartel de S. Jorge e revoltosos, comandados por vários oficiais do Exército, trânsfugas, promoveram um assalto ao Arsenal da Marinha. Em Santarém era a conspiração dos democratas.

Na mesma altura desembarcaram aqui também os soldados da Figueira da Foz, da companhia nº 28, em número de 86 homens. Estes e os outros, que viajaram em comboio especial, tinham como missão travar o avanço dos revoltosos, marchando a partir de Oliveira do Bairro sobre Águeda e ocupando-a de forma eficaz.

O primeiro comboio chegou a Oliveira do Bairro às 11 horas, onde eram esperadas pelo capitão médico miliciano, Dr. António da Costa Ferreira, que lhes dava uma notícia preocupante: que as patrulhas do inimigo tinham atingido já Mourisca do Vouga. Gerou-se então, à volta da estação, um grande aparato bélico. A companhia de infantaria nº 28, ocupou uma posição a Norte, a fim de cobrir o desembarque do destacamento enquanto se requisitavam a Aveiro munições para as forças de infantaria, cavalaria e artilharia, bem como foram requisitados alguns víveres e automóveis.

Tudo descarregado, homens e máquinas de guerra e munições, houve ordens para que a cavalaria marchasse sobre Águeda, reconhecendo e ocupando-a, ao mesmo tempo que deveria ser feito um reconhecimento sobre Mourisca do Vouga. À noite, já havia notícia de que as forças do destacamento já tinham tido um rencontro com patrulhas couceiristas, expulsando-as e ocupando a vila.

A estação de caminho de ferro constituiu-se assim nesse dia e nos seguintes numa enorme parada militar, com tropas a chegar e a partir.

Outra companhia de infantaria nº 23, composta por 120 homens, rumara para esta vila bairradina, onde o Dr. Costa Ferreira era um oficial atento e fazendo cumprir ordens. Era o caso que aconteceu com esta companhia. Logo que desembarcou, fê-la seguir imediatamente, em marcha forçada, para Águeda, ao mesmo tempo que vigiava todos os movimentos em Oliveira do Bairro quanto a forças contrárias (esta companhia chegava à estação pelas 15 horas do dia seguinte, comandada por um alferes).

Como era uma situação nova, nunca antes vista, gerou-se um certo e natural susto junto da população, uns trancando-se em casa, outros da vila chegando a meter as facas aos cambeirais e ensacar outros mantimentos e

biblRIA

partirem sorrateiramente para a Serena enquanto alguns lavradores eram convidados a aparelharem as suas juntas de bois aos carros para carregarem munições e armamento e ala que se faz tarde na direcção de Águeda.

Desembarcaram ali ainda, no dia 27, pelas 14 horas, um batalhão de infantaria nº 11, constituído por 350 homens, uma divisão de artilharia 7.5 T.R. e um pelotão de cavalaria de E.E., tudo sob o comando do major de infantaria Bandeira de Lima, forças estas que também seguiram, de imediato e em marcha forçada, para Águeda. Havia notícia de que patrulhas couceiristas haviam espiolhado Águeda, Mourisca e Lamas do Vouga e corria notícia de que a ponte sobre o rio Vouga, no Marnel, estava desguarnecida, o que, associando tudo, tudo indicava que estava eminente o contacto, a guerra. Tudo se preparava para o embate e eram distribuídas guias civis que eram da confiança do Dr. Costa Ferreira às diversas forças.

Os postos avançados foram estabelecidos ao norte do rio Águeda, no cruzamento das estradas que davam para a vila e para a estação do caminho de ferro. Aí se acantonaram, abrindo trincheiras com as pás, picaretas e enxadas, que haviam levado de Oliveira e ainda mercê de outras ferramentas que haviam requisitado na vila de Águeda. Por outro lado, a artilharia tomava posição junto da igreja de Recardães e um pelotão de cavalaria tomava Paredes e faria o reconhecimento de Mourisca do Vouga.

bibRIA

Um pelotão era, entretanto, destacado para fazer o reconhecimento sobre Mourisca do Vouga onde encontrou na manhã do dia 27, às 7.30 horas, um esquadrão de cavalaria inimigo, afecto à Monarquia do Porto, que marchava à vontade sem alguma segurança, com civis de bicicleta na frente erguendo bandeiras azuis e brancas e dando vivas à Monarquia. Foi então que o comandante do pelotão, alferes Salvação, mandou apear alguns cavaleiros para fazerem uma descarga sobre o inimigo, o que foi secundado por alguns civis ali entrincheirados nas imediações do contacto, fugindo aqueles em debandada, ao mesmo tempo que deixavam alguns mortos e feridos e entre eles um porta-bandeira que tripulava uma bicicleta.

Meia hora depois, nas Barreiras houve o contacto entre os postos avançados das forças republicanas que iniciaram o ataque apenas com 200 homens, aguentando assim bastantes horas, até que chegaram reforços, acabando por totalizar o número de 776 soldados efectivos de todas as armas e as forças afectas à Monarquia que haviam entrado em combate com 1500

homens de infantaria, enquanto na estrada Mourisca - Ponte do Marnel, em menos de um ámen, a fuzilaria era intensa e arripiante.

A artilharia activou o fogo sobre os cruzamentos de estradas ao sul da Mourisca e, depois, o tenente coronel Carlos Luizelo Godinho (comandante do Regimento de Cavalaria, nº 5) deu ordens à companhia que tinha essa missão para fazer o contra-ataque "que o inimigo recebeu com desordenada fuzilaria, mas que foi coroado de pleno sucesso, pois que, logo que a noite caíu, o inimigo retirou em debandada, abandonando grandes quantidades de material, armamento e munições e deixando nas nossas mãos bastantes prisioneiros" [2].

Os mortos eram transportados para a Igreja Matriz de Águeda e os feridos para o Sanatório Militar (Hospital Asylo Conde de Sucena)

No outro dia, um esquadrão fez a perseguição das tropas revoltosas até à ponte do Marnel, tendo ainda como missão ocupar a zona de modo a cortar a possibilidade de os revoltosos avançarem sobre Aveiro e Coimbra, devendo aí aguardar o resto da coluna.

As perdas do inimigo foram altas, cerca de uma centena de mortos e outros tantos feridos, segundo relato do comandante da operação, Tenente Coronel Carlos Luizelo Godinho [3] entre os quais alguns oficiais, enquanto do lado das forças republicanas, as baixas eram insignificantes. O combate durou desde o romper do dia até à noite, sempre com fogo intenso muito mais nervoso da parte dos monárquicos, comandados por Paiva Couceiro.

bibria

A estimativa de mortos do comandante da operação não condiz de forma alguma com relatos de algumas testemunhas que transmitiram o que viram, como foi o caso de Chico Delfim da Rua Luis de Camões, Águeda, que não contou na igreja matriz mais do que "uns dezoito" e até há quem defenda menor número.

A Comissão Administrativa do concelho de Oliveira do Bairro festejou a vitória das forças republicanas e deliberou enviar ao presidente do Ministério um telegrama, felicitando o governo pelo "triunfo da República", ao mesmo tempo que lembrava a conveniênica da confiscação dos bens monárquicos para pagamento das despesas com a revolução" [4]. Era presidente Joaquim

---

[2] *Alma Popular, Janeiro de 1932*
[3] *Idem*
[4] *Acta da Câmara, de 15/2/1919*

Francisco de Figueiredo que tinha como vice Manuel de Oliveira Mota e como vogais - José Martins da Rosa Graça e Manuel Francisco Rei. Era administrador Manuel dos Santos Ferreira.

Oliveira do Bairro teve, sem dúvida, importância na consolidação da República e na vitória das forças democráticas que, na Barreira, em Águeda, bateram as forças couceiristas que no dia 19 de Janeiro tinham hasteado a bandeira azul e branca no Porto. Era a Monarquia do Norte.

"Águeda ao não ser tomada pelas tropas paivantescas se deve ao auxílio, ao grande trabalho e ao grande esforço dos republicanos democráticos de Oliveira do Bairro" - era a opinião expendida pelo "Alma Popular" [5], que havia de ter como director um dos principais heróis (embora para os monárquicos, menosprezando a sua acção, o apelidassem maldosamente de "o herói do grelo", só porque dera prioridade a uma grande ceia de grelos em vez de avançar lesto para o combate (?).

Costa Ferreira tinha razão para se bater, não só pelos princípios que o norteavam, mas até, de certo modo, com raiva, pelo que, uns dias antes, lhe queriam fazer os sidonistas. No dia 17, dois ou três oficiais haviam-se deslocado de Aveiro à vila de Oliveira do Bairro para o prenderem. Talvez esse facto também lhe desse mais força para fazer a campanha de Águeda até ao Porto contra os couceiristas. Quando regressou, foi recebido em glória e com discursos, a Banda a tocar e girândolas de foguetes a rasgarem sons de júbilo no céu oliveirense.

biblRIA

Mas não foi apenas a Banda de Oliveira, sob a regência de Alfredo Rodrigues, também ele um revolucionário do 31 de Janeiro, que participou nas festas de vitória. Foi também a da Palhaça que andou por Bustos e outros lugares limítrofes tocando em honra dos republicanos que haviam batido os paivantes.

Efectivamente, os republicanos mais ferrenhos e lutadores do concelho (que se opunham aos evolucionistas-pimentistas, sidonistas e monárquicos) viveram perto e por dentro os acontecimentos relacionados com a Traulitânia. Desde o começo ou até antes, quando se organizaram em patrulhas com a missão de fazerem uma vigilância apertada da linha férrea, das pontes e

[5] *Edição de 5/4/1919*

estradas, até que chegassem os primeiros reforços militares para se deslocarem para Águeda a fim de combaterem os monárquicos. E, depois, engrossando uma companhia de voluntários, em que participaram, por exemplo professor José de Oliveira, Adelino de Macedo, Fausto Briosa, do Troviscal e Manuel de Oliveira Quintaneiro, da Póvoa do Forno.

Enquanto isso, em Anadia, foram colocadas algumas peças de artilharia no Monte Crasto e foram ocupadas as casas de Joaquim Duarte Neves que ficavam ali à mão. O proprietário teve que fugir com a família, ficando apenas um genro. Mais tarde, reclamava Joaquim Duarte das Neves a indemnização por uma série de bens que a tropa utilizou: mais de cem arrobas de carne de porco, batatas, feijão, cebolas, frutos, arroz, massa, café e açúcar, bacalhau, coelhos, galinhas e, ovos. Todos os dias eram cozidas fornadas de pão de milho para as tropas à custa do cereal ali existente. Não pouparam mesmo a frasqueira, limpando vinhos velhos da região e do Norte, aguardentes e espumantes, mais de quatrocentas garrafas de vinhos. Esgotaram ainda mais de doze pipas de vinho e uma pipa de aguardente. Naquele atrapalhação, morreu ainda uma vaca leiteira, uma mula de trabalho, três cavalos dos melhores, tudo valendo 6.000$00. Além dos homens, eram mais de 160 cavalos durante mais de três meses por ali a fazerem despesas e a estragarem os estábulos.

bibRIA

Com a causa ganha, vivendo a euforia de momento, natural era que os republicanos impusessem as suas regras e exercessem as suas pressões sobre o poder instituído no concelho. Assim, quem primeiro sofreu "as iras" exultantes, foi o administrador Albano Ferreira da Cruz, do Cercal, que era sidonista e que, se não hasteou uma bandeira da Monarquia, hasteou uma da República, mas de dimensões exíguas, gesto que logo mereceu as críticas aceradas dos republicanos que naqueles dias fizeram autênticos piquetes à volta dos Paços do Concelho para vigiarem de perto o comportamento do administrador,

*Albano Ferreira da Cruz*

com a chegada das tropas leais à República, domingo dia 26 e segunda feira, 27.

Não foram só os piquetes que estiveram de serviço, foram também grupos de voluntários que se prestaram a acompanhar os carros de munições e fazer todos os serviços que auxiliassem, de algum modo, os militares "e alguns por lá ficaram na batida à paivantada, seguindo outros para o Vouga prestar serviços com armas nas mãos em missões arriscadissimas" [6].

Contudo, não se verificaram actos de violência contra ninguém. E muito menos contra António Tavares de Araújo e Castro, que era então o esteio da Monarquia no concelho (o único republicano de verdade da família havia de ser o Dr. Alberto Tavares de Castro). No entanto, a família acautelou-se e mandou para a Lavandeira as manas Maria e Laura Tavares Araújo e Castro e as criadas com as vacas. Foram elas que garantiam todas as manhãs o sustento dos que haviam ficado, naturalmente rodeados de alguns súbditos fiéis. Entretanto, com a vitória da República, António Tavares de Castro enviou ao Distrito de Aveiro uma carta onde fez a sua profissão de fé republicana.

biblRIA

A nível do poder, eram demitidos, além do administrador do concelho, (substituiu-o Manuel dos Santos Ferreira, da Póvoa do Forno), os regedores das freguesias, bem como as comissões municipais e de paróquia em consequência daquela situação monárquico-dezembrista. E até funcionários públicos. Também por não "oferecerem confiança" foram suspensos os professores Manuel da Silva Júnior, da Mamarrosa, Luis Almeida Santos, de Perrães e D. Marília Sereno Curado, de Bustos. Além disso, eram presos António Duarte Sereno e Manuel de Matos Alla, de Bustos.

Por sua vez, padre Abel da Conceição continuava a aproveitar o púlpito, sobretudo, em dias de festa, para manifestar-se contra a Lei da Separação da Igreja do Estado, chegando mesmo a não querer fazer a festa de Santo António da Giesta pelo simples facto do armador ter sido excomungado pela Igreja. E em 1919 pedia votos para os centristas (Partido gerado no tempo de Sidonio Pais e que tinha em Aveiro como figuras de proa Dr. Egas Moniz e Dr. António Tavares da Silva). Do outro lado, pelos democráticos, Dr. Costa Ferreira e Barbosa de Magalhães.

---

[6] *"Alma Popular", de 5/4/1919*

Os republicanos promoveram então na Póvoa do Forno um grande comício, tendo como grande trunfo a presença do ex-padre Camilo Oliveira que havia de estar, mais tarde, no Troviscal, quando os republicanos deliberaram em plenário (grande comício) "interditar" os padres na freguesia, como represália à interdição da Banda do Troviscal pelo Bispo de Coimbra, facto que a catapultou para a fama. A partir daí, passou a constituir, de certo modo, a bandeira não só dos republicanos mas sobretudo, do anti-clericalismo.

Outra decisão, baseada na força da vitória, foi a de os democratas pedirem ao administrador do concelho para ordenar a retirada de uma placa da capela de Bustos, onde haviam sido inscritos, meia dúzia de anos antes, estes dizeres: "Praça dos Heróis de 14 de Fevereiro de 1913".

Para eles, aquilo era uma ofensa tanto à autoridade local como regional. A placa comemorava do dia em que ali apareceram cerca de 80 praças de Cavalaria 8, para, em cumprimento da execução da Lei da separação da Igreja do Estado, se proceder ao inventário dos bens móveis e imóveis daquela capela a que o povo, capitaneado por António Duarte Sereno (visconde de Bustos) se quis opor, tendo tocado os sinos a rebate e "armando-se de paus e forquilhas". E alvitravam ainda os democráticos que lhe fosse dado ao largo da capela de Bustos o nome de "Praça dos Heróis de 13 de Fevereiro", que era a data em que deram por vencida a guerra contra os "trauliteiros".

biblRIA

Os novos corpos administrativos ficaram assim constituídos:

Comissão Municipal: Manuel de Oliveira Mota, Joaquim Francisco Figueiredo, Manuel Francisco Rei, João Ferreira de Matos e José Martins da Rosa Graça.

As Comissões paroquiais:

Troviscal: José Martins, António Simões Rato e João dos Santos Pato.

Mamarrosa: Joaquim Daniel dos Santos, Jacinto Simões dos Louros e António Simões dos Santos Júnior.

Oliveira do Bairro: António de Oliveira Rocha, Joaquim Ferreira Neves e António Joaquim de Oliveira.

Palhaça: José Pinto Belinquete, Manuel Ferreira Rebelo e Manuel Martins Capitão-Mor.

Oiã: Manuel Campos Colégio, Manuel Duarte Pires Miranda e Abílio Marques de Oliveira.

Regedores:
Troviscal: Fausto de Oliveira da Silva Briosa.
Oliveira do Bairro: António Filipe da Silva.
Mamarrosa: Duarte Nunes Cipriano.
Palhaça: Manuel Nunes Mota.
Oiã: Manuel Rodrigues Malta.

bibRIA

# O POLÉMICO DR. COSTA FERREIRA

Dr. António da Costa Ferreira, que voluntarioso, paladino acérrimo da República, veio a ser figura de proa a nível do distrito - governador civil, desempenhou funções de médico de partido da Câmara e, regenerador, em Junho de 1911.

Podemos dizer mesmo que a guerra da Traulitânia o catapultou para a política. Se entrara como médico de partido na Câmara, tendo sido votado por escrutínio secreto e por unanimidade em 14/11/1903, substituindo Dr.Luis António Ribeiro Dias, desempenhou ainda que interinamente o cargo de administrador do concelho em 1917 e, depois da luta nas Barreiras de Águeda, foi eleito deputado nas eleições realizados em 10/7/1921 pela lista liberal democrática, juntamente com D.Manuel Alegre, Barbosa de Magalhães, Egas Moniz e Dr. António Tavares da Silva, tendo os monárquicos arrecadado 140 votos, com especial incidência em Bustos, contra 665 votos do Partido Liberal.

*Dr. António da Costa Ferreira*

Nomeado em Fevereiro de 1922 governador civil, tomou posse em 19 do mesmo mês. Embora natural de Águeda, a população oliveirense sentiu orgulho pela posição alcançada e preparou-lhe uma grande manifestação para a sua chegada à estação. Na frente, a União Filarmónica de Oliveira do Bairro, os corifeus do Partido Republicano Português, ao mesmo tempo

bibRIA

que estralejaram muitos foguetes à frente da sua casa, situada sobre a curva da rua Cândido dos Reis.

Todavia, o facto gerou alguma contestação, nomeadamente por parte do anterior, governador civil Lúcio Vidal. Se bem que a Comissão Política Municipal do Partido, em Oliveira do Bairro, se tenha colocado obviamente do seu lado, o director do **"Farol da Liberdade"** Augusto Simões da Costa, é que não estava pelos ajustes e colocou-se ao lado de Lúcio Vidal, desancando quem, em Maio de 1920, elogiava como uma "individualidade altamente cotada e de grande preponderância a dentro do regimen actual". A ele se devia a criação, então recente, da freguesia de Bustos que "de há muito era desejada pelos povos d'este lugar e das povoações inerentes da Quinta Nova, Coladas, Sobreiro, Azurveira, Barreira, Picada, Póvoa, Cabeço e Porto do Vouga" (FL, Maio 1920).

Como deputado, tinha obtido do governo três contos para a continuação das obras do Hospital da Misericórdia de Ílhavo e igual quantia para as obras dos Paços do Concelho de Vagos e advogava a construção de escolas primárias em Oliveira do Bairro e Oiã. Curiosamente, nessa notícia, o director do "Farol da Liberdade",(mensário com redação e administração na Quinta Nova, era considerado uma folha republicana, initerária, noticiosa e anunciadora e nascera em Outubro de 1919) insistia junto de Costa Ferreira para a construção de uma linha férrea, ligando o concelho de Oliveira do Bairro com a vila de Mira.

biblRIA

As zangas eram grandes e, sempre que podia, Augusto Simões Costa zuzia-o com ásperas palavras, acoimando-se até de "Bandoleiro", tal qual fazia relativamente a Manuel dos Santos Ferreira presidente então da Câmara. Em Novembro de 1922 dizia dos dois:

"o seu último procedimento como administrador do concelho para comigo deixou de ser um republicano que se prese para ser o dum fantoche às ordens do bandoleiro Costa Ferreira o seu lugar tenente Jacinto dos Louros, as duas almas danadas a quem se deve o desassossego deste concelho".

A oposição de Augusto Simões da Costa foi tão grande ao novo governador que veio a ser preso em Julho. Com ele também José Joaquim Simões dos Louros, David Pedreiras e Manuel Gaitas, todos de Bustos, pela polícia de Aveiro, por ordem de Costa Ferreira. Depois de passarem pela cadeia da vila, de Oliveira do Bairro foram levados para a cadeia de Aveiro.

Segundo "O povo e Anadia" de 29/7/1922 fora-lhes apreendido armamento e adiantava o semanário que mais prisões iriam ser efectuadas o que já não veio a acontecer. De certo não teve tempo.

Dr. António Costa Ferreira não aquecia efectivamente o lugar porque demasiado polémico. "O Povo de Anadia", que era de tendência monárquica, anunciava, a 3 de Agosto de 1922, a sua demissão de governador civil que "por satisfação de ódios, vinganças e sujas politiquices não podia ter outro desfecho". Uma das situações em que se envolveu foi "um conflicto entre ele e o sindicante ao actos do director do Museu daquela cidade". Segundo ainda aquele semanário de 2/9/1922 ele era demitido telegraficamente.

Dr. Costa Ferreira era efectivamente senhor de um temperamento algo explosivo. Nas eleições de 1919, ameaçou mesmo de morte António Tavares de Araújo Castro quando quis ver os cadernos eleitorais e este ofereceu-lhe uma certa resistência. Todavia, em 1921 esteve do lado de Costa Ferreira, ele que tinha entretanto filiado no partido evolucionista ou Partido Liberal.

A partir daqui, foi visível a queda de Dr. António Costa Ferreira. Doente em Abril de 1923, pediu dispensa da sua actividade clínica como médico municipal, tendo sido substituído pelo Dr. Alberto Tavares Ferreira de Castro.

bibRIA

N.º 29 Oliveira do Bairro, Fevereiro de 1922 Ano 3.º

# O Farol da Liberdade

Enviado da Redacção

Folha Republicana, Literaria, Noticiosa e Anunciadora (A maior propaganda comercial)

PREÇO DA ASSINATURA
Portugal — Ano . . . . . 2$50 Esc.
Estrangeiro — Ano . . . . . 5$00 »

Propriedade da firma comercial Augusto Costa & C.ª

Director, Administrador e Editor
Augusto Simões da Costa

Redacção e Administração
QUINTA NOVA--PALHAÇA

Impressão—Tipografia Minerva (a electricidade)—V.ª N.ª de Famalicão—MINHO

## O grande mal da Republica

Percorrendo atentamente a historia d'estes ultimos anos, a contar da implantação da Republica a esta parte, achamos que o estado actual da politica portuguesa é a consequencia logica e fatal da má orientação e da excessiva benevolencia dos homens que teem tido nas mãos a governação do Estado.

Desde 1910, os governos republicanos teem vivido sempre n'uma perniciosa transigencia com os inimigos do regimen, dando ocasião a que os monarquicos — a principio humildes e submissos, receando que os republicanos lhes aplicassem o duro e justo castigo dos seus crimes — começassem a perder o mêdo, dirigindo as maiores affrontas á Republica, faltando ao respeito á lei e, contando com a benevolencia das autoridades, principiassem a hostilizar, descaradamente, os republicanos.

Após as primeiras incursões monarquicas, logo os dirigentes republicanos deram prova d'uma desorientação crassa, não promulgando leis que submetessem os incursionistas ao severo castigo que eles mereciam, não só como inimigos do regimen, mas — e isso muito peor — como inimigos da Patria. Deixando-se guiar pelas indicações de imbecilizados republicanos que viviam quasi sempre debaixo da influencia de adesivos sem escrupulos e, quantas vezes, de reaccionarios que se diziam neutros em materia politica, em vez de leis de repressão, tendentes a sanear a Republica, decretavam amnistias que pouco mais exprimiam que a abdicação republicana. E a benevolencia dos nossos governantes chegou ao ponto de oferecerem aos chefes rebeldes, logo que uma amnistia os repatriava, a mais franca e amistosa hospitalidade, como recompensa de des terem atraiçoado os seus camaradas, como se fossem leais servidores que á Republica tivessem prestado serviços leais.

O grande mal da Republica é esse; o grande mal da Republica é essa descarada e infame transigencia dos republicanos com os monarquicos. São os republicanos mandantes que hão-de empurrar, com tão impudica transigencia, a Republica até ao abismo, em que ficará aniquilada.

Não tenhamos duvida. Assim emparrada por esta ingreme encosta, depressa a Republica chegará ao fundo do abismo que os monarquicos ardilosa e surrateiramente lhe estão cavando.

Os factos veem confirmar as nossas previsões. Os monarquicos vão, pouco a ponco, e sem encontrarem resistencia, tomando conta na Nação, que as autoridades da Republica, impudicamente, lhes vão entregando, de mão beijada.

Além de continuarem as repartições publicas recheiadas de funcionarios, inimigos do regimen, fazendo, cinicamente, a propaganda da monarquia, os logares da mais directa e imediata confiança da Republica, actualmente, estão sendo entregues aos monarquicos, devido á criminosa ou estupida condescendencia do governo e dos seus delegados, que se vão mancommunando e entendendo com eles.

As leis calcam-se e esfarrapam-se, em favor dos inimigos da Republica e contra verdadeiros e leais republicanos.

A Republica é feroz e raivosamente abocanhada pelos reaccionarios, com doestos e improperios de toda a ordem, assistindo as autoridades impassiveis a tanta devassidão.

E' a mais abjecta e criminosa abdicação republicana.

*Antonio d'Oliveira.*

## Dignos de lastima!

## Ao acaso...

Oh! que poderoso influxo o do Destino, e que misteriosos arcanos tem o Acaso! Ao homem arrastado no turbilhão da vida por uma cadeia invencivel, que o prende desde o berço ao tumulo, não é dado jámais ler no livro da sua existencia a pagina do seu amanhã.

•

Se a civilização não fosse uma estrela luminosa que ainda se encontra a biliões de leguas de distancia da realidade prática da vida das sociedades terrestres, de ha muito que o odio pessoal teria deixado de existir, como um dos vilipendios e ignominias que mais rebaixam e envergonham os povos cultos, e mais profundamente ferem e ofendem o natural respeito que se deve ao semelhante.

Infelizmente sou obrigado a confessar, que esse eterno ideal, sempre sonhado pelo homem desde que saiu do seu primitivo estado de selvagem, parece que cada vez mais se afasta da terra, envolvendo em nuvens espessas de profunda tristeza a alma dos que sabem sentir.

*C. V. Franco.*

## A Camara e o alinhamento

### Basta!

N'este baile à surprises de tão degradante gerencia, temos assistido a tantos e espantosos acontecimentos e aos estupendos desvairamentos dos edis, que já não nos causa espanto a ocorrencia mais sensacional, mais inesperada e incredibilidade.

N'estes ultimos tempos temos ouvido as opi-

## DIZ-SE

*Que se constituiu uma quadrilha de democraticos para assaltar a honra e a bolsa dos que não são do partido.*

•

*Que o imposto cobrado pelo empregado da adoana na Palhaça se evaporou.*

•

*Que certos parasitas andam radiantes com a resurreição do «valorem».*

•

*Que os réus presidem, administram e dão leis.*

•

*Que S. Tiago tem maitos devotos, devido ao fatano do Costa Ferreira.*

•

*Que o dito recebeu... uma penada... do Rêgo.*

•

*Que as linhas... tortas já não são «Baratas».*

•

*Que se vendem juntas (sem ser de bois) a tres contos.*

•

*Que a Camara passa a fornecer... cães aos proprietarios das escolas.*

•

*Que na Mamarrosa se vai inaugurar o Club dos... Patos.*

•

*Que S. Tiago já não as... as.. sina os artigos, na «Alma».*

•

*Que no burgo as corujas democraticas perdem*

254

# Basta!

N'este *baile á surprises* de tão degradante gerencia, temos assistido a tantos e espantosos acontecimentos e aos estupendos desvairamentos dos edis, que já não nos causa espanto a ocorrencia mais sensacional, mais inesperada e inacreditavel.

N'estes ultimos tempos temos ouvido as opiniões mais disparatadas, as afirmações mais absurdas; temos presenciado os maiores favoritismos e as mais abjectas poucas vergonhas, sem que actualmente nada, absolutamente nada, nos cause já espanto.

N'este malfadado concelho, onde a cada momento estala um favoritismo, onde os mais abjectos ignorantes ditam leis, onde politicos truanescos fazem imposições aos que governam e administram, para satisfazerem ás suas vaidades, que os deixam amarrados ao pelourinho da ignominia, com o ferrete de... traição.

E então, enfeitados com o penacho camarario, os salteadores d'estas cadeiras, esquecem promessas, esquecem se das dividas contraídas com aqueles que os fizeram eleger na imensa galeria dos incompetentes.

E ás vezes á custa de quanto sangue, de quantas vitimas inocentes imoladas á satisfação da vaidade e das ambições d'esses tarados, tripudiam nos mais escandalosos favoritismos, como o foi o alinhamento do predio em construção na Avenida Almirante Reis, de que é dono o ex-presidente da comissão executiva, que aproveitando a sua gerencia quiz que o seu edificio sobresaísse aos outros por alguns centimetros ao alinhamento, e que depois de ver a sua ambição satisfeita, pediu a sua demissão, supondo-se talvez assim ao abrigo da critica.

Não pensou talvez que impondo a sua vontade á corporação (e por esta atendido) não sairia ilibado de tão grande crime, e com ele não salpicaria de lama os seus colegas de gerencia camararia.

Puro engano! Mesmo que o *Farol* não levantasse o brado de revolta, o predio sobresairia sempre pela sua construção afora do alinhamento, frizando aos que de perto passassem que aquele edificio era o supremo escarro lançado á cara d'um povo tolerante por uma baixa gerencia!

Hoje, como ontem, caminhamos para o cometimento de erros, de mesmos ou ainda de maiores crimes, e hoje, como de futuro, todos hão-de reconhecer quanta razão tinhamos em abrirmos uma guerra sem treguas á Sr.ª Camara de Oliveira do Bairro.

E para terminar diremos apenas: Senhores edis, basta!

No proximo numero:

**AS TROPELIAS CAMARARIAS!!!**

•

*Que na Mamarrosa se vai inaugurar o Club dos... Patos.*

•

*Que S. Tiago já não as... as.. sina os artigos, na «Alma».*

•

*Que no burgo as corujas democraticas perderam tres noites á espera da Revolação.*

•

*Que a bomba da Quinta Nova está encravada em casa d'um conhecido bombista.*

•

*Que os celebres contos para as escolas arranjados por um benemerito passaram a ser do... vigario.*

# Eleições

Correram suasorias as eleições no nosso concelho, não se realizando a mesa na séde, por falta de comparencia de eleitores.

Na 2.ª assembleia (Troviscal) esteve o acto muito concorrido, sem a minima nota discordante, obtendo maiores votações as listas:

DEPUTADOS

*Regionalistas* — Francisco Manoel Homem Cristo, 164; Dr. Jaime Duarte Silva, 165; Virgilio da Conceição Costa, 164.

Tambem obteu 1 voto o Dr. Manoel Alegre.

*Conjunção* — Dr. Mauricio Armando Martins Costa, 146; Dr. Antonio Joaquim da Silva Gurgo, 146; Dr. Joaquim Maria d'Oliveira Simões, 164.

SENADORES

*Regionalistas* — João Manoel de Carvalho, 165; Dr. Cherubim da Rocha Vale Guimarães, 165.

*Conjunção* — Dr. Elizio Pinto d'Almeida e Castro, 146; Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chave, 146.

Pelas deduções dos numeros, coube a vitória n'este concelho aos regionalistas, o que muito nos alegra.

## Santo Amaro

O popularissimo Santo Amaro, advogado dos côxos e manetas, foi brilhantemente festejado e muito concorrido no lugar de Malhapão no dia 15 passado, havendo grossa pancadaria ao fim do dia. Não houve oitava, devido ao mau tempo, o que prometia ainda ser mais concorrido.

GUERRA

bibRIA

# HORIZONTES DE PROGRESSO

bibRIA

bibRIA

# OS CARRIS DO PROGRESSO

É inegável, a passagem da linha férrea por Oliveira do Bairro catapultou-a para o progresso, o que de resto aconteceu em toda a Bairrada obviamente. Se a construção deu muito trabalho e ajudou a magra bolsa dos lavradores, depois desencadeou-se todo um processo de implementação de vias de comunicação.

As obras já decorriam em 1862 entre o Fuseiro e a Ponte do Pano, originando algumas complicações nas vias que serviam as populações e assim é que, em Julho desse mesmo ano, a Câmara implementou a fiscalização dos trabalhos. Havia muitos locais em que tal situação acontecia... "em muitos pontos da linha férrea que está em construção desde o Fuseiro até à Ponte do Pano, criando embaraços às estradas do concelho a caminhos" [1].

A ponte da Bunheira começou a construir-se em 1864. Com alguns problemas pelo meio:

"Naquele sítio havia um olheiro e os pinheiros que os operários enterravam, uns sobre os outros, sumiam-se no lodaçal, a tal ponto que os trabalhadores desanimam. Chamaram o engenheiro inglês que orientava as obras e contaram-lhe o seu desânimo. O engenheiro, com aquela fleugmática atitude que sempre orientou os ingleses, em demonstrar que o que é impossível far-se-à, respondeu-lhes: Si vocês não conseguir fazer talude com pinheiros, mim vai fazer isso com libras umas em cima das outras".

---

[1] *Acta da Câmara, de 16/7/1862*

bibRIA

Em face dessas atitudes os operários meteram mais pinheiros e "conseguiram o fim desejado" e "lá está a Ponte, seguríssima, sobre o Rio Levira por onde o comboio inaugural passou a caminho do Porto em 1877 cujos silvos da locomotiva acordaram na nossa terra muitos séculos de silêncio e solidão".

Esta peripécia ouviu-a Dr. Miguel França Martins da boca de um dos muitos que emprestaram o braço e o suor nesta obra que decisivamente influenciou todo o concelho, não só acordando "na nossa terra muitos séculos de silêncio e solidão" [2], mas quebrando o isolamento. Contara-a Manuel Neves que trabalhara, com dez anos apenas, como pedreiro na construção do edifício da Estação local e, mais tarde e durante muitos anos, fora mestre de carpintaria ou marceneiro.

As expectativas à volta da passagem do caminho de ferro por terras do concelho eram favoráveis à criação de um clima de esperança de melhores dias, correndo os carris dos comboios. Os políticos entenderam desde logo que era por ali que se abriam novos sulcos para o progresse e desenvolvimento. E assim se percebe que a Câmara, presidida por Augusto Ferreira Pinto Basto, em reunião de 9 de Dezembro de 1863, fizesse ver "a necessidade de pedir ao Governo se mande construir uma estação de caminho de ferro nas proximidades da Ponte do Pano". Porém, nem todos estiveram pelos ajustes e a Câmara deliberou que "não obstante reconhecer que quanto mais estações houver mais se facilita os povos o acesso ao caminho de ferro, contudo entendia que necessidade dela não havia", ao mesmo tempo que apontava para outra direcção: a necessidade da construção de vias, porque, ao fim e ao cabo, "as estações pouco aproveitarão aos povos, enquanto não houver estradas transitáveis que facilitem o acesso das povoações..."

Era assim aventada a hipótese da construção da estação perto da Naba "e segundo os memorialistas, o povo, tomado do receio inicial, não esteve pelos ajustes: tocou o sino a rebate e irrompeu, maciço e barulhento, bem munido de cacetes e diverso género de ferragens agricolas, foi ao local e destroçou todos os materiais que lá se encontram" [3] porque para o povo

biblRIA

---

[2] *"Jornal da Bairrada", 20/5/1953*

[3] *"Oiã, Terras e Gentes", página 208, Armor Pires Mota*

que ficara embasbacado e até receoso do evento, dizia que os comboios eram "burros sem cabeça nem rabo".

A ideia não teve consequências imediatas. Todavia, ficou a pairar a necessidade da implementação do apeadeiro. Em reunião da Câmara de 11 de Março de 1899, fora deliberado representar a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses", pedindo o estabelecimento de um apeadeiro no Km, 258.100 entre a estação desta vila de Oliveira do Bairro e o do lugar da Quintãs". O sonho só viria a ter concretização a 25 de Janeiro de 1907, graças ao empenhamento de Henrique Ferreira Pinto Basto, de Águas Boas, e Padre Abel Gomes da Conceição e Silva, pároco da freguesia, mas localizado à ilharga da povoação e não nas gândaras do Pano.

Os políticos aperceberam-se realmente das conveniências trazidas pela passagem dos comboios pelo concelho e, em reunião de 8 de Outubro de 1898, quando era presidente da Câmara Leonel Aires dos Santos Maia e administrador do concelho, António Duarte Sereno, foi deliberado solicitar à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses o estabelecimento de comboios tramways entre a estação de Coimbra e a de Oliveira do Bairro, "tendo em vista que tal instalação produzirá indubitavelmente um importante melhoramento para a vida comercial de Coimbra, para os mercados e feiras que mensal e semanalmente se realizam nos concelhos de Oliveira do Bairro, Mealhada, Anadia e Cantanhede", invocando ainda "a comodidade dos preços para os habitantes das povoações rurais". Exigiam ainda que os comboios tramways fossem dois ao domingo e um nos dias de semana.

bibRIA

Embora não se saibamos quando foi inaugurada (ou estava pronta) a Estação de caminhos de ferro de Oliveira do Bairro, sabemos que, em 1870, já aparece citada, informava a Câmara o governador civil que "a estrada de que se trata deve principiar na Estação da villa indo pelo lugar de Malhapão e o da Pedreira e d'hai a Vila Nova da Palhaça onde deve terminar..." [4].

Era esta estrada considerada "de primeira necessidade a fazer neste concelho e a de mais vantagem para elle em razão da grande dificuldade da passagem na Estação de inverno na ponte da Morte e de grande necessidade de abrir fácil comunicação para o grande mercado da Palhaça e para as demais povoacções d'este concelho que ficao ao Poente do Rio Levira".

---

[4] *Acta da Câmara, de 27 de Maio de 1870*

A muita antiga Estação de Oliveira do Bairro

bibRIA

A estação de Oliveira do Bairro tem também uma história sentimental. Não foi apenas cais de ver tropas a desembarcar e a marchar sobre Águeda: foi cais onde puseram os pés pelo menos dois reis - D. Carlos, de regresso do Buçaco em Agosto de 1904 e a caminho de Lisboa [5] e D. Manuel II "tao novo, tao triste e tao bom" - escrevia Padre Acúrcio Correia da Silva.

De regresso da sua viagem ao Porto. D Manuel parou em Oliveira do Bairro, apeou-se na estação e a população recebeu-o em apoteose, um ano e pouco ante da proclamação da República. Foi no dia 7 de Julho de 1909 e estava um dia bonito.

À estação acorreu povo de todos os pontos do concelho de Oliveira do Bairro e políticos de Águeda também. A vila animou, como nunca, com o movimento de muitos carros e de centenas e centenas de pessoas (o número foi calculado em mil pessoas presentes) "rejubilantes em poderem

[6] *Edição de 11 de Julho de 1909*

prestar ao jovem monarcha as homenagens da sua sympathia" - escrevia o semanário independente "O Ideal" [6].

Era dia de festa e "a marquise" da estação estava belamente ornamentada com bandeiras, arbustos e galhardetes, tudo concorrendo para um agradável aspecto festivo. Por sua vez, a gare estava repleta, enquanto outros se espraiavam por onde podiam, todos desejosos de ver o Rei ou gritar-lhe um viva. Espalhavam-se mesmo pela linha férrea.

Foi indescritível o seu entusiasmo, quando o rápido entrou nas agulhas (eram 10 horas da manhã) e mais quando Rei D. Manuel desceu na gare, trazendo o seu cabeção enfeitado com as armas reais e um troféu de bandeiras portuguesas. A multidão então irrompeu em vivas sucessivos, que o ilustre visitante agradeceu no salão da estação comovido.

Duas filarmónicas (a de Oliveira do Bairro e a de Águeda) executaram o Hino Nacinal, milhares de foguetes irromperam no céu límpido, enquanto senhoras atiravam flores sobre o Rei que foi cumprimentado pelas autoridades. Foram 5 minutos de verdadeira apoteose, não deixando a cerâmica de Abílio Rocha & Irmãos de embandeirar artísticamente a sua fachada e as janelas da casa de habitação com lidas colchas.

Quem não se portara muito bem fora a Câmara Municipal que não se associara às manifestações, fazendo-se apenas representar pelo seu presidente, José Filipe dos Reis. "Echos do Vouga" descrevia esta manifestação como "uma das mais sinceras e vibrantes... como poucas vezes as terá recebido o jovem monarcha", enchendo-se a gare e zona envolvente muito antes da hora, comparecendo as autoridades judiciais e administrativas de Águeda. De Águeda estiveram presentes também o Conde Sucena e o conselheiro Albano de Mello.

Quando o comboio se pôs em movimento, rumo a Lisboa, o mesmo entusiasmo delirante "sempre no meio das acclamações enthusiasticas do povo" [7].

bibRIA

---

[6] *Edição de 11 de Julho de 1909*
[7] *"Echos do Vouga", de 10/7/1909*

bibRIA

# DESBRAVANDO ESTRADAS

O comboio e a estação de Oliveira do Bairro logo alertaram os políticos para a temática das acessibilidades. Mas uns anos antes essa já era também a preocupação.

As obras da implantação das vias eram ao tempo as grandes empregadoras da mão de obra. A nível do concelho ou de freguesia, eram requisitados os lavradores com as suas juntas de bois e os jornaleiros com a força do seu braço. Era a chamada contribuição braçal que, acaso não fosse cumprida nesses trabalhos, era substituída pelo pagamento das multas na tesouraria da Fazenda, estipuladas por posturas municipais.

bibRIA

Em 1856, que foi um ano de todas as desgraças, - mau ano agrícola, agravado com a erupção do grande flagelo da cólera - [1], a Câmara de Oliveira do Bairro apontava como solução ao Governo Civil a continuação da construção das vias da comunicação, especialmente a estrada de Mogofores a Aveiro "que muito aproveitaria aos povos deste concelho a fim de poderem ganhar meios de subsistência" (...) pois "era procurar trabalho

---

[1] *Decorridos dez anos, ainda havia casos de morte, provocados pela cólera morbus que metia tanto receio à população que os cadáveres eram enterrados no mais curto espaço de tempo, até noite dentro. Alguns sintomas da moléstia: "todas as extremidades estavão frias, os olhos encovados e as unhas negras: e acrescia a tudo isto hum vomito continuo", escrevia, de Perrães, o padre José Maria Rodrigues Areeiro para o pároco de Oiã, Joaquim Duarte Rosa, em 18 de Outubro de 1866, a propósito da morte de José Duarte Serrão, seu vizinho, que foi enterrado depois da meia noite, embora falecido apenas às seis horas da tarde... (arquivo avulso da Paróquia de Oiã).*

para o povo que neste concelho com a falta de serviços das vinhas não têm que ganhar" [2].

Se, em 1856, estava destruído o Porto da Murta, também o caminho que lhe dava acesso estava intransitável, "sofrendo com isso os proprietários das fazendas contíguas ao Barbito bastantes prejuízos por não poderem conduzir os estrumes para as suas propriedades" [3].

Cientes do problema, foi levantada a questão de saber, "primeiro que tudo, o número de carros de pinheiros que se deveriam mandar vir para gradear os dois principais atoleiros, pois sem eles era impossível o conserto. Em Junho desse mesmo ano, já se encontravam no local os pinheiros e foi então marcado o dia 22 de Maio para os trabalhos, para o que foi "avisado o povo necessário" (da vila, Cercal e Repolão).

Em 1857 continuavam as obras da estrada Mogofores-Aveiro (actual EN 235) e foi demolida no Silveiro a primeira ponte sobre o rio Levira que havia sido construída por conta do Cofre da Barra, por deliberação da Junta Geral do Distrito e a requisição da Câmara de Oliveira do Bairro que, por isso mesmo, se achava "a única administradora da ponte", já que havia concorrido com operários e carretos para a sua construção. O derrube originou alguma polémica porque, no entender dos políticos oliveirenses, "o derrube assim sem licença alguma", era uma violação dos direitos. Era de madeira. A retirada da ponte, considerava a Câmara, era ainda um prejuízo para o concelho, pois que "a ponte era indispensável no local em que se achava colocada, mas mesmo quando se julgasse dispensável, tinha a Câmara onde a colocar com mais vantagens por haver neste concelho pontes de pau sobre o Rio Levira, no sítio da Quinta, e Bunheira, onde a dita ponte seria muito conveniente".

As pontes das Quintas haviam sido destruídas pela violência de inesperadas cheias, não permitindo a passagem. A reconstrução foi feita então com pegões de pedra, enquanto o tabuleiro era de madeira de pinho, custando tudo cerca de 5 reis.

E fazia-se o conserto da "Mota de Perrães", no sítio da Machuqueira,

---

[2] *Acta da Câmara, de 16/7/1856*

[3] *Idem, de 6 de Maio de 1857*

bibRIA

porque, logo que o rio enchesse, ficava intransitável, quando essa "era uma importante via de comunicação que conduz à praça de Águeda". [4].

Ainda neste mesmo ano em que era presidente da Câmara o fidaldo cavaleiro da Casa Real Augusto Ferreira Pinto Basto, com casa no Silveiro e em Lisboa, pelo que faltava muito às reuniões, e vereadores, José Pedro Nolasco (vice), José Filipe Marreca, Urbano Dias e Francisco Martins Ribeiro e administrador do concelho, Dr. Mateus Correia de Oliveira Almeida, era consertado o caminho da Raposeira, com alguma dificuldade, por via da existência de olheiros, mas foi encontrada uma solução - a utilização de estacaria de madeira e não tão pouca como isso. Foram necessários nada menos do que vinte carros de pinheiros cortados no baldio do concelho, " a fim de com eles se formar uma grade em dois sítios aonde se acham atoleiros e sem o que não era possível firmar-se o caminho" [5].

Passados dois anos, este mesmo caminho sofria novo arranjo e foi mesmo alterado um pouco o seu traçado. O vereador José Filipe Marreca propôs então que se procurasse uma nova directriz e que " a única era pela propriedade do padre Manuel Ferreira do Rosário" [6].

Esta via era para a Câmara "o mais importante não só para os habitantes desta vila, Cercais e Repolão por ser a única via de transporte por onde estes conduzem os matos para o sustento de suas fazendas e as lenhas do seu uso, como para os Moínhos do Olho, da Quinta e Camarnal, que são os que abastecem de farinha estas povoações, mas também por ser estrada para a Feira da Palhaça, um dos melhores mercados do distrito".

Por seu turno, a ligação da sede do concelho a Águeda por Aguada de Baixo era de transcendentável importância económica para os povos das duas margens. Antes, fazia-se a passagem por barcas cujos arrematantes pagavam, assim, os seus impostos como os de Fermentelos ligando as margens da Pateira a Requeixo ou Óis da Ribeira.

Em Abril de 1865, está construída a estrada do Bairro do Mogo entre a capela do Senhor do Aflitos e a estrada da Raposeira, que, entretanto, fora também construída, atravessando o sítio das Eiras, que era um baldio.

---

[4] *Acta da Câmara, de 24/7/1856*
[5] *Idem, de 21/5/1856*
[6] *Idem, de 28/3/1858*

biblRIA

No ano seguinte, andava em construção o lanço da estrada entre o Bairro do Mogo e as Pontes das Quintas. Tanto num caso como noutro, foram realizadas muitas expropriações.

Este troço de estrada era reconhecido pela Câmara e pela população de extrema necessidade, pois que a maior parte do concelho ficava a poente da vila, "tendo forçosamente de passar naquela ponte". Se era importante a construção da estrada, imperioso era que se edificasse a respectiva ponte, pois que era "impossível chegar-lhe aqui na occasião de uma pequena enchente".

Todavia, nem tudo era pacífico. O povo clamava que tinha sido constrangido a satisfazer a contribuição braçal, sem haver votado um orçamento e tão pouco ouvido o Conselho Municipal, o que originou que, chegando o problema ao governo civil, este perguntasse as razões à Câmara que respondeu que a obra se encontrava inscrita no orçamento de 1866.

O ano de 1868 foi ainda mais pródigo em investimentos nas vias municipais. Encontrava-se em trabalhos o troço de estrada entre o Silveiro e Fermentelos. A sua importância era notória, naturalmente, para o público se utilizar das vantagens dos portos de Asna em Fermentelos e Rego do Espinheiro, (leia-se hoje apenas Rego), mas frise-se que também este porto era importante para o escoamento de produtos como o vinho e a descarga de produtos como o peixe e o sal, embora só aquela seja mais referido neste aspecto) [7].

biblRIA

O primeiro troço contemplou a passagem pelo Silveiro, Gesta e Rego, à custa igualmente de muitas expropriações.

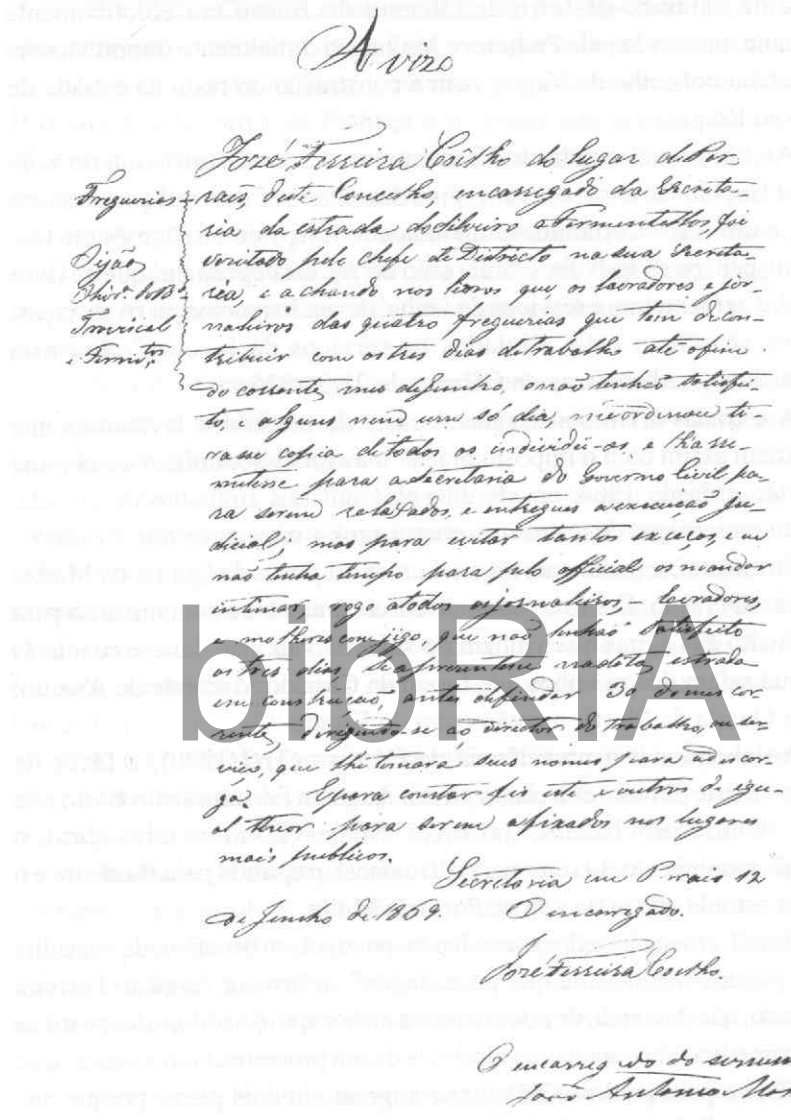
Era construída ainda neste ano a estrada do caminho de ferro "à estrada real que vai desta villa a Aveiro".

Já no ano seguinte, Augusto Ferreira Pinto Basto propôs na Câmara se representasse ao governo para construir a estrada "desde a Feira da Palhaça athé a estação do caminho de ferro junto d'esta villa" [8].

Nessa mesma reunião da Câmara estiveram presentes as juntas de paróquia com o objectivo de serem definidas as prioridades na implementação da rede viária e concluíram que a estrada entre a Feira da Palhaça e a

---

[7] *Acta da Câmara, de 28/10/1868*
[8] *Idem, de 7/1/1869*



Aviso

Freguezias — Oijão, Oliv.ª do B.º, Troviscal e Fermen.tos

José Ferreira Coelho do lugar de Perraes, deste Concelho, encarregado da Secretaria da estrada do Silveiro a Fermentellos, foi visitado pelo Chefe de Districto na sua Secretaria, e achando nos livros que os lavradores e jornaleiros das quatro freguezias que tem de contribuir com os tres dias de trabalho até o fim do corrente mez de Junho, e não tenhão satisfeito, e alguns nem um só dia, me ordenou tirasse copia de todos os individuos, e lhe remetesse para a Secretaria do Governo Civil para serem relaxados e entregues a execução judicial; mas para evitar tantos excessos, e eu não tenha tempo para pelo official os mandar intimar, rogo a todos os jornaleiros, lavradores, e mulheres com jigo, que não tenhão satisfeito os tres dias, se apresentem na dita estrada em construcção, antes de findar 30 do mez corrente, dirigindo-se ao director do trabalho, ou serviço, que lhe tomara seus nomes para a descarga. E para constar fiz este e outros de igual theor para serem afixados nos lugares mais publicos.

Secretaria em Perraes 12 de Junho de 1869. O encarregado.

José Ferreira Coelho.

O encarregado do serviço
João Antonio Maria

"Na construção das estradas era utilizada a mão de obra dos lavradores e jornaleiros e, neste caso, das freguesias de Oiã, Oliveira do Bairro, Troviscal e Fermentelos. Mas havia sempre os que se eximiam a esta obrigação, como se verifica por este aviso, a intimar "todos os jornaleiros-lavradores e mulheres com jigo que não tenham satisfeito os três dias…" a apresentarem-se nos trabalhos, sob pena de serem entregues à execução judicial…

bibliotheca

estação do caminho-de-ferro de Oliveira do Bairro era efectivamente importante, passando pela Pedreira e Malhapão. Igualmente importante era a ligação ao concelho de Vagos, com a construção do resto da estrada do Fontão ao Roque.

As obras da estrada de Fermentelos - Silveiro que tinham sido subsidiadas pelo Governo com um conto duzentos e oitenta mil quatrocentos e trinta e um réis [9], continuavam ainda em Março de 1870, mês em que foram suspensos os trabalhos "em razão de ser esta época em que se deve tractar das sementeiras e serviços da vinha, devendo recomeçar os serviços, logo que se achem mais aliviados os serviços da lavoura". Era esta deliberação exarada na acta da Câmara de 23/3/1870.

A estradas eram construídas à custa do braço dos lavradores que contribuíam assim com o imposto braçal, mas fora isso, tinham a sua jorna que, então e desde 1864, era de duzentos mil reis (trabalho de enxada, enquanto os serviços dos carreiros eram pagos a setecentos mil reis/dia).

Entretanto, a ponte sobre o rio Levira, (a ponte da Quinta da Morte) iria sofrer alteração. Era necessário construir uma ponte com um arco para livre trânsito das águas que vinham do sul e da vala que dava escoante às águas que saíam dos moinhos que foram da Casa do Visconde de Asseira, dono da Quinta da Morte, e então eram do Estado [10].

biblRIA

Ao abandonar a presidência da Câmara (31/1/1870), a favor de Joaquim Duarte Sereno, entretanto eleito, Augusto Ferreira Pinto Basto não deixava de fazer um balanço (positivo). Nomeava, entre outras obras, o arranjo do caminho do Silveiro para o Troviscal, passando pela Bunheira e o início da estrada que ia da vila ao Porto da Moita.

"Esta Câmara fez tudo quanto lhe foi possível em benefício do concelho com os poucos recursos de que pode dispôr" - afirmara Augusto Ferreira Pinto Basto, não deixando de referir ainda a elaboração do código das posturas municipais e lamentar apenas a existência de um problema com a construção da residência paroquial de Oiã, anexo à igreja, de dois pisos, porque não obedeceu ao alinhamento dado. Por influência do pároco, Joaquim Duarte Rosa, junto do governador civil, não conseguiram fazer cumprir a deliberação.

---

[9] *Acta da Câmara, de 11/11/1869*
[10] *Idem, de 27/7/1870*

Em 1871, a Câmara, antecipando-se ao silvo dos comboios, considerava absolutamente necessárias duas vias: uma que fosse da estação de caminho de ferro ao lugar da Palhaça, passando por Bairro do Mogo, Malhapão, Pedreira e Vila Nova da Palhaça e a outra que partisse da estação de Mogofores até ao Boco, atravessando Mamarrosa, Bustos e Barreira de Bustos. O porto do Boco era então de grande movimento, com barcos a carregar cal para Aveiro e Ovar, entre outras praças, proveniente, sobretudo, dos fornos da Mamarrosa e Vilarinho do Bairro, bem como madeiras. De regresso carregavam sal para as matanças e estrumes para as terras dos lavradores.

As acessibilidades eram assim já levadas em conta e Águeda, levando em conta as comodidades dos povos, construía em 1874 uma estrada do lado de lá do Rio do Cértima.

Em face disso, a Câmara de Oliveira do Bairro concluiu da mesma forma - a estrada era de todo o interesse para os povos de um e de outro lado e deliberou construir "logo que dispôr de meios suficientes (...) uma estrada que ligue a cabeça do concelho com a dita estrada" (de Águeda). Ou fosse entre a vila e "o embarcadouro existente no limite do lugar da Murta". A estrada teria cinco metros de largura até ao Rio "onde há uma barca de passagem". [11]

bibRIA

Antes havia um caminho irregular e "intransível em grande parte do ano". Outro motivo levava à deliberação da Câmara. Prendia-se com a realização dos mercados semanal e mensal que se faziam na vila.

Entretanto, o tempo escoava-se, os cofres sentiam-se pouco abonados e é natural que as obras só tenham começado no fim do ano de 1877, ou estariam para começar, já que apareceu no fim desse ano na Câmara uma representação de pessoas da Freguesia "pedindo fosse contruída a estrada de forma a que o seu ponto de saída na vila seja próximo à praça onde todos os domingos se faz um mercado" [12]. A representação foi atendida.

Em 1889, o Estado subsidiou a construção do lanço entre a Ponte da Morte e Vila Verde. Era aos bocados que se faziam as estradas e geria-se ao centavo. Nesse mesmo ano é sugerido que "se faça construir uma estrada

---

[11] *Acta da Câmara, de 19/3/1875*
[12] *Idem, de 21/10/1877*

que saindo da estrada que leva esta vila com o caminho de ferro, no sítio da Fonte da Cunha, seguisse para a Lavandeira" e "vá entroncar com a que a Câmara Municipal de Anadia trata de fazer construir da Amoreira da Gândara em direcção à estrada pedida".

Em 1892 a projectada estrada Fermentelos - Troviscal chegava ao lugar da Silveira, onde eram expropriados alguns terrenos de pinhal no sítio da Carreirinha para a continuação do lanço da estrada do Porto da Asna ao Troviscal, compreendido entre a Silveira e a várzea de Malhapão. (Antes, a estrada, ou melhor, o caminho que dava a Malhapão e Troviscal, tinha um traçado bem diferente: passava pela Vasca, Leiteirões e Cales).

Uma outra ponte de madeira em alvenaria cujo projecto fora encomendado em 1907, embora a ideia tivesse sido ventilada já em Agosto de 1905, vinha melhorar as acessibilidades. Para custear as despesas da sua construção, o presidente do Conselho de Ministros, conselheiro José Luciano de Castro, de Anadia, a pedido do Conde de Águeda, representante das Cortes, concedera um subsídio de um conto de reis e "promettendo dar mais" para a ponte da Murta [13].

Em Outubro de 1907, a Câmara de Oliveira do Bairro depositava na Caixa Geral de Depósitos em Águeda, à ordem da Câmara daquela vila, metade do custo das obras, ou fosse um conto de reis. Ao mesmo tempo que oficiava àquela Câmara, pedindo-lhe a arrematação e construção da mencionada ponte, o mais depressa possível, responsabilizando-se por metade da importância que faltava [14].

A estrada da Murta foi sempre uma via de muito movimento. De ligação ao concelho de Águeda, era passagem obrigatória para os feirantes e lavradores que daquelas terras, além Cértima, vinham comerciar à vila de Oliveira do Bairro. Curiosamente, ao longo dos tempos, esta ponte foi sempre reparada ou construída a meias. Ainda hoje, entre as Câmaras de Águeda e Oliveira do Bairro.

Com a fábrica de cerâmica Rocha, Lda. a funcionar em pleno, eram muitos os carreiros que a utilizavam para o transporte do barro, mas também do gesso. O trânsito era tão intenso que, em Setembro de 1912, o executivo

bioRIA

---

[13] *Acta da Câmara, de 4/2/1906*
[14] *Idem, de 2 /10/1907*

camarário se viu forçado a estabelecer regras. Era mais uma postura, tendo em vista diminuir os muitos estragos causados pelos carros de bois nas "estradas municipais que vão da vila à estação da CP pelo grande movimento de carros". As posturas rezavam assim:

Artigo 1º: o condutor de carros puxados por bois ou vaccas, conduzindo barro e gêsso à estação de caminho de ferro ou à fábrica cerâmica d'esta villa de Oliveira do Bairro, pagara o imposto de quarenta reis por cada carro".

Artigo 2º: Todo o condutor que se negar no pagamento do dito imposto será punido com uma multa de mil reis".

bibRIA

bibRIA

## AS PRIMEIRAS CASAS DE AULA

O Ensino primário que estava até então nas mãos dos clérigos, mas poucos frequentavam as casas dos "mestres", começou a dar os primeiros passos, com cunho oficial, em 1862. Em 10 de Junho deste ano, o presidente da Câmara, Augusto Ferreira Pinto Basto, propôs ao executivo, atento à necessidade de uma mestra de meninas para o concelho, que se devia pedir ao Governo a concessão de uma cadeira de ensino primário do primeiro grau para a vila de Oliveira (ano em que a população da freguesia era de 1765 habitantes e em que o número de meninas, entre os 4 e os 14 anos, era de 77). Mas podiam usufruir também deste ensino as freguesias de Oiã, Nariz, Palhaça, Mamarrosa, Troviscal e até as freguesias de Sangalhos e Ancas, do concelho de Anadia, e Aguada de Baixo, do concelho de Águeda.

bibRIA

O maior problema com que se debatiam as Câmaras para a propagação do ensino primário era exactamente a falta de edifícios próprios. E daí que, em Março de 1881, os responsáveis recomendassem que a professora Ana Amélia Augusta da Mota instalasse a aula da instrução por cima da cadeia, já que, depois da reforma dos juizes ordinários, era quase inútil, - raras vezes e só por horas, recebia um ou outro preso, mas mesmo que os pudesse receber, amiudadas vezes e com demora, havia por baixo da antiga sala de juízo ordinário uma outra prisão e esta e a dita sala do juízo ordinário eram mais do que suficientes para receberem os presos.

A professora havia sido despedida da casa onde leccionava por falta de pagamento de renda e acabou por não mudar para a antiga cadeia por

Escola Conde Ferreira, o primeiro edifício escolar construído de raíz

bibRIA

falta de condições (antes fora casa das sessões e então servia de casa do carcereiro e de cadeia). Acabou por alugar uma a Salvador José Tavares de Castro por ser aquela que mais se aproximava das condições exigidas.

A escola foi, entretanto, criada, e em 1871 o administrador da Câmara exigia a reforma da mobília para as casas da escola da vila, tanto do sexo masculino como feminino - ano em que foi ventilada a necessidade da construção da estrada entre Mogofores e Vagos, importante para os povos das freguesias da Mamarrosa, Vilarinho do Bairro e Covões, que "para o porto do Boco levam cales e madeira e dali trazem estrumes da Ria para os seus prédios " [1].

As escolas funcionavam então por casas arrendadas e a Escola Conde Ferreira foi o primeiro edifício a construir-se na sede do concelho.

Para a sua implantação foram comprados dois terrenos ("o terreno suficiente para se fundar a casa da aula"), propriedade de Salvador José Tavares de Castro (três mil e seiscentos reis) e António Martins Ribeiro (trinta mil reis), ambos da vila de Oliveira do Bairro. Relativamente a António Martins Ribeiro, ficou a Câmara com a obrigação de lhe "ceder o caminho que tinha direcção a Igreja que agora com a nova estrada junto da casa de aula fica inutilizado" [2].

bibRIA

Os primeiros passos para a edificação ocorriam em Abril de 1864. Na sessão da Câmara, de 22 de Abril, foi apresentado um ofício dos testamenteiros do Conde Ferreira com as instruções de se conceder a esta vila o legado de 1.200$000 para a fundação de uma casa para aula. A proposta foi aprovada na sessão de 15/5/64, com a condição de que "a nova escola fosse fundada no baldio possuido pela Câmara, junto à Fonte desta vila, denominado o Baldio do Paço", porque esse era o local mais apropriado.

Depois desta decisão, ainda se verificou um longo compasso de espera. Em Abril de 1866, são de registar dois passos, entre eles, um elogio na Câmara à benemerência do Conde Ferreira, do Porto, a quem foi decidido fazer uma representação.

O elogio à figura pública e benemérita do Conde Ferreira devia-se ao facto de ter indigitado o concelho como "um d'aqueles que o nobre Conde

---

[1] *Acta da Câmara, de 23/8/1871.*
[2] *Idem, de 17/12/1868.*

tinha em vista dotar, porque sendo grande em população é um dos mais pobres em edifícios". Na altura, existia um professor na "cabeça do concelho", de instrução primária, e um mestre de meninas que "ensinam em casas muito pouco accommodadas e cuja renda a Câmara tem de satisfazer".

Desta acta, de 18/4/1868, foi extraída uma cópia para enviar ao Conde Ferreira, a quem, no mesmo mês, foi feita uma representação para que "este concelho fosse contemplado em seu testamento, visto que está nessas circunstâncias, por que é pobre e não tem casas accommodadas para a escola tanto do sexo feminino como do masculino e nem as há decentes para allugar..." A Câmara oferecia o terreno e prometia cumprir as cláusulas do protocolo, que era essencialmente a construção da sala de aulas e vivenda para o professor, como a aquisição de mobília mesa e cadeira para o professor e bancos e mesas, munidas de tinteiros para 48 alunos, que era quanto comportaria a sala. Todavia, o mobiliário só foi adquirido uns meses mais tarde, naturalmente por falta de verba.. As providências e as palavras resultaram e era recebida a primeira prestação de 300 mil reis (facto registado em 22 de Abril).

Seja como for, a escola Conde Ferreira (que chegou a ser salão de baile e hoje se reparte pelo Oliveira do Bairro Sport Clube, que aqui tem instalada a sede) e pela Junta de Freguesia que de parte também fez sede, acabou por ser inaugurada em 9 de Dezembro de 1869.

bibRIA

Esteve presente o Comissário de Estudo do Distrito de Aveiro , Clemente Gomes Pereira de Carvalho, que no discurso exortou os professores a "empregar-se no ensino e qual o método que nelle convinha empregar... mas que além da propagação da ilustração, tinham o mais sublime encargo a cumprir, qual era o ensino da Moral Theorica e prática, pois que era indispensável para a boa mogeração do povo e para lhe melhorar os costumes".

O presidente da Câmara, Augusto Ferreira Pinto Basto, nas suas palavras mostrou "interessar-se com todo o fervor na propagação da ilustração e moralidade da mocidade" (o que contrastava com a ausência da maioria dos vereadores). E mostrou este fevor ao oferecer vários livros para premiar os alunos mais aplicados. Alguns estiveram presentes também na inauguração. Professores também presentes: Manuel Lourenço Catarino, padre António Areeiro que, em 1867, começou a dar aulas nocturnas "a

expensas suas, com prejuizo dos seus interesses e utilidades dos povos que a ellas tem em grande escala concorrido" [3]; António Maria Gomes Correia, João Pessoa Monteiro e padre Adriano José de Brito.

Ressalve-se que, quando chegou a benesse do Conde de Ferreira, a vila de Oliveira do Bairro já dispunha de mestra de meninas que leccionava, como era normal, em casa de renda, no caso vertente, na casa de Basílio Cerveira e Sousa e pagava à Câmara 18 mil reis.

Em 1870 padre António Areeiro, professor da instrução primária nesta vila, pedia licença à Câmara para construir uma casa no terreno municipal, junto da Casa de Escola Conde Ferreira, portanto, no chamado baldio do Paço, com as medidas de 6x4. A licença foi-lhe concedida.

Com o advento da República, o ensino primário sofreu um grande impulso e é o tempo da construção de alguns edifícios e ainda de arrendamento de outros.

Na reunião da Câmara de 24 de Maio de 1913, era apresentado um ofício do Inspector da Delegação Escolar de Anadia, a que pertencia o concelho, pedindo opinião sobre a criação de um segundo lugar de professor da escola para o sexo masculino na sede do concelho, tendo concluído a Câmara pela criação do lugar, dada a grande frequência.

bibRIA

Neste ano, já funcionava a escola de Vila Verde, sexo masculino, mas os habitantes e chefes de família dos lugares da Serena, Monte Longo da Areia, Monte Longo da Capela, Portomar, Camarnal e Porto Chão, "cujas filhas melhor podem concorrer à escola do lugar de Vila Verde, da mesma freguesia por lhes ser mais acessível do que é a do sexo feminino em Oliveira do Bairro, que lhes fica a mais de 2 kms de distância e não lhes sendo isto possível fazer em consequência daquela escola ter sido criada para nela se ministrar o ensino às crianças de sexo masculino", uma comissão constituída deliberava representar ao Governo, pedindo-lhe para que a referida escola para o sexo masculino do lugar de Vila Verde seja "convertida em escola mista" [4].

Todavia, a escola mista de Vila Verde só foi posta a concurso em 3 de

---

[3] *Acta da Câmara, de 23/1/1867*

[4] *Idem, de 14/6/1913.*

Março de 1917 e era colocado ali o prof. Manuel Maria Martins Duarte, de Perrães, nomeação que, aliás, ficou sem efeito, substituindo-o o professor Anacleto Pires Fernandes, do Rego. O outro professor era Cacilda da Conceição Pato.

Embora já existisse então a escola primária no Cercal, em casa de renda, a necessidade da criação de uma escola mista fez-se sentir em 1915, à qual podiam concorrer crianças dos vários lugares ribeirinhos. Joaquim Ferreira Rodrigues e António Rodrigues de Almeida, proprietários do Cercal de Baixo, pediram à Câmara a sua criação, tendo oferecido o cidadão António Rodrigues de Almeida "a necessária mobília e material de ensino"[5]. A Câmara mandou organizar o respectivo processo, achando execelente a ideia, já que ia beneficiar as crianças do Cercal de Cima e Cercal de Baixo, Murta, Espinheira, Carreira, Cabecinha e Charqueira.

A primeira professora da escola mista do Cercal foi Maria Augusta de Albuquerque e Sousa (1918).

Neste ano, a Câmara recebia ainda várias reclamações dos povos dos lugares de Mamarrosa, Bustos e Vila Verde, "cujos filhos se ressentem da falta de que se lhes ministre a instrução".

biblRIA

Em face da procura cada vez maior da escola, a Câmara deliberou, mesmo sem ter vindo publicado no Diário do Governo, abrir o respectivo concurso e, em face disso, foram nomeados professores interinos: Jaime de Oliveira Pinto de Sousa (Mamarrosa), Marília Sereno Curado, escola feminina da Quinta Nova (Bustos) e Cacilda da Conceição Pato (escola masculina de Vila Verde) e nomear ainda Adélia da Conceição Rocha, professora interina do segundo lugar da escola masculina da Palhaça, durante o impedimento por doença de Ester Resende de Aveiro.

A escola primária do Cercal havia de funcionar por poucos anos mais em casa de renda no Cercal de Baixo. Em 30 de Dezembro de 1922, realizou-se uma reunião de proprietários para deliberarem acerca da construção de um edifício novo. Dessa reunião resultou a assunção de responsabilidades e foi nomeada para o desempenho dessa tarefa uma direcção que ficou assim constituída: José Ferreira dos Santos, da Murta, António Rodrigues de Almeida e Joaquim José Ferreira, do Cercal de Baixo, e Joaquim José de

[5] *Acta da Câmara, de 11/8/1917.*

Oliveira, da Carreira. Por outro lado, foi constituída uma Comissão, de que foi secretário padre Acúrcio Correia da Silva que muitas vezes entabulava conversa com os conterrâneos para que deixassem ir os filhos à escola. Era composta por: Manuel Rodrigues Réu, Abílio Correia da Silva e José Ferreira da Cruz, da Cabecinha; José de Oliveira Roça, António Rodrigues Réu, Joaquim Ferreira da Cruz e Joaquim Ferreira da Cruz Mané, do Cercal de Baixo; Francisco da Cruz e Joaquim Ferreira dos Reis, do Cercal de Cima; Francisco Correira Gomes, Sabino Ferreira dos Santos e José Francisco dos Santos Ladeira, da Murta e Charqueira: Joaquim Ferreira Agostinho e José Francisco Pinheiro, da Carreira, e Francisco Ferreira dos Reis, da Espinheira.

Com a criação das escolas mistas em todas as freguesias, o número de alunos aumentava assustadoramente. Por exemplo, em 1913, o professor do Troviscal oficiava à Câmara, lembrando a necessidade de ser criado um segundo lugar, no mais curto espaço de tempo. A Câmara deferiu o pedido para seguir para o inspector do Círculo Escolar de Anadia, pois que, com a frequência da escola por 88 alunos, era impossível a um professor administrar-lhes bem o ensino.

bibRIA

Outro problema com que se debatiam naturalmente as escolas era a falta de condições, nomeadamente a nível de higiene. O mesmo professor queixava-se que "na escola a seu cargo cai água de chuva e que muito prejudica o material escolar". Ao mesmo tempo, pedia para ser construída "uma retrete para os alunos, visto que à falta dela eles se utilizavam do terreno adjacente à referida escola, tornando-a anti-higiénica". A casa era de renda e pertencia a Manuel Simões da Cruz a quem foi recomendado consertasse o telhado e a construção da necessária retrete.

A explosão do ensino era na verdade um facto e, no mesmo ano, também a professora da Palhaça expunha, em ofício datado de 22/11/1913, a necessidade urgente da criação de um segundo lugar, pois que a sua escola era frequentado por 90 crianças, reconhecendo o colégio camarário "as ponderosas razões da professora e que impossível se tornava a um só professor manter a disciplina na sua escola e satisfazer ao programa do ensino primário" [6].

---

[6] *Acta da Câmara, de 13/6/1913.*

Curiosamente a escola da Palhaça em 1915 era já frequentada por 132 crianças, pelo que, de forma alguma, o professor podia administrar convenientemente o ensino. Além disso, a casa de renda, propriedade da viúva do Dr. Manuel Francisco Simões, achava-se em mau estado. Era professora Maria dos Santos e o segundo lugar foi ocupado por Albino Sarabando da Rocha.

Em mau estado estava também a escola de Oliveira do Bairro e a professora Margarida Ilusinda Augusta de Castro enviava ofício à Câmara, queixando-se do péssimo estado em que se encontrava (bem como a casa de habitação), "incapaz de servir para tal fim: chove nela por todos os cantos e que muito prejudica o mobiliário que não tem sequer uma sentina para as crianças, suas alunas e servirem dela e que está num centro de muito trânsito cujo barulho incomoda e perturba...", "que a referida escola está uma coisa impossível, a que o senhorio (Amadeu Ferreira Dinis), apesar dos seus rogos, não tem querido dar remédio". Apresentava mesmo a sugestão para mudar de casa.

Entretanto, em Setembro de 1919, era pedido ao Ministério da Instrução Pública um subsídio para a construção na vila de um edifício para a escola do sexo feminino e residência do respectivo professor, mas o subsídio não chegou e a escola das meninas passou, passados anos, a funcionar no edifício que fora residência paroquial.

bibRIA

Em 1933, a sede do concelho possuía como edifício próprio apenas a Escola Conde Ferreira, altura em que era reclamada, de novo, a construção de um novo edifício", obedecendo a requisitos da moderna pedagogia" [7]

Em 1937 eram professores da escola feminina: Ana Sampaio Leite de Morais que sucedera na cadeira a Maria Augusta Albuquerque Sousa e da masculina António Joaquim de Carvalho; no ano antes, leccionava Ester do Céu Clara de Sequeira; na de Vila Verde leccionava Isolina Abrantes Guerra e na do Cercal Clotilde Eduarda Matos de Almeida.

Refira-se que o concelho de Oliveira do Bairro fazia parte do Círculo Escolar de Anadia e assim é que, tanto no tempo da Monarquia, como nos primeiros anos da República, os alunos tinham de deslocar-se à capital da Bairrada para prestar provas. Porém, essa obrigação caducava em 1914,

---

[7] *Acta da Câmara, de 1-12-1923.*

ano em que as crianças das escolas de Oliveira do Bairro, Mamarrosa, Bustos, Palhaça e Oiã começavam a fazer o exame de primeiro grau de instrução primária na escola Conde Ferreira. A ordem era transmitida por ofício do inspector, de 6 de Julho.

Os do segundo grau começaram a ser realizados no ano seguinte.

bibRIA

bibRIA

# MUITA EUFORIA, POUCAS OBRAS E O SONHO DE UM CAMPO DE ATERRAGEM

Se os anos que se seguiram à proclamação da República também em Oliveira do Bairro foram de alguma euforia, esta não provinha de obra feita e de projectos grandiosos, antes era a consequência natural da mudança, que não foi assim tão linear. E basta dizer que, em 1913, os monárquicos ainda ganhavam as eleições na freguesia da Mamarrosa.

bibRIA

Seja como for, ideias de progresso eraM coisa que não faltava e, assim, na reunião de 31 de Agosto de 1912, a Comissão Administrativa, liderada por Manuel dos Santos Ferreira, deliberou que se pedisse que "seja reparada a estrada distrital nº 102 de Lavariz a Aveiro, entre os kilómetros 18 e 19, a estrada distrital que conduz de Mogofores ao Boco".

Entretanto, a estrada da Giesta estava parada, o que motivou um ofício da Comissão Administrativa de Vagos, expondo que estava já há bastante tempo por concluir a estrada que conduz da Giesta a Vagos, "o que é muito prejudicial aos interessados daquele e deste concelho e não lhes parecendo difícil de se lançar este melhoramento, pois a distância a construir será de 3 kms, se tanto..." e recomeçam os trabalhos (empedramento) ao mesmo tempo que lembrava a necessidade de se fazer uma representação junto do Ministro do Fomento[1].

Os tempos eram difíceis. A emigração, nem com a boa nova da República, estancara. De tal modo era grande que, na reunião de 1 de Março

---

[1] *Acta da Comissão Administrativa, de 14/6/1913*

de 1913, a Câmara deliberava representar-se ao Governo da República "pedindo-lhes para evitar a emigração no nosso país, procedendo contra os agentes da emigração afim de lhes tolher a nociva acção e extingui-la quando possa ser". Havia já falta de braços para a agricultura, que tinha ainda outros problemas - como a careza dos adubos.

No ensino, as aulas continuavam a funcionar em casas de renda e a Comissão Administrativa lançava mão a outros expedientes para solucionar o problema. Em sessão de 5/10/1912, deliberava arrematar em hasta pública o arrendamento da "casa que servira de residência paroquial na freguesia de Oiã para ser aplicada a casa de escola de instrução primária do sexo feminino" e de habitação da respectiva professora.

As dificuldades financeiras eram muitas, agravadas com o caso do empréstimo de 2.000.000 reis, contraído junto de D. Cacilda Figueiredo Veloso e José Rodrigues Sucena (Conde Sucena) pelo executivo de Dr. Abílio Pereira Pinto para a abertura da avenida, hoje do mesmo nome.

No entanto, o seu fervor republicano, esse, não esmorecia e em 25/10/1913, deliberou a Comissão "felicitar o Governo da República na pessoa do senhor Dr. Afonso Costa, Ministro das Finanças, pelas medidas repressivas que tomou contra os conspiradores do último movimento monárquico, fazendo votos para que lhe seja aplicado o rigor da lei".

bibRIA

Poucos dias antes, tinham decorrido manifestações festivas de regozijo pela passagem do terceiro aniversário da República. Havia-se formado uma Comissão que procurou "agregar a si todos aqueles que para tão louvável fim se queiram associar" [2].

A Comissão nomeada era composta por António Francisco de Figueiredo, Albino de Oliveira Rocha, Joaquim Francisco de Figueiredo, António de Oliveira Abrantes, Joaquim Ferreira das Neves, José de França Figueiredo, Joaquim Dias Ladeira, Manuel Dias Ladeira e Leonel de Sousa Maia, todos da vila de Oliveira do Bairro.

No entanto, durante a primeira República, dominada por inúmeras querelas e enxameada de politiquices, deve reconhecer-se - e as actas da Câmara disso são bem o espelho - o marasmo em que o concelho voltou a mergulhar para além do grande passo que se deu na área do ensino, que

[2] *Acta da Comissão Administrativa, de 9/8/1913*

obras eram quase nenhumas. O dinheiro não abundava e foi até demitido da Escola da Quinta Nova o professor Jaime de Oliveira Pinto de Sousa "em consequência de não ter verba no seu orçamento relativo ao corrente ano, para ocorrer ao pagamento do vencimento e demais despesas com o referido professor" [3].

Os afazeres da Câmara traduziam-se, na sua grande maioria, na constituição de comissões de recenseamento, juntas de repartidores da contribuição indirecta, vistoria de valas e regueiras públicas, nomeação de louvados para procederem à divisão de águas para regas (incluindo dos arrozais e aproveitamento das águas das fontes que a Câmara ia reparando), atribuição de subsídios da lactação às mães pobres, pagamento de despesas na farmácia para tratamento das pessoas menos favorecidas e ainda as despesas nos hospitais, arrematação em hasta pública da contribuição municipal indirecta e pedidos à Circunscrição Escolar de Anadia para vistoria de salas de aulas.

A emissão de licença para construção de muros e casas, alinhamentos e de atestados de bom comportamento moral era o que por vezes mais ocupava os políticos. Embora, é evidente, tivessem que ir tapando os buracos dos caminhos, consertando as fontes e lavadouros, estruturas que então eram importantes, como talvez hoje a água ao domicílio. E não iam muito mais além disso, pese embora o interesse pelo ensino que deu um salto positivo.

Em 1921 o estado das estradas era calamitoso, (não só do concelho), e isso era pelo menos preocupação dos políticos. Assim é que, encontrando-se intransitável a estrada distrital 75, "de Mogofores à Quinta onde é inteiramente impossível a passagem de qualquer veículo, prejudicando muito este concelho, especialmente Bustos" [4], foi deliberado pedir ao Director das Obras Públicas em Aveiro a reparação, prometendo a Câmara comparticipar, colocando no local, a pedra e o saibro suficiente e mandar cilindrar o piso.

O insuspeito Tiago Ribeiro, que foi secretário da Câmara, retratava

[3] *Acta da Comissão Executiva, de 29/7/1916*
[4] *Idem, de 28/5/1921*

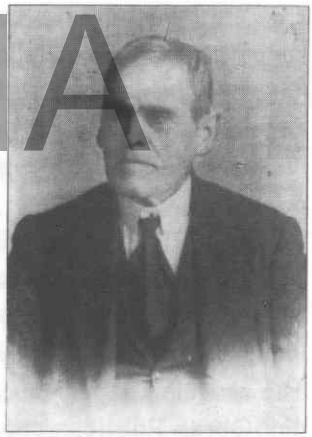
biblRIA

assim aquele período conturbado da política portuguesa e local, onde abundavam as falcatruas nos actos eleitorais, os mais inverosímeis. "A república se resume apenas em vaidade de mando, perseguições políticas, amuos partidários, discussões estéreis e de roupa suja, derrubamento de governos, linha divisória de grupos, grupinhos e grupelhos"[5] para questionar: "quando soará a hora da justiça batida pelo malho da ordem no campanário da benefica e sonhada República?"

Na instabilidade e na desordem, (eram agitados os tempos na vertente política) o progresso era lento. E foi assim por vários anos. Por exemplo: a Avenida Cândido dos Reis, em tempo de chuva, era um verdadeiro charco, não se podendo transitar a pé enxuto. A Câmara ordenava mesmo que se fizesse o trânsito pelos lados, ficando o centro para os peões.

Ilustra esta afirmação o que se passou à volta da nomeação de Bernardino Joaquim de Carvalho, que havia ocupado cargos importantes no tempo da Monarquia e nos primeiros anos da República, para administrador do concelho. Isso suscitou alguma controvérsia.

Quando esse facto chega ao seu conhecimento, a Comissão Executiva, por unanimidade, em reunião de 6/11/1920, deliberou protestar junto das instâncias superiores contra a sua nomeação porque "é confesso monárquico reaccionário tendo perseguido os republicanos na situação de Pimenta de Castro".



*Bernardino Joaquim de Carvalho*

(Neste ano de 1920 na Bairrada já havia falta de braços. "Alma popular", edição de 15/5, lançava o alerta: "Se o governo não põe cobro à migração ficamos reduzidos à miséria... há proprietários que não amanham convenientemente as terras por não haver trabalhadores para convidar, apesar da jornada diária atingir 2$50 a 3$00 ...").

Com esse objectivo telegrafaram e enviaram ofícios ao Presidente do Ministério, António Maria Baptista, presidente do Senado, presidente da

[5] *"Alma Popular", de 10/9/1921*

Câmara de Deputados e governador civil, bem como ofícios às juntas de freguesia no sentido de agregar vontades e engrossar o protesto "para, se assim o entenderem, igualmente protestarem junto das instancias superiores".

Era presidente da Câmara António Barata que tinha como vice José Maria Rodrigues Réu e como secretário Manuel Simões de Carvalho.

De nada valeram os protestos. Bernardino Joaquim de Carvalho foi mesmo nomeado administrador. Isso motivou novo protesto em 18/1/1921, invocando aqueles que é "confesso monárquico, constando haver proposto para regedores nas freguesias deste concelho cidadãos dos mais inimigos da República que tem feito campanha contra as instituições republicanas". O protesto tinha um endereço: o Ministério do Interior.

A posse teve lugar no mês de Junho de 1921. Era presidente da Comissão Executiva, António Simões Barata. E, como é óbvio, não mereceu o aplauso dos republicanos, por duas razões: já estava alquebrado pelos anos, por um lado, e o seu republicanismo merecia alguns reparos; por outro, ora aplaudira os Pimenta de Castro ora os Sidonistas.

Das perseguições contra alguns munícipes que não seguiam Os Pimentistas se insurgia em 1914 Bernardo Joaquim de Carvalho que então era presidente da Comissão Executiva:

bibRIA

"Constando a esta Comissão Executiva que na Administração deste concelho de Oliveira do Bairro se estão organizando processos políticos contra vários cidadãos seus munícipes por ódio e vingança pessoal, deliberou protestar contra o facto e pedir ao Exmº. Ministro do Interior um rigoroso inquérito neste concelho [6].

Como quer que fosse, em 1921, era o presidente da Comissão Política Municipal do Partido Liberal do concelho.

Bernardino Joaquim de Carvalho que nascera no Troviscal em 1950 e falecera na Póvoa do Forno em 1932, era anos mais tarde considerado "um edil íntegro de facção conservadora... homem muito humano, muito honesto e de uma correcção inexcedível. Estes dotes fizeram deste munícipe uma figura de incontestável prestígio da nossa região". Quem o afirmou foi o vereador Engº Manuel Campos Silvestre que propunha se lhe prestasse uma homenagem póstuma, atribuindo o seu nome à rua onde residiu cerca

[6] *Acta da Comissão Executiva, de 5/12/1914*

de sessenta anos, durante o encontro de descendentes a realizar no dia 11 de Junho de 1983. [7] (Esta homenagem só viria a ter lugar no dia 9/6/1985).

Se não havia obras de vulto, pelo contrário, grandes fervores patrióticos e esperança num Portugal redimido. Em 1922, agitaram-se também as hostes oliveirenses com a travessia do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, o que logo mereceu da parte do executivo o envio de telegramas ao Presidente da República e presidente do Ministério, expressando ao mesmo tempo "o ardente desejo de que a gloriosa travessia do Atlântico prossiga e atinja o seu fim sem qualquer incidente desagradável" [8].

Em Oliveira do Bairro, este feito motivou grande contentamento e por largo espaço de tempo estralejaram foguetes e houve repique festivo de sinos na matriz, enquanto, por sua vez, a Filarmónica da vila, acompanhada de muito povo, percorreu as ruas. Houve mesmo sessão solene na Câmara, presidida pelo coronel Vasconcelos Dias, secretariado por António Tavares Araújo de Castro e Dr. António da Costa Ferreira, que então era o governador civil de Aveiro.

Discursaram figuras antagónicas, como padre Acúrsio Correia da Silva, padre Joaquim Ferreira Maneta, Tiago Ribeiro e António Barata (que declamou um soneto), todos unidos por um fio comum, o patriotismo.

As festas continuaram ainda noite dentro, com a Filarmónica, iluminação e vistoso fogo de artifício, terminando com uma marcha *aux flambeaux* que percorreu a vila ao som do hino nacional.

Esta manifestação deve ter tido alguma repercussão a nível nacional, de tal modo que o Director da Escola Aeronaútica Militar solicitou à Câmara "a escolha e adaptação de um campo de aterragem onde portugueses e estrangeiros possam descansar o seu corpo e onde o povo do concelho possa receber nos braços os novos heróis da epopeia aérea".

Foi deliberado, então, perante aquele convite que cada um dos vogais fizesse os estudos que julgassem necessários a fim de ser descoberto o local dentro do concelho que se pudesse adaptar a campo de aviação...

Se as obras não eram muitas, para além do trivial e forçoso dever

biblRIA

[7] *Acta da Câmara, de 31/5/1983*
[8] *Acta da Comissão Executiva, de 25/4/1922*

fazer-se, o empenho em defender o que era uma característica do território manifestava-se à altura das situações. Por exemplo, o executivo, liderado por António Simões Barata, insurgiu-se contra a publicação do Decreto nº. 7852, de 30 de Novembro de 1921 que, a levar-se à prática, causaria muitos prejuizos aos agricultores pelo facto do baixo teor alcoólico do vinho da Bairrada e as exigências do Governo. Deliberaram então oficiar ao presidente do Ministério, pedindo que o Ministério da Agricultura modificasse aquele decreto, "visto que muito prejudica a vinicultura nesta região da Bairrada", especialmente naquele ano em que os vinhos eram de inferior qualidade, poucos atingindo a graduação de onze graus, sendo muitos os de nove e meio e dez graus. E o pior é que "nesta altura do ano não podem os vinicultores preparar com aquela graduação sem o inconveniente de o prejudicarem".

Curiosamente, nesse ofício pedia a Câmara de Oliveira do Bairro ao Ministério para que a Bairrada fosse incluida na Região do Douro, sendo dilimitada esta a sul pelo rio Mondego como deve ser" - frisavam) "e desta forma encontrar-se-iam os vinhos desta região com as mesmas regalias que pelo aludido decreto são concedidas à Região do Douro ou suspender a execução do referido decreto até que o assunto seja devidamente estudado"[9].

biblRIA

Mal estavam em 1924 as estradas de acesso à estação de caminho de ferro. Estavam intransitáveis, com nítidos prejuizos para o concelho, pois que "as mercadorias são desviadas da dita estação para serem carregadas em via fluvial - Fermentelos e Boco" [10]. Invocava ainda a Câmara não possuir pedra para tal conserto e pedia à companhia o fornecimento de pedra para a sua reparação, comprometendo-se a Câmara a pagar a sua condução até à estação, o que foi aprovado por unanimidade.

O progresso era realmente lento e uma das formas de espevitá-lo era criar feiras, e foi assim que, por proposta do vereador António Joaquim de Carvalho, em reunião de 26/5/1923, foi criada na vila a feira mensal de gado bovino, pois que o concelho fazia parte de uma região "em que abunda a creação do gado bovino, suino e de outras raças e sendo dever das Câmaras

---

[9] *Acta da Comissão Executiva, de 3/12/1921*
[10] *Idem, de 28/5/1921*

municipais promover o progresso económico dos seus concelhos...". A proposta teve votação unânime, pois que todos "a acharam justa e de interesse para o concelho".

Se o progresso não era muito, os impostos eram pesados e havia até alguma injustiça na atribuição do imposto braçal. Embora, exposto ao público, raro era aparacer alguém a contestar. No entanto, o vereador José da Silva Pires, em 1925 "não achava equitativo esse imposto pago a dinheiro porque muitos proprietários pouco pagavam ao passo que pobres trabalhadores que tinham três e quatro filhos pagavam três e quatro vezes mais e por isso se devia consultar adovogado competente". [11].

Entretanto será de registar o querer fazer e modificar o status quo quando presidiu aos destinos da Comissão Administrativa o tenente Armando Esteves que, começando por fazer um inventário aos bens da Câmara, fez um levantamento das maiores necessidades do concelho, ficando duas freguesias a cargo de cada um dos elementos . Esta responsabilização deu os seus frutos na melhoria e alargamento de caminhos e beneficiação de outros, enquanto fontenários e lavadouros sofriam obras.

bibRIA

[11] *Acta da Comissão Executiva, de 27/11/1926*

## AS PRIMEIRAS LÂMPADAS

É com António de França Martins, como presidente da Comissão Administrativa, que se dão passos importantes na electrificação da vila e, depois, do concelho. Em 1928, já depois de inaugurada a energia eléctrica na vila, por proposta do presidente, foi deliberado por unanimidade, que "se procedesse à aquisição de luz eléctrica para iluminação deste concelho", sendo, tempo depois, convidado o respectivo engenheiro para fazer os estudos.

bibRIA

No entanto, os primeiros rumores de que a luz eléctrica poderia chegar a Oliveira do Bairro acontecem nos fins de 1920, quando a Sociedade Electro Indústria do Porto aparece a oferecer, por ofício, à Câmara 10 lâmpadas para alumiar a vila. Todavia, antes, já no tempo da Monarquia, a vila tinha iluminação pública. Havia candeeiros que queimavam quirosene. Por exemplo, já em 1887, havia uma verba destinada à sua iluminação, no montante de sessenta mil reis, o que não era coisa por aí além, se considerarmos que o mesmo documento regista uma verba de trezentos mil reis destinada a socorrer os expostos, as crianças desvalidas ou abandonadas até aos sete anos...

O grande passo importante foi, na verdade, dado em 1927, quando, em Novembro desse ano, a Sociedade Anónima da União Eléctrica Portuguesa do Porto enviou ofício à Câmara de Oliveira do Bairro, a anunciar que dispunha de energia eléctrica da queda do Lindoso e de uma central térmica de reserva no Porto e tinha a intenção de aumentar a distribuição de energia para o sul, tendo-se, de resto, já comprometido com a Câmara de

Coimbra, e à sua conta, montar uma linha de alta tensão entre o Porto e a cidade dos doutores (que então estudavam à luz do petróleo ou da vela) que poderia ser utilizada por todas as povoações que se encontrassem no seu percurso. Entre elas, a vila de Oliveira do Bairro.

Em face da proposta, a resposta foi positiva, lembrando-lhes "a grande conveniência que dá para os povos a distribuição daquela energia" [1].

Em 27 de Abril de 1929, o presidente da Comissão Administrativa, ainda António da França Martins, propôs fosse elaborado um contrato com a Caixa Geral de Depósitos de um empréstimo de cem mil escudos para a instalação da luz eléctrica na vila e construção da "casa do matadouro municipal" ao juro de 9%, por um prazo de quinze anos. Atingiam as prestações anuais o valor de 12.450$00 [2].

Entretanto, na reunião de 25 do mesmo mês, foi dito pelo administrador, António Tavares de Araújo e Castro, que "sendo a aquisição de energia eléctrica um melhoramento importante propunha para que fosse extensiva a todas as freguesias do concelho, desde que estas se sujeitem às cláusulas da companhia fornecedora".

bibRIA

Feito o empréstimo, em 3 de Agosto de 1929, foi aberto o concurso para o fornecimento do material para montagem da rede. Os postes foram fornecidos por António Gomes de Almeida, de Barrô, ao preço 25$00, postos na vila.

Era, na verdade, tempo de matar as sombras do sub desenvolvimento e abrir à luz do progresso que se fez sentir também quando foi inscrita uma verba de três mil escudos para a instalação de uma cabine telefónica na sede do concelho e ligação das freguesias mais importantes para a aplicação da rede telefónica urbana.

A luz eléctrica havia de chegar um ano depois: em Maio de 1930. Exactamente no dia quatro, que trouxe algumas nuvens. Foi acontecimento festejado rijamente com foguetes estoirando nos ares e duas Bandas lançando pelas ruas os melhores acordes: a Banda Infantil do Troviscal, que tinha como regente Manuel Pato Oliveira e a União Oliveirense que tinha estado dissolvida, mas regressava com brio às ruas. Depois, subiu para o coreto

---

[1] *Acta da Câmara, de 18/6/1927*
[2] *Idem, de 4/4/1929*

armado na avenida Abílio Pereira Pinto e tocou até chegar o governador civil, Dr. Artur Silveira.

Este evento deu origem a uma sessão, presidida pelo governador civil, que se fizera acompanhar do secretário-geral, Dr. Henrique Paz, ladeados pelo Visconde de Bustos e o industrial António de Oliveira Rocha.

Era presidente da Comissão Administrativa António França Martins, que usou da palavra, dando início a uma panóplia de discursos: pároco, padre Joaquim Ferreira Maneta e Miguel França Martins, estudante de direito. Não faltaram mostras de júbilo, patriotismo e bairrismo e, como era normal, gritaram - se vivas à Câmara, à Pátria e à República.

A festa na vila continuou com a chegada da banda Infantil do Asilo Escola Distrital e o povo na sua peugada. Por seu turno, a Banda do Troviscal tocou durante três horas "electrizando a assistência com os seus esplêndidos trechos musicais" [3].

Às 20 horas, explodia a população de contentamento e alguns pela primeira vez viam a luz eléctrica a entrar pelas suas casas e alumiar nas ruas. O governador civil ligava a luz pública e o presidente da Comissão Administrativa a luz particular, juntos na cabine que ficava...no cimo da ladeira da Raposeira. Foi então que os sinos repenicaram e subiram ao céu mais girândolas de foguetes, perante o espanto, a alegria e talvez a embasbacação de muitos.

DIDRIA

Depois de um jantar oferecido pelo administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro, houve mesmo um grande baile nas salas dos Paços do Concelho. Não era caso para menos. Era outro passo para o progresso, que merecia aplauso e festa como eram outras iniciativas. Por exemplo, em 1915 e por ofício de 9 de Janeiro, fora solicitado ao Director dos Correios e Telégrafos do distrito de Aveiro a criação de uma caixa postal em Vila Verde. Era este pedido considerado justo não só pela disposição do lugar, mas muito "especialmente porque lhe vem melhorar as relações comerciais do lugar que são grandes, o que sem ela são muito prejudicadas, como seria fácil de demonstrar se isso fosse necessário...".

---

[3] *"Alma Popular", de 6/5/1930*

A obra de António de França Martins, que era comerciante na vila, à frente da Câmara, e fora sargento do Exército, rebelando-se contra Sidónio Pais e um dos poucos que, saindo do quartel, em Coimbra, ainda fez o gosto ao dedo, não ficou apenas ligada à chegada da energia eléctrica, iluminação pública, e remodelação dos Paços do Concelho. A administração pública no que se refere à cobrança do imposto braçal sofria alteração de monta. O imposto de prestação de trabalho passava a ser pago também em numerário e não como anteriormente (apenas em trabalho braçal), com o que não estiveram de acordo todos os munícipes. Onde se levantou maior clamor foi justamente na freguesia de Oiã, onde os proprietários protestaram contra tal decisão. A resolução camarária determinava então "a remissão do imposto braçal..." e "cada carro de bois pagava quarenta escudos, cada carroça vinte escudos e cada pessoa dez escudos....".

Ao mesmo tempo e na mesma perspectiva de conseguirem fontes de mais gordas receitas, as taxas das feiras que não se achavam equiparadas com as das feiras vizinhas, (incluindo as das barracas) foram aumentadas.

Relativamente às feiras e no que se refere a condições de higiene, o executivo aprovou uma proposta que proibia a venda nos mercados de arroz, bacalhau, massas alimentícias e outro género de mercadorias que pela forma como estavam expostas recebiam "poeiras e outras impurezas prejudiciais à saúde pública [4].

biblRIA

Por outro lado, o presidente mostrava alguma preocupação quanto às deslocações dos cidadãos contribuintes à sede do concelho para pagarem ou reclamarem os seus impostos e assim é que, em reunião, de 9 de Agosto de 1930, propôs fosse criado em Malhapão uma secção de reclamações das contribuições e impostos da Câmara, respeitantes às freguesias de Bustos, Mamarrosa, Palhaça e Troviscal. Foi instalado este serviço na casa de Manuel António Simões de Brito e foi lá colocado o amanuense Pompeu António Branco.

A saga da construção de estrada vitais para o escoamento dos produtos e transacções e acesso às diversas aldeias, continuava. Em 1929, era construído o lanço da estrada entre Bustos e a capela de S. Tomé da Feiteira,

---

[4] *Acta da Câmara, de 21/2/1930*

onde foram utilizados 100 metros de pedra de Penedos. A estrada partia de junto da igreja de Bustos.

As transacções aumentavam entre concelhos e, em reunião de 22 de Junho de 1929, foi ventilada a necessidade da construção de uma nova ponte em cimento armado sobre o Rio Cértima na Murta, "que ofereça boas condições de trânsito, em substituição da presente" (de madeira). Foi proposto então que se convidasse o professor João Gomes Vieira, professor da Escola Industrial de Águeda, para elaborar o respectivo projecto. Nesta altura, também o rio Cértima estava com problemas de assoreamento. Alguns proprietários que se achavam prejudicados, entre a Ponte da Murta e Perrães, "pelo facto desse rio se encontrar alagado", propunham que se oficiasse aos Serviços Hidráulicos.

No sector de ensino, a Câmara pedia a instalação de cursos nocturnos nas freguesias de Oiã e Oliveira do Bairro em face do aumento da população e por haver muitos analfabetos, especialmente nas povoações mais populosas que eram exactamente Oliveira do Bairro e Oiã. Entretanto, propunha o presidente António França Martins que "a casa da escola que não tinha condições estéticas nem higiénicas" fosse reconstruída, não só para aquele fim, como a instalação da GNR "criada nesta vila e que não funciona por falta de casa própria".

bibria

Solução financeira? O dinheiro que devia ir para a construção do matadouro, iria para aquelas obras de restauro (escola do sexo feminino, instalada na residência paroquial, da vila de Oliveira do Bairro).

Curiosamente, um ano antes (1929), era do entendimento do executivo camarário que a cadeia antiga deveria ser arranjada para a instalação da Guarda Nacional Republicana. Propunham mesmo fosse desviada uma verba de 18.000$00, que estava destinada a investir na rede de distribuição eléctrica e respectiva cabine no lugar e freguesia de Oiã, mediante autorização do Ministério do Interior. Esta verba integrava o montante de cem contos provenientes da contracção de um empréstimo.

Por outro lado, as populações sentiam a necessidade de ter a sua escola própria, caso, por exemplo, dos lugares de Águas Boas e Silveira.

Na reunião da Câmara de 5 de Novembro de 1932, uma deputação de cidadãos do lugar da Silveira, composta por Manuel António Caldeira, Antero da Silva Pires, António Tomé de Carvalho, Manuel Lourenço da

Maia e Abel de Oliveira, pedia a criação de "uma escola mista de ensino primário", responsabilizando-se "por oferecer ao Estado casa própria para o seu funcionamento em virtude de naquele haver muitas crianças na idade escolar, conforme consta do respectivo recenseamento...", ficando muitas sem escola pelo facto deste lugar ficar afastado do de Malhapão que tinha escola. A Câmara deliberou deferir o pedido da sua criação.

As escolas sofriam então de acentuada degradação e, em Junho de 1929, o executivo já oficiava ao Ministro da Instrução, pedindo um subsídio destinado à "construção de edifícios escolares, pois que quase todas as escolas deste concelho funcionam em edifícios acanhados e anti-higiénicos, onde é impossível continuar a ministrar o ensino" [5].

Em Janeiro de 1932, era ainda pedida a criação de um posto de ensino diurno e nocturno no lugar da Serena, porque "tem muitas crianças nessa idade que ficam sem instrução". A Câmara tomava a responsabilidade pelas obrigações, assegurando a sua instalação e fornecimento de mobiliário [6].

No sector viário, de salientar a construção, no ano de 1932, da chamada "avenida do Hospital".

Para o efeito, foram adquiridos vários terrenos (Joaquim Ferreira da Cruz, do Cercal e Abel Pires de Miranda e Maria da Conceição Ferreira, ambos da vila, ao preço de 2$50 cada metro).

biblRIA

Neste ano em que era necessidade urgente dar assistência aos pobres e foi nomeado interinamente facultativo o médico Dr. António Carlos Pires Vicente, logo em Janeiro, começava a crescer o trânsito automóvel que começou a preocupar os autarcas pela velocidade excessiva... o que motivou a proposta e aprovação de uma postura que hoje tem o seu quê de graça:

"Considerando que os automóveis atravessam a vila com excessiva velocidade... prevendo-se desastres, pois os conductores das referidas viaturas não afrouxavam as velocidades", foi proposto que "nas avenidas, ruas e estradas desta vila, incluindo a estrada da estação, a velocidade máxima para qualquer viatura seja de trinta kilómetros à hora..." [7].

Curiosamente, com o fito de poupar o piso das estradas, o presidente da Comissão Administrativa, António da França Martins, propunha, na

---

[5] *Acta da Câmara, de 22/6/1929*
[6] *Idem, de 9/1/1932*
[7] *Idem, de 22/10/1932*

reunião de 25 de Janeiro de 1930, esta postura: "que havendo muitos condutores de carros a tracção a animais bovinos que carregam excessivamente os referidos carros, resultando não só danificarem as estradas, como maltratarem os animais, propunha, para evitar abusos, que esta Comissão estabelecesse o máximo que cada carro poderia conduzir, sendo deliberado que, sendo o carro puxado a dois bois, não pudesse conduzir mais do que o peso de mil e quinhentos quilos e puxado a um só boi setecentos e cinquenta quilos, sob pena de multa de cinco escudos por cada infracção". (Daqui se poderá concluir, por um lado, que os bois dominavam nos transportes e trabalhos de campo e que então a carroça ou não existia ou era rara).

Esta preocupação, porém, não era de então. Vinha já de longe. As estradas eram de piso frágil (macadame rendilhado de buracos que os carreiros, por exemplo, tapavam com molhos de vides que transportavam para o efeito, para que não ficassem no caminho ou tivessem que chamar por outras juntas de bois). De resto, eram os próprios carros que concorriam para esse estado, sempre decrépito e anunciador de forçadas paragens. Era no tempo em que as rodas de cambas e com pregadura (chapa de ferro pregada na roda de madeira) faziam alguns sulcos.

biblia

Para obviar os naturais estragos, houve mesmo que elaborar e fazer cumprir posturas, como estas, constantes dos Acordãos da Câmara de 26 de Março de 1858, artigo 21°.

"He prohibido desde já nas estradas mecadamizadas e um ano depois da publicação d'este accordão e em todas as mais estradas e caminhos d'este concelho passar com carros cuja pregadura for notavelmente saliente da chapa respectiva e que esta não tenha a largura pelo menos de duas polegadas: o que transgredir pagara a multa de quinhentos reis".

§ Unico. Na mesma penna incorrem desde já os que atravessarem com vestas ou bois e carros as valetas ou rampas das estradas mecadamizadas fora do citios em que elas dão passagem e os que cortarem ou danificarem árvores ou plantação junto das mesmas".

bibRIA

# A ESTÉTICA DAS RUAS

Da família Tavares de Castro, António Tavares de Araújo e Castro foi o último elemento político por excelência, ocupando por várias vezes o cadeirão do poder camarário, tanto em tempo da Monarquia (1899 - 1904) como na República (1914) ou exercendo também funções de administrador do concelho. E, quando não estava no topo de hierarquia, estava no patamar do poder, como vogal ou no conselho municipal.

biblRIA

De 1938 a 1940, voltou a ocupar a presidência da Câmara, acompanhado por António Domingues Novo, de Malhapão, e José Simões Loureiro, de Bustos.

No primeiro ano, algumas inovações curiosas foram introduzidas a nível da gestão camarária. Foram claramente distribuídas tarefas pelos vogais. António Domingues abraçou o pelouro das obras municipais, urbanização e fomento, enquanto José Simões Loureiro detinha o pelouro da saúde pública, cultura e assistência.

Neste ano foram criados especificamente os lugares de cantoneiros municipais, que tinham o horário dos cantoneiros do Estado. Foram nomeados Filipe Cardoso, de Oliveira do Bairro, que teve a seu cuidado a reparação e conservação da estrada que vai da Ponte da Murta a Bustos e Abel Nunes Condesso, de Oiã, cuja tarefa era a preservação e reparação da estrada entre as Agras de Oiã e a Póvoa do Carreiro, - estradas vitais para o progresso do concelho. No entanto, podiam ser deslocados para outros lados, conforme as necessidades.

Não deixa de ser curioso o horário que lhes foi fixado pela Câmara.

Nos meses de Janeiro a Abril e de Outubro a Dezembro, o começo do trabalho era ao nascer do sol e só terminava ao pôr do sol. Os intervalos para o descanso e para as refeições eram das oito e meia às nove horas e das doze às treze horas. Nos restantes meses, o início do trabalho era às sete horas e só despegavam definitivamente às vinte horas. Aqui tinham intervalos para as refeições e descanso das nove às nove e meia e das treze às quinze horas (tinham o benefício da sesta...)

Os cantoneiros municipais tinham também outras atribuições: exerciam a fiscalização das posturas e regulamentos municipais, ao longo dessas vias. Das multas que fizessem tinham direito a comparticipação, o que não deixava muitas vezes de criar situações abusivas.

No sector da rede viária, a melhoria das vias ia sendo feita. Assim é que um troço de 2500 metros da estrada de Oliveira do Bairro - Bustos era adjudicado a 4 de Novembro/39 ao empreiteiro Lino Alves Seabra, de Ancas, por 19.800$00 - empedramento de um troço, no âmbito da 3ª zona da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Rurais. De conta da Câmara era o fornecimento da pedra britada e colocada no local dos trabalhos, onde já se encontrava então grande quantidade.

bibRIA

Relacionado com o trânsito havia neste ano diversos condutores de veículos não automóveis a pedir para que a Câmara lhes concedesse cartas de cocheiros. A Câmara aproveitou logo o ensejo para aprovar uma postura: "E expressamente prohibido o exercício neste concelho de cocheiros sem prévia matrícula na secretaria da Câmara, sob pena de multa de cem escudos". Isto é, os carros de tracção animal e muar não podiam circular livremente sem a respectiva matrícula e chapa. Mais: os candidatos a cocheiros não podiam ter menos de dezoito anos e documento comprovativo de que haviam sido aprovados no exame a que previamente eram submetidos. O examinador era Francisco da Costa Teixeira que cobrava dez escudos por cada exame, enquanto na Câmara pagavam de licença o dobro, vinte escudos. Era constituída assim mais uma fonte de receita. De resto, o decreto 18.406 de 31 de Maio de 1931 já obrigava ao registo dos veículos não automóveis de qualquer tipo, destinados ao transporte de passageiros ou mercadorias. No entanto, o registo e a obrigatoriedade da utilização da chapa só começou a ter aplicação no concelho em Dezembro de 1938.

Na área da comercialização dos produtos agrícolas foi implantada

uma certa ordem. Na altura, havia diversos comerciantes, nomeadamente de ovos e cereais, que, nos dias do mercado, para fugirem ao pagamento das respectivas taxas, se ficavam pelos caminhos de acesso. Exerciam assim o seu comércio pelos caminhos e estradas. Ora isso constituía algum prejuízo para as finanças da Câmara. Além de outros de ordem higiénica, já que eram realizados fora dos estabelecimentos e locais próprios, praças ou feiras. Então, por iniciativa do presidente da Câmara, António Tavares de Araújo e Castro, foi deliberado que fossem afixados editais a anunciar a proibição deste mercadejar pelos caminhos, sob pena de multa de 50$00 e respectivos adicionais. Multados, tinham que apresentar ainda a respectiva contribuição industrial.

Se a Câmara estava preocupada com a venda nos locais incertos dos produtos agrícolas, nomeadamente os ovos, uma preocupação maior lhe era colocada em Agosto de 1939, altura em que se aproximava a vindima e o vinho estava muito pelas adegas dos lavradores. A pedido dos agricultores foi oficiado pela Câmara à Junta Nacional do Vinho, pedindo fosse tirado das adegas o vinho que lhe fora entregue "porque aproximando-se as vindimas não têm vasilhas para a nova colheita" [1].

bibRIA

O urbanismo começou a ser outra preocupação do executivo e assim é que foi nomeada uma Comissão Estética, para se poder pronunciar sobre a beleza estética das construções civis na área da vila. Era constituída pelo Presidente da Câmara, António Tavares de Araújo e Castro, professor António Joaquim de Carvalho e ainda por um delegado do governo. Uma das suas funções era "corrigir tanto quanto possível os costumes antigos no que respeita à estética das ruas e avenidas da vila" [2].

Se todos punham os olhos no embelezamento da vila, a Câmara ia deliberando no sentido de serem caiadas as casas e muros confinantes com os caminhos. O não cumprimento era sinónimo de uma multa de dez escudos.

Todavia, nem todos cumpriam a deliberação no tempo estabelecido, alegando falta de artistas. O prazo tinha de ser dilatado para mais noventa

---

[1] *Acta da Câmara, de 5/8/1929*
[2] *Idem de 3/6/1939*

dias... Muitas vezes, a causa era só a indisponibilidade financeira para ser executado este trabalho! As finanças eram sempre curtas.

O ensino continuava a despertar as populações. No entanto, a Câmara lutava com a falta de casas próprias. Muitas vezes, as que havia eram obsoletas e sem nenhumas condições como era o caso da Escola do sexo feminino em Oliveira do Bairro (antiga residência paroquial): "não possuindo o edifício onde funciona a escola do sexo feminino nesta vila as condições indispensáveis para a frequência escolar que cada vez aumenta mais de número nem conforto necessário, por lhe faltarem as condições higiénicas", a Câmara deliberou, em 29 de Janeiro de 1938, solicitar ao Ministro das Obras Públicas a comparticipação do Estado para a construção de um novo edifício, no largo em frente do Salão de Benificência Educação e Recreio d'esta vila" (são as actuais escolas primárias). Em 5 de Maio de 1938, insistia com o pedido da construção destas Escolas Novas, então por falta de resposta do Ministério.

No ano anterior eram criados postos de ensino no Albergue (Palhaça). O mesmo acontecia na Azurveira, em Bustos e na Quinta da Gala, freguesia da Mamarrosa. Nesse mesmo ano, como era normal, um grupo de proprietários da Serena comprometia-se para a criação de um posto de ensino à instalação e fornecimento do material (mobiliário).

biblRIA

# AMPLIAÇÃO DOS PAÇOS DO CONCELHO

A necessidade da sua ampliação é levantada na reunião da Comissão Administrativa de 13 de Maio de 1933, presidida por António de França Martins. Ano em que as dificuldades económicas da população são bem visíveis na tomada de posição do médico que "attendendo às condições económicas difíceis em que vivem sobretudo as classes pobres" (...) resolveu "prestar gratuitamente todos os serviços clínicos aos pobres do seu concelho", (carta do Dr. António Carlos Vicente, datada de Troviscal de 31 de Maio de 1933).

biblRIA

Contribuía para o agravamento desta situação, nesse mesmo ano, a baixa graduação do vinho produzido, de tal modo que a Câmara teve que intervir junto do Concelho Superior de Viticultura para que reduzisse o limite de graduação mínima com que se podiam comercializar os vinhos da zona. O Conselho de Viticultura tinha estabelecido "o limite de força de álcool de dez e meio graus" para a venda a retalho. Só que o grau dos vinhos do concelho era inferior, de tal modo que a Câmara propôs que "a graduação mínima por que deveriam ser vendidos os mesmos vinhos do corrente ano nesta região era de oito graus, em virtude dos vinhos do corrente ano serem de pouca graduação alcoólica" [1].

[1] *Acta, da Câmara de 4/2/1933.*

A sugestão foi apresentada pelo vogal administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro, pois que se encontravam "insuficientemente instaladas as diferentes repartições públicas". Propôs ainda se solicitasse, por intermédio do governador civil, à Direcção Geral dos Edifícios Públicos e Monumento Nacionais um técnico a fim de elaborar o projecto das obras a realizar. Foi aprovada por unanimidade.

As obras tiveram um imprescindível apoio da parte do Governo e o semanário "Alma Popular" [2] referia-se assim às obras e ao subsídio:

"O governo acaba de conceder à CMOB pelo "Fundo do Desemprego" um subsídio de Esc. 64.200$00, destinado a obras no edifício actual

Paços do Concelho, inaugurados em 21 de Junho de 1936.

[2] *"Alma Popular", de 5/1/1934*

bibRIA

Neste edifício do "Hotel Comercial", na rua Tavares de Castro, funcionou a Câmara, durante o tempo da reconstrução do edifício da Câmara.

dos Paços do Concelho que segundo nos dizem, vai ser cortado e transformado de modo a poderem instalar-se todas as repartições. Os trabalhos devem começar brevemente, vendo-se assim satisfeita uma justa aspiração do nosso povo que há muito anciava por ver a Praça da República tornada no que deve ser - ampla e agradável aos olhos dos visitantes.

Folgamos com o facto tanto mais que já há tempo defendemos esta ideia".

Este subsídio vinha aliviar um pouco o administrador da Câmara, António José Araújo Tavares de Castro que, para que as obras não parassem por falta do dinheiro por parte do governo, embora isso lhe pudesse custar alguns dissabores, porque não o podia fazer, adiantou algum.

Efectivamente, uma alteração de vulto viria a sofrer a "casa do Concelho" em 1934. O projecto que inicialmente ainda mantinha a fachada voltada para sul, para a Praça da República, contemplou, depois, uma nova

fachada, aberta a poente, para a avenida Abílio Pereira Pinto. De térrea e quase agachada por árvores, (araucárias), passou a dispôr de um primeiro piso. Não sem que sofresse o velho edifício outro corte e o necessário recuo relativamente à Praça da República, deixando esta mais livre e espaçosa. Via-se assim satisfeita uma "justa aspiração do nosso povo".

Durante o tempo em que decorreram as obras, dois anos, a Câmara funcionou no Hotel Comercial, de Severino dos Reis Páscoa (na Rua Tavares de Castro).

Os "novos" Paços do Concelho foram inaugurados em 21 de Junho de 1936 (era presidente da edilidade Dr. Miguel França Martins) com a presença do governador civil do distrito. Na festa participaram as Bandas de Oliveira do Bairro e do Troviscal e uma de Fermentelos. Houve iluminação e foguetes, como era usança, um copo de água e vinhos espumantes.

bibRIA

# UMA DÉCADA LUMINOSA

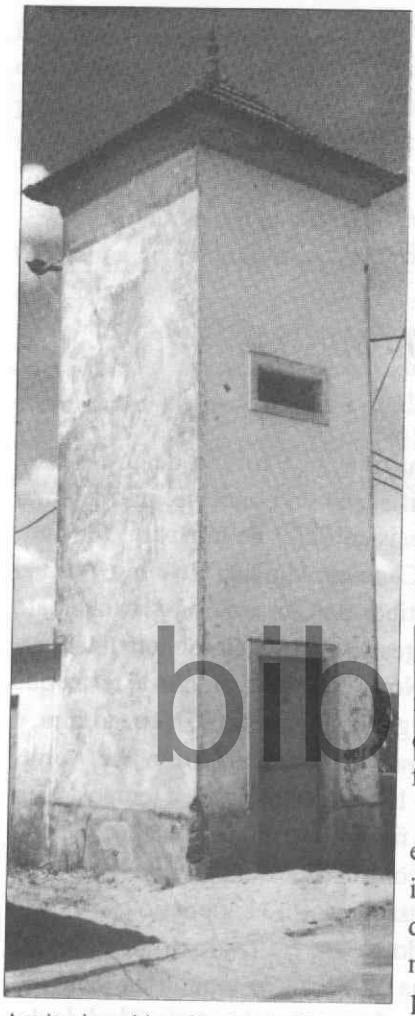
A década de quarenta constituiu uma boa lufada de progresso. Sobretudo, nas áreas da electrificação do concelho, na melhoria das vias principais e na construção de mais edifícios de raíz para o ensino.

Porém, quando Manuel Gabriel Caetano Almeida Rosa ou Manuel Caetano da Rosa Júnior assumiu os destinos da Câmara, (5/4/41, mandato que se prolongou até meados de 1951) a gestão autárquica ganhou dinâmica, pese embora o fervor à volta do Estado Novo. É neste período, de resto, que a Legião Portuguesa tem no concelho alguma implantação. Nem admira, o próprio presidente da Câmara comandava o núcleo formado em Vila Verde. Foi mesmo proposto por ele em Junho de 1941, portanto, pouco tempo depois de tomar posse, que "esta Câmara de futuro nomeasse somente para os lugares cujo provimento não depende de concurso, pessoas inscritas na Legião Portuguesa que tenham demonstrado possuir espírito legionário".

Na sequência da defesa do estado Novo, era expresso também um certo fervor patriótico, bem revelado na alteração da toponímia local. Na reunião de 10/11/1942, era deliberado mudar o nome da rua de Cândido dos Reis para Rua de Nuno Álvares Pereira; a rua da igreja ao Senhor dos Aflitos ficaria a chamar-se Rua do Infante D. Henrique e a Rua que ia do Casal à cadeia seria a rua de D. Afonso Henriques, enquanto ao Largo do Teatro seria atribuído o nome de Salazar. A praça da República designou-se Praça dos Combatentes da Grande Guerra. Foram mesmo adquiridas e colocadas placas com a respectiva designação que, no entanto, não vingou.

Um dos grandes empreendimentos do seu executivo, (eram vereadores

biblRIA



A primeira cabine eléctrica de Oiã

Manuel Caldeira Albuquerque, de Oiã, e João de Deus Simões Vieira, sendo vice Manuel dos Santos Pereira), foi a electrificação geral do território do município. Nos finais de 1946, estava pronto o respectivo Plano de Electrificação, orçado em 817.299$00, apesar de, já bem antes, (em 1941) a Câmara ter construído e colocado 525 postes de cimento armado, em substituição dos de madeira existentes na rede de distribuição, para o que teve de contrair um empréstimo de 50 contos, amortizável em dez anos. No segundo caso, foi contraído um outro empréstimo mais volumoso - 849.953$69 na Caixa Geral de Depósitos, que teria como garantia "a contrapartida no grande aumento da receita proveniente da maior extensão da rede eléctrica e que só ela quasi deve fazer face aos encargos a assumir"[1].

biblRIA

Era, efectivamente, "uma obra de extraordinário vulto para o concelho e por isso não poderia a Câmara arcar com as despesas", tanto mais que tinha entre mãos a obra de pavimentação a paralelipípedos da estrada Oliveira do Bairro - Bustos que "absorverão grande parte da receita camarária", pelo que não havia outra alternativa senão recorrer ao empréstimo.

Daquele montante uma tranche de 342.809$00 destinava-se à rede eléctrica dos lugares da Amoreira, Repolão, Lavandeira, Montelongo da Areia, Serena e Bunheira, da freguesia de Oliveira do Bairro; Troviscal,

[1] *Acta da Câmara, de 2/11/1946*

Passadouro, Vale da Marinha, Feiteira e Póvoa do Forno, da freguesia do Troviscal; Malhapão, Silveira, Oiã, Cruzes, Carris, Águas Boas e Rego, da freguesia de Oiã; Caneira, da Mamarrosa e Chousa, da freguesia da Palhaça. Outra verba, de 70.672$00, destinava-se à construção das cabines de Malhapão, Águas Boas e Perrães. Havia ainda uma "fatia" de 40.136$00 para a aquisição de um Posto de Transformação para o lugar de Malhapão. Uma verba maior, de 200 contos, era para as linhas de Alta Tensão e ainda 32 contos tinham como finalidade adquirir um transformador de reserva.

As populações acordavam assim para a luz eléctrica (e isso verifica-se até nos pedidos para a instalação de motores). As representações à Câmara sucedem-se. Uma das primeiras a fazer a reivindicação é a do lugar de Cercal e Murta, pedindo a electrificação, conforme projecto aprovado. Nessa sessão (de 27/2/1946) a Câmara deliberava dar início aos trabalhos, pondo só uma condição: que os moradores, "num louvável espírito de colaboração" prestassem "auxílio em postes, dinheiro e serviço", o que era já habitual. Entretanto, neste mesmo mês, era vistoriada a rede da Póvoa do Forno.

bibRIA

Entretanto, no fim deste ano, (na sessão de 11/12) era proposto e aprovado que os guardas campestres fiscalizassem os empregados dos serviços eléctricos, que eram da conta da Câmara, devendo apresentar relatórios escritos até às 12 horas do dia 24 de cada mês, de resto, como os cantoneiros deviam fazê-lo relativamente aos seus serviços.

Em 29 de Outubro de 1947, são os habitantes de Chousa e Tojeira, da Palhaça, que pedem a instalação de um ramal de energia, comprometendo-se a dar dinheiro e postes. No penúltimo dia do ano, são os da Giesta, Silveiro e Perrães que pedem a modificação da rede eléctrica, a fim de melhorar a iluminação.

Em 30 de Março de 1948, uma comissão de Águas Boas, composta por Antero Albuquerque, Joaquim Martins de Albuquerque e Manuel Simões da Silva, pedia a electrificação do lugar, comprometendo-se a fornecer 130 postes, além do auxílio braçal e de algum material para a cabine. O mesmo acontecia relativamente à população do lugar da Giesta. Uma Comissão, composta por José Francisco Marques, João de Matos Júnior, Manuel Francisco Coelho, Manuel Francisco Marques e João Ferreira de Oliveira, comprometia-se a fornecer os postes, algum material e auxílio braçal.

Igualmente outra Comissão de habitantes do Sobreiro ia à Câmara pedir a electrificação da estrada entre esta localidade e a Palhaça, comprometendo-se a fornecer os postes e fio e auxiliar na montagem da rede. Era o desembolsar de cada um para bem de todos e para que o progresso chegasse a todos. Nesse mesmo mês de Janeiro de 1947, o mesmo acontecia relativamente aos habitantes do lugar do Repolão que "ofereciam os postes, além de todo o serviço que lhes for possível prestar". Era assim um pouco por todo o concelho.

A colaboração era grande e necessária. Em Abril de 1948, as gentes do lugares do Rego, Perrães, Silveiro e Giesta, propunham-se construir, exclusivamente à sua custa, uma cabine e a fornecer os postes necessários, "além do auxílio braçal". Outras populações, para resolverem os seus problemas, constituíam associações eléctricas como aconteceu na Pedreira e Carvalha.

Nos primeiros dias de 1950 era deliberado electrificar os lugares da Serena, Camarnal, Montelongo da Areia e Lavandeira, de resto, como constava do respectivo Plano.

(Refira-se que a luz pública era da responsabilidade das Juntas de Freguesias, o que havia sido estabelecido já em 1928, um ano após a inauguração da luz eléctrica na sede do concelho. Deliberação tomada pelo Conselho Municipal, em reunião de 24 de Janeiro de 1928).

biblRIA

Outra grande aposta do executivo, liderado por Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa, na questão da rede viária, prendeu-se, sobretudo, com a beneficiação da estrada Oliveira - Bustos, um eixo importante na ligação da parte poente à sede do concelho e, como tal, uma via para o progresso. Todavia, as dificuldades eram imensas e a estrada estava em acelerada degradação, apesar do esforço de três cantoneiros que, desde 1940, tinham a tarefa de velar pela sua conservação. Um fazia o cantão entre a ponte da Murta e a ponte das Quintas, o segundo entre este local e o Porto Clérigo e um terceiro entre Porto Clérigo e Bustos [2].

As dificuldades financeiras eram, na verdade, de tal forma que a edilidade recebeu carta da Direcção dos Serviços de Urbanização do Centro a ameaçar que, "no caso desta Câmara não levar a efeito a reparação da estrada municipal de Oliveira do Bairro a Bustos, lanço da Póvoa do Forno

[2] *Acta da Câmara, de 20/7/1940*

à Feiteira, nas extensão de 3 mil metros, proporá superiormente para que não sejam concedidas mais nenhumas comparticipações pelo estado". A Câmara, ponderando então "a gravidade da situação", resolveu efectuar os trabalhos relacionados com aquela reparação [3]. Porém, alguns meses decorreram e mais dificuldades eram acrescidas. Em 24 de Junho, o presidente chegou a anunciar que pretendia organizar uma representação de todas as forças vivas do concelho a fim de ser solicitado ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações a passagem para o Estado da estrada em causa, "atenta a circunstancia dos incomportáveis encargos que a mesma acarreta para esta Câmara, sem qualquer vantagem para a sua conservação" [4]. A resposta surgiu negativa em 1 de Julho.

Na sequência das dificuldades, neste mesmo mês, eram suspensos não só os trabalhos de beneficiação da estrada Oliveira do Bairro - Bustos, numa extensão de 3 kms com também entre Águas Boas e Malhapão, na extensão de 2.30 Kms. A falta de recursos financeiros era tal que o Município pedia mesmo superiormente "a desistência da compartição do estado por motivo desta Câmara se ver assoberbada com muitos encargos e ainda porque os materiais e mão de obra atingiram preços incomportáveis, o que fez lançar por terra os calculos feitos em tempos normais para base daqueles trabalhos". Mais era decidido aguardar melhor oportunidade e melhor desafogo financeiro para depois pedir nova comparticipação e sugeriam que, a concretizar-se, devia ser para pavimentação a paralelipípedos [5]. A reparação que andava a ser feita era a pedra britada.

biblRIA

As carências, a nível das populações, não ficavam atrás. São nesse período criadas as Casas do Povo. Em 1943, é pedida a criação da Casa do Povo de Oiã, mas, em reunião de 30 de Março, o executivo considera que era restrito o número de necessitados de assistência médica gratuita na área do partido médico de Oiã (por isso foi extinto esse lugar) de tal modo que a freguesia ficou agregada à Casa do Povo de Oliveira do Bairro que lutava com inúmeras dificuldades. Em 1944 anunciava mesmo que "por falta de recursos se viu forçada a suspender a assistência aos pobres da freguesia e pedir a intervenção da Câmara para que junto das instâncias

[3] *Acta da Câmara, de 13/3/1946*
[4] *Idem, de 26/6/1946*
[5] *Idem, de 17/7/1946*

superiores se insista na solução às execuções enviadas ao Tribunal competente".

Os pobres abundavam na realidade, não só os nados e criados no concelho, como os de fora. E tanto assim que dois anos antes (25/8/1942), a Câmara deliberara proibir a mendicidade a todos os mendigos quer fossem ou não da freguesia, sede do concelho, quer também das restantes freguesias. Foram publicados editais com esta postura e até nomeadas pessoas para velarem pelo seu cumprimento.

Aquela tomada de posição da Câmara foi, no entanto, tida em atenção pelo Ministério da Tutela, que, perante tantas dificuldades, se mostrou disposto a colaborar, prestando o maior auxílio em comparticipações. Flanqueada a porta para uma diferente solução, logo a Câmara aproveitou para fazer uma exposição que acompanhou um ofício onde pedia que a pavimentação fosse feita a paralelipípedos em troços de 3 Kms, nos anos de 1947, 1948 e 1949, e que o troço Bustos - Póvoa do Forno fosse incluído no Plano de Orçamento de 1949. Pedia ainda a Câmara o respectivo projecto e a estimativa do custo da obra.

bibRIA

No entanto, os trabalhos foram realizados com alguma lentidão e só em 1949, quando deviam estar a terminar as obras, é que era pedida a comparticipação para o troço do lanço da Póvoa do Forno a Vila Verde, que era aquele que se encontrava em piores condições de conservação.

O primeiro lanço entre o Sobreiro e Póvoa do Forno foi construído pelo empreiteiro Joaquim Pires dos Santos por 480 contos. O Fundo de Melhoramentos Rurais comparticipava com 431.700$00. O executivo ficou tão satisfeito com a benesse que logo fez expedir ofícios para os chefes dos Serviços de Urbanização de Aveiro, de Coimbra e Lisboa, a agradecer "toda a colaboração prestada na obtenção de tão grande benefício" [6].

Mas só em 1952, a 8 de Janeiro, era adjudicado este troço a Américo Cortez por 380.000$00. Era já presidente da Câmara Manuel dos Santos Pereira, (a partir de 31 de Julho). Tinha, como vice presidente, Manuel Bernardo Ferreira de Sousa e, como vereadores, Prof. Joaquim Ferreira Seabra, de Troviscal, e Manuel dos Santos Vieira, de Perrães.

Aqui a Direcção de Urbanização do Centro propôs fosse feita a

[6] *Acta da Câmara, de 30/7/1947*

reparação "a betão betuminoso" com o que a Câmara discordaria, porque o trânsito exigia uma pavimentação mais resistente em locais lamacentos como era o caso da Póvoa do Forno. Além disso, a pavimentação a "betão betuminoso" tornar-se-ia mais onerosa no futuro. Feitas várias diligências, foi alterado o projecto inicial, regressando aos paralelipípedos.

O quarto e último troço entre Vila Verde e Oliveira do Bairro foi adjudicado a António Brandão Ferreira Serrano (na extensão de 2 kms.) por 241.000$00 e este troço, sim, levou tapete de alcatrão.

No ano seguinte, 1953 era construída a estrada entre Cercal de Baixo e o Outeiro. Para que fosse possível concretizar este anseio foi necessário efectuar muitas expropriações...

Outros troços de estradas não eram esquecidos. Era o caso da estrada entre Bustos e o Areeiro pela Azurveira que era posta a concurso para ser corrigido o traçado e empedrada. O troço entre a Azurveira e o Areeiro fora adjudicada por 168.500$00.

Também a estrada que ligava a estação do caminho de ferro ao bairro do Mogo fora beneficiada com a colocação de seixo duro com espessura de quatro centímetros. A proposta mais baixa foi de Albano Ferreira Martins, com 85$00/m3.

bibRIA

Embora os executivos anteriores tivessem dado importância à construção de novas escolas, um pouco por todos os lugares das freguesias do concelho, o de Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa, aproveitando o Plano das Escolas dos Centenários, diligenciou no sentido de serem construídos novos edifícios onde faziam falta: Perrães, Oliveira do Bairro, Mamarrosa, mas não só.

Como o número de crianças aumentava, foi deliberado transformar a escola existente em Vila Verde em masculina e criar uma aula nova para as meninas (31/8/1940), era presidente da Câmara António Tavares de Araújo Castro.

Passados cinco anos, era aprovada pela Direcção dos Edifícios Nacionais a construção das escolas de Oliveira do Bairro, que vinham a ser reivindicadas desde 1938, de Vila Verde e Perrães, ao mesmo tempo que eram pedidas informações sobre os terrenos. Se não houve problemas no Cercal, onde o terreno foi cedido por Joaquim Rodrigues de Almeida e não os houve em Perrães, onde foram feitas várias expropriações (José Pires

Simões, Antenor Ferreira de Matos, Manuel Ferreira da Cruz, Joaquim Mário Duarte e José Luís Pires) - o mesmo não acontecia relativamente ao terreno em Oliveira do Bairro, que se situava em Santelhos e era pertença dos herdeiros do padre Dr. Joaquim Tavares de Araújo e Castro, Alberto José Tavares de Castro, médico, Joaquim José Tavares Prado e Castro e António José Tavares Prado e Castro, então estudantes e ainda Maria Helena Tavares Prado e Castro, farmacêutica, que exigiam um valor considerado exagerado, nada menos do que 120$00/m2, quando a Câmara oferecia apenas 20$00. A propriedade tinha o nome matricial de Chousa (o que significa que muito tempo antes era espaço cercado) e nela se perfilavam renques de oliveiras e alguns sobreiros. De facto, no recinto da escola (e fora) ficaram a restar alguns pés de que a Câmara, no tempo próprio, vendia a azeitona. Dois sobreiros e três oliveiras guardavam ainda em 1952 a Fonte da Loureira que ficava nas traseiras desta mesma escola. O local havia sido escolhido pelo Engº. Lopes Velho.

Não conseguindo chegar a acordo, o caso chegou mesmo a Tribunal, onde a Câmara, "num espírito de concórdia propôs-se comprar por 35$00".

Por esses anos dispunha o concelho de um colégio, o Colégio de Oiã, a quem a Câmara atribuía subsídios para que pudessem estudar alunos cujos pais fossem de magros recursos. Havia mesmo duas crianças que estudavam gratuitamente. Aliás, a direcção estabelecia preços especiais para os alunos cujas famílias não fossem abastadas, pelo que, em 1941, a Câmara diligenciava junto do Ministério de Educação Nacional para que reabrisse no ano de 1940/41, o que foi conseguido. Em 1947, apoiava a edilidade mesmo a criação ali do Ensino Técnico. Eram requerentes Dr. Mário Alves dos Santos Quintela e professor Anacleto Fernandes Pires, ambos diplomados para o exercício do ensino secundário. (O professor Anacleto era o proprietário do colégio).

Em 1948, subsidiava a Câmara 10 alunos necessitados do concelho (três da freguesia de Oiã, dois de Oliveira do Bairro e os restantes cinco das outras freguesias), "tendo em attenção quanto representa de benefício para a população desta região" [7]. Mas esta política de subsídios ao Colégio de Oiã estava no fim.

[7] *Acta da Câmara, de 30/9/1948*

biblRIA

Em 1950 abria o Externato de Oliveira do Bairro, no prédio do Serrano, por força da venda do alvará do Colégio de Oiã, por razões pouco claras, a um grupo de oliveirenses, integrado nomeadamente pelo então presidente da edilidade. Por via desta transacção, demitiu-se do lugar de vereador Manuel Caldeira Albuquerque, de Oiã, alegando, no entanto, falta de saúde, o que se verificava em 29 de Dezembro de 1949. Substituiu-o António Martins Cândido, da Palhaça.

Neste mesmo ano (1948) era adjudicada a construção do edifício da escola de Bustos. Foi construído em terreno que era de Heitor Carvalho.

A Câmara, para além de atribuição de subsídios, ajudou a equipar o Externato com mobiliário sobrante de algumas escolas ou postos entretanto encerrados.

Outras medidas foram naturalmente tomadas pela gerência de Manuel Gabriel Caetano Almeida Rosa.

Uma prendeu-se com a necessidade de urbanizar convenientemente o espaço da vila. A Comissão Estética que, em 1943, passava a ser constituída pelo presidente e vice-presidente, delegado escolar, professor director da escola masculina da sede do concelho, delegado de saúde, provedor da Misericórdia e engº Manuel Oliveira Silvestre, influenciou a Câmara no sentido de se tomarem alguns cuidados. E assim é que, em 25 de Maio desse mesmo ano, era deliberado vedar "todas as espécies de construções ou vedações nos terrenos confinantes" com o largo Combatentes da Grande Guerra, Avenida Abílio Pereira Pinto, Rua Infante D. Henrique e a chamada avenida do Hospital até ao Repolão. Assim como quaisquer obras nos edifícios ou vedações já existentes. "Todas as obras que fossem iniciadas ou levadas a efeito em contravenção desta deliberação, além de multa estabelecida pelas posturas, seriam demolidas..."

Outra prendia-se com o dia de descanso semanal. Se antes este se verificava à segunda-feira, passava a ser ao domingo. O domingo era instituído como dia de descanso, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 2.029, de 5 de Julho de 1948. Colocada a edilidade, chefiada por Manuel Gabriel Caetano de Almeida Rosa, perante uma situação que ia acarretar alguns prejuízos de ordem comercial, tinha, no entanto, dois meses para resolver a situação. Ora como aquela medida, a aplicar-se rigorosamente, acarretaria

biblRIA

grandes transtornos à vida do concelho, pois implicava a supressão do mercado dominical desta vila que abastecia uma grande área do município, mas também outras terras de concelhos limítrofes, tomou a Câmara duas decisões: o mercado dominical ficava restrito à transacção apenas de alguns géneros, - seriam transaccionados produtos agrícolas, peixe, aves, caça, fruta, flores, carnes e salsichas, por outro lado, eram criadas na vila duas feiras em substituição das que existiam e passavam a ter realização nos dias 2 e 16 de cada mês, destinadas à venda de todos os produtos, ficando ainda determinado que sempre que a feira calhasse ao domingo passasse a ser realizada ao sábado [8].

De realçar que, em 1943, fora solicitado que a feira fosse realizada ao sábado ou segunda-feira, mas tal mudança trazia prejuízos incalculáveis ao concelho. Por isso, essa mudança não foi autorizada, mas deliberado que fosse realizada mais uma por semana, à quarta feira.

Curiosamente, já nesses anos os autarcas se debatiam com a necessidade da mudança de local da praça e feira. Fora até deliberado "fazer diligências no sentido de ser adquirido terreno para a realização dos mercados e feira mensal, visto a avenida e a praça onde se tem realizado até aqui não serem locais próprios para tal fim e ainda por esta Câmara pretender dar-lhe um arranjo mais condigno..." [9].

bibRIA

O embelezamento fez-se em 1950 e anos seguintes, com a colocação de lancis, plantação de árvores e arranque de outras. Eram também asfaltadas as ruas, como asfaltada foi também a rua da igreja "com mil e quinhentos gramas de alcatrão e quinze litros de areão por metro quadrado". Custava este trabalho nesta rua 12.800$00.

Com o embelezamento da avenida Abílio Pereira Pinto, mister era que se defendesse da conspurcação. E, se não podia ser mudado o local, ao menos que se criassem posturas para que se tornasse um local digno. Foi assim que a Câmara, em Novembro de 1950, proibia a venda de sal e carnes salgadas, como proibido era deixar depositados lixos, sal e outros detritos vegetais ou animais [10]. Todavia, em 1943, qualquer animal que ali fosse esquecido era vendido em hasta pública, revertendo o valor da compra a

[8] *Acta da Câmara, de 13/7/1948*
[9] *Idem, de 14/12/1943*
[10] *Idem, de 9/11/1950*

favor da Misericórdia, depois de pagar as despesas de armazenamento. O mesmo acontecia com os géneros.

Verifica-se assim já uma certa sensibilização para a higiene pública, para o meio ambiente. Mas também para a higiene sanitária no respeitante à alimentação. Por isso, em 1954, (ano em que foi criado o posto escolar no lugar da Pedreira, o da Serena havia sido criado um ano antes e funcionava na casa arrendada de António da Silva Arrulo), foi criado o lugar de veterinário municipal "para a segurança, fiscalização ou inspecção sanitária das carnes abatidas para consumo público, "que com a inexistência de um sub-delegação de saúde deixara de existir. Era presidente da Câmara Manuel dos Santos Pereira.

Em 1946 começavam ainda a dar-se novos passos no sentido da vila dispor de uma força da GNR que, de resto, já estivera ali sediada, de passagem na década de vinte. Em Abril recebia a Câmara um ofício do Comando Geral a sugerir a criação de um posto, o que mereceu plena aprovação, como aprovado foi a aquisição de mobiliário. Já no ano anterior o Governador Civil alertava para essa obrigatoriedade de todas as sedes de concelho disporem de postos de GNR.

bibRIA

Um outro melhoramento surgia, a nível da vila de Oliveira do Bairro. Era o abastecimento de água ao domicílio, cujos primeiros passos foram dados em Junho de 1947. Nesta altura estava elaborado o respectivo projecto. O que foi aprovado pela Direcção dos Serviços de Salubridade em 25/9/1947, previa um pequeno furo de captação, "tendente a captar em boas condições a toalha aquifera das areias ou descer até ao calcareos sujacentes".

Foram pedidos orçamentos às casas da especialidade, como Teixeira & Duarte e Johan Keller.

Primeiro depósito de água do Concelho, hoje desactivado.

Era autor do projecto engº Amadeu Ferreira Chaves, de Lisboa, e o governo concedia uma comparticipação de 18.500$00, através do Fundo de Desemprego, para a pesquisa das águas. Porém, só em 1953 estava feito o furo de captação de água que não convinha fosse de caudal inferior a 5,5 litros por segundo. No início do ano seguinte era posto a concurso o reservatório para 100 metros cúbicos que, arquitectonicamente, ficou obra de agradável aspecto.

Para a rede de abastecimento e construção do depósito comparticipou o Estado com uma verba de 215.800$00. Mesmo assim, foi necessário contrair um empréstimo de 430.000$00.

bibRIA

# UM VERDADEIRO DINOSSAURO DO PODER

Manuel dos Santos Pereira foi um dos políticos que na República por mais tempo usou a cadeira do poder. Tendo sido vice do professor Manuel Gabriel Caetano Almeida Rosa, durante mais de uma década (desde 1941 a 1951), ascendeu naturalmente ao topo da hierarquia em 31/7/1951, abandonando temporariamente em Junho de 1963. O lugar foi então ocupado, entre 14/11/1963 e 25/2/1964, por nomeação do governador civil, como então era normal, para exercer essas funções, pelo vereador Manuel dos Santos Vieira, o que fez com que fosse substituido, no lugar de vereador, por Marcos de Oliveira Vela, vogal eleito, em 2 de Dezembro de 1963, pelo Conselho Municipal.

biblRIA

Os vereadores que acompanharam Santos Pereira foram: entre Maio de 1953 e Dezembro de 1960, professor Joaquim Granjeia Seabra e Manuel dos Santos Vieira, tendo então como vice Manuel Bernardo Ferreira de Sousa, de Vila Verde, uma aldeia que, como a Feiteira, sempre teve peso político (incluindo dois presidentes da Câmara, professor Caetano da Rosa e Alípio da Assunção Sol). Depois, em 1961 eleitos como vogais pelo Conselho Municipal, em reunião realizada a 2 de Dezembro de 1959, Manuel dos Santos Vieira, de Perrães e António Martins Pereira, das Cruzes, Oiã, que, de resto, continuaram a integrar o corpo administrativo da Câmara, com Francisco Ferreira da Cruz a presidir aos destinos do concelho.

Uma das medidas tomadas por Manuel dos Santos Pereira foi mandar elaborar um ante-projecto de Urbanização para a vila. Só que levou anos e, depois de apresentado, foi considerado desajustado. Efectivamente, para

além da pavimentação das ruas que tinham sido danificadas com a distribuição da água ao domicílio, foi mandado elaborar o ante-projecto da urbanização da vila, mas, apresentado pelo arquitecto Germano Castro de Sousa Pinheiro, não recebeu aplausos, antes mereceu estes comentários que, de certo modo, revelam a maneira pouco arriscada de tirar Oliveira do Bairro de certo marasmo: "Parece haver excesso de novos arruamentos, não deve deixar de considerar-se que a vila terá necessariamente um desenvolvimento muito lento" (como realmente teve); "o gabarito previsto para certas ruas é exagerado. Prevêem prédios de três e quatro pisos, o que de forma alguma é compatível com a economia local" [1].

Não só não concordavam, como, em 1958, prescindiu a Câmara dos serviços do arquitecto responsável pelo ante-projecto, Germano Castro de Sousa Pinheiro e, em substituição, foi indicado o Engº. Alberto Briosa e Gala. No entender do presidente da Câmara, o ante-projecto apresentado não oferecia garantias de ser aprovado pelas instâncias superiores.

O concelho era fortemente rural, sem dúvida, e esse estatuto foi levado em conta até noutros aspectos. Curiosamente, em 1959, a Câmara não adoptava uma medida preconizada pelo governador civil da abolição do pé descalço, pé descalço que não era apenas o mendigo, mas também o lavrador.

bibRIA

"A Câmara não vê por agora possibilidade de ver adoptada tal medida, em relação à sede deste concelho, dado que a sua população, na sua quasi totalidade, é rural, tendo um nível de vida muito baixo" [2].

Pé descalço ou não, essa preocupação ia então só para as sedes dos concelhos. O cidadão precisava mesmo de ter algumas condições de higiene e sanidade pública. E assim é que foi aberto concurso para a construção de sentinas na vila, isto é, na Avenida Abílio Pereira Pinto, para as quais o governo deu um subsídio de quinze contos. Estas vieram substituir "as retretes", mandadas construir pelo tenente Armando Esteves.

Uma obra que então urgia fazer-se era a ampliação dos Paços do Concelho, pois nele já não cabiam todos os serviços que andavam por casas de renda. A Direcção dos Serviços de Urbanização bem perguntou à Câmara se os Paços "satisfazem os serviços nele instalados". A resposta foi que

---

[1] *Acta da Câmara,de 28/06/1955*
[2] *Idem, de 28/7/1959*

"em ordem a instalar condignamente os arquivos da Câmara e as repartições" estas funcionam em casas alugadas, "por o actual edifício não os comportar" [3].

A proposta do Governador Civil era por assim dizer uma porta entreaberta pelo governo que assim ficou durante três décadas.

Os serviços de aferição funcionavam, por exemplo, em casa que era de António França Martins enquanto a Conservatória de Registo Civil esteve instalada desde 1957 na casa de Maria Lurdes Palavra, que, em Março de 1979, pedia à Câmara para encontrar outra solução.

Também a GNR andava por casas de renda: ocupava em 1955 a casa de João Roque Carlos, comerciante, na estrada EN 235, onde de resto esteve até 1989, altura em que mudou para o novo quartel, construído no consulado de Alípio da Assunção Sol.

Mas o governador civil abria ainda as portas noutras áreas, como a da segurança dos cidadãos e seus haveres. Em Novembro de 1959, enviou ofício à Câmara a perguntar-lhe se havia possibilidade de "promover com êxito o estabelecimento de uma corporação de Bombeiros Voluntários", iniciativa que se propôs ajudar com os recursos materiais dos cofres daquele governo civil..." [4]. A corporação só nasceu em 21 de Março de 1974.

bibRIA

Se o espaço dos Paços do Concelho era exíguo, acontecia o mesmo com outros espaços. Também o cemitério estava superlotado de corpos... Aqui os mortos tiveram resposta com a construção de um cemitério novo, edificado por José Dias de Carvalho Marçal, de Aguada de Baixo, mas nunca foi ocupado por falta de condições de salubridade. Situação que se arrastava ainda em 1965. "O novo cemitério encontra-se abandonado e sem qualquer préstimo" - alertava o vice-presidente, Dr. Marcelino Moura, na reunião da Câmara de 27/4/1965.

A construção do novo cemitério havia sido empreitada em Abril de 1952 pelo valor de 17 contos. O caderno de encargos fora aprovado em Março pela Direcção de Urbanização, mas as pessoas, alegando que o terreno não comia os corpos, é que não olharam aos gastos e recusaram-se sempre a enterrar ali fosse quem fosse. Os terrenos haviam sido comprados

---

[3] *Acta da Câmara, de 25/2/1958)*
[4] *Idem, de 24/11/1959*

a Joaquim Ferreira dos Reis, da Murta, e Francisco Correia Gomes, da Charqueira.

Não deixa de ser curioso o que se passava à volta deste novo cemitério que ninguém queria aceitar como última morada. Apesar disso, o executivo deliberava aprovar regulamento para ambos os cemitérios (8/5/69) que, diziam, "funcionam todos os dias das nove às dezoito horas". O regulamento estava exarado em oito capítulos e sessenta e cinco artigos.

No entanto, outro cemitério surgia ajudando a descongestionar o velho cemitério da vila, datado de 1884. Era o de Vila Verde. Os primeiros passos foram dados por uma comissão que, em Março de 1959, se apresentava na Câmara a solicitar ajuda. Era constituída por: Prof. Caetano da Rosa, Norberto de Oliveira Vela, Manuel António Simões de Azevedo, João Ferreira Sol, Manuel Francisco Branco, Aquilino Ferreira Martins, João Ferreira Cardoso, José Marques de Oliveira, Manuel Ferreira Fresco Pires, António Maria de Oliveira Campos, Manuel de Oliveira Rei, João Simões Martins e João da Cunha.

A implementação do abastecimento de água à Mamarrosa com a construção de um depósito elevado, em terreno de Eduardo Trindade, também esteve nas preocupações da Câmara e, em 1955, houve uma primeira comparticipação de 11.000$00 da Direcção dos Serviços da Urbanização. O abastecimento, esclarece-se, fazia-se tanto aqui como na vila de Oliveira do Bairro, essencialmente através da construção de fontenários. De resto, ainda em 1965, é elaborado pela Câmara, da presidência de Francisco Ferreira Cruz, o Plano de Abastecimento de água ao Bairro do Mogo, estação do caminho de ferro (até à curva da Cerâmica), o qual previa a construção de dois fontenários neste percurso. Entretanto, os ramais para Amoreira, Repolão, Murteira disporiam de três... Ao mesmo tempo, era feita a distribuição domiciliária de água no Bairro do Mogo e rua da estação.

A ponte da Murta que, ao longo dos muitos decénios, sempre esteve à cabeça das realizações, já que era a passagem obrigatória para escoar gentes e produtos do concelho e receber gentes e produtos do vizinho concelho de Águeda, nomeadamente para os mercados, sofria nova reparação.

O ante-projecto para a obra era aprovado em Julho de 1965 e adjudicado em Setembro a Fernando Ribeiro da Silva e Bernardo Ferrão.

biblRIA

As obras incluíram a cravação de estacas, enquanto as vigas do tabuleiro em cimento eram construídas nos estaleiros de Ponte de Caminha.

No mesmo espaço, Avenida Abílio Pereira Pinto, que, em 1965, também era chamada Alameda Abílio Pereira Pinto, investiu a Câmara, liderada por Manuel dos Santos Pereira, na iluminação mais condigna, sendo para o efeito adquiridas doze colunas.

A nível do concelho, a luz pública estendeu-se a quase todos os lugares e algumas redes são remodeladas, enquanto são construídas novas cabines eléctricas (nem sempre nos melhores lugares, como aconteceu em Águas Boas e Rego, e aí ficaram arrimadas às traseiras das respectivas capelas).

Por sua vez, em muitas terras continuavam a ser substituídos os postes de madeira por postes de cimento armado para manter a rede em condições de funcionamento.

Isto constituía, no entanto, um encargo grande que, à partida, dificultava outros investimentos, incluindo a iluminação pública que, pedida por uma comissão de Perrães, em Fevereiro de 1958, foi recusada, escudando-se os autarcas nesta dificuldade. A Comissão solicitava fosse colocada a luz nas ruas de Silveiro, Gesta, Perrães e Rego. Noutros lugares, como o de Repolão, era substituído o fio de cobre.

bibRIA

Porque os recursos financeiros da Câmara eram sempre muito minguados, ficou por fazer, e por muitos anos mais, uma sala de aulas, no lugar de Águas Boas. Não só por dificuldades de tesouraria, como porque não havia terreno, nem possibilidade de o adquirir "por falta de disponibilidade orçamental" [5]. A Junta de Freguesia ainda ofereceu um terreno baldio, mas não foi aprovado. Condições tinha o terreno onde foi construída a escola do Silveiro. E em Agosto de 1959 era autorizada a ampliação da escola do Cercal, que constava de mais duas salas.

E, se o dinheiro não abundava, mais curtos ficaram quando a Câmara teve que passar a suportar não só os custos dos tratamentos dos doentes pobres e indigentes internados nos hospitais, mas os seus encargos começaram a abranger, além das despesas diárias, "as despesas com a assistência a estes doentes tais como medicamentos, radiografias e análises". E

---

[5] *Acta da Câmara, de 27/9/1960*

nem as taxas obrigatórias a cobrar pelos serviço de inspecção sanitária (trinta e cinco centavos de bovinos e suínos e de vinte centavos no caso de ovinos e caprinos, quando abatidos fora do matadouro municipal que funcionava em casa arrendada a António Gomes da Cunha, por 100$00/ mensais), ajudavam muito.

Além destas despesas, a Câmara ainda tinha que participar nas despesas com o carcereiro da Comarca (1963) ou mesmo na construção da cadeia comarcã como aconteceu em 1965, tendo dispendido para o efeito a verba de 56.864$00.

No sector da rede viária, são reparadas algumas estradas, nomeadamente a que passa por Silveiro, Gesta, Perrães. Como então se sentisse a falta de mão de obra, masculina, por via da forte emigração e tendo o empreiteiro José Maria Rosa dificuldade em recrutar pessoal, solicitou à Câmara para que autorizasse as obras se fizessem com mão de obra das raparigas e das mulheres, o que lhe foi negado, porque o nº 28º do Caderno de Encargos proibia a mão feminina naqueles trabalhos (1962).

bibRIA

## CONCELHO DE BAIXOS INVESTIMENTOS

Homem culto, com textos e poesia dispersos por jornais, Francisco Ferreira da Cruz, (que iniciou as suas funções em 10 de Março de 1964 e teve como vice, a partir de 28 de Julho de 1964, Dr. José Marcelino de Sousa Moura) preocupou-se com a fixação de algumas figuras no álbum da história local e concelhia. Duas ruas ganharam nome e patrono. Propôs que, em justa consagração dos seus nomes, fossem baptizadas de rua Dr. Alberto Tavares de Castro a que vai do Adro da Igreja ao Senhor dos Aflitos e de Padre Joaquim Ferreira Maneta à rua central do Bairro do Mogo, então empedrada e pavimentada.

bibRIA

Considerou na sua proposta Dr. Alberto Tavares de Castro "personalidade de invulgar distinção, quer como médico de notável mérito profissional quer como homem da sociedade que sempre se evidenciou pela finura do seu trato e carinhosa abnegação para com o seu semelhante, dignificando deste modo a terra onde nasceu...". Quanto ao polémico padre Joaquim Ferreira Maneta, por "ser uma notável figura sacerdotal que pelas suas brilhantes faculdades artísticas deu relevo à vida espiritual da terra e tornou conhecido o mérito dos habitantes na religião, nas letras, na música e noutros sectores e muito apreço"... [1].

A aprovação dos terrenos para a construção das escolas da Pedreira e Oiã, em Janeiro de 1966, a aprovação do novo mercado que deixava em

---

[1] *Acta da Câmara, de 14/12/1965*

parte a avenida Abílio Pereira Pinto para ser realizado onde se encontra o imóvel público, a adjudicação da pavimentação da estrada entre Malhapão e Águas Boas e da estrada municipal do Cabeço em Bustos, a alteração do projecto inicial para a variante, com o fim de suprimir a passagem de nível do Bairro do Mogo, com a construção, a norte, de um enorme talude que suportou posteriormente a estrada e a pavimentação dos passeios da avenida Abílio Pereira Pinto - foram algumas das obras que foram levadas a cabo durante a curta passagem pela Câmara.

Obras a inaugurar em 1966, durante as celebrações do "XL aniversário da Revolução Nacional" em que o concelho de Oliveira do Bairro aparece, segundo o "Boletim da administração Autáquica do Distrito de Aveiro", na 3ª posição de mais baixos investimentos, a seguir a Vale de Cambra (222.425$00), e Estarreja (586.700$00) e Albergaria-a-Velha (1.889.316$50). Ligeiramente acima estava Oliveira de Azeméis.

Oliveira do Bairro: Construção da estrada que vai do Centro da vila ao Senhor dos Aflitos, 120.000$00; Construção da estrada do Cercal à Vila (1ª fase), 250.000$00; Construção da estrada da vila à Amoreira de Repolão, 80.000$00; construção da estrada de Vila Verde à Caneira, 100.000$00; construção da estrada do Bairro do Mogo, 150.000$00; Construção do Jardim Público do largo da Praça, 150.000$00; arranjo de modernização da Av. Dr. Abílio Pereira Pinto, 180.000$00; colocação de vidraço no passeio principal da Avenida; arranjo e embelezamento interior e exterior dos Paços do Concelho, 40.000$00; distribuição de água do domicílio desde o Casal ao limite de Sangalhos, 30.000$00; instalação da luz pública em todas as ruas do lugar do Repolão, 40.000$00;

Troviscal: Construção da estrada da Feiteira ao Centro doTroviscal, 200.000$00; construção de um fontenário, 10.000$00.

Oiã: Construção da estrada de Perrães ao Silveiro, 140.000$00; Construção da estrada de Malhapão a Águas Boas, 240.000$00; construção com alargamento de muros da estrada de Malhapão à Pedreira, 30.000$00.

Palhaça: Construção da rua do Arieiro, 60.000$00.

Bustos: Construção da estrada de Bustos ao Cabeço, 150.000$00; Construção da estrada de S. João, no Sobreiro, 140.000$00; aquisição do largo da igreja velha para jardim público, 30.000$00.

Mamarrosa: Construção da Rua do Freixo, 30.000$00; construção da

bibRIA

estrada da Mamarrosa à Quinta do Cavaleiro, 200.000$00; instalação da luz pública desde o Sobreiro à Mamarrosa, 3.000$00.

Custo total das obras: 2.440.000$00.

Sucedeu-lhe Dr. José Marcelino de Sousa, que teve como vice prof. Orlando de Oliveira Pato, a partir de 31/7/1968. Os vereadores efectivos eleitos pelo Conselho Municipal de 2 de Dezembro de 1967 para o quadriénio 1968-1971, foram prof. Amílcar Martins Branco e Horácio Ferreira dos Reis.

Dr. José Marcelino de Sousa assumiu a presidência na sessão de 10/5/1967, no entanto, exercera o cargo interinamente desde 8/2/1967 por falecimento de Francisco Cruz.

O Conselho Municipal era então constituído por Dr. Armando Reais Pinto, Bernardo Pinto Ribeiro, Alberto Francisco dos Santos, João José de Almeida Soares, Manuel Ferreira da Silva Neto, Silvério Nunes, Lino da Silva Neves, Amândio Duarte Miranda, prof. Joaquim Granjeia Seabra e Manuel Augusto Ferreira.

bibRIA

Nos primeiros meses de 1968, estava pronto a funcionar o canil municipal numa dependência do prédio de José da Silva Palavra, na rua do cemitério, ainda que tivesse sido sugerido ser construído na rua da Murta (no antigo troço da velha estrada). No mês seguinte (Maio), entrava em funcionamento (exactamente a 15) a Biblioteca Municipal que fora instalada num prédio de Arménio de Oliveira Roça, na Praça da República "contribuindo deste modo para a valorização do nível de instrução e de educação da população do concelho que passará a dispor de um valioso estabelecimento cultural" - congratulavam-se na sessão de 22/5/1968 os autarcas que tinham também outras preocupações, nomeadamente ligadas à higiene pública, ambiente e ruídos. Nessa sequência, em 11 de Setembro de 1968, foi aprovado um bem elaborado e completo Código de Posturas, documento que abrange dez capítulos e cinquenta artigos.

O primeiro capítulo abarca as disposições comuns: o segundo trata dos bens do Domínio Público, destinados ao logradouro comum; o terceiro impõe regras quanto aos ruídos incómodos; o quarto fala das árvores, jardins e flores; o quinto da higiene e limpeza dos lugares públicos; o sexto da

divagação dos Animais; o sétimo da apascentação e trânsito de gados; oitavo das águas; nono, da remoção dos lixos e décimo das vistorias para efeitos de beneficiação higiénica.

Este código espelha bem o ruralismo do concelho e assim é que nos logradouros era proibido "deitar terras, estrumes ou entulhos, seja qual for a sua natureza ou proveniência", lançar latas, frascos ou garrafas, vidros, acender fogueiras.

Os ruídos já então começavam a incomodar e era proibido por este Código cantar, tocar e fazer descantes ou serenatas, depois das vinte e duas horas e até às oitas do dia seguinte. Como também era proibido arrastar pelos pavimentos latas e quaisquer objectos, provocando ruídos".

"Prender às grades e vedações (dos jardins públicos) animais ou quaisquer objectos era punido com coima de 50$00, bem como "urinar e defecar fora dos locais a isso destinados", excepção feita, registe-se, às crianças até aos dez anos, bem como aos inválidos, segundo os artigos 11º e 12º.

A Higiene Pública vinha à cabeça das preocupações da Câmara e o artigo 10º incluía nada menos do que vinte e cinco itens. Nos lugares públicos, por exemplo, era proibido "colocar ou abandonar animais estropiados, doentes ou outros"; proibido enxugar no chão ou nas árvores roupas, panos, tapetes, peles de animais, sebos, raspas ou quaisquer objectos"; proibido ferrar, limpar e sangrar animais ou fazer-lhes curativos"... "lavar ou fazer varrela" e até acender fogueiras, salvo nas datas festivas de Santo António, S. João e S. Pedro, salvaguardava o documento.

bibRIA

Algumas regras revelam alguns costumes das gentes do concelho, nomeadamente no que se referia a higiene e arranjo pessoal. Por exemplo, era proibido "catar ou pentear pessoas", nas ruas, nos largos, o que se fazia com frequência pelas portas das casas em horas de descanso e lazer. Nas ruas e largos era proibido ainda "cuspir, urinar e defecar". De registar o parágrafo segundo deste Código que diz: "a remoção de estruturas líquidas, qualquer que seja a sua quantidade, só pode efectuar-se antes do nascer do sol ou depois do ocaso, a partir das vinte e uma horas e sempre da maneira que aqueles não caiam sobre a via pública".

Entre as nove e as vinte horas não era permitido também "sacudir para a via pública tapetes, toalhas, carpetes, passadeiras e quaisquer utensílios.

Se cães, gatos, galinhas ou porcos ou quaisquer outros animais não podiam "passar na via pública ou em locais públicos", era também proibida a apascentação dos gados, caprinos ou bovinos, nos baldios municipais arborizados, como proibido era pastorear o gado em propriedade alheia sem autorização do respectivo proprietário.

De fixar esta obrigação curiosa exarada neste longo documento: "durante o tempo que decorre entre as sementeiras e as colheitas, só é permitido o transporte nocturno de gado, desde que alguns dos animais conduzidos se encontrem enchocalhados". Por outro lado, só era permitida a entrada de gado lanígero e suíno em ferrageais desde 15 de Julho a trinta de Setembro.

Do capítulo das águas registe-se que era proibido tomar banhos ou proceder a lavagens corporais nos lavadouros públicos e "lavar sem prévia desinfecção roupas de pessoas portadoras de doença contagiosa mencionados na portaria nº 18.153 de 21/12/1960". Nos lavadouros era ainda proibido "proferir obscenidades ou, de qualquer modo, provocar escândalo público".

A limpeza era uma outra grande preocupação. A recolha era efectuada pelos serviços municipais. Não havia contentores, mas, sim baldes. Os recipientes deviam ser colocados às portas dos prédios com a antecedência de trinta minutos sobre a hora fixada para essa operação (a nível da vila) e igual período de tempo para serem retirados, depois da passagem dos serviços camarários de limpeza.

bibRIA

O executivo, liderado pelo Dr. José Marcelino Moura de Sousa, na área escolar ficou ligado à construção da escola da Pedreira que era entregue em Agosto de 1968, enquanto a de Oiã, de dois lugares, também estava pronta em Abril desse mesmo ano.

Formaliza-se a passagem da escola da Palhaça, que era propriedade da Junta de Freguesia, para a órbita da Câmara Municipal e é adaptado o edifício do antigo colégio Infante D. Henrique a Ciclo Preparatório. Era proprietário Benjamin Gonçalves Serrano. A Câmara arrendava o edifício por cinco mil escudos mensais e pelo prazo de doze anos. O contrato de arrendamento abrangia todo o terreno anexo necessário para a implantação de um pavilhão de aulas e ginásio (registe-se que na reunião da Câmara de

13 de Maio de 1971 era proposta para patrona do Ciclo Santa Joana Princesa. Provisoriamente era adaptado o armazém a ginásio).

Foram criadas a Comissão de Arte e Arqueologia, de que foi presidente Prof. Amílcar Martins Branco e a Comissão Municipal de Higiene, liderada pelo vereador Horácio Ferreira dos Reis.

No âmbito de água e saneamento, foi alargada a rede de água à avenida Cândido dos Reis enquanto era estabelecido como obrigatório as pessoas, sempre que a rede lhe passasse às portas, instalarem, de sua conta, a rede de distribuição interior para ser feita a ligação no prazo de 45 dias, (segundo deliberações de 14/2/1968).

O concelho evoluía, ainda que lentamente, e a necessidade da concretização mais rápida e menos onerosa para a Câmara levou esta a abrir concurso público para a compra de uma camioneta basculante, uma das primeiras deliberações ainda deste executivo, em 31/1/1968).

Entretanto, Manuel dos Santos Pereira regressava à Câmara em Janeiro de 1969 e só caía com o Estado Novo, quando surge o 25 de Abril. Se muda o presidente não mudam os vereadores e continuam nos seus cargos professor Amílcar Martins Branco e Horácio Ferreira dos Reis, o primeiro com o pelouro das águas, electricidade, mercados e feiras e o segundo com o pelouro das obras, jardins e limpeza.

biblRIA

Embora conhecendo, desde há muito anos, os cantos à casa, o novo "senhor" da Câmara oliveirense depara-se com algumas dificuldades financeiras e é esse factor que o leva a adiar a aquisição de terrenos para a construção de um edifício escolar de duas salas no lugar de Malhapão, em 24 de Abril de 1969 (só foi adquirido em Outubro a João Pires dos S. Pato). O mesmo acontecia com a construção da escola, também de duas salas, no lugar do Troviscal. No entanto, a variante que substituiu a passagem de nível do Bairro do Mogo recebia a pavimentação, ao mesmo tempo que a Câmara começa a equipar-se para a realização de obras, por administração directa, adquirindo uma caldeira de derreter asfalto, em Outubro de 1969, bem como um cilindro mecânico, de fácil manejo, enquanto o velho tinha alguma dificuldade de transporte, dado o seu volume e peso, nunca se sabendo a certeza dos dias de cedência ao mesmo tempo que o pessoal assalariado ficava sempre dependente daquela máquina. Tudo isso concorria para uma

melhoria das vias e assim é que o Ministro das Obras Públicas, de visita ao concelho, em 27 de Outubro de 1970, havia de considerar que "visitei com muito agrado as importantes obras em curso e também registei com especial interesse... a forma considerada muito satisfactória como o concelho está servido de estradas minicipais".

As finanças do concelho não eram avultadas, bem pelo contrário, e para a implantação de três postes de transformação de energia eléctrica nos lugares de Águas Boas, Vila Nova e Rego, a edilidade teve de recorrer a um empréstimo que teve como garantia "a consignação de todas as receitas do Município em especial pelas provenientes dos adicionais às contribuições directas do Estado" [2]. Também outro empréstimo de 2 mil contos foi contraído para as obras de abastacimento de água e outro de 400 contos para a rede de esgotos e saneamento da vila (11/5/1972), conforme despacho do Ministério das Obras Públicas de 27/11/1970. A garantia eram as receitas de exploração de água ao domicílio.

Em Agosto de 1972 era deliberado alargar o abastecimento de água à Amoreira do Repolão, a pedido de uma deputação que esteve na Câmara, encabeçada por Belmira Simões que oferecia um donativo de cinco contos para o efeito.

bibRIA

No sector escolar se haviam gorado algumas negociações quanto aos terrenos em Águas Boas e Albergue, já o mesmo não acontecia no Troviscal, onde eram adquiridos os terrenos a Américo Lourenço Briosa, Arminda Oliveira Morgado, Mário de Oliveira Pato e herdeiros de Eusébio Simões Ferreira.

Das últimas deliberações do executivo de Manuel dos Santos Pereira que vinha tendo alguma contestação, sobressai uma no âmbito da cultura que, pela pouca audácia e clareza, havia de concorrer, uns anos mais tarde, para a perda irreparável da biblioteca do padre Acúrsio Correia da Silva. O irmão, Manuel Correia da Silva, também ele poeta de mérito, pretendia assegurar a permanência no concelho daquele acervo. Só que a Câmara reconhecendo "o melindre dos encargos e inteirado do valor da oferta, delegou no sr. Presidente o estudo do assunto, a decidir depois de ouvido o legatário..." [3]. O poeta iria ser recebido no dia 3 de Setembro.

---

[2] *Acta da Câmara, de 27/4/1972*
[3] *Idem, de 30/8/73*

Uma outra deliberação da mesma data, relacionada com os interesses da Junta de Freguesia da Palhaça, foi permitir a realização da feira aos domingos e dias santos e feriados, "quando, por força do calendário, as mesmas coincidam com esse dia..."

O imposto de prestação de trabalho (definido na reunião de 9 de Agosto de 1973) era o seguinte: chefes de família, residentes ou proprietários no concelho, 70$00; importância que pagavam os varões de 21 a 50 anos, chefes de família do sexo feminino, 40$00; carros de bois ou vacas, 50$00; carretas, falcros ou carroças, 30$00; carro de mão de duas rodas, 10$00, animais de carga, tiro da sela de raça asinina, 30$00; animais de carga, tiro de sela de qualquer raça, 40$00.

Armando Dias Meira, a seu pedido, ter desistido dele. A Câmara, por escrutínio secreto, nos termos do artigo 349º do Código Administrativo, deliberou, por unanimidade, assalariar o requerente para ajudante de electricista, a que corresponde o salário mensal de mil e seiscentos escudos ——

— IMPOSTO DE PRESTAÇÃO DE TRABALHO ——

Presente a tarifa de remissão do imposto de prestação de trabalho, organizada nos termos do disposto no § 2º do artigo 707º do Código Administrativo, para o próximo ano de mil novecentos e setenta e um, a Câmara deliberou aprová-la, ficando a vigorar os seguintes indicadores de incidência do referido imposto:

- Chefes de família residentes ou proprietários no concelho e varões válidos de 21 aos 50 anos de idade —— 38.00
- Chefe de família do sexo feminino —— 24.00
- Carros de bois ou vacas —— 50.00
- Carretas, galeras ou carroças —— 30.00
- Carros de mão, de duas rodas —— 10.00
- Animais de carga, tiro ou sela de raça asinina — 20.00
- Animais de carga, tiro ou sela de qualquer outra raça — 25.00

Imposto de trabalho braçal, aprovado na reunião da Câmara de 10 de Dezembro de 1970.

# 20 ANOS DE PODER LOCAL

bibRIA

bibRIA

# A REVOLUÇÃO DE ABRIL

"A Revolução dos Cravos" encontrou no poder um verdadeiro dinossauro da política concelhia, Manuel dos Santos Pereira, que regressara em 1969. Tinha como veradores, professor Amílcar Martins Branco (que havia sido eleito procurador ao Conselho de Distrito) e Horácio Ferreira dos Reis. A partir de 27/7/1972, teve como número dois da hierarquia o professor João Duarte Silvano.

bibRIA

Na altura 25 de Abril ocupavam o Conselho Municipal: António dos Santos Timóteo, Daniel da Silva Cravo Júnior professor Honorato Pinto Ribeiro, Silvério Francisco Pedreiras, Manuel Baptista de Oliveira, João José Almeida Soares, António Gomes da Cunha, professor Joaquim Granjeia Seabra e Dr. Heitor Baptista Ferreira.

No concelho de Oliveira do Bairro, ao dealbar de uma nova era, a caminho da democracia, repetia-se o que vinha acontecendo por todo o país: era apeado o poder do Estado Novo, representado pela Câmara e pelas Juntas de Freguesia.

Em 5 de Maio, realizou-se uma Assembleia Plenária e foram eleitos para a Comissão Administrativa: Dr. Manuel dos Santos Pato, presidente; Dr. Fernando Peixinho Pires Fernandes, vice: Dr. Assis Francisco Rei e Amaral Simões dos Reis Pedreiras, vogais.

Como acontecia por muitas e diferentes terras, também no concelho se dava a troca de casaco e de bandeira. Como resultado dos novos ventos que sopravam, nem sempre serenos, mas, às vezes, ateando de labaredas.

A Comissão, eleita em Assembleia Plenária, apresentou-se na na

Câmara de seguida para conseguir a demissão imediata do presidente da Câmara, vice presidente e vereadores.

Da Comissão faziam ainda parte: Drª. Ivone Morais Sacramento, farmacêutica; Lino da Silva Neves, empregado de escritório; Dr. Fausto da Graça Barata, advogado; Dr. Jorge Nelson Simões Micaelo, médico. Foi empossada em 10 de Maio pelo secretário do governador civil, Dr. Artur Manuel da Graça Cunha.

Os pelouros ficaram assim distribuídos: Dr. Fernando Peixinho, cemitérios, águas e saneamento, electricidade, mercados e feiras; Dr. Assis Rei, instrução, jardins, obras, serviços de limpeza e higiene, enquanto o presidente ficava com os pelouros da saúde e fiscalização, dentro do movimento triunfante das FA e dos planos de saneamento político da JSN (Junta de Salvação Nacional) e da vontade manifestada pelos democratas deste concelho.

Uma das primeiras deliberações [1], foi a de "oficiar às juntas de freguesia colaborantes com o regime fascista deposto a pedirem a sua imediata exoneração de modo a permitirem que a sua gerência passe a ser desempenhada por uma comissão administrativa provisória a eleger oportunamente".

bibRIA

Tinha o concelho 5073 contribuintes de impostos braçal que rendia aos cofres da Câmara 520.238$00.

Com a Democracia instalada, verificava-se um corrupio de deputações e representações na Câmara a pedir os mais diversos melhoramentos que iam da montagem de um simples poste eléctrico ao alcatroamento de um troço de estrada ou melhoria de uma via rural. Uma das que primeiro subiu nesse dia as escadas dos Paços do Concelho foi uma de Águas Boas. Constituída por 34 pessoas, a exigir que lhe fosse posto a funcionar o posto de transformação "de modo a possibilitar-lhes uma grande melhoria das condições de fornecimento de energia eléctrica, há longos anos deficiente". Nessa reunião foi deliberado começar dos serviços, logo que houvesse autorização da Direcção Geral dos Serviços de Fiscalização Eléctrica.

Também outra representação dos lugares de Penedos, Malhada e Quintas d´Além se apresentou ali, manifestando o desejado da passagem

---

[1] *Acta da Câmara, de 13/5/1974*

para o concelho de Oliveira do Bairro. Tinha mesmo feito seguir pelas vias competentes a necessária documentação, pelo que pediam à Comissão Administrativa parecer favorável para assim verem o seu desejo satisfeito. A Comissão deliberou dar todo o apoio [2]. No entanto, com a morte inesperada do Dr. Manuel dos Santos Pato, esta intenção esmoreceu.

Se a Câmara da presidência de Manuel dos Santos Pereira deixava uma herança de 2.814.061$20, todavia, não deixava grandes projectos. Em Março de 1975, o governo civil de Aveiro enviava questionário para ser respondido num prazo de 30 dias. A Câmara deveria indicar as obras que possuíssem projecto aprovado e cobertura financeira par parte do Município, a fim da Engenharia Militar executar.

Ora o que a Comissão respondeu foi que "quer por falta de meios próprios, sobretudo, por falta de projectos de obras, não podia naquele curto prazo designar qualquer trabalho para ser executado" [3].

Na expectativa do desenvolvimento e apresentação de novos projectos, foi considerada a hipótese da construção de um edifício novo para a Escola Preparatória, pois que a casa, onde funcionava, não tinha condições. Foi entretanto, pedido a Benjamim Gonçalves Serrano a cedência de uma área de 4000 m2 de terreno adjacente para a ampliação do recreio e era então possível "encarar num futuro próximo a compra de terreno e consequente construção dum edifício novo à altura de satisfazer as necessidades" [4].

biblRIA

O diálogo era agora muito mais próximo do povo e a comissão aceitou receber a Cooperativa Eléctrica da Pedreira, o que já havia sido anteriormente solicitado, comprometendo-se a edilidade a fazer a remodelação total da rede para o fornecimento normal de energia..." [5].

Dr. Manuel dos Santos Pato falecia inesperadamente, um ano depois de tomar posse como presidente da Comissão Administrativa, com apenas 56 anos, exactamente a 12/5/1975. Foi considerado "um grande camarada para os seus iguais", "defensor dos oprimidos e cudilhados pelo antigo re-

---

[2] *Acta da Câmara, de 28/11/74*
[3] *Idem, de 13/3/1974*
[4] *Idem, de 27/3/1975*
[5] *Idem, de 10/4/1975*

gime fascista", "generoso para os desafortunados e esportunado pelos mais necessitados os subsídios de representação a que tinha jus" [6].

Foi substituído pela Drª. Maria Fernanda Navega de Barros Soeiro e Matos Fernandes, nomeada presidente da Comissão por portaria de 30/5 do Ministro da Administração Interna. Tomando posse perante o governador civil, no dia 19 de Junho de 1975, geriu os destinos da Câmara até 1977.

Neste período, que é de verdadeira transição, as obras logicamente não abundam e os autarcas invocam na reunião de 26 de Junho de 1975 "as dificuldades que o Município tem para resolver de pronto as maiores necessidades "que eram então reclamadas por deputações dos lugares ou comissões de moradores, então muito em voga. Nunca os munícipes subiram tanto as escadas da Câmara para reclamar benefícios, de toda a ordem, caminhos, luz pública e pequenos e grandes problemas.

Apesar disso, a Câmara, liderada pela Dra. Maria Fernanda Navega Barros Soeiro Matos Fernandes, entre outras, teve as seguintes iniciativas: mandou fazer o levantamento topográfico do concelho na escala de 1/2000, adquiriu uma "caldeira derretedeira de asfalto", com a capacidade de mil litros e, na área rodoviária, beneficiou, com tapete betuminoso, a estrada entre Malhapão e Pedreira, pavimentou a rua do Vale do Rato na Palhaça, bem como a estrada entre Silveira e Vila Verde; também a estrada do Cabeço ao Vale de Bustos.

biblRIA

Já em 1976, obras idênticas levou a cabo nas estradas da Amoreira do Repolão e Cercal, bem como na estrada que liga a Quinta do Cavaleiro à Quinta do Gordo, também a estrada paralela ao campo de futebol da Póvoa do Forno e ainda a rua da Fonte Bebe-e-vai-te na Palhaça e, já no fim do seu mandato, ocorreu a beneficiação da estrada de Vale da Marinha, no Troviscal.

---

[6] *Acta da Câmara, de 30/5/1975*

## FINALMENTE, A COMARCA

Passado o tempo quente e conturbado que se fez sentir, após o golpe de Estado (ou revolução de Abril), onde imperaram os saneamentos políticos, os ventos amainaram, a democracia recuperou o verdadeiro caminho para a concórdia nacional e local e surgiram as primeiras eleições livres em que concorreram várias forças partidárias, nomeadamente PS, PSD, CDS e FEPU.

bibRIA

A primeira Câmara eleita democraticamente foi presidida por Alípio da Assunção Sol (PSD) que teve como vogais: Drª. Maria Fernanda Navega Soeiro (PS); professor Élio Martins Ferreira, Eng. António Miguel Martins de Carvalho e Costa e professor Antero Lopes Moreira (CDS); Maria Orendina dos Santos Louceiro da Silva e Carlos Esteves de Sá (PSD). Tomaram posse em 7/1/1977.

Pelouros: Alípio da Assunção Sol, serviços administrativos, secretaria e tesouraria, fiscalidade e impostos; Drª. Maria Fernanda Navega, instrução, bibliotecas e museus; professor Élio Martins, obras; Eng. António Miguel Costa, águas, saneamento, higiene, limpeza e electricidade; Maria Orendina, cemitérios, jardins e arborização; professor Antero Moreira, mercados, feiras e serviços de aferição.

Das eleições surgiu também a primeira Assembleia Municipal que ficou constituída, entre outros, por: Manuel Duarte de Jesus, Amílcar Santos Ferreira, António Ferreira Marques Oliveira e Júlio Simões da Rocha, PPD/PSD; Lídia da Conceição Pato de Macedo Seabra da Rocha, Carlos Alberto Lourenço Nunes, António da Conceição Silva e Alfredo Rodrigues Ferreira, CDS; Sérgio Luís de Jesus, PS.

Edifício público onde estão instalados o Tribunal e as repartições públicas.

BIBLIOTECA

A Mesa da Assembleia foi instalada no dia 3/2/1977 pelo governador civil, Dr. Costa e Melo e Manuel Alberto Ferreira da Silva foi eleito seu presidente. Foi assessorado por Manuel Duarte de Jesus (1º secretário) e Teófilo Simões Mota (2º secretário).

A votação para a Câmara foi a seguinte: PPD, 3568; CDS, 3179; PS, 1143 e FEPU, 168. Já para a Assembleia Municipal foram estes os resultados: PSD, 3649; CDS, 3114; PS, 1146 e FEPU, 155.

Partindo da deliberação de que de "qualquer um poderiam partir iniciativas para o desenvolvimento do concelho" e, animados para assim proceder, uma das primeiras decisões tomadas pelo colectivo da Câmara foi a abertura de um concurso para a aquisição de uma retro-escavadora, um dumper e um cilindro, ao mesmo tempo que foram encomendados projectos de abastecimento de água e esgotos residuais e pluviais ao Município, com início na sede do concelho e na freguesia da Mamarrosa.

Entretanto, a visita em 26/11/77 ao concelho do Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, suscitou a constatação de falta de estruturas para os serviços públicos locais e estatais. "Nunca vi nada de mais pobre e deprimente e apesar da esmerada limpeza..." dizia, referindo-se o membro de governo à Conservatória do Registo Civil.

biblRIA

Para obviar a esta falta de condições foram arrendados o rés-do-chão e a cave de uma casa de Manuel Francisco Pataco para sede do Registo Civil. Mas foi a Câmara mais além e, na reunião de 29/12/1977, foi deliberado "incentivar a hipótese da criação da Conservatória do Registo Predial e Comarca neste concelho", assunto que, de resto, tinha sido levantado pelo Dr. Fausto Barata.

Estava a gerar-se a ideia da criação da nova comarca, um anseio antigo ainda sem concretização.

Em 1979, as diligências continuavam no sentido da criação do Tribunal Judicial ou Comarca e Conservatória do Registo Predial, mas nada de concreto havia, havia, sim, a convicção de que "as deligências têm que ser aprofundadas com o envio de novos elementos e com a solicitação de todos os apoios possíveis", conforme era ideia de Alípio da Assunção Sol, expressa na reunião de 10 de Maio de 1979, ano em que (reunião de 27/12/1979), é

aprovada a eloboração do projecto de rede de drenagem dos esgotos da Mamarrosa e da adutora de água a Oliveira do Bairro.

De resto já em 25 de Janeiro de 1978, eram apresentados projectos para as obras de saneamento básico, respeitantes à remodelação da rede de abastecimento de água e de esgotos da vila, cuja abertura das propostas se verificava em 30 de Agosto do mesmo ano. Isto, apesar da falta de verbas gordas. "Verifica-se cada vez mais a frustração da Câmara Municipal não poder cumprir e resolver as necessidades do concelho, pois as verbas atribuídas (pela Direcção Geral de Saneamento Básico e Fundo de Fomento de Habitação) a este sector das estradas são pouco menos do que insignificantes e mesmo assim condicionadas" [1].

Apesar disso, as intenções eram muitas e um pacote de obras surgia na reunião de 24 de Junho de 1980: era deliberado abrir concurso limitado para a execução de um reservatório elevado, enquanto iam continuando as obras de construção do imóvel público para instalação de praticamente todos os serviços de administração local com excepção da Câmara Municipal e central e futuro Tribunal.

bibRIA

Era concretizada ainda a compra de algumas parcelas de terreno para a construção da Escola Preparatória e era apresentado o Plano de Pormenor da expansão da Poente da vila de Oliveira do Bairro, enquanto o Plano de Pormenor do Centro da Vila viria a ser aprovado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo em 17/4/1980.

Entretanto, para o desenvolvimento do concelho, a Câmara foi-se equipando com cisterna para espalhar alcatrão, aquisição de máquina motoniveladora e ainda veículo para limpar fossas, o que acontece nos finais de 1980, princípios de 1981.

O ano de 1980 ficou marcado ainda pela construção da Escola da Serena e pela adjudicação da construção da nova ponte da Bunheira sobre o Rio Levira, onde foi imprescindível a estacaria e pela construção da escola da Silveiro. A nível do parque escolar, era ainda adjudicada a empreitada da construção da Escola Preparatória (25/3/1980).

A Câmara via ainda aprovado pela Direcção Geral o Plano Urbanístico

---

[1] *Acta da Câmara, de 26/5/78.*

da vila, através do despacho do Secretário de Estado de 17/4/1980 (Acta de 13/5/1980),

Nos finais de 1980 são dados dois primeiros passos para a instalação da ETAR do Cercal e, em Janeiro de 1981, era exarada em acta (13/1/1981) a necessidade de avançar com a compra dos terrenos necessários para o mercado, "considerado uma das maiores faltas do concelho" (na altura o mercado era realizado, parte da avenida Abílio Pereira Pinto e outra parte em terreno arrendado ao engº. Joaquim José Tavares Prado e Castro).

Relacionado com o ambiente, a Câmara deliberou em reunião de 1/3/1981 adquirir uma viatura para a recolha de lixo, enquanto, nos fins de 1982, são elaborados projectos para a remodelação das redes públicas de iluminação nos lugares de Bustos, Palhaça e centro da vila de Oliveira do Bairro.

É, na verdade, no consulado de Alípio da Assunção Sol que o parque escolar de alguma forma é melhorado, com a construção de raíz de algumas salas de aulas: em 1982 estavam a funcionar a escolas de Águas Boas e do Passadouro - Troviscal (a recepção verificava-se no mês de Maio); neste mesmo ano, começaram a funcionar também as novas instalações da Escola Preparatória de Oliveira do Bairro. Entretanto, em Março de 1984, estavam adquiridos os terrenos para a construção da escola da Silveira (que foi inaugurada em 12/4/86). No mesmo ano foi aberto o concurso para a construção da escola da Mamarrosa e, em Fevereiro de 1987, (ano em que abre na vila de Oliveira do Bairro a primeira agência bancária, na Av. Abílio Pereira Pinto, quase defronte à Câmara, em edifício pré-fabricado) é adjudicada a construção da escola de Malhapão.

bibRIA

As escolas primárias da Mamarrosa têm início em Fevereiro de 1986 e as obras dão algumas dores de cabeça à Câmara, porque não são cumpridos pelo empreiteiro os respectivos cadernos de encargos. O construtor chegou mesmo a ter de deixar a obra, que voltou a ser concursada.

Em 1982 é deliberada a adesão e aprovação dos estatutos da Associação de Municípios Bairrada/Vouga, constituída pelos concelhos de Albergaria-a-Velha, Águeda, Sever do Vouga, Anadia, Mealhada, Anadia e Oliveira do Bairro [2]. Por outro lado, foi aprovado formalmente o projecto do quartel da GNR (14/9/1982), que só acaba por ser inaugurado em 17/7/

[2] *Acta da Câmara, de 29/6/1982*

90 com a presença do Secretário de Estado do MAI, Dr. Luís Madureira, já no consulado do Dr. Acílio Gala. Um dos terrenos só foi adquirido através de declaração de utilidade pública de expropriação urgente em fins de 1984.

A Câmara deparou-se ainda com um outro problema também na área do ensino, na sequência natural do encerramento dos postos da Telescola que tinham as portas abertas, há muitos anos, nos lugares de Oiã e Perrães. Isso motivou mesmo uma manifestação das populações junto dos Paços do Concelho, em 21 de Maio de 1984.

Porém, deligências da parte de uma comissão de homens de Oiã e da Câmara, em reunião da Câmara de 23 de Setembro de 1986, foi deliberado implementar a construção da Escola C+S. E, na reunião da Câmara de 31/10/1988, era aprovado o lote do terreno destinado à sua implantação, no lugar do Regatinho, pelo ofício da Direcção dos Serviços de Equipamento Escolar.

Esta aspiração do povo de Oiã já era antiga. Em reunião da Assembleia Municipal de 17 de Novembro de 1980, por proposta do deputado António Ferreira de Oliveira, foi enviado ofício ao Director Geral dos Equipamentos Escolares no sentido de ser criada esta Escola.

biblRIA

Outras ideias, quais sementes que haviam de concretizar-se mais tarde, surgiram no último mandato de Alípio da Assunção Sol: as da construção da Zona Industrial de Oiã e do novo mercado e implantação do Estádio Municipal.

Por exemplo, em 1987, ano em que é construída a Ponte da Bunheira, são dados alguns passos para a concretização da criação da Zona Industrial de Oiã (ZIO). Na reunião da Câmara de 9/11/1987, é aprovado "implementar as acções e os contactos que possibilitem o arranque das obras a levar a efeito com a possível prévia aquisição dos terenos inseridos na mesma", o que foi difícil. Embora 33 proprietários se manifestassem dispostos a vender [3], as dificuldades avolumaram-se pelo que nesta mesma reunião foi deliberado seguir outro caminho: fazer a expropriação dos terrenos.

A criação da ZIO era, entretanto, uma realidade e tinha o suporte legal na publicação do Decreto Regulamentar nº 44/87, publicado no Diário

---

[3] *Acta da Câmara, de 25/1/1988*

## MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

### Decreto Regulamentar nº 44/87 de 29 de Julho

A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro vai promover a elaboração do plano de pormenor da Zona Industrial de Oiã, tendo manifestado interesse em que a área seja sujeita a medidas preventivas, a fim de evitar que a alteração das circuntâncias e condições existentes comprometa a execução do plano ou a torne mais difícil ou onerosa.

Urge satisfazer a pretensão da autarquia.

Assim:

Ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º - 1 - Para efeitos de aplicação do disposto no capítulo II do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro, fica sujeita a medidas preventivas pelo prazo de dois anos a área assinalada na planta anexa a este diploma e que dele faz parte integrante.

2 - As medidas preventivas referidas no número anterior consistem na sujeição a prévia autorização da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, e sem prejuízo de quaisquer outros condicionamentos legalmente exigidos, da prática dos actos ou actividades seguintes:

a) Criação de novos núcleos habitacionais;

b) Construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou de outras instalações;

c) Instalação de explorações ou ampliação das já existentes;

d) Alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, à configuração geral do terreno;

e) Derrube de árvores em maciço, com qualquer área;

f) Destruição do solo vivo e do coberto vegetal.

Art. 2º - 1 - Compete à Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e à Comissão de Coordenação Regional do Centro promover a fiscalização do cumprimento das medidas estabelecidas neste diploma.

2 - A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro é competente para proceder em conformidade com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 794/76.

Aníbal António Cavaco Silva - Luís Francisco Valente de Oliveira.

Promulgado em 9 de Julho de 1987

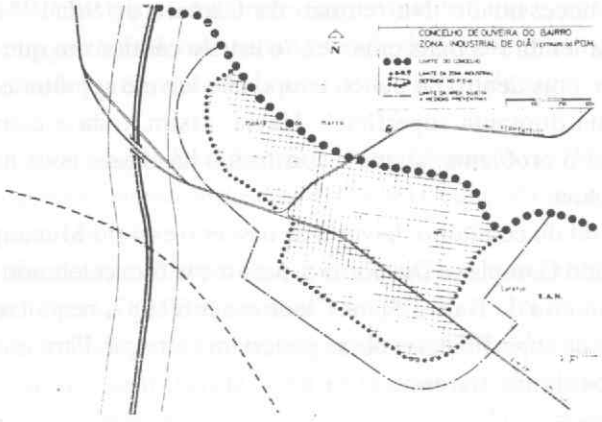
O Presidente da República MÁRIO SOARES.

Publique-se.

Referendado em 15 de Julho de 1987

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

CÓPIA




Decreto Regulamentar relativo a medidas preventivas para a Zona Industrial de Oiã

da República de 29/7/87, onde eram estabelecidas também as medidas preventivas. O Plano de Pormenor da ZIO era aprovado pela Assembleia Municipal em 6/11/1987. As medidas preventivas haviam sido pedidas no ano anterior, quando foi elaborado um regulamento de acesso aos lotes.

Por sua vez, a avenida Abílio Pereira Pinto, onde há tantas décadas vinha decorrendo a praça, era assaltada aos sábados por todo os incómodos (e vantagens) de uma feira do género. Era necessário fazer a mudança para outro local, criar melhores condições para o que já havia um estudo prévio de arquitectura. E assim é que em 1986[4] foi deliberado providenciar a compra dos terrenos no Passal, mas, em Janeiro de 1988, ainda não haviam sido negociados os terrenos com os herdeiros de Dr. Alberto José Tavares Prado e Castro. A área necessária era cerca de 12.000 m2 e havia sido já considerado no Plano de Pormenor de Expansão Poente da vila de Oliveira do Bairro, elaborado em 1981.

O que avançou mesmo mais rápido foi a construção do novo cemitério cujas obras tiveram início nos fins de 1986, embora o estudo viesse de trás. (Em 30/6/1984, a Câmara tomava conhecimento de que a Delegação do Planeamento Urbanístico de Aveiro se pronunciava sobre o Plano de Pormenor da Zona Desportiva da vila de Oliveira do Bairro, sugerindo a remodelação do estudo de modo que o cemitério ficasse mais para norte "de modo a ficar mais distanciado do estádio municipal").

biblRIA

Aberto concurso em Agosto de 1987, a sua construção era de uma extrema necessidade. Na reunião da Câmara de 9/6/1981, o chefe da Secretaria lembrava mais uma vez "o estado caótico em que se encontra o cemitério, pois dentro de pouco tempo não haverá sepulturas para utilizar, dada a sua diminuta superfície". Havia, assim, toda a conveniência em solucionar o problema, já que o construído há alguns anos não passava de um fantasma.

A sul do cemitério, haveria de nascer o estádio Municipal, integrado no chamado Complexo Desportivo, para o que fora celebrado um protocolo com o Oliveira do Bairro Sport Clube em 8/6/1987, respeitante à cedência de direito de superfície. As obras poderiam começar. Para isso haviam sido adquiridos alguns terrenos.

---

[4] *Acta da Câmara, de 28/7/86*

No último ano do seu mandato, de realçar que o quartel da GNR estava praticamente alvorado em Fevereiro e que foram feitas deligências para entrarem em funcionamento a ETAR do Cercal e as fossas sépticas. Na recta final, foi colocada uma passagem aérea na passagem de nível da Catarina (Oiã) e elaborado ainda o projecto para a construção da passagem inferior, adjudicada a empreitada daconstrução da adutora RA 1 e RA 2 Oliveira do Bairro/Silveiro, cujo concurso havia sido aberto em Junho. No mês anterior (22/05) foi aberto concurso para a construção do Posto de Turismo da vila e em Outubro estava pronto o jardim de infância de Bustos.

Todas estas obras não impediram que a rede viária fosse melhorada e acrescentada e para que as obras a realizar directamente pela Câmara tivessem o apoio logístico necessário, a Câmara adquiriu em 1989 uma máquina carregadora-caterpillar e um camião de carga.

Era uma realidade. O concelho, que fora elevado à categoria de 2ª classe rural por Decreto do Ministério da Administração Interna, datado de 25/2/1977, dava um grande salto no tempo e saía da pacatez marcadamente rural. Isso era bem visível, sobretudo, na Zona Industrial de Vila Verde e implantação de unidades industriais a sul de Oiã.

biblRIA

Concorreu para esta situação a elaboração do Plano Director Municipal (PDM) que foi ratificado, de acordo com a Portaria nº 134/86, de 5 de Abril de 1986 e publicado no Diário da República, nº 79 5/4/986. A Assembleia Municipal, presidida pelo Eng. António Dias Cardoso, havia ratificado este importante documento na sessão de 5/7/1985, em que foram aprovados os estudos preliminares da rede de drenagem de esgotos de águas residuais do município.

Alípio Sol orgulhava-se justamente da existência do PDM,(segundo a nível nacional) instrumento de desenvolvimento de que só uma Câmara no país era detentora (Évora).

Neste mesmo ano de 1985 e a 5 de Janeiro, é inaugurado o novo Quartel dos Bombeiros, que fora iniciado em 1981. E, em Dezembro do ano seguinte, abre ao trânsito o nó-Sul de Aveiro da Auto Estrada Lisboa-Porto, que fica a constituir, sem dúvida, uma infra-estrutura de grande e vital importância para o desenvolvimento de todo o concelho, em especial da freguesia de Oiã. A intervenção da Câmara no sentido da criação deste nó

## MINISTÉRIOS DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

### Portaria n.º 134/86

de 5 de Abril

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º, n.º 1, alínea *i*), da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, o Município de Oliveira do Bairro promoveu a elaboração do respectivo plano director.

O Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, entretanto publicado, definiu o quadro regulamentar dos planos directores municipais e possibilitou, no seu artigo 28.º, que os municípios que à data da publicação do mesmo tivessem promovido a elaboração de planos que se enquadrassem na figura do plano director municipal (PDM) poderiam submetê-los à ratificação do Governo desde que os mesmos preenchessem os requisitos aí indicados.

Em face do exposto e considerando que:

O Plano Director Municipal de Oliveira do Bairro foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 5 de Julho de 1985;

O mesmo PDM preenche os demais requisitos fixados nas várias alíneas do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio;

Algumas observações apontadas ao plano de financiamento não prejudicam a ratificação do PDM, dado aquele assumir natureza meramente indicativa, tanto para as entidades estranhas ao município como para este, que anualmente o pode reformular (artigos 3.º, n.º 5, 8.º, n.º 1, e 21.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 208/82); aliás, obedecendo tal plano ao disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 208/82, poderá ser ratificado ao abrigo do disposto no artigo 243.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa;

A generalidade das entidades consultadas sobre o mesmo pela Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico emitiu pareceres favoráveis à ratificação do PDM;

Os condicionamentos levantados por algumas entidades à ratificação do PDM, apesar da sua natureza pontual, não podem, no entanto, deixar de ser tidos em conta pelos valores e interesses que procuram defender:

A Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico propõe a ratificação do PDM;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Plano e da Administração do Território e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, que o Plano Director Municipal de Oliveira do Bairro seja ratificado com as restrições seguintes, a tomar em conta na sua aplicação e execução:

*a*) Respeito pelos condicionamentos fixados no parecer da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.;

*b*) Previsão de uma zona para aterro sanitário, a aprovar pela Direcção-Geral do Saneamento Básico;

*c*) Considerações das sugestões formuladas no parecer da Direcção-Geral da Qualidade para a zona industrial a N. W. de Oiã.

Ministérios do Plano e da Administração do Território e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 18 de Março de 1986.

O Ministro do Plano e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira.* — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *João Maria Leitão de Oliveira Martins.*

IMPRENSA

Ratificação pelo governo de Cavaco Silva do PDM de Oliveira do Bairro.

foi importante e de tal modo que é nos Paços do Concelho que em 1985 foi realizada a assinatura das adjudicações autos de consignação dos lanços da Mealhada /Albergaria-a-Velha, na presença do Ministério do Equipamento Social, Eng. Carlos Melancia...

A realidade do concelho e as suas potencialidades tiveram direito a amostra pública. Em Setembro de 1984 (ano em que continuavam as obras de ampliação, beneficiação, conservação , adaptação e arranjos exteriores do Hospital de Oliveira do Bairro por conta do município que se haviam iniciado neste ano e prolongaram até 1988; ano em que o concelho aderia à Associação Nacional de Municípios Portugueses por deliberação de Junho) realizou-se a primeira reunião com os empresários no sentido de ser criada a 1ª Exposição Industrial, Agrícola e Comercial de Oliveira do Bairro. Nascia assim a FIACOBA cuja primeira edição teve lugar no recinto da Escola Preparatória entre 13 e 16 de Julho do ano seguinte (1985). "Face às expectativas criadas e tendo em conta as nossas potencialidades, a Câmara Municipal deliberou deligenciar para adquirir módulos próprios para possibilitarem a realização da feira no ano de 1985" [5].

bibRIA

Com a implementação deste certame cuja 2ª edição (1986) teve a visita do Presidente da República, Dr. Mário Soares, exactamente em 12 de Julho, logo nasceu a ideia da criação da Associação Industrial e Comercial de Oliveira do Bairro.

Entretanto, no fim de 1989, quando Alípio Sol deixa a presidência da Câmara Municipal, ao fim de mais de uma dúzia de fecundos anos, decorriam os trabalhos da instalação da adutora, de ligação do novo depósito de água, de Oliveira do Bairro, apoiado por duas células, às povoações ribeirinhas da freguesia de Oiã (concretamente Silveiro, Giesta, Perrães e Rego).

De todas estas obras, porém, a de maior alcance, para o desenvolvimento do concelho, foi a criação da Comarca que indiscutivelmente tem o dedo de Alípio Sol.

O sonho de criar uma Comarca, que voltou a aflorar, volvido muito mais de um século, desta vez, teve um desfecho feliz. Mercê de um grande empenhamento e teimosia deste autarca, que soube aproveitar uma série de

---

[5] *Acta da Câmara, de 22/5/1985*

circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento da ideia, este desiderato foi conseguido , ainda que a luta tenha levado precisamente uma década.

"Nada nem ninguém obstará a criação da Comarca de Oliveira do Bairro" - dizia. O processo já tinha dado entrada no Ministério da Justiça, mas não havia ainda casa de magistrados, mas Alípio Sol estava convicto de uma feliz decisão e "venha é o decreto que crie a Comarca e o resto arranjamos nós" [6].

As primeiras deligências iniciam-se em 1979, aliando-as à necessidade da criação de uma Conservatória do Registo Predial, que se fazia sentir cada vez mais. Quando, em 19 de Março de 1983, o Ministro da Justiça visitou o concelho tomou conhecimento da "situação dramática em que se encontram os serviços da Conservatória do Registo Civil e Predial do concelho" [7]. Dr. Menéres Pimentel deixava então uma palavra de esperança, tal como anteriormente o tinha feito o Dr. Mário Raposo.

O edifício público, a contar com a instalação dos serviços públicos e a criação da Conservatória do Registo Predial, em 1982, bem como da Comarca, foi adjudicado em Setembro deste mesmo ano e inaugurado em 14.6.982 pelo Secretário de Estado do Orçamento, Dr. Alípio Dias. Viesse, pois o despacho favorável que espaços já havia e as obras começaram poucos meses depois, em Dezembro.

bibRIA

Outra visita que deu nova esperança foi a do Ministro da Justiça, (pela 2ª vez) Mário Raposo, em Setembro de 1986. Alípio Sol aproveitou a ocasião para reafirmar a necessidade da criação da Comarca, enquanto o membro de Governo considerou que era "a primeira vez que estava de visita a uma Comarca constituenda". Confessou mesmo que da sua parte não via qualquer inconveniente, endossando a tarefa à Direcção Geral dos Serviços Judiciais para que se pronunciasse sobre as condições técnicas. Foi acompanhado nessa visita pelo desembargador Juíz Matos Fernandes, que vivera por alguns anos na vila de Oliveira do Bairro.

---

[6] *"Jornal da Bairrada", 12/12/1980*
[7] *Acta da Câmara, de 25/7/1983*

Na altura, já estava pronto o edifício público que o membro do governo visitou e onde já estavam instalados a Repartição de Finanças, o Cartório Notarial, o Registo Civil Predial e Comercial e a Delegação Escolar. As instalações do 2º piso estavam reservadas para o futuro Tribunal.

Neste imóvel, que veio a sofrer algumas críticas quanto à sua localização à beira da EN 235, ficaram os munícipes e outros a dispôr de todos os serviços públicos, sem o habitual desperdício inútil de tempo, porque todas as repartições públicas ali estão concentradas.

Um novo alento surgia, entretanto, com a proposta de Lei dos Tribunais, de 17/02/1987 em que era proposto fossem criados tribunais de Círculo com jurisdição nas comarcas limítrofes e a criação de Tribunais de competência mista. Então, a prossecução deste objectivo foi tenaz. Ofícios e mais ofícios, entrevistas e contactos, às dezenas, fazendo ver Alípio Sol que o concelho tinha condições (desenvolvimento e infra-estruturas, a todos os níveis) para receber, de braços abertos, a Comarca.

Passado um ano, era criada a Comarca de Oliveira do Bairro pelo Decreto nº 214/88, de 17/6/88. Era Ministro da Justiça Dr. Fernando Nogueira. A satisfação era evidente e dá nota desse facto a Acta da Câmara, datada de 30/5/88:

bibRIA

"A Câmara Municipal congratulou-se com a criação da Comarca de Oliveira do Bairro, tendo deliberado manter a oferta das instalações feitas em 1985 e mesmo em anteriores contactos (...) bem como pedir toda a colaboração no sentido da implementação da nossa Comarca".

O Tribunal era inaugurado em 17 de Março de 1989, mas já tinha sido instalado no dia 2 de Janeiro.

Como estavam a decorrer as obras de remodelação e adaptação no imóvel, o primeiro julgamento foi realizado no salão nobre dos Paços do Concelho. "São inesquecíveis este acto e este dia" - afirmava Alípio da Assunção Sol. [8]

"Sonho de nove anos de acções e estoicismo, demonstradas as razões técnicas das nossas pretensões", afirmou, na inauguração, Alípio da Assunção Sol.

---

[8] *"Jornal de Notícias", edição de 5/1/1989).*

Presentes, o Ministro da Justiça, Dr. Fernando Nogueira; Adjunto do Ministro da Justiça, Borges Soeiro; governador civil de Aveiro, Dr. Sebastião Dias Marques; o Juíz do Tribunal de Oliveira do Bairro, Dr. Álvaro de Sousa Botto Fernando e o delegado do Ministério Público, Dr. Aristides Bouça de Castro. A sessão solene realizou-se no salão dos Bombeiros.

Para a história ficam os nomes dos primeiros funcionários do Tribunal de Oliveira do Bairro: Joaquim da Conceição (secretário Judicial), Norberto Freitas Rosmaninho (escrivão de Direito da 1ª secção), Maria Helena Simões Bica (escrivã adjunta), Cristina Maria Breda Malheiro, José Ruivo Costa, Prudência Fortuna Sousa Vieira e Teresa Felismina Almeida Cruz, todos escriturários judiciais e Maria Fernanda Correia, escrivã adjunta, Artur Manuel Ameixoeiro Rodrigues (Técnico de Justiça adjunto) e Ermelinda Maria Rocha Oliveira Fontes (técnica de Justiça auxiliar).

A primeira pessoa a ser julgada foi um jovem, de 20 anos de idade, natural de Regatinho, Oiã, Orlando Manuel Vieira Branco. Respondeu por conduzir sem carta.

Para além de não ter cadastro, foi levado em conta o facto de ser o primeiro cidadão a ser julgado na nova Comarca. Teve pena suspensa.

Foi Juiz Albino Gonçalves Loureiro, de Anadia, delegado e procurador da República, Dr. António Augusto Oliveira Gala e advogado de defesa, Dr. Augusto Condesso.

bibRIA

# DOS NOVOS PAÇOS DO CONCELHO À SAGA DA ÁGUA E SANEAMENTO

A obra de mais esplendor, ao de cimo da terra, levada a cabo no consulado de Dr. Acílio Gala, foi, sem dúvida, a construção dos novos Paços do Concelho. Se, no início, tudo foi mais ou menos pacífico, com as eleições autárquicas de 1993, à vista, surgiram algumas críticas no respeitante à localização, que o PSD preferia tivesse sido na Quinta do Serrano, mas também relativamente aos custos.

bibRIA

Partindo de uma sugestão do deputado socialista, Eng. Nelson Madeiros, o novo inquilino da Câmara levou a peito a concretização deste objectivo, praticamente desde início do seu mandato, aliás, fazia parte do seu programa eleitoral.

Em Maio de 1990, na revisão do Orçamento e do Plano de Actividades, sobressai já a necessidade da construção dos novos Paços, que são considerada "uma necessidade urgente" e dava notícia de que já fora apresentada a candidatura para a elaboração do respectivo contrato-programa [1]. No entanto, o deputado Dr. Mário Rui Reis Mota questionava se os novos Paços do Concelho seriam "uma necessidade prioritária dado o volume de verba que as sua concretização iria exigir...".

Entretanto, as negociações com os herdeiros de António Tavares de Araújo e Castro para a aquisição do terreno continuavam, o que é realçado na reunião de 10 de Março de 1992, (altura em que foi deliberado fazer o

[1] *Acta da Câmara, de 25/5/990*

loteamento do espaço envolvente do Mercado). E, na reunião de 26/5/1992, era deliberado contrair empréstimo de 50 mil contos para a aquisição do terreno para a sua implantação.

bibRIA

Novos Paços do Concelho.

O projecto não tinha recuos e, na reunião de 1/9/1992, foi deliberado, por unanimidade, reconhecer a necessidade de adquirir um terreno para a construção dos novos Paços. Então, igualmente por unanimidade, foi reconhecido que o local indicado na planta que foi apresentada "é a mais indicada...", em virtude da ocupação já existente ao longo da avenida Dr. Abílio Pereira Pinto. Vereadores presentes: Manuel Pires de Oliveira, Armando Carlos de Almeida, do CDS, Carlos Manuel dos Santos Réu e Manuel Alberto da Silva Ferreira, do PSD (faltara Dr. Mário Reis Mota).

Se inicialmente foi sugerido ser realizado um concurso de ideias, tal necessidade foi posta de lado, para não haver mais compassos de espera. A obra, no entender do presidente da Câmara, urgia de verdade. Em vez disso, o projecto foi apresentado em 3/11/1992, (tempo em que o Mercado já ia alto). A maquete funcional e estudo prévio, eram apresentados, pouco tempo depois, na reunião de 27/4/1993.

Seguiu-se a aprovação do respectivo projecto de arquitectura e estabilidade, bem como o programa de concurso e cadernos de encargos e ainda o projecto de execução de fundações e estruturas de todo o edifício, o que ocorreu na reunião de 20/07/93.

Abstiveram-se na reunião da Câmara os vereadores Alípio da Assunção Sol e Dr. Mário Rui dos Reis Mota, invocando que "o projecto que pode marcar uma época deveria ser objecto de parecer de técnico ou técnicos credenciados, entre os quais o da arquitecta urbanista, autora do PDM, aprovado em Abril de 1986, e por que não de urbanistas como Sisa Vieira, Nuno Portas, Manuel Fernandes (...), que houve precipitação na aprovação dos projectos em questão, dada a situação de aquisição dos terrenos necessários à obra propriamente dita, acesso e zona envolvente..."[2].

Todas as propostas e documentos baixaram à Assembleia Municipal, de 6 de Agosto, e foram aprovados por maioria.

Nesta mesma reunião foi deliberada a abertura do correspondente concurso público.

Em 6 de Outubro de 1993, já em plena época eleitoral, eram abertas as propostas do respectivo concurso (1ª fase) a que concorreram 28 empresas. Foi eleita a empresa Alberto Martins de Mesquita & Filhos, Lda. na reunião de 19/10/93. Os deputados do PSD insurgiam-se então contra a adjudicação, de mais a mais, em plena campanha eleitoral. Da sua declaração de voto, ressalta que "parece-nos aberrante e ilegal adjudicar a 1ª fase da construção do edifício municipal em terrenos que juridicamente ainda não estão titulados nem registados a favor da Câmara Municipal". Outros dois argumentos para sustentar a sua votação prendiam-se com o facto do "local ser inadequado" e era uma adjudicação em plena campanha eleitoral.

No mês seguinte tinham início as obras da primeira fase que compreendia a construção do gabinete do presidente, gabinetes para os vereadores em regime de permanência e para as forças partidárias com assento na Assembleia Municipal, salão nobre, (destinado aos actos maiores da Câmara, mas ainda a manifestações de cultura, nomeadamente grandes concertos), gabinetes de serviços administrativo e do sector de obras e ainda cave para o parqueamento.

---

[2] *Acta da Câmara, de 20/07/1993*

biblRIA

A última Assembleia Municipal que se realizou nos velhos, acanhados e deteriorados Paços do Concelho, que já não se coadanuavam com o desenvolvimento do Município, teve lugar no dia 29 de Maio, o que sugeriu ao deputado Dr. Jorge Mendonça e relativamente à próxima mudança: "para uns, o melhor local, para outros não tão bom, mas sempre, de qualquer modo, com indiscutíveis melhores condições que as actuais".

Por sua vez, a primeira reunião do colégio camarário nos novos Paços do Concelho teve lugar no dia 11.06.96. O presidente aproveitou o ensejo para lembrar que este "era um dos objectivos principais do meu primeiro programa de candidatura, caso viesse a ser eleito", uma "necessidade do concelho". Na sua opinião, então expendida, "o edifício reflecte um ideal: é um edifício concebido para a multidisciplinaridade e multifuncionalidade". Apesar desta natural alegria por ver um sonho realizado, a oposição (PSD) não "retirava "uma vírgula às críticas que fizemos no passado... mas o edifício aí está. Proporcionando, sem dúvida, melhores condições de trabalho, manda o superior interesse do concelho que daí resultem benefícios para os munícipes" [3].

A aposta tinha efectivamente sido ganha pelo Dr. Acílio Gala que vivia um dia grande em 20 de Julho de 1996. Com a inauguração do edifício pelo Secretário de Estado da Administração local e Ordenamento do Território, Dr. José Augusto Carvalho, que considerou "o edifício funcional e digno como cumpre à administração local" [5].

biblRIA

Presente ainda o presidente da Coordenação da Comissão da Região Centro, Dr. José Joaquim Dinis dos Reis, que assinou ali mesmo um contrato-programa, no valor de 34.520 contos, para a construção da área envolvente.

Por sua vez, o presidente da Câmara, avançava que"hoje todos os autarcas e munícipes se sentem satisfeitos por verem realizado um sonho que prestigia o concelho e marca uma época", para adiantar ainda que "é uma concepção moderna que pela multifuncionalidade e multidisciplinaridade do espaço foi projectado para reflectir o projecto global de desenvolvimento equilibrado e de desenvolvimento harmonioso do concelho, tendo em vista a vertente social, cultural e económica".

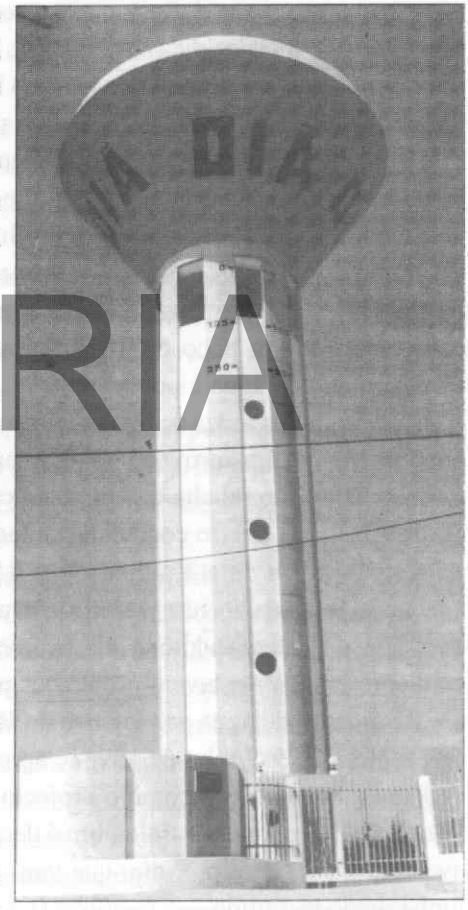
---

[3] *Acta da Câmara, de 11/06/96*
[4] *Jornal da Bairrada, de 20/06/96*
[5] *Jornal da Bairrada, de 25/7/96*

Esta primeira fase custou cerca de 350 mil contos, dos quais 80 mil foram provenientes do governo de Cavaco Silva, através de um contrato-programa de cooperação, assinado em 16 de Outubro de 1991.

O espaço amplo divide-se assim: áreas de serviço e apoio: 2.650m2; áreas da circulação multifuncional: 858m2: área de salão nobre e foyer com carácter cultural 1.270 m2; área social: 141 m2 e área de estacionamento 1.500m2.

Embora não se veja, porque obra enterrada e divisada apenas na paisagem dos depósitos que apontam um novo horizonte no sector da distribuição de água ao domicílio, é incontestável que o concelho deu um salto na melhoria das condições de vida das populações quanto às redes de água e saneamento que furam kilómetros de estradas e ruas, a partir de 1990. De resto, na revisão do Orçamento e do Plano de Actividade para o ano de 1990, da responsabilidade de Alípio da Assunção Sol, o novo inquilino da Câmara, Dr. Acílio Gala, reconhecia que "o abastecimento de água às povoações, rede viária e escolas, necessitam de um maior volume de verbas para melhorar o seu mau estado de conservação".



Depósito de água da vila de Oiã

Quanto ao abastecimento de água, opinava que "é prioritário levar às mesmas populações", no entanto, isso só seria possível quanto estivessem elaborados os respectivos projectos e "lamentavelmente ainda

bibRIA

só foram elaborados projectos para a freguesia de Oliveira do Bairro" [6]. Mesmo aqui, herdara dois problemas que se prendiam com a necessidade da impermeabilização do depósito, através do reforço e protecção das estruturas. Construído há 9 anos, ainda não havia entrado em funcionamento. (Relativamente a esgotos, também a ETAR do Cercal, embora construída há igual tempo, não estava a funcionar...)

O depósito vazava água para o exterior na ligação à laje do fundo e ao longo de uma linha horizontal. O LNEC, consultado, apontava efectivamente graves deficiências na construção. A impermeabilização do depósito novo fora decidida na reunião de 24/4/990, altura em que foi aprovado também o projecto do reservatório RA1 e 2ª célula apoiada, integrada no abastecimento de água a Oliveira do Bairro.

Ainda neste primeiro ano de mandato de Dr. Acílio Gala foi aberto (31/7) concurso limitado para a abertura de furos de captação para abastecimento de água ao Cabeço de Bustos e Serena.No mês seguinte (7/8), era analisado o projecto para o sistema de drenagem de águas residuais das povoações ribeirinhas de Rego, Perrães, Giesta e Silveiro e definida a construção de um poço na Mamarrosa para o reforço da capacidade de fornecimento de água à povoação.

bibRIA

A saga das redes de água e saneamento continuava no ano seguinte: em 5 de Março, era aprovado o estudo prévio para o abastecimento de água e saneamento à zona alta de Oiã, com cíclicas carências deste líquido; em 16 de Abril, era aberto concurso limitado para o abastecimento de água a Alagoa, Vila Verde e Bunheira; em 15/10, era aprovado o projecto de execução relativo ao reservatório elevado RE 2 de Oiã e do projecto de execução do sistema adutor e abastecimento de água à freguesia da Palhaça, enquanto em 28/7 estavam prontos os projectos de execução das redes de abastecimento de água aos lugares do Regatinho e Oiã.

No mês de Junho de 1993, é aprovado o projecto do abastecimento de água à Serena, bem como o projecto de execução da rede de esgoto da vila de Oiã. E no mês de Setembro é decidido construir a fonte luminosa na avenida Abílio Pereira Pinto, que veio reforçar o embelezamento que lhe vinha sendo restituída.

---

[6] *Acta da Câmara, de 23/5/1990*

Em 14 de Fevereiro de 1995, eram abertas as propostas para o abastecimento de água e sistema de drenagem de águas residuais do sector I da Palhaça, construção do sistema elevatório para abastecimento de água a Bustos e aberto concurso público para a execução da empreitada de alargamento da ponte sobre o Rio Levira que só ficou concluída, depois de solucionados alguns problemas em Dezembro de 1996. Aberto também concurso público em Dezembro de 1995 para a empreitada da construção da rede de abastecimento (2ª fase) dos lugares do Regatinho, Carris, Facho e Agras e ainda drenagem das águas residuais do Regatinho, Agras e Facho. O mesmo acontecia, pouco tempo depois, com o lugar da Quinta da Gala, Vale do Junco e Furadouro.

Entretanto, no ano de 1996, é deliberado abrir concurso para as redes de drenagem das águas residuais da Palhaça para a ETAR da Zona Industrial, precisamente na primeira reunião que o executivo realizava nos novos Paços do Concelho (11/6/96).

É ainda adjudicada a empreitada da construção do reservatório elevado da Mamarrosa (Dezembro) e a Câmara adere à criação da SIMRIA (Saneamento Integrado da Ria), no mês de Outubro.

bibRIA

Às ideias lançadas e primeiros passos dados pelo anterior presidente da edilidade, a Câmara, liderada por Dr. Acílio Gala, insuflou-lhe dinâmica e nasceu realmente a Zona Industrial de Oiã e foi construído o novo Mercado bem como o Parque Desportivo.

Se, na reunião de 20 de Fevereiro de 1990, foi deliberado desencadear acções no sentido de ser aberto novo concurso público para a construção da passagem inferior da Catarina em Oiã e, em 6 de Março do mesmo ano, foi deliberado abrir concurso público relativo à empreitada de abastecimento de água e rede de esgotos ao sector norte, - na reunião de 27 de Março, e "considerando o empenho desta Câmara em dinamizar as acções com vista a que a Zona Industrial de Oiã se concretize no mais curto lapso de tempo, considerando que já foram identificados os proprietários cujos terrenos se localizam no lote C 20", foram estabelecidos contactos para a compra amigável dos terrenos pelo valor de 310$00/m2 (nesta mesma reunião foi deliberado ainda adquirir os terrenos para a instalação do reservatório do Silveiro, um conjunto de reservatórios apoiados).

Uma das primeiras medidas para desbloquear algumas dificuldades surgidas no tempo de Alípio de Assunção Sol na negociação dos terrenos, foi a criacção de um pelouro específico para este sector, que foi entregue ao vereador Manuel Pires de Oliveira, de Oiã, que ainda abraçou o pelouro dos caminhos rurais. (Com fundos comunitários do PEDAP foram beneficiados por exemplo os caminhos rurais do Regatinho/Furadouro, Furadouro/Barrocos e Barrocos/caminho de Vila Verde).

Aos fundos comunitários (FEDER) recorreu a Câmara não só para a implantação da Zona Industrial de Oiã (ZIO), tendo a Câmara decidido reformular o pedido de candidatura (1ª fase) na reunião de 29/1/1991, para as redes de água e esgotos.

Em 28 de Setembro de 1992, são adjudicados os trabalhos de terraplanagens de alguns lotes. Em Junho de 1995 verifica-se a última fase da movimentação de terras e, na reunião de 30 de Novembro deste mesmo ano, são abertas as propostas para a empreitadada de abastecimento de água, esgotos e águas pluviais da ZIO. Seguiu-se a construção da estação elevatória e reservatório da ZIO e construção da ETAR.

Hoje, a ZIO que tem uma área de 60 hectares, é já pequena e a Câmara não pára de comprar mais prédios rústicos para o seu necessário e urgente alargamento.

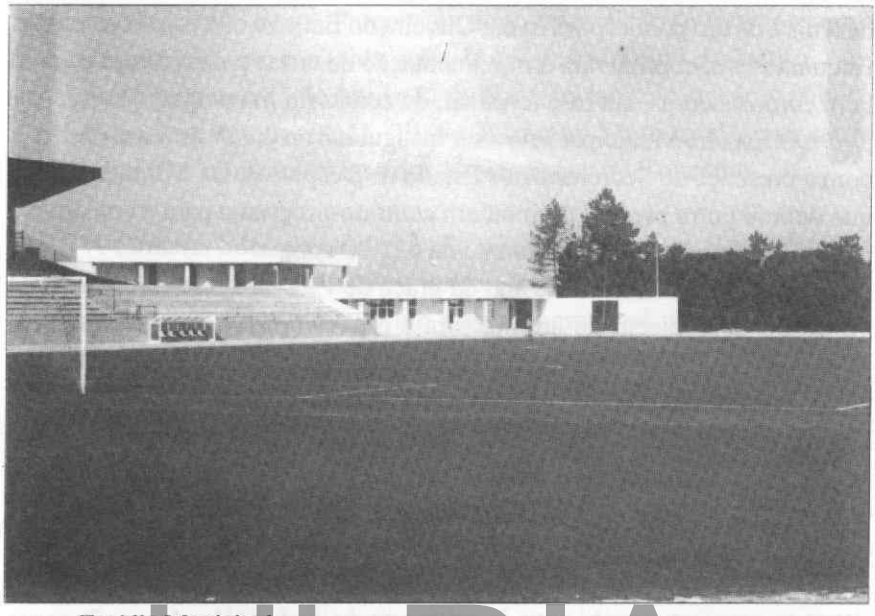
bibRIA

Quanto à construção do Mercado Municipal, em Maio de 1990, o presidente da Câmara é autorizado a comprar os terrenos para a edificação e outorgar a respectiva escritura.

Em 18 de Junho do ano seguinte, era aprovado o projecto, sendo deliberado abrir o concurso limitado para as terraplanagens e águas pluviais.

Nos primeiros meses de 1993, as obras avançavam e, em 27/4/93, era deliberado ampliar o edifício com mais um piso, mas só em 14 de Abril de 1994 era "inaugurado" no Passal pelos feirantes, que nesse dia não pagaram qualquer taxa de ocupação nem tão pouco houve fiscalização, o novo espaço da feira, deixando liberta dos inconvenientes a avenida Abílio Pereira Pinto. Concorreu para certo atraso na construção do edifício do Mercado o facto das fundações terem de ser realizadas sobre estacaria, dado o nível freático, o que não estava previsto no projecto.

O espaço da feira desenrola-se em socalcos a partir do edifício,



Estádio Municipal

bibRIA

constituído por dois pisos de lojas, enquanto o terceiro se destina a espaços comerciais.

Outra obra que ficará, sem dúvida, a marcar um período de desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos munícipes e a passagem pelo poder camarário de Dr. Acílio Gala é o Parque Desportivo de Oliveira do Bairro.

Depois de resolvidos alguns problemas pendentes, relacionados com o projecto que não cabia nos terrenos, pelo que, em face desse impasse, teve a Câmara de adquirir outros, em 26 de Junho de 1990, (altura em que continuam as obras de conclusão da Escola C+S de Oiã) é adjudicada a empreitada de movimentação de terras para a sua implantação, enquanto que, em Outubro, era deliberada a construção de uma piscina e sala de desporto, cuja abertura do concurso foi deliberado abrir na reunião de 23/2/1993. Foi inaugurada em 13 de Junho de 1997 pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, Dr. Guilherme de Oliveira Martins.

Entretanto, para dar mais valia ao Parque Desportivo, a Câmara deliberava, em 26 de Março de 1991, mandar elaborar projectos de campos

de ténis e de um polidesportivo em Oliveira do Bairro e outro na Mamarrosa. Enquanto isto, continuvam a movimentação de terras para o futuro estádio bem como as obras, em fase terminal, do cemitério municipal, a norte.

O Estádio Municipal veio a ser inaugurado no dia 26 de Abril de 1997, com a presença do Secretário dos Estado de Desportos, Dr. Miranda Calha, que deixou outra prenda: assinou um contrato-programa para a construção da piscina descoberta, no montante de 42.500 contos.

De relevar ainda neste ano da graça de 1997, a aprovação em 10 de Fevereiro do projecto de arquitectura e especialidades, águas e esgotos, desta mesma piscina, a construir no Parque Desportivo, cujo concurso foi aberto em 5 de Março de 1997. Na mesma data da empreitada foi adjudicada a ponte do Rio Cértima, na Murta, cujas obras chegaram a começar ainda no ano anterior, mas como o Tribunal não deu o visto às obras, por se verificar que havia dois dias que não tinham sido cumpridos, motivado por um pequeno atraso na publicação no Diário da República... Idêntico trabalho fora feito em 1996 na Ponte sobre o Rio Levira em Vila Verde, o que era exigido pela anterior remodelação das vias que lhe dão acesso (duas das muitas que foram melhoradas). Ainda no mesmo mês (6/2), era aberto o concurso para os serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos do concelho.

bibRIA

Foi entretanto aberto concurso limitado para o abastecimento de água a Cruzes, Pousios, Águas Boas e Carro Quebrado e aberto concurso com carácter de urgência para a água ao domicílio ao longo da EN-333 e lugar de Águas Boas.

Também nessa reunião foi deliberado abrir concurso público para a implementação da 1ª fase do projecto de execução do abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais de Bustos.

Se o parque escolar não merecia particular atenção, porque completo, a Câmara não deixou de investir em jardins de infância, como foi o caso dos jardins de Oliveira do Bairro, Perrães e de Vila Verde, cujo concurso foi aberto em 31/5/1994, mas só entrou em funcionamento em 1997. O último a ser construído (1996) foi o da Mamarrosa. Pelo meio, verificou-se a ampliação da Escola C+S de Oliveira do Bairro e ficou a ideia lançada de uma Escola de Ensino Integrado em Oiã.

Outras ideias a pairar no âmbito dos desejos são as ideias escritas e

sugeridas da criação de um Parque Temático e aquisição de terrenos para a realização da Fiaboca, e a construção de um novo Palácio da Justiça.

Entretanto, entre 1 de Abril e 31 de Maio, foi lançado inquérito público à primeira revisão do PDM (Plano Director Municipal), enquanto continuavam as obras da 2ª fase dos Novos Paços do Concelho.

A Câmara, liderada por Dr. Acílio Gala, deu também algum ênfase à construção ou melhoria de espaços verdes, a começar pela avenida da sede do concelho, que, para além de um aspecto agradável, ficou enriquecida com a implantação de uma fonte ao centro e, em frente dos velhos Paços, de uma fonte luminosa. Por diversos lugares surgiram também arranjos urbanísticos de largos, tornando mais dignas as terras.

A vertente cultural sofreu um profundo impulso. Prof. Victor Oliveira que era o detentor do Pelouro do Desporto e Cultura, assume as suas funções a tempo inteiro, a partir de 1 de Setembro de 1996.

Como corolário da dinâmica cultural, uma ideia, que é cara ao presidente da Câmara, a implantação de uma biblioteca Municipal, é posta em prática, agora que estão disponíveis os velhos paços do concelho. O projecto de arquitectura, que foi aprovado por unanimidade, envolve essencialmente a construção de uma cave e três pisos, de modo que haja espaço para a Biblioteca e Ludoteca. Manter-se-á, no entanto, a estrutura exterior. Foi aberto concurso em 4 de Junho de 1997.

Além disso, pela primeira vez e por diversas vezes, a Câmara oliveirense patrocinou por inteiro a publicação de livros, de autores do concelho, abordando temas com ele relacionados, de carácter etnográfico e histórico como, de resto, será o presente.

bibRIA

# ÍNDICE


Duas Palavras ..... 11

GALERIA DOS "HOMENS BONS" ..... 17
Vida Municipal ..... 19
Presidentes da Câmara no tempo da Monarquia ..... 25
Presidentes da Câmara no tempo da República ..... 37

BAILIA ADMINISTRATIVA ..... 49
Quando Sangalhos pertenceu ao concelho de Oliveira do Bairro ..... 51
As tentações por Aveiro e Águeda ..... 65
A primeira extinção do concelho ..... 73
O motim ..... 79
O grande golpe ..... 85
O regresso ..... 95

AO RITMO DO TEMPO ..... 107
Celeiro dos Duques de Lafões transformado em Paços do Concelho ..... 109
Julgado e sonho de Comarca ..... 119
Câmara previdência ..... 125
Em louvor do vinho e do arroz ..... 133
Os guardas rurais ..... 143


bibRIA

Das feiras e mercados de ontem ..... 149
Celeiro municipal ..... 163
O feriado municipal ..... 173

ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA
PRIMEIROS DA REPÚBLICA ..... 175
Os últimos anos da Monarquia ..... 177
Sinais de mudança ..... 187
República chegou com atraso de dois dias ..... 195
Primeiros passos da República no concelho ..... 201
A guerra da Avenida ..... 213
O último bastião monárquico ..... 223
Atentado da Ponte do Pano ..... 229
Oliveira do Bairro e Traulitânia ..... 241
O polémico Dr. Costa Ferreira ..... 251

HORIZONTES DE PROGRESSO ..... 257
Os carris do progresso ..... 259
Desbravando estradas ..... 265
As primeiras casas de aula ..... 275
Muita euforia, poucas obras e o sonho de um campo
de aterragem ..... 285
As primeiras lâmpadas ..... 293
A estética das ruas ..... 301
Ampliação dos Paços do concelho ..... 305
Uma década luminosa ..... 309
Um verdadeiro dinossauro do poder ..... 321
Concelho de baixos investimentos ..... 327

20 ANOS DO PODER LOCAL ..... 335
A revolução de Abril ..... 337
Finalmente, a Comarca ..... 341
Dos novos Paços do concelho à saga da água e
saneamento ..... 355

biblRIA

bibRIA

**Edição da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro**

1997